

# ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO



UNIVERSIDADE DE AVEIRO  
SERVIÇOS DE DOCUMENTAÇÃO

VOLUME IV

AVEIRO  
1938

REVISTA DESTINADA À PUBLICAÇÃO DE DOCUMENTOS  
E ESTUDOS RELATIVOS AO DISTRITO

---

DIRECTORES E PROPRIETÁRIOS

ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL

CONSERVADOR DO ARQUIVO E MUSEU DE ARTE DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

FRANCISCO FERREIRA NEVES

PROFESSOR EFFECTIVO DO LICEU DE AVEIRO

JOSÉ PEREIRA TAVARES

PROFESSOR EFFECTIVO DO LICEU DE AVEIRO

---

EDITOR E ADMINISTRADOR

FRANCISCO FERREIRA NEVES

ESTRADA DE ESGUEIRA—AVEIRO

# NO TERCEIRO ANIVERSÁRIO DO “ARQVIVO,,

**O** PÚBLICO que lê, e o que não lê, gosta de saber quando é que as publicações periódicas fazem anos, e as Direcções dos periódicos gostam por sua vez de satisfazer a curiosidade do público, informando-o das datas destes aniversários.

Não querem os directores do ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO fugir a este já tão arreigado costume, e aqui estão cheios de contentamento a declarar que esta revista, com o presente fascículo, e no dia 31 de Março do corrente ano, entra no seu quarto ano de publicação.

É justo este contentamento, devemos dizê-lo. A vitória traz sempre satisfação e ânimo aos lutadores, e nós temos vencido na empreza que nos propusemos, a-pesar-de a causa ser bastante ingrata.

Nestes já decorridos três anos de existência do ARQVIVO, quantas dificuldades temos tido, quantos sacrificios temos feito! Mas por bem pagos nos damos com os resultados obtidos. A obra é ingente, e outros mais competentes do que nós a deviam ter começado e dirigido. Infelizmente, não succedeu assim, e foram as nossas poucas forças que conseguiram dar corpo e vida a uma obra cuja necessidade e utilidade são evidentes.

Difícilmente o público avaliará até que ponto a tarefa tem sido absorvente e esgotante; porém, a preciosa colaboração de muitos dos mais illustres filhos desta região, e o apoio moral e material de pessoas das mais diversas categorias sociais e intellectuais, ao lado do qual não podemos esquecer o que nos tem sido dispensado pela Comissão de Turismo de Aveiro, encorajam-nos a prosseguir nesta obra, cujo fim é tornar conhecido o nosso distrito, as suas belezas naturais, a sua arte, a sua história, os seus documentos, as suas tradições, os seus recursos, os seus homens notáveis.

Ajudaremos a salvar as preciosidades documentais e monumentais que até hoje têm escapado à destruição do tempo e dos homens. A ignorância de uns e a indiferença de outros têm causado prejuizos irreparáveis. Destruíram-se arquivos, destruíram-se monumentos, deixaram-se perder tradições. Quasi não há hoje uma consciência e um interesse regionais; pois é preciso criá-los e fortalecê-los!

O ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO, a-pesar-de a época que atravessamos não ser muito propícia às coisas do espirito, algo tem já conseguido, e melhor no futuro do que hoje a sua acção será notada e apreciada.

## ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

*O que nas suas páginas ficou registado pode considerar-se salvo.*

*Na obra de cultura e restauração espiritual do distrito de Aveiro cabe um grande papel às suas Câmaras Municipais; infelizmente, estas entidades pouca atenção têm dispensado a tão importante assunto, se bem que a portaria de 8 de Dezembro de 1847 a tal as obrigue.*

*Esta revista, da melhor boa vontade colaboraria com as Câmaras Municipais, que beneficiariam da organização dos seus serviços de publicidade, confiando-lhe os anais dos concelhos e as obras de investigação histórica que a elles dissessem respeito.*

*Queremos aqui registar uma circular recente, relativa á organização dos arquivos históricos municipais e publicação das memórias dos concelhos, enviada no mês de Março de 1936, pela Direcção Geral da Administração Civil e Política do Ministério do Interior, aos governadores civis do continente e ilhas, e redigida nos seguintes termos:*

*«Em conformidade com o despacho do ministro do Interior de 24 do corrente, digne-se circular às comissões administrativas das Câmaras Municipais dêsse distrito, fazendo-lhes ver a necessidade e a vantagem de organizar os seus arquivos históricos e complementarmente a publicação das suas memórias, factos de maior importância para o estudo da história local e geral do nosso país e ainda para o renascimento do amor ao torrão natal.*

*Em 1847, há quasi um século, a portaria de 8 de Dezembro determinou que as Câmaras Municipais organisassem a sua história nos anais do município. Não muitos, mas alguns, souberam obedecer ao que então lhes foi determinado.*

*Passados quasi cem anos, como se disse, revivida agora a iniciativa de então certamente com mais proveito, vistas as facilidades hoje existentes e o grau de illustração atingido, espero que porá todo o empenho na execução do despacho do ministro do Interior, visto tratar-se de uma obra do maior interesse local e nacional.»*

*Fazemos votos por que as Câmaras Municipais do distrito de Aveiro cumpram fielmente o que na citada portaria e circular lhes é determinado, concorrendo assim para a obra de renascimento cultural que neste distrito já se vai manifestando com brilho e honra para elle.*

*Aveiro, 14 de Fevereiro de 1938.*

ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL  
FRANCISCO FERREIRA NEVES  
JOSÉ PEREIRA TAVARES



## ARQUEOLOGIA PREHISTÓRICA DO DISTRITO DE AVEIRO

### ARTE RUPESTRE

AS INSCULTURAS DO ARESTAL E O PROBLEMA DAS  
COMBINAÇÕES CIRCULARES E ESPIRALOIDES DO NOROESTE  
PENINSULAR

**C**ONSIDERO as Talhadas e o Arestal as mais aveirenses das nossas serras. Tôdas as suas águas ou vão directamente ao Vouga ou lá chegam por intermédio do Águeda, do Caima, do Teixeira e de outros mais pequenos afluentes. A silhueta trapezoidal da montanha de entre Caima e Vouga e a crista crenada e caprichosa da pequena serra do Alfusqueiro, são ornamentos preciosos da paisagem da Marinha.

Sem essa linha de elevações que do Cabo Mondego à Louzã e Bussaco, e do Caramulo aos montes do Douro, forma o alto do plinto que cerca a quasi planície da Beira-Mar, o nosso horizonte seria monótono e triste. A planície, igual a si mesma, fadiga a vista e cansa a atenção.

Pelo contrário, a montanha eleva-nos o olhar e o pensamento.

A aparente cumiada que cerca as terras que flanqueiam a Ria, dá relêvo, altanaria e grandiosidade ao panorama amplo e soberbo que é dos mais variados e belos da terra portuguesa.

As Talhadas e o Arestal são as serras mais próximas da Ria e do Baixo-Vouga, são as mais vouguenses das montanhas que separam a Beira-Alta da Beira-Mar. Só é lástima não distarem do Oceano ou da laguna uns vinte quilómetros a menos. O aspecto do seu conjunto seria de causar espanto, singularidade notável, verdadeiro atractivo mundial.

Criei afeição a essas serras desde menino. Deitava para lá a janela do meu quarto na Boa-Vista da estrada de Ilhavo, quando deixei o berço; foram as suas formas deleite dos meus olhos, em contraste com o Mar, os esteiros, as praias e as sa-

## ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

linas, dos quatro até aos vinte anos e ainda hoje com enternecimento e agrado me quedo a contemplá-las, porque são elemento grato e inseparável da fisionomia da terra beiramarinha.

O Arestal, então, visto de Verdemilho, da estrada das Pirâmides ou do praião da Torreira, avoluma-se e cresce no céu.

Por efeito, talvez, da refacção e reflexão da luz nos multiplices espelhos das águas das rias e dos rios, esse monte de linhas serenas e recorte quasi geométrico, toma fisionomias variadíssimas durante o ano, nas diversas estações, às vezes no mesmo dia: aproxima-se, afasta-se, pormenoriza-se, esbate-se; escurece, doira-se, azulêja, ruborisa-se, arroxêia!

Os seus recessos e as suas particularidades foram para mim sempre uma sedução. Procurei-lhe os mistérios; desvendei-lhe alguns.

A descoberta da sua arte rapestre e a publicação de elementos importantes e pouco conhecidos da sua geologia e da sua prehistória, têm sido das melhores satisfações do meu espírito.

Ali se encontram monumentos da arqueologia prehistórica dos mais interessantes do distrito de Aveiro: uma extensa necrópole dolménica, patente ainda nas numerosas mamoadas do seu alto e das suas chãs laterais; a nossa única anta intacta; uma rede de castros; duas das mais curiosas estações de arte rupestre de entre Vouga e Douro.

A sua petrografia, a sua tectónica, as suas minas, quedas de água, formas de erosão, panoramas, são uma verdadeira escola para estudiosos e turistas. A serra é, em resumo, um museu de geografia e prehistória cujo conhecimento convém divulgar.

Ocupo-me hoje apenas das suas insculpturas.

\*

\* \* \*

Tôda a montanha, na verdade, foi semeada de monumentos megalíticos e a cada passo se nos depara ainda no toponomástico, na tradição popular e nos vestígios materiais, a prova de que desde os tempos neolíticos, pelo menos, os homens fizeram dela a sua morada e nela assentaram uma vasta necrópole.

Como não podia deixar de suceder, os habitantes actuaes dos pitorescos lugarejos que se abrigam nos seus recôncavos e se estendem pelas suas faldas, tudo isso attribuem aos moiros.

É o mesmo que no resto de Portugal: dolmens, mamoadas, cercados, castros, redutos, citânias, castelos e cristelos, tudo para o povo é obra da moirama que por ali teria deixado enterradas as suas riquezas e pelas lombas, vales e penedias, conserva, ainda, sob encantamento, as suas raparigas, sempre jóvens

## ARTE RUPESTRE

e formosas a despeito do dobar dos séculos, condenadas a guardarem os seus tesoiros no arcano das fragas solitárias.

Idêntica monomania dos restos do domínio árabe, dos penedos mágicos e dos tesoiros ocultos, fornece o fundo folclórico das lendas da região que, neste ponto, apenas confirma a regra geral de um vasto ciclo de crêndices populares da velha Península.

Essas lendas, porém, servem-nos de guia no rebusco dos locais de monumentos e estações arqueológicas e foi ainda, em grande parte, guiado por elas que descobri muitos dos vestígios



### CASTELO DA PENA — SEVER DO VOUGA

*Reduto castrejo não romantizado*

(descoberto e explorado em 1930 pelo dr. Alberto Souto)

prehistóricos desta zona montanhosa onde a serra do Arestal é como que um grande promontório lançado pela meseta sobre as terras baixas da orla marítima que, a 15 quilómetros de distância, pertencem já à faixa meso-cenezoica que de Ovar para o sul acompanha a costa portuguesa.

As duas estações de arte rupestre que ali descobri, ambas na proximidade de grupos dolmênicos, confirmam o assêrto de D. JUAN CABRÉ quando afirma que é bastante frequente haver enterramentos prehistóricos nas visinhanças dos sítios com arte rupestre estilizada.

## ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Porém a serra de Cambra e de Sever não foi nos tempos préhistóricos e protohistóricos apenas um cemitério.

Sete castros, quatro dos quais identifiquei e explorei, sete castros, pelo menos, conservam ainda no seu aro a memória irrefragável dos velhos habitantes.

Na campanha de 1929 impressionara-me o facto de sòmente se encontrarem os túmulos, abrigo das cinzas e morada dos mortos, e nem o mais leve vestígio da actividade habitual dos vivos que demoraram pela montanha.

Os anos de 1930 e 31 mostraram-me, nos castros que visitei, a verdade bem conhecida dos versos 195 e 196 do *Ora Maritima* de AVIENUS, de que

*Cempsi atque Saefes arduos colles habent  
Ophiussae in agro...*

que para o caso da região, até 1922 quasi que totalmente desconhecida e inexplorada, das cercanias do Arestal, se pode assim parafrasear:

Os povos lusitanos que povoaram a região montanhosa ocidental de entre Douro e Vouga, hoje pertencente aos concelhos de Vale de Cambra e Sever do Vouga, desde os tempos neolíticos até à segunda idade do ferro e até à conquista romana, habitavam em eminências fortificadas chamadas castros, como os outros povos do noroeste peninsular, ou aí se refugiavam quando atacados. Êsses povos inumavam alguns dos seus mortos em dolmens e mamoa construídos nas chãs solitárias ou no sobranceiro dos montes, e gravavam, nas pedras ao ar livre das encostas da serra, certos sinais cujo significado se não percebeu ainda, mas cuja importância salta aos olhos mais profanos e cuja relação com aquêles monumentos da vida e da morte dos povos primitivos é evidente e incontroversa <sup>(1)</sup>.

\*

\*   \*

Os dois monumentos de arte rupestre a que me refiro, encontram-se ambos na vertente ocidental da serra, a mais de meia encosta, voltados para o céu, mas inclinados, um para o lado do mar, isto é, do ocaso; outro mais para o lado do sol nascente, se bem que quasi vertical.

Da primeira estação falei no Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Prehistórica de 1930. Do segundo

---

(1) O sr. dr. ARISTIDES DE AMORIM GIRÃO assinalou na sua *Bacia do Vouga* o primeiro reconhecimento de alguns momentos préhistóricos do Arestal.

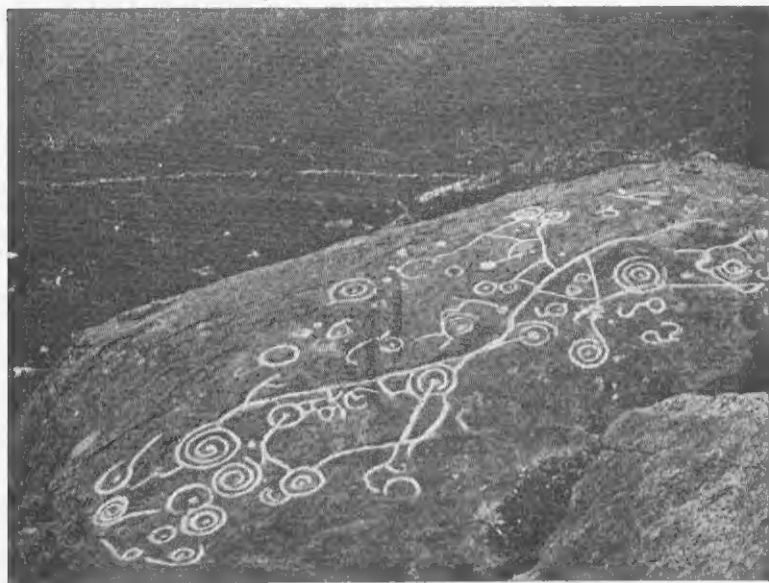
O estudo do ilustre professor foi publicado em 1922.

## ARTE RUPESTRE

achado dei noticia, numa comunicação, à Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnografia em 1932.

Afastadas apenas uns 10 quilómetros, as duas estações algo diferem, como veremos, nos seus sinais dominantes.

Nos Fornos dos Moiros, concelho de Sever do Vouga, dominam a espiral, os círculos concêntricos e as côvinhas; no Ou-



### SERRA DO ARESTAL—SEVER DO VOUGA

*Insculturas dos Fornos dos Moiros*

(Fotografia do dr. Alberto Souto)

teiro dos Riscos, freguesia de Cepelos, concelho de Vale de Cambra, dominam as combinações circulares, não havendo nesta última nem espirais nem grupos de côvinhas.



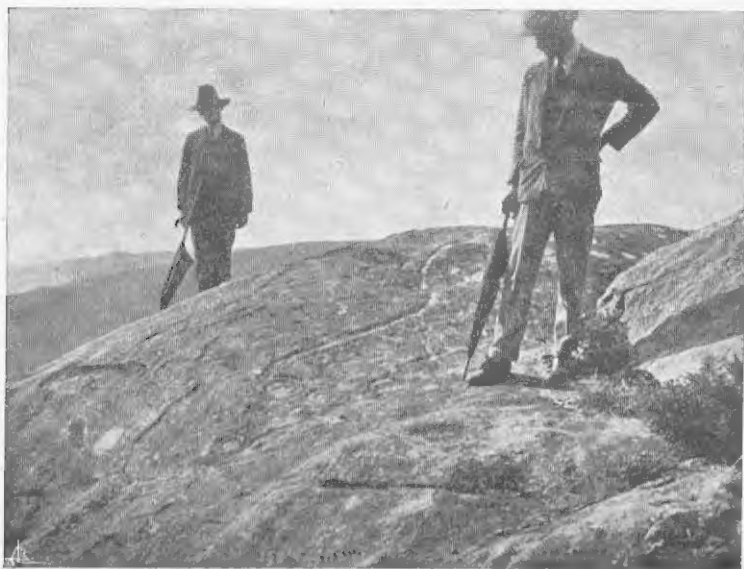
A grande pedra insculturada do Arestal acha-se num grupo de penedos chamado pelo povo *Fornos dos Moiros*, à Fonte da Urgueira, a 700 metros de altitude.

*Fornos dos Moiros* é uma designação expressiva, mas nada original e muito genérica em arqueologia pré-histórica peninsular, pois que outras estações pré-históricas de Portugal e Espanha têm designações semelhantes.

O que me parece pelo exame do grupo de penedos grani-

## ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

ticos onde se encontra este curioso exemplar de arte rupestre, é que ali existiu uma caverna, o que me foi confirmado pela pessoa que me guiou até ao local <sup>(1)</sup>, caverna essa que teria sido formada por uma saliência ainda reconhecível na rocha principal e pela disposição das pedras do aglomerado caótico proveniente da ejeção granitóide entre duas faixas de micaxisto.



### SERRA DO ARESTAL — SEVER DO VOUGA

*Pedra insculturada dos Fornos dos Moiros*

A caverna foi destruída pelos pedreiros da vizinhança, tendo apenas escapado, por milagre, a pedra insculturada que mede cinco metros de comprido por dois de largo, exposta ao poente e mais ou menos horizontal, no centro da sua face lavrada, mas de manifesta tendência ovular, pois como quasi todos os granitos da serra está sujeita a uma esfoliação por camadas concêntricas. Se efectivamente se tratasse de um santuário, a situação era magnífica para impressionar os espiritos: passa-lhe na frente o sol até ao ocaso, e a vista do mar ao longe e das colinas e dos campos marginaes do Vouga que lhe ficam abaixo, era sem dúvida sugestiva para invocar os deuses, fazer sacrificios ou render louvores e dirigir imprecações aos poderes terríveis ou às fôrças criadoras!

---

(1) O meu amigo sr. Diamantino Pereira da Cruz, inteligente funcio-nário da Fábrica de Pólvora de Chelas e prestante filho do pitoresco lugar de Espinho, Sever do Vouga.

## ARTE RUPESTRE

\*

\* \*

Os petroglifos dos *Fornos dos Mouros* da encosta arestalina, ocupam uma superfície de 4<sup>m</sup>,50 por 1<sup>m</sup>,50 e acham-se divididos em dois campos por um sulco longitudinal profundo que corre de norte para sul.

Vêem-se ali:

côvinhas;  
círculos simples com côvinha central;  
círculos concêntricos duplos e triplos;  
círculos simples com apêndice radial;  
círculos múltiplos com apêndice radial;  
círculos simples com apêndice tangente;  
semicírculos e arcos de círculo;  
espirais dextrorsum e sinistrorsum, formando báculo;  
um círculo com cruz interior;  
a chave;  
sulcos irregulares e traços mais ou menos geométricos;  
vários sinais de classificação embaraçosa.

A nova pedra insculptada do *Outeiro dos Riscos*, na Espirra Ovelha, Cepelos, por baixo do lugar de Gatão, na serra de Cambra, ao norte do planalto do Arestal e próximo da nova estrada de Vale de Cambra a S. Pedro do Sul, a altitude talvez de 600 metros, aproximadamente, é muito menos complicada, apresentando sinais mais simples, mas nem por isso de mais fácil compreensão.

Uma particularidade apresenta, ao contrário dos outros exemplares conhecidos das margens do Vouga e do geral dos monumentos idênticos da arte rupestre galaico-portuguesa: é quasi vertical, ou tem uma inclinação forte sobre o plano horizontal.

Divide-se em três panos separados por fracturas naturais do bloco, sendo a parte central a mais importante, com três grupos de círculos concêntricos.

A primeira figura tem três círculos concêntricos e côvinha central.

O maior diâmetro é de 0<sup>m</sup>,46 e os sulcos circulares separam-se uns dos outros por 0<sup>m</sup>,10, 0<sup>m</sup>,7 e 0<sup>m</sup>,5.

Um pouco abaixo outra figura contém cinco círculos com côvinha central e 0<sup>m</sup>,66 de grande diâmetro. É um dos maiores exemplares que conheço.

Em baixo, quatro círculos concêntricos cortados por um raio que sai da côvinha central e termina no círculo exterior, tendo a figura 0<sup>m</sup>,65 de diâmetro.



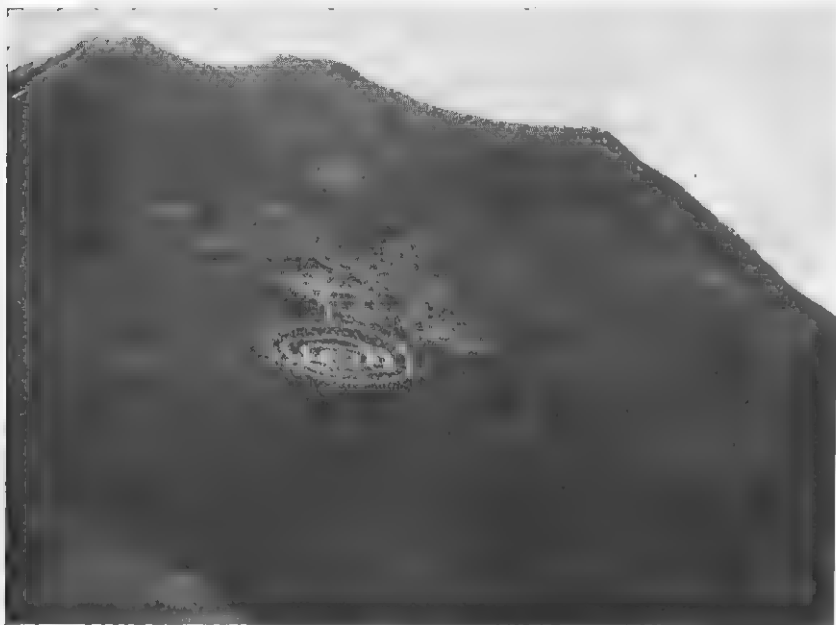
## ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Entre estas três figuras e ao lado delas no pano central vêem-se mais:

uma figura composta de còvinha e círculo simples com 0<sup>m</sup>,16 de diâmetro;

um círculo de 0<sup>m</sup>,23 de diâmetro com dois diâmetros perpendiculares, formando cruz;

um círculo de 0<sup>m</sup>,33 de diâmetro com duas còvinhas e uma



### CEPELOS—VALE DE CAMBRA

*Insculturas do Outeiro dos Riscos*

(Fotografia de sr. Dr. Armindo de Matos)

cavidade, que no seu conjunto dá ideia de uma figuração antropomorfa e que por isso denominei de «cara»;

dois círculos concêntricos com còvinhas sendo de 0<sup>m</sup>,41 o seu maior diâmetro;

um círculo de 0<sup>m</sup>,37 de diâmetro com um diâmetro horizontal e cinco raios;

uma còvinha e círculo com 0<sup>m</sup>,14 de diâmetro;

uma figura composta de còvinha central com dois círculos concêntricos. Na coroa circular compreendida entre os dois círculos concêntricos, vê-se uma corda geométrica e três semi-raios formando sectores.



## ARTE RUPESTRE

No pano do lado do norte há uma insculptura: dois círculos concêntricos com cruz central e *fossette*, de 0<sup>m</sup>,36 de maior diâmetro.

No pano do sul, há duas insculpturas de círculos concêntricos, sendo a superior composta por três círculos dos quais o maior tem 0<sup>m</sup>,32 de diâmetro e còvinha central; e o inferior por quatro círculos e còvinha e com o maior diâmetro de 0<sup>m</sup>,32.

No fundo dèste pano há uma còvinha e ao lado esquerdo do observador voltado para o poente, uma figura de quatro rectas, sendo duas unidas em forma de V e duas, as das extremidades, sem ligação.

Este monumento do *Outeiro dos Riscos* difere do seu vizinho dos *Fornos dos Moiros*, como disse, por não apresentar a espiral nem qualquer sulco unindo os sinais e pela regularidade geométrica das suas figuras.

Mas aproxima-se dèle pela presença dos círculos concêntricos que são aliás freqüentes, como é sabido, na arte rupestre do noroeste da península ibérica, isto é, na Galiza e norte de Portugal.

Segundo o saudoso dr. RUI DE SIROA PINTO há, em verdade, círculos concêntricos em S. Martinho, Monte da Saia, Santa Marta, Sabroso e Briteiros, e na Galiza, como nos afirma o sr. CUBILLAS, encontram-se em 14 localidades e ainda em Argos e Santa Tecla.

Dentro da bacia do Vouga, a que pertencem as duas estações por mim comunicadas, encontrou-os o sr. dr. ARISTIDES DE AMORIM GIRAÓ, no lugar de Serrazes, norte do Vouga, estação rupestre da *Pedra da Escrita*, num prolongamento montanhoso das serranias do maciço da Gralheira que separa o Vouga do Douro e que a poente termina nas mencionadas serras de Cambra e de Sever.

Nas várias outras estações rupestres do sul do Vouga, mas da sua bacia hidrográfica, descritas pelo mesmo professor, não existem já os círculos concêntricos nem sinais parecidos com os do Arestal e Outeiro dos Riscos.

Parece, pois, que podemos considerar o rio Vouga como o limite sul dos círculos concêntricos, pois, com excepção da espiral da Serra da Estrela, descoberta pela *Expedição Científica*, não há notícia, que eu conheça, dèsses sinais ao sul daquele rio e se para lá dèle existem, são de notável raridade, contrastando com a sua freqüência nas estações do norte do Vouga.

O mesmo podemos afirmar da espiral.

MARTINS SARMENTO disse que a «célebre espiral e outros ornatos congêneres, que SALOMAO REINACH confronta com as gravuras dos dolmens e UNGER com as gravuras dos rochedos das Ilhas Britânicas, são vulgares nos penedos e lajes dos nossos castros, dentro e fora das muralhas, e também se encontram

## ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

junto de mamoeiras perto dos castros» e aponta o exemplo de Sabroso onde a exploração das mamoeiras, relacionada sem dúvida alguma com essa estação, produziu algumas pontas de sílex e machados de pedra.

E refere que UNGER em 1870 considerou a espiral e os entrelaços um elemento nacional da ornamentação irlandesa, elemento esse que esteve muito em uso na época pagã entre os Celtas e os Germanos, formando a decoração quasi exclusiva da mobília sepulcral da idade do bronze.

«É preciso admitir, diz UNGER, citado ainda pelo ilustre arqueólogo português, que a espiral é um ornamento próprio da raça indo-céltica e especialmente dos Celtas e Germanos, dos Pelasgos e dos Persas, e que este ornamento se conservou, principalmente, entre os povos cuja civilização se manteve num estado primitivo, restringindo-se o seu emprego a par e passo que os povos que a empregavam desenvolviam uma cultura mais elevada.»

O sr. dr. JOSÉ FORTES estudou *A espiral pré-histórica e outros sinais gravados em pedra*, no n.º 10 da «Révue Préhistorique», de Paris, em 1907, encontrando-se uma noticia desse estudo em o número 374 da «Portugalia», e conclui que a espiral, as curvas concêntricas e outros sinais gravados em pedras, se encontram tanto na velha Lusitânia, como na Irlanda; que na idade do bronze houve relações pré-históricas entre estas regiões; que estes sinais se introduziram na Irlanda pela via do litoral ibérico para o noroeste.

OS SRS. FLORENTINO CUVILLAS e BOUZA BRY, dizem-nos, porém, que as insculpturas em espiral são pouco frequentes em Portugal e Espanha, mas que aparecem em Trega, Eiró, Briteiros, Sabroso e Freixo, que se encontram na Bretanha e na Irlanda, abundando no Mediterrâneo Oriental e nas cerâmicas neo e eneolíticas da Boémia, oeste da Alemanha, Transilvânia e Ilha de Malta, tendo sido um dos elementos decorativos mais empregados na idade do bronze.

Como se vê da meticolosa nota bibliográfica do trabalho do malogrado dr. RUI DE SERPA PINTO, as combinações circulares são mais frequentes do que as espirais em Portugal e na Galiza, aparecendo também na Bretanha, Irlanda, Escócia, Inglaterra e Escandinávia.

O que, pelas comunicações que fiz ao Congresso Internacional de 1931, a Associação Portuguesa de Antropologia e Etnografia e por este artigo se constata, e que o nosso país possui mais duas estações de arte rupestre com gravuras em que entram os círculos concêntricos, acompanhados numa pelos círculos simples e círculos com raios e diâmetros, e que possui mais uma estação com a espiral, *destrorsa* e *sinistrorsa*, aliada aos círculos e a outros sinais, como a «chave», que, segundo informes do sr. dr. SANTOS JÚNIOR, aparece também no dolmen

## ARTE RUPESTRE

de Zêdes e nas pinturas da Pala da Moura, em Vilarinho da Castanheira, de Carrazeda de Ansiães.

\*

\* \*

A-pesar-de ter lido já que em La Guardia as crianças brincando, ainda hoje, com utensílios de pedra, conseguem produzir verdadeiras insculpturas nos rochedos da praia, acho muito difícil que os petroglifos dos *Fornos dos Moiros* do Arestal e do *Outeiro dos Riscos* da serra de Cambra tenham sido feitos com simples instrumentos líticos.

O granito em que se encontram é duríssimo e o escopro de aço bem temperado de que me servi para limpar as insculpturas só fortemente batido conseguia abrir sinais na superfície das rochas vizinhas.

Relacionando-se, como é lícito, estas gravuras rupestres com as necrópoles dolmênicas das proximidades, tudo leva a crer que pertençam à idade do bronze, como ensina o professor OBERMAIER.

De facto, a clássica presunção duma grande antiguidade dos dolmens, contrapõe-se hoje a tendência assinalada pelo professor sr. dr. MINDES CORREIA, para datar os mais antigos da fase avançada ou final do neolítico, enquanto que a cultura dolmênica se prolongaria por todo o eneolítico até ao fim do primeiro período do bronze.

Que nos dizem a êste respeito os dolmens e as mamoadas da serra do Arestal e suas vizinhanças e até que ponto podem os achados arqueológicos dêsse compartimento montanhoso esclarecer o problema?

Vejamos: em primeiro lugar nunca se encontrou qualquer vestígio do paleolítico nesta região. Em segundo, têm aparecido machados de pedra polida, sete até hoje por mim recolhidos, um machado chato de bronze, e, recentemente, um outro machado de bronze de alvado e duas anilhas, e restos cerâmicos nos castros, que provam a idade dos metais, mesmo a idade do ferro. Ora os machados de pedra encontrados nas mamoadas ou nas suas proximidades e mesmo perdidos na serra —um appareceu, por acabar, escondido entre penedos—e hoje recolhidos no museu arqueológico municipal de Aveiro que estou organizando, êsses machados de pedra polida não poderiam, em caso algum, gravar na pedra do Arestal ou na pedra de Cambra as insculpturas que lá se vêem.

A idade dos metais, pelo menos, parece-me, pois, confirmada pelos monumentos a que me estou referindo e ainda pelo aparecimento dos dois machados de bronze nas proximidades do castro do Cabeço do Aro, a 3 quilómetros apenas dos Fornos dos Moiros, dum colar de ouro perto de Rocas, da idade do

## ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

bronze, e dum vaso com ornatos mamilares em Sever, que não será anterior ao calcolítico e que eu recolhi no novo museu de Aveiro, onde constitui uma das suas mais valiosas e raras espécies.

Tentar, por minha conta, a interpretação destas gravuras no estado actual dos nossos conhecimentos sobre a arte rupestre, seria, por certo, fazer romance e esta revista não é, positivamente, um refúgio de romancistas.

SIRFT, com a sua grande autoridade, não logrou demonstrar duma maneira convincente, na sessão do Pôrto, do Congresso de 1930, que a *espiral tenha sido a imagem da vida*, bela frase e sedutora presunção para a qual até hoje, que eu saiba, se não encontraram argumentos ou provas que a validem.

Alguns autores têm querido ver em petroglifos idênticos, sobretudo nos círculos e nas côvinhas, representações astronómicas.

Estudando as pictografias das grutas cordovesas (Argentina), CLEMENTE RICCI atribuiu aos círculos, num estudo muito recente, um significado astronómico religioso, que será de admitir talvez no caso restricto, que versou, das pictografias argentinas.

Parece-me difícil, porém, descobrir no Arestal qualquer correlação das gravuras rupestres com o mapa das constelações visíveis no nosso hemisfério, nem tão pouco me parece plausível para os dois casos que estou comunicando a hipótese de se tratar de quaisquer representações esquemáticas da figura humana, nem mesmo de qualquer grau de evolução de representações coreográficas como o sr. CABRÉ propôs, plausivelmente, em outras hipóteses.

Quis o falecido arqueólogo espanhol, sr. CALVO Y SANCHES ver nuns sulcos das insculpturas de S.<sup>ta</sup> Tecla o mapa do rio Minho.

Procurei qualquer semelhança entre os sulcos da pedra do Arestal e a representação gráfica dos rios da região e tive uma decepção completa, decepção que, confesso, senti também em S.<sup>ta</sup> Tecla, examinando o pretenso mapa insculpido na rocha da citânia.

A verdade é que nos escapa, por enquanto, o significado destas insculpturas. Porém o que julgo mais de admitir é a hipótese de se tratar duma simbólica religiosa e de pedras sagradas, lugares de devoção ou de alta magia, ou então, com menos probabilidade, de monumentos destinados a memorar alguns fastos da vida dos povos prehistóricos das imediações da serra.

Ainda hoje, como todos sabem, os povos das encostas e dos vales das nossas montanhas conservam nos pinheiros dos seus montes ou nas suas esplanadas, as capelitas votivas ou os santuários das suas grandes devoções. Lá estão perto o S. Tiago do Arestal, a Senhora da Saúde de Cambra, a Senhora da Lage nos confins de Arouca, a Senhora do Socorro em Al-

## ARTE RUPESTRE

bergaria-a-Vélha e a Senhora da Penha, no Espinheiro, de Sever.

Alto significado deviam ter estas pedras insculptadas para assim se acharem perdidas e isoladas na serra entre tantas outras igualmente propicias ao exercicio dessa arte rupestre cujas sucessivas descobertas vem preocupando e intrigando os cultores da prehistória!

Parece-me bem que se estas insculpturas fôsem mero produto da fantasia e do capricho de qualquer habitante da montanha, outros, no correr do tempo o seguiriam, exercendo, por imitação, nas rochas vizinhas, a sua paciente, trabalhosa e inútil arte.

A raridade das estações rupestres é um argumento a favor do carácter religioso ou monumental das suas insculpturas que exigiam já habilidade de desenho e técnica de execução, braço firme, ferramenta apropriada.

✱

\* \*

Santuário ao ar livre, como CALVO Y SANCHEZ considerou o grupo de insculpturas de Santa Tecla, monumento de façanhas guerreiras ou de grandes acontecimentos prehistóricos, pedra de práticas mágicas e supersticiosas, tentativas de escrita por signos estilizados e convencionais na época, mesmo simples produto do trabalho voluntário de artistas prehistóricos, em qualquer hipótese, quero eu crer que estes petroglifos são manifestações de uma cultura que acompanhou a chamada cultura megalítica, se dela mesma não fez parte durante algum tempo, cultura essa que para OLMALLER é a da época mais recente da idade do bronze.

Essa cultura ter-se-ia difundido por migrações ou por contactos directos e parentescos étnicos ou pelas relações económicas, como pretende BOSCH GIMPERA, ou, por cópias e infiltrações, como pensa OBERMAIER, ou de *prochi en prochi* como supõe DICHILLI, mas indubitavelmente segue, em certa altura, a civilização dos dolmens.

De facto verifica-se, como o sr. dr. MENDES CORREIA nota, que a civilização dolménica é uma civilização litoral e que mesmo na Península Ibérica os dolmens são mais frequentes na periferia do que no centro, devendo a sua difusão ter-se efectuado por via marítima.

Ora o âmbito geográfico da arte rupestre da espiral e dos círculos concêntricos no ocidente europeu, parece ser também apenas o litoral. No interior da Península não se encontram ou raríssimas vezes se encontram semelhantes insculpturas. D. JUAN CABRE, por mim consultado em 1930, afirmou-me que tinha descoberto numerosos exemplares de gravuras rupestres no interior

## ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

da Espanha, mas nunca a espiral, que constitui, salvo documentos em contrário que eu ignoro, uma particularidade manifesta do noroeste peninsular.

Examinando-se o mapa da arte rupestre do nosso país, publicado pelo dr. Rui de SERRA PINTO, constata-se que as estações ao sul do Mondego são raras; umas seis apenas dispersas num território de área dupla da parte de Portugal ao norte do Mondego onde se contam já nada menos de quarenta.

Pois para o sul do Vouga não passam os círculos concêntricos e da espiral ao sul desse rio só conheço um exemplar: o publicado por MARTINS SARMENTO a quando da Expedição Científica à Serra da Estrêla (1).

Será um mero acaso?

Ninguém o dirá.

GAMBERA considerou a divisória de águas entre o Douro e o Mondego, isto é, o vale do Vouga, como a linha de separação dos dois grupos de castros que elle chamou o do norte e do sul.

E possível que na arte rupestre se dê também a separação que aponto e mais relacionada com as causas que determinaram a diferenciação dos castros.

Creio ter havido um ciclo de cultura megalítica em que estes petroglifos traduziram um simbolismo especial adoptado pelos povos do noroeste e pelos da Bretanha e Irlanda, que no-la transmitiram, cultura essa que acompanhou a cultura dolménica talvez já no seu final, mas que caminhou em sentido contrário, isto é, do norte para o sul.

«BOSCH GIMPERA», diz o ilustre presidente da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnografia, nas suas sistematizações das culturas peninsulares preenche a lacuna entre o epipaleolítico e o neolítico avançado com o asturiense e a arte rupestre. Ficaria assim a arte rupestre a testemunhar a continuidade cultural entre as duas fases aludidas. Gravuras e pinturas em rochedos e em abrigos sob rochas, constituiriam os documentos de tão longa transição, estando assim por descobrir outros vestígios da existência humana correspondentes sem duvida a tão extenso período».

(1) Outra estação de arte rupestre, com espirais, deveria ter existido na Serra do Arestal. Outra, pelo menos. Essa outra estação encontra-se documentada no Museu Municipal de Arqueologia e Etnografia de Aveiro, que trago em organização. Uma pedra com uma espiral foi-me revelada também pelo meu amigo sr. Diamantino Pereira da Cruz a quem devo a descoberta das insculpturas dos *Furnos dos Mouros*. Essa pedra, em tempos arrancada à serra pelos pedreiros construtores, achava-se metida numa parede da casa daquele meu amigo, no Espinheiro, onde eu a examinei.

Teve o sr. Diamantino Pereira da Cruz a gentileza de mandar tirar da própria parede o valioso exemplar para mo oferecer. Devo a esse meu amigo e ao sr. dr. Daniel de Almeida, distinto medico em Sever do Vouga, uma inesquecível cooperação nos meus estudos sobre o seu concelho. Aqui lhes consigno um reconhecido agradecimento.

## ARTE RUPESTRE

Mas, no entender do mesmo autorizado prehistoriador, estas dificuldades resultam sobretudo da evolução dos nossos conceitos sobre o neolítico puro, pois que este foi consideravelmente encurtado.

É que, continua o mesmo professor, o mesolítico diminuiu-o, como também a cultura dos dolmens que se supunha ser para-mente neolítica e é coeva das primeiras idades dos metais.

Esta sabia e sensata explicação pode harmonizar admiravelmente a dificuldade ressaltante do facto de se não encontrarem os círculos nem as espirais ao sul do Vouga quando é certo que tais signos deviam acompanhar, com a arte rupestre, a cultura dos dolmens na sua expansão para o sul e interior de Portugal e de Espanha.

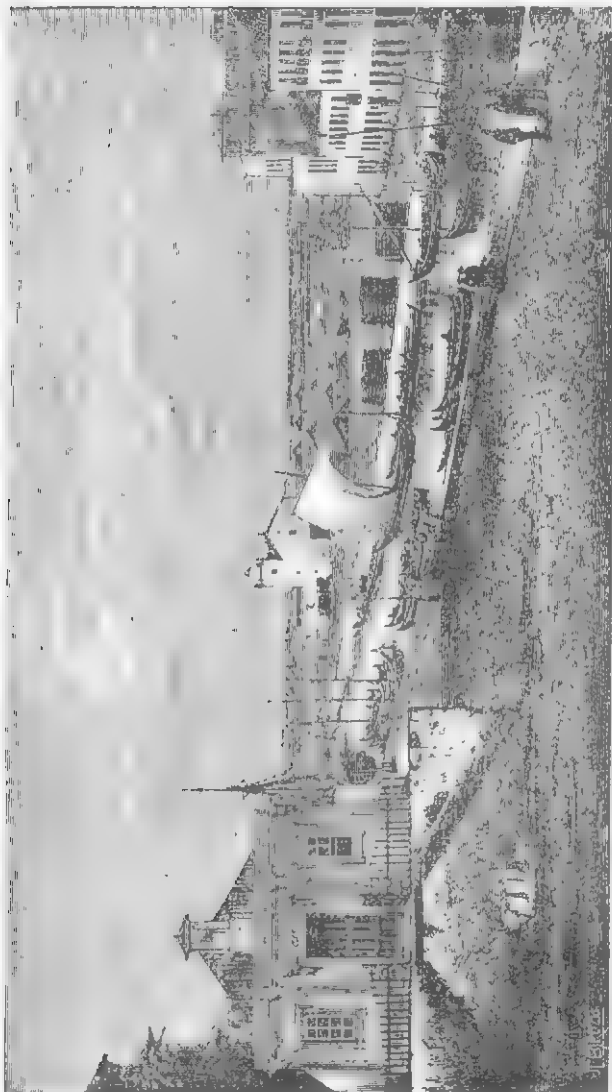
O ciclo rupestre dos círculos e das espirais podia ter chegado ao noroeste peninsular pelas influências marítimas da Bretanha e da Irlanda e vizinhança da Galiza, no declínio da cultura dos dolmens, em plena idade do bronze.

E assim, com o termo dessa cultura e desuso das inumações sob as antas e as mamoadas, teria morrido o simbolismo desses misteriosos signos, que só esporadicamente passaram o Vouga para o sul ou por caírem em desuso, ou por encontrarem na esquerda deste rio obstáculos étnicos ou culturais, assentes já ou vindos em invasões, que obstaram à sua expansão meridional.

As combinações circulares e espiralóides da arte rupestre, se é certo o que suponho, —que não se expandiram normalmente para o sul do Vouga e terminaram o seu natural âmbito geográfico nas margens norte deste rio, —podem constituir, assim, um novo e interessante argumento para provar as estreitas relações das populações do noroeste peninsular com as populações da Bretanha e da Irlanda, nos tempos do bronze, ou mesmo do bronze final, como pretende OBERMAIER.

Assim outras descobertas viessem esclarecer o problema e melhores obreiros, verdadeiras autoridades, tomassem a peito a teoria que não tem originalidade porque resulta, apenas, da conjugação de afirmações e interpretações alheias e de um exame de factos que as duas estações rupestres das serras de Cambra e de Sever vieram, afinal, a revelar-nos.

ALBERTO SOUTO



### AVEIRO ANTIGO

*Vista tomada em 1877 do actual largo de Luiz (lpiano para o Rossio, que áquella data era ainda praia de marinhas de sal.*

*Junto delas, a capela de S. João, que foi demolida em 1912.*

*Findando no cais da Alfandega, um caique documenta como a navegação ocennica chegava até o centro da cidade.*

*No 1.º plano, á esquerda, a escola primária do Conde de Férreira, construída em 1866.*

Fotografia de M. MUNNÉ, gravura de PEDROSO, impressa no N.º 2 da revista Museu Tecnológico, de M. DA MAIA ALCOFORADO.



# INFORMAÇÕES PAROQUIAIS DO DISTRITO DE AVEIRO DE 1721

(Continuação)

## AVELÂS DE CIMA

Informação de noticias dadas a Ordem do Illustrissimo Cabido da Cidade de Coimbra Sede Vaccante.

Está a Villa de Avellans de Cima (chama se assim por differença de outra Avellans, que lhe fica ao seu Occidente, Em distancia de mea Legoa, E se chama Avellans de bayxo, e por outro nome Avellans de Caminho, que esta na Estrada real da Cidade do Porto para a de Lx.) Entre a Cidade de Coimbra, E a Villa de Aveyro, distante daquella cinco Legoas, E desta quatro, E he da Comarca de Ésgr.<sup>a</sup>

Tem a dita Villa de Avellans de Cima Sua Igreja Parochial, cujo titulo he, *San Pedro*, que comum.<sup>te</sup> se chama *San Pedro de Avellans de Cima*; Cujo Padroado he secular, E della he hoje Padroeyro, *Fran.<sup>co</sup> de Almada*, Donatario da d.<sup>a</sup> Villa. - Acha se a dita Igr.<sup>a</sup> de nouo rehedificada, na mesma area, em que esteve, e foy fundada a Velha; Em cuja frontaria da parte de fora, Estaua h.<sup>u</sup> Padrão, ou Letreyro de letra gotica, o qual hoje se acha na parede da dita frontaria da p.<sup>a</sup> de dentro, no Lado direyto, junto da pia baptismal; E Esculpido em Letras Latinas, se mandou por na noua frontaria da p.<sup>a</sup> de fora na parte direyta. E diz assim:

*In Era M.CCXI. Fundata est hæc Ecclesia in honorum Dey, et sanctæ Mariæ, et Beati Petri Apostoli, quam Prælati Petrus Præsbiter fecit, atquæ suorum Laycorum adiutorio. Pelagius Magister Scripsit.*

E em correspondencia na parte esquerda da dita nova frontaria está hum Letreyro da sua rehedificação, que diz assim:

*Anno Dni 1717 reedificari Cœpit hæc Ecclesia, Beatri Petri Apostoli titulo decorata, Eam regente Sebastião Pereyra de Miranda Henriquez, et operi præsidente, qui hæc scripsit, Emmanuele de Andrade. Erat tunc Ecclesiæ Procurator Joannes Rodricus, qui operi asiduè incumbat.*

Tem a dita Igr.<sup>a</sup> dous altares Collateraes, o da p.<sup>a</sup> do Evangelho, ou direyta, he do Sancussimo Sacramento; E o da parte esquerda, he de N. Sr.<sup>a</sup> do Rozario. Tem mais dous altares, com seus arcos de pedra de Ançan, embebedos nas paredes de ambos os Lados, E em Correspondencia, Estes se acham agora sem titulo por não terem retabulos; E Se espera seja o titulo de h.<sup>u</sup> *San Braz*; e *San Sebastian* do outro.

No plano da Capella mayor da dita Igr.<sup>a</sup> da parte do Evangelho junto a porta da Saceristia está huá sepultura que na pedra que a Cobre, tem hum Letreyro, que diz assim:

## ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Sepultura de Dona Maria de Miranda Pereyra, mulher que foy de Francisco de Mello de Sampayo; filha de Sebastião Pr.<sup>o</sup> de Miranda, E Dona Fran.<sup>ca</sup> de Mendonça Falleceo a 20 de Agosto de 1684 annos.

Por debayxo do qual Letreyro estam esculpidos dous corações vnidos, atrassados e passados com huã flecha, no que se insinua o mutuo, e puro affecto, com que sempre viveram em vnão os dous cazados. Por cima do Letreyro estam esculpidas huas armas, que Sam: Em hum Escudo partido, na p.<sup>te</sup> direyta delle, huã Aspa com quatro flores de Liz nos vãos della, q. sam as armas dos Mirandas; E na parte Esquerda seis arroellas, que Sam as armas dos Mellos; E por tymbre, huã Aguiã com duas cabeças.

E porq̃ a Coriozidade dos que Lerem, se não hã de satisfazer com o dito, E quererã passar mais avante, he de Saber, que o sobredito Sebastian Pereyra de Miranda, foy Mosso Fidalgo da Caza de El Rey, E cazado com a dita D. Francisca de Mendonça, da qual entre outros filhos, alem da dita D. Maria de Miranda Pereyra, teue a Antonio de Miranda Cavaleyro Generoso, E alentado, que pella feé, e pello seruiço do seu Rey, honrada E fidalgamente se Expos a morte em Campo, nos Estados da India Oriental vendendo a Vida propria plas muitas mortes, q̃ fez nos Mouros, que lha tiraram, E della o privarão, depois de Camado, E fatigado das muitas mortes, que nelles valerosamente Foyto tinha, do que Sendo Sabedor Sua Mag.<sup>de</sup> teue por bem escreuer ao dito Senpray, insinuando lhe o seu sentim.<sup>to</sup> na falta de tam bom, E Leal Vçalo, E dando lhe o pezame da morte de tal filho.

Viueo o dito Sebastian Pereyra de Miranda sem freg.<sup>ia</sup> na Sua Quinta, E Prazo da Figr.<sup>a</sup>, que Comprehende ao proprio Lugar da Figr.<sup>a</sup>, Matta de bayxo, E Matta de Cima, o Lugar de Cancellas, o Lugar de Ferreyrinhos, a Povia do Gago; o Lugar da Candieyra, E Quintela das Lupas, em q. se lhe pagam as reções, E foros. Sam S.<sup>rs</sup> direyto do dito Prazo, os Conventos de Sam Domingos, o de Amaranite, E o de Villa Real; E depois de Veuvo se fez Clerigo.

Foy o dito Sebastian Pereyra de Miranda filho de Luiz Pereyra de Miranda, E de Dona Maria de Mariz sua mulher, da qual Viuando, se fez Clerigo, E ao depois foy Bispo de Cabo Verde. Teve mais huã filha chamada D. Luiza de Miranda, que Cazou Com Fran.<sup>co</sup> Deça e Castro, dos quaes he descendente, Joachim Manoel Ribr.<sup>o</sup> Soares, filho de Diogo Luiz Ribr.<sup>o</sup>; Tenente General da Cavalaria da Corte; E D. Izabel Senhorinha de Castro; Sam tambem seus descendentes, os filhos de Manoel Frr.<sup>o</sup> de Eça da Villa de Guimarães E de Sua mulher D. Fran.<sup>ca</sup> Benta de Castro, irmã da dita D. Izabel Senhorinha de Castro.

He este Luiz Pereyra de Miranda o de que faz menção Brandam na 4. p. da Sua Monarchia Luzitana L. 15. Cap. 10 Fallando delle E de Seus paes, que foram Ruy P.<sup>o</sup> de Miranda, senhor do Morgado de Carvalhaes; e Donatiano das Villas, Avellans de Cima, Ferreyros, E Ilhaos; e D. Anna da Cunha, dos quaes nasceram Andre Pereyra de Miranda, que lhes succedeu na Caza, Luiz Pr.<sup>o</sup> de Miranda predito, Simão de Miranda Henriquez, que foy Maltez, E Fran.<sup>co</sup> Pr.<sup>o</sup> de Miranda. Faz se menção de toda esta descendencia plo que ao diante Se ha de dizer ao intento das noticias q̃ se mandam dar, E Se pedem.

Tem esta freguezia em seus Lugares dez Ermidas, ou Capellas, das quaes none pretendem ao povo; a Pr.<sup>a</sup>, e a mais notivel, he a de Nossa Sr.<sup>a</sup> das Nuez, chamada vulgarmente a Sr.<sup>a</sup> do Pinheyro, Celebre pellas muitas maravilhas que obra com Seus deuotos, que a ella concorrem em grande Concurço, em todo o anno, e muito particularmente em os sabbados em que se dizem m.<sup>ss</sup> Missas no Seu altar; e não menos Celebre plas agoas de hua fonte, que junto a dita Ermida Está, das quaes muitos enfermos se aprobeitão, como de reliquia, e com credito, chama se vulgarmente a fonte de Nossa Sr.<sup>a</sup> das Nuez; sua festividade se Celebra em Sinco de Agosto E tem sua feyra, Com trez dias franca, na Sua Capella se acham muitas memorias, assim em retabolos, como em rostros, peitos, braços, E maos de cera fina, e assi tambem as mortallas, E camizas, e madeixas de cabellos, o que tudo lhe apresentam Seus deuotos Em reconhecimento; e confissam da m.<sup>re</sup>;

## INFORMAÇÕES PAROQUIAIS DO DISTRITO

que cada hum da Sr.<sup>a</sup> recebeu, Liurando o da morte, achaque, ou mal em que a invocou. A segunda Ermida he a Sr.<sup>a</sup> dos Remedios no Couto do Pereyro. A 3.<sup>a</sup> he de Sancta Infemia no sobredito Lugar da Figr.<sup>a</sup>. A 4.<sup>a</sup> he a de Sam Barnabe no dito Lugar de Canellas. A 5.<sup>a</sup> he a do Bom Jesus no dito Lugar da Mata de Cima. A 6.<sup>a</sup> he a de Sam Simão em o Lugar de Boyalvo. A 7.<sup>a</sup> he a de Sam Bartholomeu no Lugar do Pardieyro. A 8.<sup>a</sup> he a de Sam Lourenço no lugar do Corrego de Cima. A 9.<sup>a</sup> he da Cadeyra de Sam Pedro em o dito Lugar de Ferreyrinhos, a que acresceo outra de nouo eregida em honra de N. Sr.<sup>a</sup> das Boas novas, na dita Pouoa do Gago, E sam dez com estas que pretendem ao pouo, não obstante que acima se diz, Sam nove. A undecima, he a Ermida de N. Sr.<sup>a</sup> do Socorro, Sita no Rocio, e meyo da dita Villa de Avellans de Cima, a qual he particular, para o que he de Saber, que,

Simão de Miranda Henriquez, filho de Ruy Pr.<sup>a</sup> de Miranda, de quem aCima fallamos, dezejando, Como Se Collige, dar Culto publico, E perpetuo a Sagrada Imagem da Virgem N. Sr.<sup>a</sup> do Socorro, a quem sempre a Sua devoção o dera particular; E que Sempre trouxera consigo em todos os Conflictos, em que se achara, como Religiozo que era da Ordem militar de Sam João de Malta, fundou a dita Ermida, em cujo altar poz a Sagrada Imagem, Com a invocação de N. Sr.<sup>a</sup> do Socorro, ao Lado dreyto da qual, mandou pintar o Patram da Sua Religioza me leia, Sam João Bapt.<sup>a</sup>, mostrando lhe com o indice da dextera, a quem deuia invocar; E no Lado esquerdo se mandou retractar a Si mesmo, posto de grolhos, vestido de armas brancas, e espada Cingida com as mãos Levantadas olhando para a mesma Sr.<sup>a</sup>, de posto o Elmo e manoplas a Seus pèz, e por terra, e por bayxo do retrato, está esta Letra: F. S. de Miranda. Na verga da porta principal da dita Ermida Está o Letreiro seguinte:

Esta Ermida de Nossa Sr.<sup>a</sup> do socorro he de Fr. Simão de Miranda Henriquez Comendador de Malta. Anno de 1592.

No meyo da Verga, e Letreiro, está hum escudo partido, ou devidido em trez partes, na de Cima da p.<sup>te</sup> dreyta tem hũa Cruz floreteada; na da esquerda da parte de Cima estão quatro flores de Liz em aspa, e hũa Lua nova no Meyo com as pontas p.<sup>a</sup> Cima; E na parte de bayxo, q he a terceyra no fundo do escudo, tem hum Castello, a que acometem dous Leões Rompentes; por detraz do escudo saem ao alto, e bayxo E aos Lados delle as extremidades da Cruz da Religiam de Malta. No outam desta Capella está hũa Cruz de pedra, que no meyo tem huã Cruz de Malta.

Morto Fr. Simão de Miranda Henriquez, Succedeu na posse, e administração da dita Ermida, Fran.<sup>co</sup> Pr.<sup>a</sup> de Miranda seu Irmão, e filho do dito Ruy Pr.<sup>a</sup> de Miranda senhor de Carvalhaes, E ainda q foy cazado com Dona Anna da Cunha, della não teue descendentes, E falecendo ab intestado lhes succederam seus sobrinhos, o predicto Sebastiam Pereyra de Miranda, filho de Luiz Pereyra de Miranda, E Sua Prima Dona Luiza de Mello filha de Andre Pereyra de Miranda, e mulher que foy de Christovão de Almada, Provedor da caza da India Nesta herança e partilha, aconteceu ao dito Sebastiam Pr.<sup>a</sup> de Miranda a Quinta da Gracioza, em que vivia o dito seu tio Francisco Pereyra de Miranda, E a quinta chamada dos Pinheyros. Huã e outra estam em o termo da dita Villa de Avellans de Cima; e a propriedade, e posse da dita Ermida de N. Sr.<sup>a</sup> do Socorro, do que tudo, esta hoje de posse, E he Senhor Antonio Luiz de Mello e Sampayo Fidalgo da Caza de Sua Magestade, Netto do dito Sebastiam Pereyra de Miranda, e Filho da dita D. Maria de Miranda Pereyra, de Cuja Sepultura aCima se tractou.

E porque fazemos aqui menção de Francisco Pr.<sup>a</sup> de Miranda, E este fosse eminente em piedade, E Relegiam, Rezam he, dizer se o em que Se occupou E de Sua Vida. E Costumez. Militou este muitos annos em Africa pella seé Catholica, E pello serviço do seu Rey; disse n foy Comendador, não ha memoria do titulo da Sua Comenda, nem de qual das Melicias fosse; e recolhendo se ao socego da Sua caza, que foy, E era, a dita Quinta da Gracioza,

## ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

se deu a exercicios de piedade Christã, E com animo deuoto fez Eregir, E Eregio muitas Irmandades, E confrarias, nas Jgrejas que estauão nas terras de Seu Pay, Como foy a de N. Sr.<sup>a</sup> da Escrauaría nesta dita Igr.<sup>a</sup> de Sam Pedro de Avellans de Cima; E outra na Jgr.<sup>a</sup> de Sam Payo no Lugar de Arcos, que he do termo da dita Villa de Avellans; E outra na Jgr.<sup>a</sup> de Sanctiago da Mouta; E em outras fora dellas, como foy Em a Villa de Avellans de Caminho; E em N. Sr.<sup>a</sup> da Ribeyra, que está ao pé do Mondego, E he da freguezia de Pinhr.<sup>a</sup> de Azere do Bispado de Vizeu, Em as quaes se exercita a piedade Christã para Com as almas do Purgatorio.

Fez arvorar na Eminencia do alto monte do Buçaco (que fica distante da dita Quinta da Gracioza, em que o sobredito Vmia, duas Legoa) Hũa freminhoza Cruz de Madeyra, muito antes, que ali fundassem o seu Celebre, E Religiozissimo Conuento do Buçaco os Relegiozos Carmelitas discalsos, que daqui, fundando o, ao depois, tomaram occasiam, para darem a Jgr.<sup>a</sup> do dito Conuento, o Exaltado, l. venerauel titulo de Sancta Cruz. Tudo diz Fr. Leam de Sancto Thomaz na Sua Historia Beneditina tom 2. p. 3 Cap. 15 pag. 284.

No monte de Nossa Sr.<sup>a</sup> da Penha de França, do dito Lugar de Arcos, Em que se acha hũa Ermida da dita Sr.<sup>a</sup> fez o mes no, Leuantar hũa nobre, e grade Cruz de pedra de Ancão Laurada, com hũa Imagem de Christo, E no pedestal della Esta Esculpido, E aberto o Letreiro seguinte :

Memento.

-|  
Nam desmayes peccador,  
Levanta os olhos a min  
que por ti me puz aqui. +

Francisco Pr.<sup>a</sup> de Miranda, filho de Ruy Pr.<sup>a</sup> de Miranda, E de D. Anna da Cunha, Senhores de Carvalhaes, Cazado Com D. Anna da Cunha Sr.<sup>a</sup> da Caza de Taboa, me pos aqui em 27 de Mayo de 1616 Pella sua tensão, E alma Padre Nosso, E Ave Maria.

Não ha nesta Jgreja de Sam Pedro de Avellans de Cima reliquia alguma insigne, e menos nas Ermidas della, não ha tambem Cartorio de prerogatiuas que lhe fossem concedidas, nem de memorias antigas, nem tem a dita V.<sup>a</sup> Mostr.<sup>a</sup>, Mizericordia, nem Hospitales, nem recolhimentos, nem he Colegiada a dita Jgr.<sup>a</sup>; nem tem Coadjutor, nem Beneficiados.

Revendo o Rol dos Confessados, acho, tem esta freguezia duzentos, E outenta E seis fogos, E novecentas, E trinta E hũa pessoas, de Confissão som.<sup>a</sup> E outras q<sup>as</sup> Sam as maes de Confissam, E comunhão.

E quanto aos Liuros dos baptizados, Cazados, e defuntos, no que houve muita meoria nos Parochos precedentes, Em hũa Igr.<sup>a</sup> tam antiga, estam em meu poder, nove Liuros o primeyro dos quaes, E mais antigo, Comessou no anno de 1576 - o segundo Comessou no anno de 1619 - o Terceyro Comessou no anno de 1630 - o Quarto Comessou no anno de 1668 - O quinto Comessou no anno de 1699 - o Sexto Comessou no anno de 1699 - Em todos estes seis Liuros se contem em cada hum delles promiscuam<sup>te</sup> baptizados defuntos, e Cazados. Nos trez ultimos, que Comessaram comigo, E destinam<sup>te</sup> tem num delles, os baptizados, o outro, os defuntos; e o outro os Cazados, Comessarão Estes trez no anno de 1699 E ain ha hoje continuam.

Nam na memoria nesta freguezia de Varam algum insigne que natural fosse della, assinalado em virtudes, ou Letra<sup>s</sup>, Salvo o que dito fica.

Tudo o sobredito he Verdade, e me Consta por vista de olhos, Liuros, e papeis autenticos, e reliquia de pessoas fideigas, e verificas, e o affirmo In Verbo sacerdotis S. Pedro de Avellans de Cima 19 de Mayo de 1721. &c.

O Prior Seb.<sup>a</sup>. Pr.<sup>a</sup> de Miranda Henriques.

Cópia de A. G. DA ROCHA MADAHIL

# ESTRADAS ROMANAS NO DISTRITO DE AVEIRO

E, NOMEADAMENTE, A DE LISBOA AO PÔRTO,  
E A DE AVEIRO A VISEU; E SUA  
IDENTIFICAÇÃO POR DOCUMENTOS ESCRITOS  
E MONUMENTOS HISTÓRICOS

## I

ESTRADA DE LISBOA AO PÔRTO, NO DISTRITO DE AVEIRO  
LOCALIZAÇÃO DA TALÁBRIGA E LANGÔBRIGA

### PROVAS POR DOCUMENTOS ESCRITOS:

**D**OCUMENTOS dos séculos XI e XII e de tempos posteriores accusam a existência de um caminho clássico, principal arteria de ligação do norte com o sul do país pela faixa occidental. Os mesmos documentos permitem estabelecer o piteado desse caminho que se ajustava, sem grandes desvios, a antiga Estrada Real de Lisboa ao Pôrto.

1.º — Uma escritura de 1148, que coloca Brantães, da freguesia de Sermonde, concelho de Gaia, abaixo da estrada mourisca — *subter illam Stratam Mouriscam*. (*Anaes do Município de Oliveira de Azeméis*, a pags. 13 e 14).

2.º — Diplomas de 1096 e 1098 (*Port. Mon. Hist.*, N.ºs 842 e 870) situam Aldriz, de Argoncilhe, concelho da Feira, do lado de cima (a nascente) da estrada — *super stratam*, e varias herdades do território do «Castro» ou «Civitas» Portela (Romariz) de um e outro lado da estrada — *sive super strada comodo subter illa strada*.

3.º — A venda de uma herdade nos limites de S. João da

## ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Madeira a marginar com a estrada mourisca *ab illa strada mourisca ala illo venciro*. (Cf. *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. II, pág. 67).

4.<sup>o</sup> — Similar diploma de 1145, que localiza Azevedo, de S. Vicente de Pereira, abaixo (a poente) da estrada mourisca *in villa dicta azevedo subtus illam stralam mauriscam*. (*Baio Firrado*, de Grijó, pág. 99, v.<sup>o</sup>, na Torre do Tombo).

5.<sup>o</sup> — A carta do Couto de Osseloá, de 1117, fala na Pedra de Aguiá, ponto de partida da demarcação do Couto, junto da qual passava a estrada *«que desce do Portugal»* Gaia, chamada no *Livro Preto «sancta marina de portugal»*. (Cf. *Arg. do Dist. de Aveiro*, vol. II, pág. 23). Osseloá, segundo as melhores opiniões, identifica-se com Assilhó, bairro da vila de Albergaria-a-Velha.

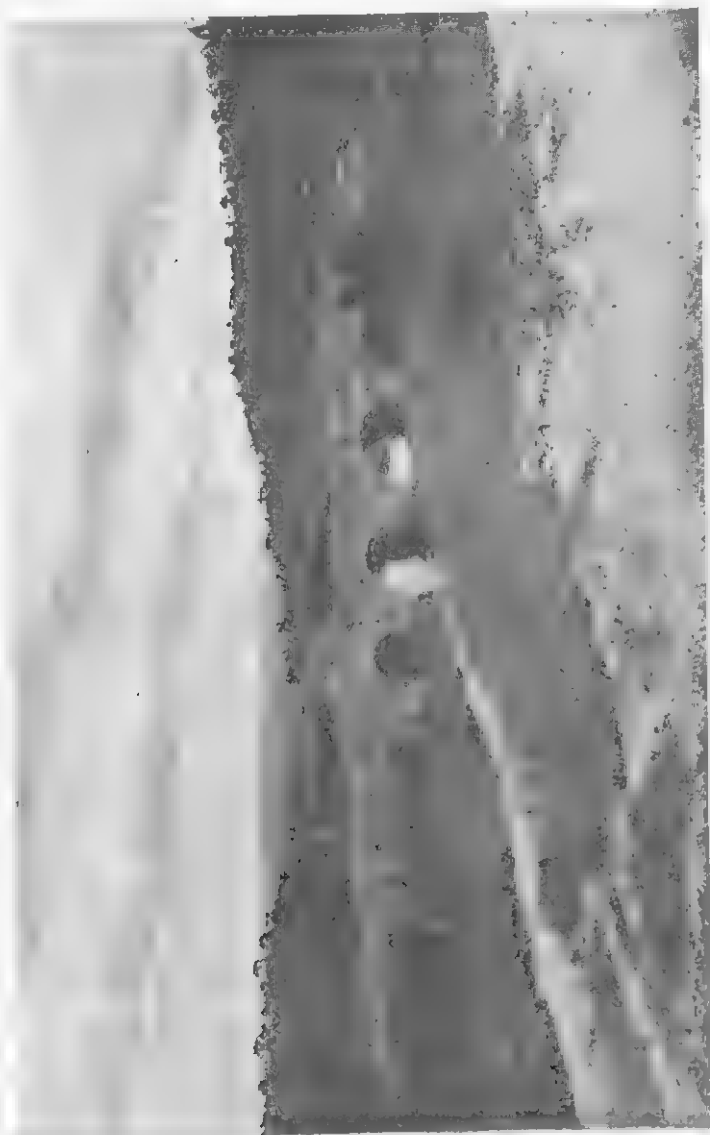
VITERBO, no *Eluvidário*, identifica aquela estrada com a antiga Estrada Real de Lisboa ao Porto: julga, porém, tratar-se duma estrada aberta pelos mouros em substituição da estrada romana que correria pela beira-mar entre o Oceano e Langóbriga, e determinados acidentes geo-morfológicos teriam tornado intransitável. (Cf. *Anais do Município de Oliveira de Azemeis*, pág. cit).

VITERBO não dá a razão do seu dito, mas percebe-se que se funda em duas coisas:

a) O chamar-se nos documentos a via em referência «estrada mourisca». Isto, porém, nada fundamenta, porque sempre foi vício do vulgo atribuir aos mouros tôdas as obras de vulto e antigas, como castros, castelos, pontes, fontes, etc.

b) O preconceito de que a Talâbriga era a actual Aveiro, o que induzia a supor que a Via Militar de ligação daquela estação com a de Cale deveria subir ao longo e perto da costa marítima.

6.<sup>o</sup> — O testamento de D. San'ho Pires, Bispo do Porto, feito em 1332, que mandava dar 100 morabitinos antigos e mais 20 libras para acabamento da Ponte do Vouga e da de Águeda, como se lê no *Censual do Cabido do Porto*, a pág. 436: *«Item Mandamus C. morabitinos veteres quos damus pro annulis de Roby et de Esmeralda qui fuerunt patris nostri pontibus de vouga et de Agata pro anima patris nostri vel illius a quo ipsum annulum habuit si ad eum de iure spectat et praeter hoc mandamus ipsis pontibus XX. libras»*; e o *IV Anacrisis Hist. (II Parte) Episcopologio*, de PEREIRA NOVAIS, a pág. 33 que, referindo-se ao mesmo testamento, diz: *«Dexó dineros para que se acabassen las Puentes del Rio Vouga y del Agueda, en la estrada de Lisboa»*.



A PONTE VELHA NO MARNEL DO VOUÇA

## ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

### PROVAS POR MONUMENTOS HISTÓRICOS:

1.º — A Ponte romana do lugar da Pica, em Cucujães. No seu percurso em o concelho de Oliveira de Azemeis, a vèlha Estrada Real descia de São João da Madeira em direcção à Ponte romana da Pica que atravessava, tendo antes passado pelo meio do lugar de Faria de Cima e também do de Faria de Baixo, em parte, ambos de Couto de Cucujães, e distanciados da Estrada Nacional cêrca de 150 metros, do lado poente. A mesma estrada seguia para Carcavelos, de Santiago de Riba de Ul, que também cortava, e daí para Lações de Oliveira de Azemeis, a poente da referida Estrada Nacional e não longe dela.

O picteado desta vèlha Estrada Real, tanto no lugar da Pica e Carcavelos, como em Lações de Oliveira de Azemeis, dá-nos a quási certeza de que a mesma era o segundo avatar da Via Militar de Antonino.

2.º — O miliario de Ul, exumado dos alicerces da antiga Igreja da mesma freguesia de Ul, situada a pouca distância da referida estrada, tem a seguinte inscrição, decifrada e traduzida pelo eminente epigrafista JOSÉ FORTES:

*Tib . Caesar . Divi . Aug .  
Filius Augustus  
Pontifex Maximus  
Trib . Potest . XXV  
XII*

Tradução:

Tibério César Augusto  
Filho do Divo Augusto  
Pontífice Máximo  
No ano XXV do seu Poder tribunicio  
Milha XII.

3.º — A Ponte romana, intransitavel desde há muito tempo, no Marnel do Vouga.

4.º — O miliário da Mealhada, encontrado, segundo MARQUES GOMES, a 630 metros daquela vila, com a seguinte legenda:

*SAR DIVI  
PON AVG  
MAX TRIB  
COS DESI  
P. P.  
XII*



## ESTRADAS ROMANAS NO DISTRITO

Tradução :

César, filho do Divo Augusto,  
Pontifice Máximo  
Com o Poder Tribunicio,  
Cônsul eleito,  
Pai da Pátria.  
Milha XII.

E, pois, certo, que a Estrada de Lisboa, acima referida e assinalada, sobretudo, pelas últimas provas aqui apresentadas, era a Via Militar romana de Antonino, porquanto não consta que os povos bárbaros, mouros e leoneses que, sucessivamente, dominaram o nosso país, tivessem construído estradas e pontes de grande importância, pôsto que o povo, como já se advertiu, às estradas e pontes romanas continue a chamar mouras ou mouriscas.

Ha quem objecte que os miliários podiam ter vindo de grande distância para o sitio onde foram encontrados. A objecção não procede, pelo menos quanto ao de Ul. Este não foi applicado na construção da primitiva Igreja como obra de arte ou por sua singularidade, pois foi atirado, como alvenaria de encher, para a entulheira dos alicerces. Ora hoje ainda há na localidade rocha de granito de qualidade e bastante para a construção de algumas dezenas de igrejas, como a referida, não se justificando, portanto, a necessidade ou conveniência de se ir buscar muito longe um bloco de pedra para arrazar com ella os alicerces de um edificio.

A passagem da Via Militar de Antonino por a Ponte da Pica, em Cucujães, por Ul, Vouga, Marnel, Águeda e Mealhada, no distrito de Aveiro, identificada, bem mostra que serviu de decalque à velha Estrada Real a mesma Via Militar Romana.

É, pois, pelo leito desta que se deve fazer a contagem das milhas para a localização da Langóbriga e Talábriga.

### LOCALIZAÇÃO DA LANGÓBRIGA E TALÁBRIGA NO DISTRITO DE AVEIRO :

De facto, a distância quilométrica de Coimbra a Gaia, segundo os antigos corógrafos que, de-certo, se basearam na medição pela velha Estrada Real, exprime-se pelo número 105, correspondente as 71 milhas do Itinerário de Antonino, assim repartidas na edição *Parthey-Pinder*, Berlim, 1848:

De Emúrio a Talábriga — 40 milhas ou quilómetros . . .	59,240
De Talábriga a Langóbriga 18 » » » . . .	26,658
De Langóbriga a Cale 13 » » » . . .	19,253

## ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Em face desta Tabuada:

*Talabriga* — devia estanciar bastante ao norte do Vouga, por alturas da Branca, que dista de Coimbra e Pôrto, respectivamente e aproximadamente 60 e 46 quilómetros, conclusão a que, já em 1907, chegou o eminente arqueólogo Dr. FELIX ALVES PEREIRA, como consta do seu opusculo *Páginas arqueológicas — III — Situação conjectural de Talábriga*, a pág. 21.

*Langobriga* — a 19 quilómetros de Gaia, tem de se buscar ao norte da Vila da Feira, entre São João de Vêr e Lourosa.

O miliário XII da Mealhada só pode marcar a distância desta vila a Eminio, que é realmente de 12 milhas ou 18 quilómetros, verificando-se assim que entre Eminio e Talábriga a contagem miliar se fazia do sul para o norte.

Pelo contrário, o miliário XII de Ul indica que a contagem, neste sector, se fazia do norte para o sul, porquanto de Ul à Branca apenas se contam 8 quilómetros, ou 5,5 milhas.

Entre Lourosa e Ul cabem, sem fortes acotovelamentos, as doze milhas da conta.

Este arranjo é, a nosso ver, o que melhor se harmoniza com todos os dados que entram em jogo na solução do velho problema.

A notada contradição entre os cipois de Ul e Mealhada, quanto ao sentido da contagem, parece-nos de importância secundária.

Há os que argumentam com o texto de Plínio: «A Durio Lusitania incipit: Turduli Veteres, Paesuri: Flumen Vacca. Oppidum Talabriga» para localizarem esta cidade na margem esquerda do Vouga.

Sedutora hipótese, que encaixava à maravilha Talabriga na estação arqueológica do Cabeço do Vouga, a «civitas Marnelae» do *Portug. M. Hist.* perto da antiga estrada e velhíssima ponte, para cuja fábrica ou reconstrução contribuiu D. Sancho Pires, Bispo do Pôrto, como já fica referido, e Langobriga, arrastada por Talabriga, descenia para o «castelo» ou crasto de Lações, sonho obsidiante do velho abade de Oliveira de Azemeis — Dr. Oliveira Ferreira.

Mas de Lações (paróquia de Azemeis) a Gaia vai o dôbro da distância, que no *Itinerario* separa Langobriga de Cale, e do Marnel a Coimbra deve apurar-se menos 10 milhas que as contadas por Antonino entre Eminio e Talábriga.

E com os números, que têm a inflexível rigidez das matemáticas, não se brinca.

Pô-los em dúvida?

Seria abrir as portas do septicismo em relação aos restantes dados do problema.

## ESTRADAS ROMANAS NO DISTRITO

\*

\* \*

O Códice Florentino (século XI) altera bastante, quanto a contagem das milhas, os números da edição berlinense do *Itinerário*, mas a sua tabuada está evidentemente errada.

Segundo elle, Talabriga, a XI milhas de Emmio, não podia ultrapassar a vila da Mealhada e, nesta hipótese, a milha XII só podia contar-se a partir de Talábriga e o respectivo cipo não podia ser encontrado na dita vila.

Langóbriga tomaria o anterior lugar da Talábriga na Branca. Mas Cale é que se não pode deslocar de Gaia.

Desta a Branca contam-se 46 quilómetros, e a distância que separava Cale de Langobriga, segundo a edição alemã do *Itinerário* e o *Códice Florentino*, era de XIII milhas ou quilómetros — 19,253.

## II

### IDENTIFICAÇÃO DA ESTRADA ROMANA DE AVEIRO PARA VISEU E DE UM SEU RAMAL PARA VOUZELA

A vélha estrada de Aveiro a Viseu, que era uma via secundária romana, na sua direcção também passava em A-dos-ferreiros, donde partia um ramal para Vouzela.

Pela documentação e dedução que segue, se verifica que essa estrada com o seu ramal coincidia, com poucas variantes, com as estradas suas sucedâneas, e outras em construção.

#### PROVAS POR DOCUMENTOS ESCRITOS:

1.º — Uma Memória sôbre a Vila de Aveiro faz referência a uma estrada em Aveiro com a denominação de *Caminho rial*. Diz a Memória: «Da ponte para a parte austral se continua com a pequena subida o quarto bairro que é o melhor e o mais antigo da vila em que reside quasi toda a nobreza dela; e este (bairro) sómente é cingido de altos muros... Tem estes .. nove diversas entradas... e é a primeira a que chamam a da Vila, da qual sai para o *caminho rial* uma larga rua...». (*Arquivo do Distrito de Aveiro* — vol. III, a pág. 93).

É de supor, portanto, que o referido *caminho rial* seja o sucedâneo da Estrada Romana de Aveiro a Viseu, e tambem do seu ramal para Vouzela com principio em A-dos-ferreiros.

2.º — O *Rotário Terrestre do Mapa de Portugal* — Tomo III, pág. 58, 59 — por JOAO BATISTA DE CASTRO, descreve o itinerário da mesma estrada e seu ramal, como segue:

## ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

a) A estrada a partir de Aveiro em direcção a Viseu:

«De Aveiro a Eixo  
À Palhaça  
À Arrancada  
A dos Ferreiros  
A Cabeça do Cão  
À Urgueira  
A Monte Têso  
À Portela  
A S. Miguel de Outeiro  
À Cruz Alta  
A Viseu.»

b) Um ramal da mesma estrada, a partir de A-dos-ferreiros em direcção a Vouzela:

«De Aveiro á Palhaça  
A Arrancada  
À dos Ferreiros  
Às Talhadas  
Às Bemfeitas  
A Ponte Fóra  
A Santiaguinho  
A Vouzela.»

### PROVAS POR MONUMENTOS HISTÓRICOS:

1.ª — A Ponte Romana do Alfusqueiro na velha estrada de Aveiro a Viseu. De A-dos-ferreiros descia a velha estrada em direcção a Viseu, que lhe fica a sudeste, para atravessar a gigantesca ponte que dista de A-dos-ferreiros cerca de 1500 metros, e daí avançar para Cabeça do Cão, da freguesia do Préstimo, continuando para a Urgueira, da freguesia de Macieira de Alcôba, do distrito de Aveiro; e, a seguir, para Monte Têso, S. Miguel do Outeiro, Cruz Alta e Viseu, do distrito de Viseu.

Prosseguindo — seguem ainda dois outros argumentos provando também a passagem da mesma estrada pelos locais supramencionados:

a) Descrição da Ponte do Alfusqueiro. Diz E. S. HERRIER, Engenheiro de Minas: «Quem sair do Prestimo para

---

NOTA. — Em Arrancada cruzava a estrada de Lisboa com a velha estrada de Aveiro a Viseu, como consta da tradição, e de uma antiga Carta das vias militares, intitulada: — *Mapa das Estradas e Vias Militares de Portugal* (extraído do que se publicou em Londres, em 1811).

## ESTRADAS ROMANAS NO DISTRITO

Adosferreiros atravessa uma ponte lançada sobre o Rio Alfusqueiro. A referida ponte, pelas suas características, não deixa duvida nenhuma sobre a sua origem romana. As suas lineas exteriores, o corte dado ás pedras, o encaixamento das mesmas, emfim o conjunto geral só na architectura romana se encontram. Alem disso, na vertente de uma



*Ponte romana sobre o rio Alfusqueiro, no caminho de Ados-Ferreiros para Préstimo*

serra proxima a ponte notavam-se ainda, ha duzia de anos, vestígios de caminhos romanos. No tope, o caminho das vigias. Mais abaixo, uns 40 a 50 metros, o caminho principal por onde passavam as tropas». (Carta ao Rev. Abade João Domingues Arede, datada de Minas de Várzeas - Trévões — Alto Douro, de 21 de Dezembro de 1923).

A mesma ponte assenta, do poente, em a base duma

## ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

serra, e do nascente no sopé duma lingua de monte, banhada pelo rio Alfusquero, e tem um so olhal limitado por um arco, de pedras bem ajustadas e encaixadas, o qual, visto no seu conjunto com o arco formado pelo leito do rio, apresenta uma grande circunferência. O seu tabuleiro mede 5,<sup>m</sup>49 de largura, não incluindo na medição os bordos ou guardas da ponte.

b) Sulcos de rodados de carro em rocha. Além de Cabeça do Cão, sítio já referido, cêrca de 800 metros, onde chamam «Tulha do Magro», à vista da povoação do Rio de Maçãs, segue o caminho antigo um pouco inclinado do lado poente que mostra seis grandes sulcos de rodados largos, de viaturas, correndo paralelos sobre rocha, na extensão de uns quinze metros, ainda que mais descidos alguns no declive da mesma rocha. Esses sulcos medem 1,<sup>m</sup>40 de centro a centro, ou seja, de rodeiro, sem incluir as penas, donde se conclui que os carros desses tempos longínquos eram mais largos que os carros de bois, nos tempos de hoje.

2.<sup>o</sup> — Os miliários de Reigoso e Bemfeitas no ramal da vèlha estrada de Aveiro para Vouzela. Estes miliários são documentos autênticos do percurso continuado do referido ramal, com principio em A-dos-ferreiros, e seu prolongamento pelas Talhadas, do distrito de Aveiro; e Bemfeitas, Ponte-Fora, Santiaguinho e Vouzela, do distrito de Viseu.

### PROVAS TRADICIONAIS:

1.<sup>o</sup> Meios de transporte. Nos tempos antigos eram usadas viaturas com rodas de cambas e miul, de bastante fortidão, para transporte, como o demonstram os sulcos fundos na rocha, já referidos. Em tempos posteriores, a condução de mercadorias de Aveiro para Viseu e Vouzela, era em bestas de carga, as quais, de campainhas e chocalhos ao pescoço para afugentar o sono, e pontas de veado na testa para espantar o diabo, seguiam, de rédea segura pelo almoreve, a vèlha estrada de Aveiro para Viseu e o seu ramal para Vouzela. Os caminhos de hoje, na maior parte do seu percurso, transformados em novas estradas, ajustam-se, com poucas variantes, aos vèlhos caminhos.

2.<sup>o</sup> — Ferrarias. Havia oficinas de ferraria em Arrancada, A-dos-ferreiros e Urgueira para o serviço de pôr ferraduras em bestas de carga e cavalar. O último ferrador de A-dos-ferreiros tinha o nome de — Joaquim de Almeida Vidal, e o da Urgueira o nome de — José Fernandes de Carvalho.

Com o Caminho de Ferro da Beira Alta e sua abertura à exploração, em 1882, acabaram as ferrarias nas povoações su-

## ESTRADAS ROMANAS NO DISTRITO

pramencionadas e, ao mesmo tempo, o transporte de mercadorias pela velha estrada de Aveiro para Viseu.

### PROVA POR DEDUÇÃO:

*Número unico* No tocante à velha estrada e seu ramal, já referidos, o *Roteiro* apenas menciona os pontos altos que a mesma estrada e ramal atravessavam na sua respectiva direcção, tendo deixado em silêncio os outros pontos intermediários ainda que baixos e de maior importância. Esses pontos mais elevados, com vista de uns para outros, dão a certeza de que os referidos pontos elevados eram verdadeiras vigias militares para assegurarem a passagem afoita das coortes romanas.

Cucujães, 24 de Setembro de 1937.

Abade aposentado — JOÃO DOMINGUES AREDE

## ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO



### AVEIRO

*Estátua de José Estêvão Coelho de Magalhães, na Praça da Republica, em frente dos Paços do Concelho. Feita por subscrição publica. Projecto do escultor Simões de Almeida.*

*O bronze foi dado pelo Governo, por lei de 3 de Julho de 1882; a fundição fez-se no Arsenal do Exército, por lei de 4 de Maio de 1886, e sob a direcção do capitão de artilharia Leandro Augusto Roque Pedreira.*

*Colocada a estátua no pedestal em 20 de Julho de 1889, e inaugurada com a maior solenidade em 12 de Agosto de 1889. Em Dezembro de 1936, a Camara Municipal retirou a grade que rodeava a estátua.*



## DOCUMENTOS PARA A HISTÓRIA POLÍTICA DO DISTRITO DE AVEIRO (1847-1862)

**J**Á dei no vol. III desta revista uma sucinta noticia dos movimentos politicos desde 1835 até 1847, e publiquei alguns documentos a elles referentes. Análogamente irei proceder para a época que decorre desde 1847 até 1862. Antes, porém, de o fazer, quero deixar arquivada aqui uma descripção dos acontecimentos da revolução da Maria da Fonte, e do pronunciamento de 6 de Outubro de 1846, feita por um aveirense que tomou parte activa nêles.

Assim começa o apontamento original que tenho presente, do qual actualizo a grafia:

Em 29 de Janeiro de 1812, digo, no dia 27 de Janeiro do anno acima se aclamou no Porto a Carta de 26, para o que ali tinha vindo dias antes, de Lisboa, Antonio Bernardo da Costa Cabral, então ministro das Justças, e ali se nomeou uma Junta de que foi presidente o mesmo Costa Cabral, e dali mandou da forma seguinte: — Manda a Junta em nome da Rainha; e no dia 28 recebeu aqui o Administrador Geral ordem para a fazer: este officiou à Câmara sendo presidente Antonio Augusto para no dia 29 se fazer aclamação; este respondeu ao officio que não anufa; depois mandou outro officio para lhe mandar as chaves a que o dito presidente respondeu se tinham perdido; com effeito, no dia 29 às 2 horas da tarde se procedeu a devido (?) arrombamento e se fez aclamação sendo nomeada nova Câmara que foi presidente Bernardo Queiroz Fesal, Domingos dos Santos Barbosa Maia, vereador, o Ponce Leão, Francisco Jose Barbosa e o Dr. Monteiro Administrador do concelho.

E desde este tempo até 14 de Fevereiro não houve Câmara, nem velha nem nova, neste dia chegou a noticia de que a Rainha tinha anuido depois de declarar rebelde a revolta do Porto, e mandou que se considerasse em vigor a Carta Constitucional de 1826.

A nova Câmara quis tomar posse, porém, o presidente da velha lha não quis dar; de novo arrombaram o resto. Houve luminárias, 15, 16, 17, e neste último, *Te-Deum* na Sé, e tomou a Câmara posse.»

## ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Vejamos agora o que nos diz, a seguir, a mesma testemunha, acerca da revolução da Maria da Fonte e golpe de Estado de 6 de Outubro. Neste ano de 1846 era governador civil de Aveiro, José Vieira Santa Rita, partidário dos Cabrais.

«Em 14 de Maio de 1846 houve a revolução nesta cidade [Aveiro] em virtude da revolta e acontecimentos de Maria da Fonte no Minho; foi chefe da revolta aqui João Carlos (1), e António Augusto (2); formou-se um batalhão popular que no dia 15 marchou para Coimbra na direcção de Cantanhede adonde fez junção com as forças populares do Campo de Coimbra; levou-se daqui o dinheiro do cofre (3), e foi preso o Governador Civil, Mesquita (4), e José Ferreira Novais, filho de Manuel do Alexandre, de Ilhavo; três dias depois de se entrar em Coimbra se marchou sobre Caçadores n.º 8 que tinham retirado de Coimbra, e foram encontrados em Aguada aonde anuíram ao grito nacional; o batalhão de Aveiro marchou para esta cidade, e descansando um dia, marchámos para o Porto, digo, na direcção do Porto, indo desembarcar a Estarreja, e seguimos a marcha pelos Carvalhos, até que entramos em Vila Nova de Gaia, aonde fizemos alto, reunindo ali uma força popular de quatro a cinco mil homens comandados por diferentes proprietários e influentes dos seus concelhos, e comandados em geral por António Augusto Coelho de Magalhães, e eu, seu ajudante.

Há dias, tinha fugido José Cabral da cidade do Porto, e ficou Governador Civil o Visconde da Varzea, o qual entrou em negociações com o comandante geral daquela força, António Augusto, por cuja convenção se recolheram as forças populares aos seus concelhos, e o batalhão popular desta cidade entrou em Aveiro em 30 de Junho do dito ano; e entrou o ministério Palmela sendo suplantados, e mandados sair do reino António Bernardo da Costa Cabral e seu irmão Jose e mais alguns influentes da Carta e do Cabralismo.

Quando estavam preparados os trabalhos eleitorais para a eleição dos deputados, appareceu a emboscada da noite de 6 de Outubro do mesmo ano de 1846 em que a Rainha fez com que os ministros do ministério Palmela dessem a sua demissão e nomeou ministros affectos aos Cabrais, e à testa das tropas o Saldanha.

O Porto não anuiu, nomeou uma Junta intitulada a Junta do Supremo Governo do Reino em nome da Nação e da Rainha, de que era presidente o Conde das Antas; secretario do Reino Passos José, guerra Avila, justiça Almeida e Brito; estrangeiros Scabra; marinha Justino Pinto Bastos.

Organizou-se um brilhante exercito, tanto de 1.ª linha como popular; teve a Causa alguns revezes fortes como Valpassos e Torres Vedras; porém, nada disto fez desanimar a Causa Nacional. Anuíram a esta Causa alguns generais realistas, como Povoas, Guedes, Bernardino, e outros, e após dêles um grande numero de officiaes do exercito realista, em vista do que o Saldanha nunca depois de Torres Vedras tornou a oferecer acção alguma ao Porto.

A Rainha, vendo a causa perdi-la da convenção com Saldanha e António Bernardo da Costa Cabral, então embaixador em Espanha, arranjaram a pedir uma intervenção à Inglaterra, França e Espanha, sendo esta por terra e aquella por mar.

Em .. de Maio foi tomada pelos ingleses a expedição do Conde das Antas que marchava para os arrabaldes de Lisboa a reforçar o visconde de

(1) João Carlos do Amaral Osório e Sousa, da casa do Terrelro, em Aveiro, depois visconde de Almeida.

(2) António Augusto Coelho Magalhães, irmão de José Estêvão.

(3) O cofre era do Governo Civil de Aveiro, e continha quatro centos e noventa e quatro mil quinhentos e noventa e quatro réis.

(4) Manuel António Loureiro de Mesquita.

## HISTÓRIA POLITICA DO DISTRITO DE AVEIRO

Sa da Bandeira que se achava — e no dia 3 de Junho invadiram os espanhóis o território português, passando da cidade de Tui para a praça de Valença, adonde já pelos espanhóis, com os Cabrais que se achavam dentro da praça, saíram às duas horas da tarde e tiveram fogo com uns 600 homens que ali se achavam de guarnição composto do 2.º de Artistas, Batalhão Nacional Provisorio de Aveiro, e de Barcelos em muito pequeno número estando este em Segadeis Aveiro em Ganfei, e Artistas em Arrão (?).

Assim mesmo se bateram como nacionais, de que os Artistas muito sofreram; como porém o número que saiu da praça era de 5 a 6 mil homens, tiveram os nacionais de retirar na direcção de Ponte do Lima, depois para Braga e Porto.

No dia 1.º de Julho entraram pelo convenio feito em Gramide (proximo do Porto) 10 mil homens espanhóis, caçadores, infantaria, cavalaria e artilharia, e no dia 2 do dito mês marcharam as forças populares para os seus domicilios com guia do general espanhol Concha, digo, D. Manuel de la Concha, tendo se no dia 29 de Junho e 1.º de Julho toda a força da Junta deposto as armas, em virtude do referido convenio.

Esta marcha para suas casas foi fatal pelos muitos assassinios que se fizeram aos Patuleias, já pelos soldados do exército do Saldanha que estava no alto da Bandeira, e já em diferentes terras pelos Cabralistas que se julgavam vencedores.

Em Aveiro no dia 2 de Julho houve a entrada da Canhoneira Maria da Fonte que vinha com alguma gente do batalhão nacional da cidade, e da regida por Francisco de Paula Monteiro, e chegaram em boa harmonia às Pirâmides; porém, sendo agredidos por alguns Cabralistas da terra e outros de fora que ali se achavam, se rompeu o fogo por parte dos da terra, o qual, sendo correspondido pelos da canhoneira, produziu a morte do negociante Pon-se de Leão, e de um veterano, e o ferimento em um braço de Manuel Ferreira (Boradinho do qual saron, e mais alguns ferimentos).

Nesta contenda não houve vencedores nem vencidos, porque as forças estrangeiras e que foram os vencedores. O Saldanha só entrou no Porto da a dias, quando as Potências contratantes assentiram. Até hoje, 26 de Novembro, não tem dado a Ramba cumprimento ao protocolo de Gramide, a-pesar-das diferentes e repetidas instancias do governo britânico.

No dia 29 de Novembro de 1847 tiveram lugar a eleição dos Eleitores de Provincia nesta cidade; não houve opposição bem como em outras muitas; saiu o eleitor pelo concelho de Aveiro o Coronel Moniz, e o secretario Joaquim Elias, por Eixo o escrivão de direito Leite, por Vagos o escrivão Albuquerque, e outros quegandos por os outros distritos, digo, por os outros concelhos, saindo por Mira, Manuel Ferreira.

A convenção assinada em Gramido aos 29 dias do mês de Junho de 1847 não conseguiu fazer terminar de vez as lutas entre os partidos.

Em 1849 Saldanha é demittido do Governo, voltando de novo ao poder o cartista Costa Cabral, já conde de Tomar.

Saldanha começa a ser perseguido, e é demittido dos lugares de confiança politica e de mordomo-mor do paço.

As violências do Governo de Costa Cabral irritam a opinião, e começa-se a conspirar. Saldanha entra para a opposição que se torna feroz. Em Abril de 1851 Saldanha revolta-se, mas a revolução falha, e elle tem de sair para Espanha. Pronuncia-se então em seu favor o partido progressista e a cidade do

## ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Pôrto, onde o coronel Moniz dirige uma proclamação às tropas, escrita nos seguintes termos:

Soldados! Todos os portuguezes desejam Liberdade com ordem: querem a liberdade que nos foi dada pelo immortal senhor D. Pedro IV; mas pura e não sophismada.

Este desejo acha-se soffocado, e foi para auxiliar a sua expressão franca que o nobre duque de Saldanha conv'loa o exercito portuguez. A rainha e a Carta, abaixo o ministério foi o arto levantado; e o exercito correspondendo a elle, não faz mais do que auxiliar o voto unanime da nação portugueza.

A briosa guarnição do Porto acaba de consolidar hoje ainda uma vez, dentro dos muros da cidade invicta, a verdadeira liberdade.

Soldados! O nobre marechal estava em breve a vossa frente; o exercito todo seguirá o vosso exemplo; e a rainha e a Carta serão salvas.

Soldados:

Viva sua magestade fidelissima a rainha a senhora D. Maria II.

Viva a Carta Constitucional da monarchia.

Viva o nobre marechal Saldanha.

Viva a briosa Guarnição do Porto.

Vivam os heroicos habitantes da cidade invicta.

Pôrto, 25 de Abril de 1851

*José Maria da Fonseca Moniz*, comandante interino da 3.<sup>a</sup> divisão militar.

A revolução triunfou, e Costa Cabral foi demittido. Em 1 de Maio foi Saldanha nomeado presidente do conselho e ministro do reino.

la começar um novo periodo politico conhecido pelo nome de *Regeneração* (1851-1856). Saldanha conservou-se no poder até 6 de Junho de 1856, e conseguiu conciliar os partidos e iniciar em Portugal uma era de grandes melhoramentos materiais.

Com a revolução de 1851 perdeu importância o partido cartista aveirense, tendo-se misturado com o setembrista de tal modo que durante muitos anos apenas houve de facto o partido da autoridade, se bem que por vezes surgissem grandes divergências.

Como pormenor, direi que a rainha D. Maria II, apos a revolução, decidiu fazer uma viagem pelo Minho, e para isso saiu de Lisboa no dia 15 de Abril de 1852, seguiu pela estrada real para o Pôrto, e daqui para Braga, Barcelos, Guimarães e Viana, voltando de novo ao Pôrto, e daqui para Ovar, donde saiu no dia 23 de Maio em barco, para Aveiro.

Neste mesmo dia chegou a esta cidade, acompanhada de seu marido el-rei D. Fernando e dos seus dois filhos mais velhos, e ainda do marechal Saldanha e de outras personagens. Aqui foi recebida festivamente pela Câmara Municipal e povo, e logo a seguir assistiu na igreja do convento de Jesus a um

## HISTÓRIA POLÍTICA DO DISTRITO DE AVEIRO

*Te-Deum*, depois do que se dirigiu ao palacete da Baronesa de Almeida e Silva no qual esta titular a hospedou.

No dia seguinte, às 7 horas da manhã, retirou a família real para o sul.

Em Agosto de 1852, tomou pela segunda vez posse do cargo de governador civil do distrito de Aveiro, Antero Albano da Silveira Pinto, que occupou o lugar durante a situação regeneradora, e ainda nos primeiros tempos do novo ministério progressista histórico presidido pelo marquês de Loulé. Mas uma violenta campanha feita pelo jornal *O Campeão das Províncias* fez demittir em Agosto de 1857 este governador, sendo seu successor Nicolau Anastácio de Betencourt, que tomou posse do lugar em 29 de Agosto deste mesmo anno, e nesta occasião publicou o seguinte manifesto:

### HABITANTES DO DISTRICTO D'AVEIRO.

Encarregado por Sua Magestade El-Rei de administrar este importante Districto, e tendo hoje tomado conta do governo civil; seja o meu primeiro passo declarar-vos com franqueza as intenções que me animam, e o modo como entendo traduzil-as em vosso beneficio.

Delegado do Governo hei de coadjuvar com toda a lealdade as suas vistas constitucionaes, e systema politico.

Chefe superior da administração do Districto protesto fazer tudo o que possa contribuir para a felicidade commum de seus habitantes.

Convencido de que a sombra da geral concordia, e no meio do socego, é que pode desenvolver-se a prosperidade de um paiz, recolhendo o povo os fructos do seu trabalho nos bens inherentes ao progresso da civilização, vereis sempre a auctoridade attenta e vigilante pela manutenção da paz e ordem publica.

Sem demora vou informar-me das necessidades existentes nas diversas localidades d'este territorio, com especialidade nos ramos da agricultura, commercio e industria a que mais particularmente vos tendes applicado, não descuidando porem os que com vantagem possam ser introduzidos em alguns pontos do Districto: e seja provendo de remedio a essas necessidades quanto cuba em minhas attribuições, seja reclamando dos poderes competentes as providencias que demandem auctorisação superior, espero remover os embaraços que possam oppor-se á realisação dos melhoramentos exequiveis nas actuaes circumstancias.

Os meios de attender á sorte das classes menos abastadas do povo, aproveitando os recursos que para esse fim se proporcionem, e promovendo a fundação de um ou outro estabelecimento de beneficencia de que ainda se necessita, vão tomar uma grande parte nas minhas meditações.

Em tudo conto com a leal e efficaz co-opeção, que me é devida, dos magistrados e corpos administrativos, ao passo que não deixo de solicitar o valioso auxilio, que ja espero, de todas as influencias e capacidades quaesquer que sejam as suas opiniões.

Habitantes do Districto d'Aveiro. Todos os meus actos e deliberações vereis soffrer a luz da moralidade, razão e justiça, que naturalmente conduzem á sempre saudavel tolerancia.

Constante e firme na indicada senda, se os meus esforços não forem coroados com os promptos e felizes resultados que todos desejáramos, ao menos, servirão de fazer ver o zelo e cuidado de um funcionario, conscio dos seus deveres, e amigo sincero do Districto.

## ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Quero, por isso, a vossa confiança. Pela minha parte vos offereço uma dedicação sem limites pelos vossos interesses e pelo vosso bem estar.

Governo Civil d'Aveiro 29 d'Agosto de 1857.

O Governador Civil

*Nicolau Anastacio de Bettencourt.*

Este governador administrou o distrito com geral agrado, e deixou em Aveiro bom nome, que ainda hoje perdura.

Em 16 de Março de 1859, sobe ao poder o partido regenerador, presidindo ao governo o duque da Terceira.

Por motivo de eleições que se haviam de realizar em 1 de Janeiro de 1860, foi o governador Bettencourt transferido para Portalegre em Novembro de 1859, vindo ocupar o seu lugar o governador de Portalegre, Luiz Teixeira de Sampaio, Júnior.

Ao abandonar o governo civil de Aveiro, Nicolau Anastácio de Bettencourt fez publicar o seguinte documento:

### O GOVERNADOR CIVIL NICOLAU ANASTACIO DE BETTENCOURT AOS HABITANTES DO DISTRITO D'AVEIRO.

Transferido para Portalegre por Decreto de 7 do corrente que hoje recebi, é do meu dever, ao despedir-me com bastante sentimento dos dignos habitantes do Districto d'Aveiro, significar-lhes a minha gratidão, pelas honrosas demonstrações de sympathia e confiança que me dispensaram.

A missão que me foi confiada pelo Governo de Sua Magestade, procurei eu desempenhá-la imprimindo em todos os meus actos a sinceridade de rectas intenções, e administrando o Districto conforme a indole benéfica do cargo que arabo de exercer. Espero, pois, benevolencia para o modo como me conduzi no exercicio das difficeis funcções governativas, e cordalmente agradeço ás auctoridades, corpos administrativos e funcçãoários publicos o auxilio que me prestaram.

Em qualquer parte aonde esteja formarei sinceros votos pelas merecidas prosperidades de um povo, que tanto se distingue pela sua lealdade ao Throno Constitucional, pelo seu amor á ordem e respeito ás Leis.

Possam os habitantes do Districto d'Aveiro continuar a gosar, á sombra das instituições que nos regem, os bens da paz e tranquillidade, que felizmente vi conservados durante a minha gerencia administrativa.

Aveiro 14 de Novembro de 1859.

*Nicolau Anastacio de Bettencourt.*

Emquanto não chegou o novo governador, serviu o secretario geral José Ferreira da Cunha e Sousa.

Em 1 de Janeiro de 1850 houve eleição de deputados, e por Santarém foi eleito o governador civil de Aveiro, e pelo

## HISTÓRIA POLÍTICA DO DISTRITO DE AVEIRO

círculo de Aveiro foi eleito o ilustre aveirense e já consagrado orador parlamentar José Estêvão Coelho de Magalhães.

Não sei se o governador Teixeira de Sampaio fez alguma proclamação quando tomou posse do lugar; mas ao abandonar o seu lugar em Aveiro, para ocupar o de deputado, publicou a seguinte exposição:

### HABITANTES DO DISTRICTO D'AVEIRO.

Eleito deputado às côrtes geraes da nação pelo primeiro círculo de Santarém—Cartaxo e Rio Maior—devo em breves dias retirar d'Aveiro para a capital.

Habitantes do districto!—Governador Civil por mais de quatro annos no districto da Horta, retirei-me d'alli, por exoneração, penhorado da estima e favor da maioria absoluta de seus habitantes, aos quaes ainda hoje devo, e me compraz testemunhar-lhes um voto d'agradecimento, e os protestos da minha eterna gratidão.

Dois mezes me couberam na gerencia administrativa do districto de Portalegre, d'onde, com verdadeiro sentimento, fui transferido para o d'Aveiro.

Não pensei nunca em vir encontrar entre vos ainda mais provas de benevolência.

Cheguei a este districto n'uma crise bem ardua, n'uma situação politica assaz espinhosa. Ergueram-se preconceitos, levantaram-se suspeitas, que me coube a felicidade de destruir. Atravessei a crise eleitoral bem forte da minha consciencia, como leal ao Governo, que em mim se dignou depositar confiança, e com a convicção de que, sem me declarar hypocritamente estatico em dirigir as eleições pelos meios suaviosos, conciliando opiniões e vontades de amigos politicos, e direi mais, tendo de agradecer a adversarios apreciaveis deferencias, respeitei, como devia, os principios e os preceitos da lei eleitoral.

Illações, que se tiraram para accusação do vosso Governador Civil, não as considero, porque tinha para vir em meu testemunho, o unico de valor para mim, e este é o vosso, eleitores de todas as cores politicas do districto d'Aveiro.

Não se fez uso do cutello demissorio; não se pediu o voto ao empregado publico; cada um votou como entendeu; e ao contrario, nem um momento se hesitou em desligar do seu compromisso de honra um funcionario de confiança, que nas vespéras da eleição, e n'um círculo onde ella foi mais disputada, resignou o seu cargo para poder mais livremente apoiar, como apoiou, e com todas as suas forças, o candidato opposicionista; sendo aquelle substituido, na conformidade da lei, pelo respectivo presidente da Camara. Não houveram violencias; a urna permaneceu desaffrontada ao livre accesso dos eleitores; não houve confidencias: o publico foi chamado a discutir e apreciar os actos da auctoridade relativos ao grande processo nacional que ahí acaba de discutir-se.

O Governador Civil declarou quaes os candidatos, que licitamente recommendava e apoiava; e os eleitores votaram nos que mais sympathias lhes mereceram. Nem um só nome lhes foi imposto.

Em tão curto espaço de tempo, como foi o decorrido desde que cheguei a este districto, pouco podia entender da sua administração, além do expediente ordinario. Mal posso, porem, retribuir com agradecimentos as provas de confiança, de attenção e favor, que mereci a todas as cores politicas no districto, e bem assim significar qual a minha saadade em separar-me deste paiz tão apreciavel, d'uma população tão justa para com as minhas intenções, que tão precisamente avaliou.

Foram eleitos por este districto os dois mais bellos ornamentos da

## ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

tribuna portugueza, os srs. José Estêvão Coelho de Magalhães e Luiz Augusto Rebello da Silva, além do distincto conselheiro d'Estado o sr. Antonio José d'Avila, e outros cavalheiros que mui dignamente representam os círculos porque foram eleitos.

Nestas circumstancias é bem insufficiente a minha voz, bem inutil mesmo, para lembrar no seio da representação nacional as necessidades d'este districto. Acredita, porém, habitantes do districto d'Aveiro, que o meu voto não será nunca dos mais demorados em apoiar quanto possa concorrer para o desenvolvimento da vossa riqueza publica, e para o complemento da vossa civilisação.

Aveiro 11 de Janeiro de 1860.

*Luiz Teixeira de Sampaio, Junior.*

A Teixeira de Sampaio succedeu no governo civil de Aveiro um grande amigo de José Estêvão, o aveirense dr. José Mendes Leite, que occupou o cargo desde 14 de Março de 1860 até 16 de Agôsto do mesmo ano.

Como de costume, dirigiu aos habitantes do seu districto uma proclamação, impressa, e escrita nos seguintes termos:

### HABITANTES DO DISTRICTO D'AVEIRO.

Por Decreto do 1.º do corrente Houve Sua Magestade por bem encarregar-me da administração d'este Districto. Aceitando esta graça reconheço a obrigação de corresponder á confiança em mim depositada servindo com zelo e lealdade a *comissão que me foi confiada.*

Rigorosa observancia da lei solicitude pelos melhoramentos do Districto—justiça para todos favor para ninguem será a norma constante do meu proceder.

Prometto porque tenho a consciencia de que hei de cumprir.

Conto com a coadjuvação das auctoridades e corpos administrativos, e peço a cooperação de todas as influencias do Districto, porque a todos *aproveita o cumprimento d'esta minha promessa.*

Se me faltarem estes auxilios não podera a minha administração ser proficua ao Districto, e então, tranquillo de consciencia e sem pezar, deixarei a quem melhor possa servir a espinhosa commissão, que hoje aceito sem prazer.

Aveiro 14 de Março de 1860.

O Governador Civil

(a) *M J Mendes Leite*

Em 1 de Maio de 1861, em virtude da morte de Terceira, é nomeado presidente do Conselho Joaquim António de Aguiar, que pouco tempo occupa as cadeiras do poder, visto que no dia 4 de Julho d'este ano o parlamento derruba o Governo.

Novamente é chamado a presidir ao Governo o marquês de Loulé, que José Estêvão vinha guerreando desde 1856.



# HISTÓRIA POLÍTICA DO DISTRITO DE AVEIRO

Ao abandonar o lugar de governador, Mendes Leite despede-se nos seguintes termos<sup>(1)</sup>:

## HABITANTES DO DISTRITO DE AVEIRO.

Por decreto de 9 do corrente houve S. M. por bem exonerar-me da commissão de que me havia encarregado sem eu a solicitar.

Não sei se a minha administração satisfaz ao Districto, mas sei que volto a vida privada em paz com a minha consciencia. Tive pouco tempo para o muito que ha a fazer, mas bastante para provar tolerancia, imparcialidade, e bons desejos.

Devendo acreditar que ao sincero interesse pelo bem do serviço publico, e não á intolerancia politica, e devida a minha exoneração, agradeço a S. M. e felicito o distrito, porque quero crer que o magistrado que vem substituir-me, com mais e melhores serviços ao paiz e á liberdade, com mais conhecimentos d'administração e da localidade e com desejos iguaes aos meus, ha-de saber administrar com mais illustração e proveito.

Serei sempre reconhecendo á cooperação que me prestaram todas as autoridades e corpos administrativos, e nunca esquecerei a benevolência dos habitantes do distrito.

Aveiro, 16 de Agosto de 1860

*Manuel José Mendes Leite*

O governador civil seguinte foi Basilio Cabral Teixeira de Queiroz Junior, do partido progressista.

Haveria eleições de deputados em 28 de Abril de 1861, e o Governo, querendo derrotar Jose Estêvão que se apresentava como candidato pelo circulo de Aveiro, deu ordens terminantes ao governador civil para annullar a eleição de Jose Estêvão, e ver do antes a eleição de candidato governamental Manuel de Almeida Mar, pessoa dispoñdo de muita influencia em Aveiro. Jose Estêvão perdeu a eleição nas assembleas de Aveiro, Esigueira e Eixo; teve um voto de maioria em Ilhavo, e trescentos e oitenta e nove de maioria em Vagos. Diz-se que se fizeram algumas irregularidades nesta assembleia em seu favor, mas é provavel que nas outras tambem as tivesse havido em favor do seu adversario; fosse como fosse, Vagos fez triumphar o candidato de Jose Estêvão. Informemente este falecia em Lisboa aos 4 de Novembro de 1862.

Vejamos a proclamação que o governador Basilio Cabral dirigiu aos povos do distrito:

## HABITANTES DO DISTRICTO D'AVEIRO.

Tendo Sua Magestade El-Rei Havido por bem nomear-me, por Decreto de 9 d'Agosto ultimo, Governador Civil deste Districto, entrei hoje no exercicio das funcções do mesmo cargo.

Compenetrado dos deveres que contrahi, accitando-o, para com o Go-

(1) MARQUES GOMES, *Cincoenta anos de vida publica* — Aveiro, 1899.

## ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

verno e para os povos desta bella e importante parte da monarchia portu-  
gueza, procurarei desempenhal-os com lealdade e dedicação, até onde o  
permittirem as minhas forças.

A manutenção da ordem e segurança publica e individual, —a fiel exe-  
cução das leis e regulamentos administrativos,—justiça para todos sem dife-  
rença de partidos ou de opiniões politicas,—o progresso da instrucção, da  
moralidade, e dos melhoramentos materiais, e o desenvolvimento, em fim,  
da publica prosperidade nos ramos da agricultura, do commercio e da  
industria, serão os objectos da minha constante e desvelada solicitude no  
**desempenho da difficil missão, que me foi confiada.**

Conto com a fiel e efficaz cooperação das corporações e auctoridades  
administrativas; peço o auxilio de todos os funcionarios publicos, de todas  
as influencias e capacidades, e de todos os bons cidadãos, cuja confiança  
espero merecer, pois só assim poderei atingir o alvo de meus desejos, de  
minhas ambições, e dos constantes votos que faço pela felicidade do Dis-  
tricto.

Aveiro 4 de Setembro de 1860.

(a) *Basilio Cabral Teix.<sup>a</sup> de Queiróz J.<sup>r</sup>*

Em Fevereiro de 1862 há uma recomposição ministerial  
continuando na presidência o marquês de Loulé, e tomando  
conta da pasta do reino Anselmo Braancamp. Neste ano alguns  
tumultos no norte do país perturbaram um pouco a acção do  
Governo.

Em Novembro de 1862 foi nomeado governador civil de  
Aveiro, António Teodoro Ferreira Taborda, que apresentou o  
seu programma na seguinte proclamação que publicou:

### HABITANTES DO DISTRICTO D'AVEIRO!

Venho para entre vós na qualidade de Governador civil: assim houve  
por bem determinal-o Sua Magestade El Rei em seu Real Decreto de 20 do  
mez findo.

Immensa é a honra que Sua Magestade acaba de conferir-me: possa  
eu tornar-me digno de tão alta distincção e corresponder á elevada confian-  
ça que o egregio Monarcha se dignou depositar em mim.

Considero-me afortunado, duplamente afortunado, vendo que os  
povos confiados aos meus cuidados estão, por effeito da sua illustração, tão  
adiantados no caminho da civilisação e do progresso. Em taes condições de  
existencia, a auctoridade não tem que actuar violentamente sobre os cida-  
dãos; antes elles, respeitão lo as leis, adquirem incontestavel direito á dedi-  
cada solicitude d'aquelle a quem cabe fazel-as cumprir. Não faço programma  
governativo; mas tendo como certo que hei de praticar, dentro da  
esphera das minhas attribuições, tudo o que for conducente ao vosso bem-  
estar.

O meu primeiro desvelo será fazer acatar as instituições liberaes, que  
devemos ao immortal Dador da Carta, e a par d'aquelle empregarei toda a  
minha vigilancia para que a vossa segurança individual e a da vossa pro-  
priedade sejam plenamente mantidas. Quem quer, que se esqueça de res-  
peitar objectos de tanta veneração, não conceba a esperanza de ficar impune  
ou esquecido: illude-se quem assim o presumir.

Dos srs empregados, dependentes d'este Governo civil, espero eu a  
mais leal coadjuvação no meu sincero desejo de bem cumprir os difficeis

## HISTÓRIA POLITICA DO DISTRITO DE AVEIRO

deveres do meu cargo: se d'outro modo, o que não é de esperar, succedesse, levantado estava um conflicto, que carecia de prompto remedio.

Aveiro, 1 de Dezembro de 1862.

*Antonio Theodoro Ferreira Taborda.*

O governador Taborda manteve-se no govêrno civil até o ano de 1865, ano em que foi substituído por Aires Guedes Couto Garrido.

Como se vê, o estilo das proclamações dos governadores civis referentes à segunda metade do século XIX é bem diferente do das proclamações da primeira metade. Aquelas reflectem o sossego, progresso e harmonia em que viveu a nação; as outras revelam a desunião e as lutas que agitaram e ensanguentaram o país naquela época.

Aveiro, 8 de Fevereiro de 1938.

F. FERREIRA NEVES



DOM JOSÉ XAVIER DE CERVEIRA E SOUSA

# FIGURAS ILUSTRES DO DISTRITO DE AVEIRO

D. JOSÉ XAVIER CERVEIRA E SOUSA

**F**OI o sexto filho do Dr. Jose Xavier Cerveira, que occupou vários lugares na antiga magistratura, e de sua mulher D. Rosa Joaquim de Sousa, residentes na sua casa de Mogofores, do concelho de Anadia.

Dom José Xavier Cerveira e Sousa doutorou-se na faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra, sendo pouco depois apresentado pároco na freguesia de Castelo Viegas, concelho de Coimbra, e depois transferido para a freguesia de Aguada de Cima, do concelho de Águeda, que paroquiou por mais de seis anos.

A seguir foi chamado a exercer as funções de lente de Teologia da Universidade de Coimbra; e mais tarde apresentado pelo governo português e confirmado pela cúria romana para a vaga de prelado existente na diocese funchalense desde Maio de 1834.

Foi confirmado bispo a 14 de Junho de 1843, e recebeu a sagração episcopal a 2 de Junho do ano seguinte.

Chegou à Madeira para tomar posse da sua diocese a 8 de Julho de 1844, e governou este bispado até os principios do ano de 1848 em que foi transferido para a diocese de Beja por decreto de 18 de Abril do mesmo ano.

Em 1859 foi nomeado bispo de Viseu, tendo exercido este episcopado até 15 de Março de 1862, data em que falleceu na sua casa de Mogofores, onde tinha nascido a 27 de Novembro de 1797.

Está sepultado na capela-mor da igreja paroquial desta povoação.

No *Elucidário Madeirense*, da autoria do sr. P.<sup>o</sup> FERNANDO AUGUSTO DA SILVA, tecem-se os maiores elogios á forma como este prelado administrou a diocese funchalense, «a-pesar-das

## ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

lutas que teve de sustentar contra a propaganda calvinista nessa ilha, e das grandes dificuldades que assoberbaram o seu episcopado».

### BRASÃO DE ARMAS DE D. JOSÉ XAVIER DE CERVEIRA E SOUSA

Escudo partido em três campos.

No primeiro, Pereiras, de vermelho, com uma cruz de prata florenciada e vasia.

No segundo, Cerveiras, de prata, com duas cervas de púrpura passantes uma sôbre a outra.

No terceiro, Sousas, esquartelado: 1 e 4 de Portugal antigo; de prata com cinco escudetes de azul postos em cruz, cada escudete carregado de cinco besantes de prata postos em santor; 2 e 3 de prata com um leão de púrpura.

Timbre o dos Pereiras, uma cruz florida de vermelho, ladeada de duas asas de ouro, estendidas, colocadas sôbre a coroa de Conde por ser par do reino; e sôbre o timbre, chapéu forrado de verde como o dos patriarcas com cordões de sêda da mesma côr, entrelaçados; de lado tem seis borlas dispostas pela seguinte forma: uma, duas, e acabando em três.

### IRMÃOS DE D. JOSÉ XAVIER CERVEIRA E SOUSA

— I —

Albino Xavier de Cerveira e Sousa, capitão-mor do distrito dos coutos de Aguiçã.

Faleceu solteiro.

— 2 —

D. Justina Fortunata Cerveira Leão, nasceu em Mogofores a 19 de Abril de 1790.

Casou em Barrô de Luso com Francisco de Assis Leão, natural da freguesia de Luso.

Foi mãe do distinto e respeitado advogado Dr. Alexandre de Assis Leão, que organizou com os Drs. Antonio Augusto da Costa Simões e Francisco Antonio Diniz a «Sociedade para o melhoramento dos banhos de Luso», cujos estatutos foram aprovados por assembleia geral dos acionistas em sessão de 27 de Agosto de 1853, tendo sido este o primeiro passo para o desenvolvimento dessas afamadas termas. Era condecorado com a comenda de N. Senhora da Conceição e exerceu o cargo de administrador e de presidente da Câmara Municipal da Mealha-

## FIGURAS ILUSTRES DO DISTRITO DE AVEIRO

da, onde deu provas da sua muita actividade e bom tino governativo.

Faleceu a 13 de Fevereiro de 1910, tendo de idade 90 anos. Morreu solteiro bem como suas irmãs D. Justina, D. Clara e D. Márcia.

— 3 —

Joaquim Basílio Cerveira de Sousa, nasceu a 14 de Junho de 1792 e faleceu a 8 de Dezembro de 1880.

Foi capitão da companhia de Mogofores, pertencente à capitania-mor de Aguiar. Em 1832 esteve preso na Relação do



*Berlinda que Dom José Xavier de Cerveira e Sousa utilizava como meio de transporte na Ilha da Madeira.*

*Está actualmente na posse do seu segundo sobrinho Dr. Manuel Luiz Ferreira Tavares, de Mogofores.*

*Esta berlinda figurou nas festas da Curia em 1927.*

Pôrto por motivos políticos, tendo sido absolvido por acórdão da Régia Alçada por falta de provas.

Foi casado com D. Maria Carlota de Albuquerque e Castro, havendo d'este casamento dois filhos e três filhas, entre elles o falecido general Joaquim Basílio Cerveira e Sousa de Albuquerque e Castro que foi deputado da Nação, Governador Civil do Norte, Director Geral das Colónias, Ministro de Estado e Lente da Escola do Exército.

## ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

— 4 —

D. Maria Benedita Cerveira e Sousa. Nasceu a 10 de Fevereiro de 1793 e faleceu solteira.

— 5 —

Dr. António Xavier Cerveira e Sousa, do concelho de Sua Majestade, deputado em varias legislaturas, e juiz do Supremo Tribunal de Justiça, nasceu a 8 de Julho de 1795.

Casou em primeiras nupcias com uma Senhora de Vale de Remigio, e em segundas com D. Joana Adelaide Lisboa, de quem teve um filho e uma filha: o Dr. José Xavier Cerveira e Sousa e D. Mariana Xavier Cerveira e Sousa Cabral das Neves, ambos já falecidos, a última a 24 de Abril de 1933 com 79 anos de idade, não deixando descendência.

— 6 —

D.<sup>a</sup> Jerónima Augusta Cerveira e Sousa, nasceu a 9 de Setembro de 1800 e faleceu solteira a 12 de Março de 1892.

— 7 —

D. Maria da Piedade Cerveira e Sousa, nasceu a 23 de Fevereiro de 1804.

Casou em 1837 com o Dr. Joaquim Lebre de Sousa e Vasconcelos, antigo voluntario academico, chefe da brigada número dez das Companhias das Ordenanças do distrito de Mortede, Mogofores e Casal-Comba; Lente de Matemática e Vice-Reitor da Universidade de Coimbra. Faleceu a 30 de Outubro de 1878.

Do seu casamento houve dois filhos: D. Rosa Joaquina Lebre de Sousa e Vasconcelos, casada com Francisco Luiz Ferreira Tavares, Barão do Cruzeiro e o Dr. José de Vasconcelos Cerveira Lebre, casado com D. Ana Máxima de Vasconcelos Azevedo.

Os descendentes destes ultimos vivem em Mogofores e na Mealhada.

CASTELLO, nas suas *Memórias*, a paginas 142 e 239 do primeiro volume da segunda edição, refere-se a alguns membros desta familia, seus próximos consangüíneos.

Mealhada. Janeiro de 1938.

ALFREDO DE KENNEDY-FALCÃO



# D. BRITES DE LARA E MENESES

PADROEIRA DO CONVENTO DO CARMO  
DE AVEIRO

**J**UNTO ao túmulo de mármore, que na Igreja de Nossa Senhora do Carmo, em Aveiro, fica no lado do Evangelho, está uma pequena lápide, na qual se lê:

TÚMULO  
DE  
D. BEATRIZ  
DE LARA

FUNDADORA  
DESTE  
CONVENTO

Beatriz de Lara! E este nome trouxe-nos à memória a linda figurinha de romance, que foi sorriso e encanto na corte de D. Manuel I.

Admirada por sua extraordinária beleza e alto espírito, cobizada para noiva dos mais gentis e valorosos tidalgos, grandes de Portugal, na época brilhante do Renascimento, em que tudo desperta num clamor de vitória e criação - esta rapariga, tão bela e tão inteligente, soube brilhar e deixou um rasto de luz no ambiente e no tempo em que viveu. Os poetas exaltaram-lhe a formosura, a «gentil presença» e as trovas cantavam-lhe a graça e a frescura numa homenagem constante. O seu sorriso foi uma tentação e o seu olhar um enigma atraente. Olha-la era admirá-la, era sentir-se preso e seduzido.

Sobrinha de El-Rei, um momento houve em que o herdeiro do trono se deixou prender e enfeitiçar também.

«Allê de /er muito di/creta, foi hũa das fermo/as, & bẽ di/»

## ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

po/tas mulheres, que em /eu tempo houve ne/tas Regnos, com has quaes partes, & nobreza de /angue, & bom dote que tinha», o que não obsteu que El-Rei achasse mais conveniente para a politica do reino a aliança matrimonial do príncipe com uma princesa de Espanha.

Tratou pois de a casar com o filho do marquês de Vila Real (mais tarde o 3.<sup>o</sup> marquês) insinuante rapaz recém-che-



TÚMULO DE D. BRITES DE LARA E MENESES

gado a Lisboa, aureolado de gloria, gozando o prestigio que a fama das façanhas de Africa conferiam— duplo titulo de nobreza para um homem ser querido das mulheres do seu tempo. Dê-se enlace nasceu a que mais tarde seria a primeira duquesa de Aveiro.

Mas... basta de devaneios; o nome de Beatriz de Lara os inspirou. A verdade porém, é que o convento do Carmo é de

fundação muito posterior a morte desta Senhora <sup>(1)</sup>. Outra Beatrix de Lara ali foi dormir o derradeiro sono.

A grande nomeada que por toda a parte gosavam os frades carmelitas, que em Coimbra tão bem doutrinavam e na Universidade tanto se distinguiam, tornou-os conhecidos e desejados do bom povo da vila de Aveiro, a qual *entre as notáveis deste reyno tem avantajado lugar, por ser emporio tão frequentado de naos estrangeiras e naturaes que excede a muitos grandes e compete com os maiores da nossa costa.*

As pessoas que mais devotas da Ordem se mostravam, começaram «a agenciar a sua fundação» ali, esperando, com o melhor interêsse, ocasião propicia. E' nessa altura que passa por Aveiro, a caminho do Pôrto, o Padre Provincial Fr. Bernardo de S.<sup>ta</sup> Maria, acompanhado pelo Reitor de Coimbra, frei Lourenço da Madre de Deus. Recebidos carinhosamente em casa de Pero Tavares, senhor de Mira (um dos que mais entusiasmo sentiam por o estabelecimento dos carmelitas na vila e mais esperava de seu alto exemplo e salutar virtude) da sua boca ouviram uma *larga pratica, com que pretendeu persuadir o Padre Provincial que fundasse um mosteiro ali, onde a bondade e capacidade da terra offercia grandes comodidades para seu modo de vida e instituto; por ser tão aprazivel sitio, tão temperado no clima, tão mimoso de frutas e pescaria e finalmente tão provida de tudo o necessário para sustento da vida humana que de todos os que têm experiência da sua abundância e barateza de mantimentos se faz sóbre estimada apêchida.*

O Provincial mostrou-se inclinado a aceder, e continuou a sua viagem, deixando em Aveiro o seu Secretário e o Padre Felix, para convenientemente estudarem o assunto, investigarem se haveria local apropriado e verem se os vereadores aceitavam de bom grado a fundação. Estes não puzeram obstáculo, e, *alguns locais lhe pareceram bons.*

O Padre Provincial regressou desanimado do Pôrto, perdida a coragem de lá instalar a Ordem, «sem tirar da jornada mais que voltar para Coimbra muito doentes». Por tudo isto *tratou de alcançar, para Aveiro, a licença do Definitorio Geral, mas não a conseguiu porque guardou Deus esta ventura para seu successor o Padre frei Miguel da Virgem.* Logo que este foi eleito Provincial, obteve as licenças necessarias, tendo-se para tal fim *reunido a Câmara em 22 de Julho de 1613.*

O Senhor D. Afonso de Castello Branco, Bispo de Coimbra, ajudou muito, com seu infinito carinho, esta aspiração.

*Parecendo ao Padre Provincial que para fundar em terra*

---

(1) Casou em 1520 e morreu cerca de 1541.

de Senhor bastavam as licenças dele, do Bispo e da Câmara, tanto que teve estas duas, procurou a outra e a pediu pessoalmente ao Duque de Aveiro D. Alvaro de Alencastre que a concedeu benignamente. Assim, foram para a vila muito virtuosos religiosos com o P.<sup>e</sup> frei Joseph de Jesus Maria, recolhendo-se nas casas escolhidas, que eram de Gil Homem da Costa, junto a S. Gonçalo.

Deram ao Convento o nome de Nossa Senhora do Carmo e começaram os Religiosos a exercitar a vida que sempre viveram, e os primeiros tempos tiveram pobreza, fome e miséria, mas estavam contentes.

A-pesar-de tanta resignação e humildade, tiveram inimigos que os acusaram de fundar sem licença, e, foram avisados de que não podiam continuar com a casa. As duas vilas, Aveiro e Esgueira, «impediram que o convento acabasse, com grandes instâncias, e a provisão foi recebida com muita alegria».

A humidade das casas affligia os religiosos, juntamente com outros males que só padecendo-os os conheceram, e por tal motivo mudaram para a rua de S. Paulo, junto a Sá.

Ainda ai os padres se sentiam mal porque as casas estavam velhissimas. Era preciso começar com obras. Foi então que o P.<sup>e</sup> frei Domingos de S.<sup>to</sup> Ângelo pediu à Senhora Dona Brites de Lara e Meneses (a esse tempo recolhida no mosteiro de Jesus) para lhes emprestar umas casas que aquella Senhora possuía, o que ella fêz da melhor vontade e com a maior satisfação.

Trabalhavam os padres com enthusiasmo, mas os recursos eram poucos e a pobreza affligia-os.

E, quando menos confiança havia de se acabar o convento começado, a Senhora D. Brites de Lara e Meneses, filha de D. Manoel de Meneses, duque de Vila Real (\*) e mulher que foi de Dom Pedro de Mediceis filho do Grão Duque de Florença, Conde de Mediceis, tomou o seu padroado, e nele quiz repousar em paz na Morte.

---

(\*) MARQUES GOMES, nas *Memórias de Aveiro*, diz, a pág. 106: «D. Beatriz de Lara era primogénita de D. Manoel de Meneses, 3.<sup>o</sup> marquez e 1.<sup>o</sup> duque de Vila Real, por mercê de Filipe III, e de D. Maria da Silva, etc.».

Ora o 3.<sup>o</sup> marquez de Vila Real foi D. Pedro de Menezes, o marido da primeira Beatriz de Lara de que tratamos, o qual com ella casou em 1520.

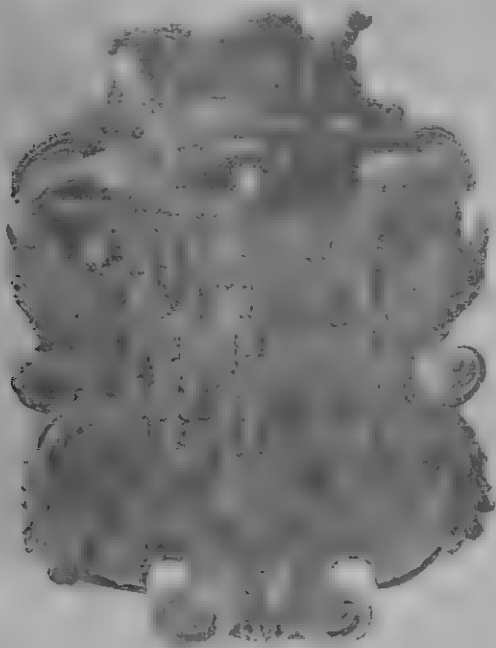
O 5.<sup>o</sup> marquez de Vila Real é que foi o primeiro duque, por carta de 19 de Fevereiro de 1585, e se chamou D. Manuel de Menezes. Morreu em 1590.

Ainda outra coisa que gera confusão a quem se interessa por este assunto, é o facto de o mesmo autor e na mesma obra, a-proposito do 1.<sup>o</sup> duque de Aveiro, dizer: . . . casou com D. Beatriz de Lara, filha de D. Pedro de Meneses, 3.<sup>o</sup> marquez de Vila Real...

O Duque casou com D. Juliana de Lara, filha daquela Senhora D. Beatriz de Lara e de D. Pedro de Menezes, 3.<sup>o</sup> marquez de Vila Real.

## D. BRITES DE LARA E MENESES

Esta Senhora, na escritura de contrato que fez, ordenou que por sua morte o padroado passasse ao herdeiro da casa de Vila Real; *mas como esta casa se acabou ainda em sua vida, por morte do marquez seu irmão D. Luiz de Noronha e Menezes e de seu filho D. Miguel, (1) duque de Caminha, fez segunda escritura no mes de Fevereiro de 1648 em que declarava que não queria*



BRASÃO QUE ENCIAMA O TÚMULO DE D. BRITES DE LARA  
E MENESES

*que parente algum ou herdeiro herdasse o padroado e que houvesse nelle em qualquer tempo outra memoria além da sua.*

*Deitou a 1.ª pedra da igreja que hoje tem, o Padre frei Miguel da Madre de Deus. Assistiu ao deitar della a padroeira. Levava a pedra de Armas de sua Excelência e um letreiro que declarava qual era a padroeira daquele convento, e qual era o*

---

(1) Decapitados em Agosto de 1641, por haverem tomado parte na conspiração contra D. João IV.

## ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRÓ

*sumo pontifice e o Rey deste reyno no tempo que se começou aquella obra, a qual se acabou em extremada perfeição no anno de 1643.*

Mais tarde, a Senhora D. Brites de Lara e Meneses quis fundar uma casa de religiosas<sup>(1)</sup>. Pôs tôda a sua influência ao serviço dessa idea, mas as coisas não corriam à feição do seu desejo. Moveu dificuldades várias, mas não conseguiu destruir todos os entraves, e, essa contrariedade mortificava-a tanto, que a saúde se lhe ressentiu.

Esperava sempre, com ansiedade, que as licenças pedidas chegassem às suas mãos trêmulas de impaciência. Mas tais noticias tardavam. Por isso, começou a entristecer e, se alguém adregava de lhe perguntar o que tinha, respondia invariavelmente:

«Estou doente de mal de corrêos».

Certo dia em que a tristeza lhe punha um véu mais denso no olhar, interrogou um dos padres que a visitava, sôbre se eram chegadas algumas novas do que tão afliuivamente a interessava. Como lhe fôsse respondido que *era vindo o corrêo* sem trazer a licença de El-Rei, «fechou os olhos e sem mais palavra por espaço de dez horas, deu a alma ao Senhor em 4 de Junho de 1648».

*Foram a seus paços buscar o corpo, ao qual acompanharam também os frades de S. Domingos e todos os clérigos.*

O povo, piedosamente, seguia o lúnebre cortejo, e, em homenagem às virtudes manifestadas em vida, chamou-lhe a «mãe dos pobres, o amparo dos órfãos e viúvas, consolação de atribulados e remédio de afligidos».

*Foi sepultada no sepulcro que à parte do Evangelho se levanta, formado de jaspes brancos, negros e vermelhos, lustrados e brunidos, que o fazem magistoso, mas nem assim, digno de tal Senhora, que para o ser pedia extremos de sumptuoso.*

Do que fica escrito, apura-se que a Senhora D. Brites de Lara e Meneses não foi a fundadora do Convento do Carmo, mas sim a sua *padroeira*, titulo e honra que tanto lhe agradavam, que, por determinação sua, a mais ninguém poderia pertencer.

Parece-nos que seria útil, aos visitantes e aos estudiosos das nobres velharias da nossa terra, que a lápide a figurar junto

---

(1) Não apurámos se da Ordem das Carmelitas ou de outra qualquer.

## D. BRITES DE LARA E MENESES

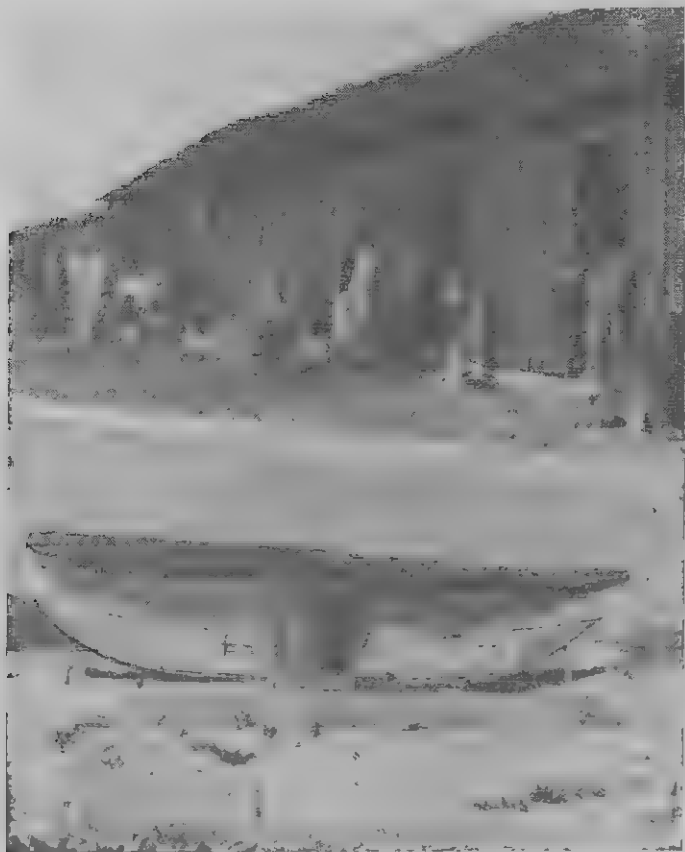
do túmulo da igreja do Carmo, contivesse uma informação mais completa e de molde a não estabelecer confusões. A legenda conveniente, talvez não ficasse mal assim redigida:

TÚMULO DE D. BRITES (OU BEATRIZ) DE LARA  
E MENESES, PADROEIRA DÊSTE CONVENTO.  
MORREU EM 4 DE JUNHO DE 1648.

CELESTE COSTA

### BIBLIOGRAFIA

- DAMIÃO DE GOIS *Crónica do Felicissimo Rei D. Manoel* Parte I  
A. BRAAMCAMP FREIRE—*Brasões da Sala de Sintra*  
P. BELCHIOR DE S.<sup>a</sup> ANA—*Chronica dos Carmelitas Descalços—De como se fundou o Mosteiro de Nossa Senhora do Carmo na villa de Aveiro: e das contradições que teve.*  
MARQUES GOMES—*Memórias de Aveiro.*  
MARQUES GOMES—*Districto de Aveiro.*  
CONDE DE SABUGOSA—*Neves de Antanho.*



## OVAR

### Habitações de pescadores

Em cima: *palheiros* de madeira construídos sobre alicerces de adôbes. Em baixo: *barco do mar adaptado a palheiro*.

(Gravura obsequiosamente cedida pela revista *Renascença*).



# A VILA DE OVAR

## SUBSÍDIOS PARA A SUA HISTÓRIA ATÉ O SÉCULO XVI

(Continuação)

### ORIGENS DA FREGUESIA E DA IGREJA DE S. CRISTÓVÃO

N O principio dêste trabalho, expusemos a teoria da formação das freguesias rurais, de harmonia com os estudos de ALBERTO SAMPAYO. Viria agora a propósito esclarecer especialmente as origens da freguesia de Ovar no aspecto da sua organização religiosa, mas não conhecemos documentos que possam ao menos servir de base a sérias conjecturas. Não devem, alias, ser mais felizes a maior parte das freguesias anteriores ao século XIII.

Os subditos duma paróquia designavam-se, em meados do século XI, por *filigreses* (fregueses). Lê-se num documento do ano de 1064: «siue de nostros *filigreses* siue et de allios omnes» (*Diplomata*, pág. 275). No instrumento de delimitação duma paróquia, feita pelo bispo de Lugo em 1155, dizia-se: «Hos homines et supra dicta loca largimur huic ecclesiae pro filiis spiritualibus, quos vulgus *parrochianos* vel *filigreses* vocare consuevit». Informa FORTUNATO DE ALMEIDA, reportando-se a um documento da *Espanha Sagrada*, que já no século IX se empregava a mesma designação. Se os *feligreses* provieram de *filiis grægis* ou de *filiis ecclesiæ*, não está ainda inteiramente averiguado. Num grupo de documentos do ano de 1117 relativos à freguesia de S. Miguel do Mato, encontramos uma doação ao mosteiro de Paço de Sousa na qual Ramiro Alvares e seus irmãos se declaram «*filiis ecclesiæ* discipulos Michaelis que esse fundata inter Paradela et inter uilla Beleei», de-certo para significar que são paroquianos dessa igreja (Arquivo Dist. do Porto, Codice 79 do Cartorio de Paço de Sousa, fl. 49 v.).

## ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Quanto a Ovar, já declarámos não aderir à hipótese dos que attribuem categoria paroquial à igreja de S. Donato e S. João, citada na doação de 922. Em compensação, fizemos reuçar as suas origens ao tempo da prègação apostolica, identificando o S. Donato com um discípulo de Sant'Iago, segundo tradição ainda viva no século XII.

Todos os documentos referentes à paróquia lhe dão por padroeiro S. Cristóvão, e é certa a existência da igreja de S. Cristóvão de Cabanões no ano de 1132. Importa fazer um breve excursão histórico, se quisermos saber quando, por quem e onde seria fundada esta igreja.

A organização paroquial suevica e visigotica, por certo bem diferente da que nos aparece no século XII, mal poderia subsistir no tempo da occupação árabe. No ano de 716, Abdalázis, filho de Muça, chegou a avassalar tôda a Galiza e tomou, entre outras, as cidades do Porto e Braga. Cêrca de 30 anos depois, Afonso I reconquistou essas cidades, exterminou os occupadores muçulmanos e internou os cristãos nas Astúrias (*Christianos secum ad patriam duxit*). Mas só no reinado de Afonso III, pelo ano de 878, se estendeu o dominio dos cristãos para aquém Douro e foram por elles repovoadas as cidades de Coimbra, Viseu e Lamego. No periodo que decorreu desde 716 a 878, por maior que fôsse a tolerância dos invasores, não poderia pensar-se em organização religiosa estavel nesta região da beira-mar e ainda menos em novas fundações. Note-se de passagem que a persistência de topónimos de origem romana permite concluir que a população cristã não chegou a abandonar inteiramente as suas terras.

Depois daquela primeira reconquista, o território de entre Douro e Mondego foi frequentemente devassado pelas incursões árabes que visavam a Galiza e recaiu na posse dos muçulmanos pelas famosas arrancadas de Almançor. Neste novo periodo (878-997), já encontramos documentada a vida religiosa da nossa região, mas sem qualquer referência a organização paroquial propriamente dita. Em 897, apparecem-nos mosteiros nas vilas de Azevedo e Sanguedo; em 922, os de Crestuma, Santa Marinha (Avanca?) e Grijó; em 977, o de S. João de Ver; em 922, as igrejas de Santa Cruz (Silvalde), S. Miguel de Cortegada (Olival), S. Pedro de Vila Chã, S. Miguel de Dezanos (Milheirós?), S. Tiago de Riba-Ul, S. Miguel de Oliveira (de Aze-méis), S. Paio de Ossela, S. Donato e S. João (em Ovar), etc. Depois da incursão de Almançor, nomeiam-se mais: em 1002, as igrejas de S. Vicente de Pereira, Santa Cristina e S. Martinho de Maçada; em 1037, o mosteiro de Anta; em 1050, os mosteiros de Sa (em Mosteirô) e de S. Geão (em Souto), etc. Talvez nessas igrejas e mosteiros, alguns dos quais seriam modestas ermidas com um ou dois frades ao seu serviço, se exercesse um ministerio paroquial *lato sensu*, sem delimitação de

## A VILA DE OVAR

território e sem designação especial dum sacerdote para determinado grupo de fiéis.

É, porém, convicção nossa que grande parte das igrejas paroquiais da Terra de Santa Maria (entre Douro e Vouga) só foram fundadas depois que se tornou definitiva a reconquista territorial até Coimbra no reinado de Fernando Magno (1064) <sup>(1)</sup>. No meio século a seguir, ocupar-se-iam os cristãos, com intensa actividade, em erigir ou reconstruir os padrões da sua fé. E seria enfim o bispo D. Hugo (1114-1136) quem organizaria definitivamente por freguesias a vida eclesiástica da diocese do Porto, depois de lhe anexar o território da beira-mar até ao rio Antão, outrora pertencente ao bispado de Coimbra. A igreja de S. Cristóvão de Cabanões talvez não contasse ainda um século em 1132.

Quem a fundou? Os investigadores de antiguidades históricas sentem-se às vezes tentados a imitar os paleontologistas, que, por um osso ou dente, reconstituem o animal ante-diluviano. Riem os nescios, mas entretêm-se os sábios... Para descobrir os fundadores da igreja de Ovar, podemos agarrar pelos cabelos o Fernando Pelaiz e a Elvira Pelaiz que, em 1147, doaram a parte que nela possuíam ao mosteiro de Grijó, e obrigá-los a confessar toda a verdade. Dirão que a herdaram de pais e avós e apresentarão como testemunhas os seus próximos parentes Gonçalo, Bona e Garcia Pelaiz e a senhora Unisco Menendiz; nós, lembrando que poderiam ser da prole de Pelágio Fromariguiç e Mendo Tructesendiz, subiremos por Tructesindo Eriz e Egas Erotiz a um D. Ero—e, com os Eriz, Tructesendiz, Fromariguiç, Menendiz e Pelaiz, entroncaremos nas principais famílias que auxiliaram a erecção de templos por toda a Terra de Santa Maria. Quando se fizer a história do repovoamento desta região e os linhagistas aduzirem o seu testemunho, ver-se-á quanto vale esta simples sugestão dos nomes de família.

Mas nem só os antepassados dos Pelaiz contribuíram para a igreja de S. Cristóvão. Coube o principal esforço à coroa e aos outros proprietários da terra, por isso que ficaram com o direito de apresentar o pároco. Assim o indicam as inquirições de D. Afonso III em 1251: «Inuenimus quod homines hereditatores de ipsa villa abbadauant cum uestro auo et cum uestro uisauo et modo nouiter inuenimus quod uester pater et uester germanus et vos abbadauistis de quolibet clerico uos dedistis sine eis». Por este passo se verifica, ainda, que esta igreja teve pároco desde o tempo de D. Afonso Henriques (bisavô de D. Afonso III) e que, a partir de D. Afonso II, os direitos da coroa absorveram os do povo em matéria de padroado.

¿E onde ficaria a igreja, chamada de S. Cristóvão de Ca-

(1) Sobre o periodo de 1002 a 1064, ver *História de Portugal*, de HERCULANO, livro VII, nota I.

## ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

banões em todos os documentos até o século XVI? Como o nome de Cabanões subsiste num lugar, facilmente se esquece que ele serviu outrora para designar toda a freguesia, nas mesmas condições em que hoje serve o de Ovar. Mas já vimos que no século XIII havia núcleo urbano no lugar de Ovar, e não no de Cabanões. Para comodidade da população, a sede da paróquia devia ficar central, e geralmente aproveitava-se a proximidade dos cursos de água, onde os havia. Concorrem actualmente estas circunstâncias na igreja de Ovar. Também por comodidade nossa, embora haja outros argumentos, suponhamos que para a primitiva se não eleguê lugar muito distante do da actual, emquanto não apparecerem documentos mais convincentes que as frageis hipoteses de JOÃO FRIDERICO. É mais fácil admitir que se mudou simplesmente o nome à freguesia, do que terem andado os ovaenses «de casa mudada» à roda do ano de 1600.

### ○ PADROADO DOS BISPOS E DO CABIDO

Volvido um século sobre a primeira referência à igreja de S. Cristóvão de Cabanões, temos no *Censual do Cabido da Sé do Porto* uma série de documentos relativos ao seu padroado. Como esse cartulario se encontra editado, dispensamo-nos de os reproduzir na integra. Trata-se, em resumo, do seguinte:

O bispo do Porto, D. Pedro Salvadores, mandou edificar uma igreja nas herdades que possuía em Lamegal, termo de Pinhel. No ano de 1241, D. Egidio, bispo de Viseu, erigiu-a em sede duma freguesia com o titulo de Santa Maria do Lamegal, o que foi confirmado em 1246 pelo papa Inocência IV. Por titulo de fundadores, ficaram os bispos do Porto com o padroado dessa igreja.

Em 1261, a 8 de Agosto, celebrou-se um contrato de permuta entre D. Afonso III e o bispo D. Vicente Mendes, recebendo o rei a igreja de Lamegal com a sua aldeia e dando ao bispo e à igreja portugalense «ecclesiam santi xpistoffori de Cabanoens cum omni iure patronatus et cum omnibus iuribus et pertinentijs suis». O bispo deu ainda ao rei, «gratis pro domino», as herdades que possuía em Codessêiro (Guarda).

A permuta não se tornou logo inteiramente efectiva, porque o bispo de Viseu, não sabemos por que bulas, estava na posse da igreja de Cabanões. Por isso, D. Afonso III, a 10 do mesmo mês e ano, mandava uma carta a Simão Peres de Espinho, na qual lhe comunicava o contrato e declarava ter acordado com o bispo do Porto que este conservasse a igreja e aldeia de Lamegal e a herdade de Codessêiro e recebesse os frutos para o rei, «donec ego desembarguem sibi dictam eccle-

## A VILA DE OVAR

siam de Cabanoens et integrem illam sibi». Em Fevereiro do ano seguinte, estava resolvido o caso. Mandava el-rei:

«Alffonsus dej gratia Rex Portugalensis. vobis Iudicij de Cabanoens Salutem. Mando vobis quod uissa carta, integretis Episcopo Portugalsensi ecclesiam de Cabanoens cum omnibus hereditatibus et pertinentijs suis. Vnde aliud nom faciatis—Data Colimbriae Rege mandante per Decanum Portugalensem. XX.<sup>o</sup> die Ffebruarij. Alffonsus pellagij fecit. Era Millesima Trezentessima».

Tudo parecia correr no melhor dos mundos, mas o bispo do Porto, ou porque se visse logrado na permuta ou porque o papa o chamasse à ordem, veio mais tarde a contestar a validade do contrato e conseguiu ficar com Lamegal e Cabanões. Assim consta do seguinte documento, tão importante em seus pormenores para a história geral, que já foi publicado na *Monarchia Lusitana* (Parte V, doc. 12, pág. 510).

«In nomine ihu xpi. Nos dionisius dei gratia Rex portugal' et algarbij notum facimus presentes litteras inspecturis, quod cum olim uenerande memorie. dñs. A. pater n'r. port. et algarbij Rex illustris cum uenerabili p're dño. V. port. ep'o eccl'iam seli xpori de cabanões eiusdē dioc. cū iuribus et pertinentijs suis cuius ius patronatus ad dictum patrem n'm spectabat pro uilla de lamegal viseen. dioc: cum eccl'ia et suis pertinentijs permutasset. Tandem Eps. ipse de Romana curia rediens. presentiam n'ram aduuit et a nobis humil'r postulauit quod dictam villam de lamegal sibi restitui faceremus. ostendens diuersas Rationes et causas propter quas dicta permutatio non ualebat litteras etiā papales exhibuit coram nobis per quas d'ns papa. n'ram regalem excelentiam excitabat. ut ob ipsius et ap'lice sedis reuerentiā. nec non quia facta permutatio de spir'alibus ad temporalia improbatur maxime cum uergat in port' eccl'ie maximū detrimentum id quod petebat ep's facere curaremus. Nos igitur id quod iuris est cuilibet. in Regno n'ro et special'r ep'o antedicto qui patrem n'm et nos sibi diuersis modis et seruitijs obligauit facere cupientes dictam villam de lamegal cum eccl'ia et iuribus ac pertinentijs suis necnon terminis nouis et antiquis ingressibus et egressibus eius et eccl'ie sue sibi dimittimus et donamus et eundem ep'im nomine suo et eccl'ie sue de ipsa uilla et eccl'ia cum iuribus suis ut permittitur per n'm anullum inuestimus et in possessionem uille ipsius ducimus atque mittimus. Bona fide et sine malo ingenio eidem ep'o promittentes quod postquam de Romana curia reuerit ad quam in seruitio dei et n'ro mitimus eum dictam uillam sibi nomine suo et eccl'ie sue cautabimus per illa loca. et per illos terminos per que et per quos pater n'r dñs. p. Johannis et uxori sue donec Orrace cautauit eandem. Et hoc promittimus sibi facere uel successori suo

## ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

si ipse esset rebus humanis exemptus. infra mensem postquam ab eorum aliquo fuerimus requisiti. volumus etiam et mandamus quod dictus ep's et eccl'ia sua habeant et possideant in perpetuum ius patronatus eccl'ie de cabanões. superius memorate sicut ipsam habebant et possidebant et haberent et possiderent si permutatio supradicta in suo robore permaneret. Et quia ep's antedictus petebat a nobis sex milia librarum et sexcentas quas ratione asunade pater n'r habuerat de predecessore suo. dno Juliano. Et sexcentos modios de centeno quos de dicta uilla de lamegal eidem episco ut dicebat filiauerat p'r n'r. Petebat a nobis sibi dari castru de marachic dioc. elboren. quod dicebat ex donatione d'ni sancij patru n'ri. et ex confirmatione sedis ap'lice ex certa sciencia. ad suam port. eccl'iam pertinere. Petebat insuper quandã vallengam (1) quam in ciuitate port. a piscatoribus vasallis eccl'ie sue habuerat p'r n'r. Petebat necnon sibi satisfieri de morte michael' laurentij subpretoris nepotis sui. Et pascasij ferrarij vasalli sui qui ambo per mandatum p'ris n'ri suspensi in gaya fuerunt sine causa ut idem ep's aserebat. pro bono pacis et concordie. et etiã nos sinus obnixius obligati renũtiãuit omnibus et singulis petitionibus antedictis. Renũtiãuit etiam litteris ap'licis quas impetrauerat super eis. hoc adiciens quod si forte nos sibi. uel successorij suo nomine port. eccl'ie non cautaremus villam de lamegal ut superius est expressum. teneamur ei dare et restituere predicta. sex milia librarum et sexcentas atque secentos modios de centeno. Et hoc eidem bona fide promittimus obseruare. Et ut super premissis in posterũ nulla inter nos uel successores n'ros et port. eccl'iam questio oriatur fecimus de omnibus suprascriptis fieri duas cartas per alphabetum diuisas quarum unã sigillo ipsius ep'i consignatam nos debemus habere. Et ipse ep's aliam sigilli n'ri munimine roboratam. Acta sunt hec Elboren. XXbllj. die aprilis. E.<sup>a</sup> M.<sup>a</sup> CCC.<sup>a</sup> XX.<sup>a</sup> (28 de abril do ano de 1282). (*Livro 2.<sup>o</sup> de Alim-Douro*, fls. 266; cf. *Gav. I, m. 3, n. II*).

Alguns anos depois, el-rei D. Deniz doou ao mesmo bispo D. Vicente e ao seu Cabido a igreja de Santa Marinha de Vila Nova e a de Gaia com mais dois casais no julgado de Gaia e, não se julgando ainda quite, confirmou a doação de Cabanões. Diz textualmente o diploma, na parte que nos interessa:

«E de mays outorgolhy's a donaçom da Eygreia de Cabanões que lhy's meu padre auya dada en cambho polo lamegal. E sse ata aqui os dictos bispo e Cabidoo ou seus antecessores ouueron alqua ren de meu Padre ou dos Reys que foron antel cu de min en herdamento ou en auer ou en outra cousa qualquer todolho quito e outorgoo por mjin e por todos meus successores pera todo sempre. E esto lhes faço porque os dictos

(1) *Uma baleia.*

## A VILA DE OVAR

bispo e Cabidoo se quytarom amjn da demanda que mj fazian do Castelo de Marachiqui e da vila do lamegal e de VJ. mil. VI. centas libras e de VJ. centos moyos de pã e dos Casaaes da Codesseyra e de todas outras demandas se as auiam contra mjn».

Foi esta carta dada em Elvas a 12 de Dezembro do ano de 1291 (*Doações de D. Deniz*, liv. 1, fls. 285); esta reproduzida quasi «ipsis verbis» em outra dada no Pôrto em junho de 1292 (*Doações de D. Deniz*, liv. 2, fl. 34). A vila de Marachique citada nestes documentos era, segundo J. P. Ribeiro, situada no Alentejo junto a Almodôvar (Sobre a sua doação ao bispo do Pôrto e outros documentos, ver *Reflexões Historicas* desse autor, II, pág. 189).

Resolvida a questão com o rei, teve D. Vicente de se haver com seus cônegos, os quais lhe representaram que «tertia parte reddituum seu prouentuum ecclesiae de Cabanoens de iure spectant ad eos» e que «para utilidade da sua alma» lhos devia ceder, pois os recebia «contra conscientiam». O bispo concordou, contanto que depois da morte lhe fizessem aniversários pela alma, e lavrou-se o respectivo documento no paço episcopal «in alpendrato viridarii», a 26 de Abril de 1295 (*Censual*, ed. de 1924, pág. 506).

Bispo e Cabido fruíram conjuntamente a igreja de S. Cristóvão de Cabanões até ao ano de 1466. Sendo então bispo do Pôrto D. João de Azevedo, celebrou a 18 de Setembro, com os seus cônegos, um contrato em virtude do qual ficava a pertencer à Mitra o padroado das igrejas de Campanhã e Queimadela e passava para o Cabido *in solidum* o padroado de Cabanões (Arquivo Dist. do Pôrto, Livro 4 dos *Originaes* do Cartório do Cabido, fl. 4). Esta anexação à mesa capitular foi confirmada por uma bula do papa Paulo 2.º, datada de Junho de 1468, na qual se sugeria a Antonio Gonçalves, último «abade e reitor da parochial igreja de S. Cristóvão de Cabanões» apresentado pelo bispo, que renunciasse ao beneficio. Resignou o abade em 27 de Outubro de 1470, e a 14 de Novembro tomava o Cabido posse da igreja por procuração (Livro 21 dos *Originaes*, fls. 11, 14 e 21).

### LISTA DE PAROCOS - RENDIMENTO DA FREGUESIA

Do tempo em que Cabanões era do padroado real, apenas temos o nome dum capellão: «*Alfonsus Petri Capellanus*» (1251). Diz VILHENO, em referência a essa epoca, que o pároco se chamava *prelado* ou *abade* e «tinha um Presbytero ou Capellão, a que hoje chamamos Cura, que era ordinariamente o ministro dos sacramentos» (*Elucidario*, Abbadia I). De fins do século

## ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

XIII ao terceiro quartel do século XV, apurámos os seguintes abades:

*Lourenço Anes* (doc. de 1299 e 1312).

*João Martins* (doc. de 1354).

*Gonçalo Afonso*, que renunciou em 1426. Sucedeu-lhe:

*Gonçalo Martins*, cônego da Sé do Porto, apresentado pelo Cabido em 7 de Abril de 1426; falecido em 1435. Sucedeu-lhe:

*Vasco Gonçalves*, também apresentado pelo Cabido, confirmado pelo bispo D. António Martins de Chaves em 31 de Dezembro de 1435.

*João Pires*, que permutou com o seguinte:

*Luiz Anes*, que era cônego da Se de Lisboa e «perpétuo vigário de Santa Maria de Motagraço». Confirmou a permuta o bispo D. Luiz Pires, em 26 de Março de 1461.

*Antonio Gonçalves*, que renunciou espontaneamente à paróquia quando ela se uniu à mesa capitular (1470).

Documentam-se os ultimos seis nomes pelo Livro 21 dos *Originais*, fls. 20, 16, 17 e 21.

Para a estimativa dos rendimentos da paróquia, poucos elementos pudemos coligir. No século XIV, pagava esta igreja: «Octo. morabitinis ueteres pro ornamentis et campanis ecclesiae Cathedralis. Item. C. nonaginta duobus morabitinis de Censu (*Censual*, pág. 547). Em 1320, foi taxada em 50 libras para subsídio da guerra com os mouros, quando Válcga devia pagar 150 e S. Vicente de Pereira 100 (Bibl. Nac. de Lisboa, ms. n.º 179 da *Coleção Pombalina*). O grôso dos rendimentos do Cabido provinha-lhe dos dizimos e foros. Foi talvez para recolher as rendas que, em 15 de Setembro de 1488, comprou a Gonçalo Fernandes, morador em Ovar, umas casas com duas cubas vellas, por 1500 reais brancos (Livro 21 dos *Originais*, fl. 22). A 26 de Junho de 1503, emprazou a João Luiz três casais da igreja de Cabanões (*Idem*, fl. 23). E em 1525, a 12 e a 22 de Maio, celebrou com D. Manuel Pereira, Conde da Feira, uma composição sobre os dizimos que recaiam nas lezírias e paúis de Ovar ate à foz de Aveiro. É interessante este contrato, por diversos pormenores. Andava o Conde occupado em «afruitar e tirar da agoa» várias terras para serem lavradas e semeadas e, como nisso dispendia muito dinheiro, pedia ao Cabido que lhe concedesse a quarta parte do dizimo dos frutos que elas produzissem. Lavrou-se o documento «em a villa do Var dentro nos Paços do muy illustre Senhor o Senhor Dom Manoel Pereira Conde da Feira», e nelle se diz que a terra de Ovar «he na freguesia da Igreja de São Christovão de Cabanões» (Livro 10 dos *Originais*, fls. 13 e 14).

No Arquivo da Torre do Tombo (Conventos Diversos B 44 4), há uma *Relação dos Bens da Mitra do Bispado do Porto*, feita em Fevereiro de 1770, na qual estão registadas as propriedades que, depois do padroado do Cabido, ficaram a



## A VILA DE OVAR

pertencer ao bispo em Ovar. Originariamente, eram só dois casais no Couto de S. Donato, chamados respectivamente da Igreja e da Laranjeira. Deu-os de prazo a Gonçalo Aues o bispo D. Diogo de Sousa, em 1497. Subdividiram-se depois por novos emprazamentos e rendiam ao todo, no século XVIII, 50 alqueires e meio de trigo, 8 alqueires de centeio, 8 galinhas, 3 capões e meio, além de lutuosa e domínio.

JOÃO FRIDERICO transcreveu do Cartório do Cabido um curioso documento que não chegamos a conferir. Diz, em suma, que o tesoureiro-mor da Sé do Pôrto era obrigado a apresentar ao Cabido uma canastra de uvas no dia da Transfiguração do Senhor e que cobrava anualmente da igreja de Cabanões a pensão de 330 réis com o ónus de dar corda para a garrida da mesma Sé (1). Em 14 de Setembro de 1590, convencionou-se exonerar o tesoureiro das uvas, mas não da corda, e receber o Cabido os 330 réis. Baratas uvas...

Para concluir estas notas, advertimos que a «ecclesiam de oluar» mencionada numa convenção celebrada em 1117 entre D. Hugo bispo do Pôrto e D. Gonçalo bispo de Coimbra, e em outros documentos, é a igreja do *Olival* (Gaia). Da semelhança gráfica já resultaram alguns lapsos, como o da lista publicada por FORTUNATO DE ALMEIDA na *Historia da Igreja em Portugal* (tomo II, apêndice n.º 1), em que apparece uma igreja de Ovar e outra de Cabanões.

(Continua)

P.º MIGUEL A. DE OLIVEIRA

---

(1) Recordem-se os 8 morabitinos para sinos, no séc. XIV.

*Nota.* Depois de composto este artigo, encontramos cópia duma doação, feita por Elvira Nunes e seus filhos ao mosteiro de Griço, no ano de 1132, de quanto possuíam nas igrejas de Canidelo, Cerzedo, Perosinho, Argoncilhe, S. Cristovão de Cabanões, S. Vicente de Perreira, S. Miguel de Travação e Santa Maria de Lamas «em ripa de marnele» (*Bat. Ferrado*, fl. 7). É esta a mais antiga referência à igreja de Cabanões. A doadora é D. Elvira Nunes Áurea, mulher de D. Soeiro Romaniães, o que em nada invalida, antes confirma, a hypothese relativa aos fundadores da igreja — Para a etimologia de *filigreses*, veja-se em *Diplomata*, pág. 28, um doc. do ano de 938, que fala em *Filiis Ecclesie*.



### RIA DE AVEIRO

*O painel da ré dum moliceiro, o barco característico e inconfundível da região. Merecem especial atenção os elementos geometricos que constituem as cercaduras.*

*No Museu Municipal de Ílhavo existe uma curiosa  
coleção de painéis de moliceiro, pintada por um dos mestres decoradores  
dos próprios barcos.*

*(Grav. obsequiosamente cedida pela revista  
ilustrada Renascença).*

RELIQUIAS PALEOGRÁFICAS  
DO DISTRITO

A CARTA DE DOAÇÃO  
DE ALQUERUBIM EM 1090

**N**O fértil e povoado território de entre Douro e Mondego, a região do Vouga, largamente batida por invasores e disputada com tenacidade desde remotas eras, proporcionou aos cartórios conventuais documentação copiosa, que sem exagéro algum se pode classificar de notavel, tais, e tão variados, são os elementos de estudo que esses frágeis monumentos nos perpetuaram.

Zona cuja acção não foi ainda completamente estudada perante os altos problemas da organização politica e economica de Portugal, ela forneceu também abundante material archeologico aos Museus quando metodicamente explorada; permite-nos ajuizá-lo o que já conhecemos dela, embora produto de pequenissimas sondagens; a ela se ligam perturbantes problemas sem solução ainda, como o das populações prehistóricas dos seus castros, e os das cidades luso-romanas desenvolvidas como devem ter sido Lancóbriga, Caria, Talabriga, Vácuca, Marnele, etc.

Justificação mais do que suficiente para a organização em Aveiro dum *Instituto de estudos archeologicos* e duma *Comissão de escavações*, sonho obsidiante, desde ha largos anos, de quem isto escreve, animado sempre por esse formosissimo espirito que foi Jaime de Magalhães Lima, acarinhado igualmente pelo grande conhecedor da região, que e o dr. Alberto Souto, cujo trabalho pessoal de archeologo e de investigador muito tem conseguido já esclarecer e classificar, e acompanhado ainda com interesse pelo dr. Amorim Girão, o historiador da *Bacia do Vouga* e abalisado geografo que todo o Pais admira.

Da secção inferior daquela zona, ligada com o problema da formação da Ria, varias vezes se tem falado em *Alquerubim*, e num documento que serve para marcar a antiga linha da costa,

pois coloca tal povoação «inter paus et marnelle discurrente ribulo uauga *prope litore maris*».

Já o inventário das propriedades e igrejas de Guimarães, de 1059, regista a *villa alcaroubim* integra et cum sua prestancia et *con suas saluas*, remetendo para o célebre testamento da riquíssima Mumadona, de 959, que incluía «in territorio Colimbrie villa de alcaroubim quomodo illa obtinuit froya guntessindiz per incartationem de Gondisindo suariz cum omnibus prestationibus suis» (*Port. Mon. Hist. Dip. et Ch.*, págs. 257 e 44).

Efectivamente a Ria não existia ainda então e um braço de mar penetrava numa vasta reintrância da costa, perceptível, por exemplo, no *Portulano* de FRANCISCO PIZIGANO<sup>(1)</sup>, de 1367; nesse braço desaguavam o Certima, o Águeda e o Vouga.

Alquerubim e S. João de Loure ficavam a vista do oceano e era possível a existência de marinhas nesses lugares, muito distantes hoje da linha de maré.

De Alquerubim, um dos poucos toponimos vouguenses que ficaram recordando a ocupação muçulmana, muitos documentos ineditos conhecemos, e em mais de um cartório; possivelmente deles nos ocuparemos também; por agora deter-nos-emos, e um momento só, na apresentação gráfica da carta de doação que data de 1090, a mesma acima citada como localizando Alquerubim *prope litore maris*.

HERCULANO publicou o diploma, e vários estudiosos tem referido os elementos topográficos nele contidos; mas HERCULANO conheceu apenas uma cópia, presumivelmente um apógrafo, feito no século XVIII, existente na Academia das Ciências; por ela fez a publicação que nos *Diplomata et Chartae* tem o n.º DCCXLV, a pag. 444; no entanto, o original existe e é, justamente, uma das maiores preciosidades paleograficas do Arquivo onde se encontra (o da Universidade de Coimbra) e uma verdadeira reliquia paleografica do Distrito, pois os documentos coevos, na sua grande maioria, apenas se conservaram trasladados em cartulários. De poucos se conhecem os originais.

E unicamente esse aspecto que desejamos frisar nesta publicação; depois de HERCULANO, reproduziu o teor do documento, servindo-se do original, e eminente historiador, DR. ANTONIO DE VASCONCELOS, no *Anuário da Universidade para o ano lectivo de 1900-1901*, salientando o valor filológico que possui<sup>(2)</sup>; mas em reprodução zincográfica, que permita apreciar o seu aspecto paleografico, e esta a primeira vez que o documento vem a público.

(1) Existe na Biblioteca Nacional de Parma, e torna-se notável pelo rigor do recorte literal e pela beleza de execução. A reintrancia do Vouga está melhor desenhada do que no *portulano* de PIERRE VASCONCELO, de 1318.

(2) São cheias de interesse as anotações do erudito historiador a varias passagens do documento, bem como a identificação dos textos bibeicos nele abundantemente transcritos à maneira de exórdio.

## A CARTA DE DOAÇÃO DE ALQUERUBIM

A nossa gravura redô-lo algum tanto; o original é uma tira de pergaminho grosseiro, sem preparo, que mede 474 x 184<sup>mm</sup>, e a caligrafia em que o monge notario, *Pelagio*, o escreveu é ainda a chamada visigótica minúscula, denunciando todavia influência da letra francesa que então se usava já e veio a ter larga difusão, como é geralmente sabido e aqui não importa relatar.

Do estado de conservação permite a nossa gravura fazer-se idea sufficiente.

Nas costas do documento vários sumarios se foram lançando; no seculo XII, ou no XIII, registaram: *flamule onoriguiz de alquarouim*; mais tarde, no seculo XV, ao que parece, escreveram: *doaçõ antiga de muitas terras de micinhata e Vouga era 1114 letra goda*; em caligrafia do seculo XVI, le-se tambem: *Carta antiga que pertice a herdade d'alcarouim e paos djrita pelo Ryejo do uonga ataa o mar*; no seculo XVIII acrescentaram ao primeiro sumario *paos alcarouim*; e por fim, Jovão Pedro Ribeiro sumariou desta forma a doação: «*Pedroso. Igreja de Alcarouim, e herdade em Paos. Carta de doação feita na era de 1128, por hum certo homem chamado Flamula, ao Mosteiro de S. Pedro de Pedrozo, da porção, ou terça, que lhe pertencia da Igreja de Alcarouim, e da herdade, ou herança, cita entre Paos, e Arnuelle por onde corre o rio Vouga junto da praya do mar. Remendo o Suñ Rey Afonso, e Arcebispo em Braga Pedro*».

O documento é o único, *avulso*, que o Arquivo da Universidade possui d'este tipo de letra; veio á sua posse em virtude dos foros e rendas do Mosteiro de Pedroso terem sido incorporados na fazenda da Companhia de Jesus (em 1567); quando da extinção desta, a doação regia de 4 de Julho de 1774 entregou á Universidade toda a riqueza constituída pelo património da Companhia; com os bens vieram os titulos que lhes diziam respeito; entre elles, esta carta de doação ao mosteiro de Pedroso de tudo o que em Alquerubim Flâmula Honoriguiz possuia.

O Arquivo tem hoje unicamente este diploma, do grupo dos avulsos, escrito nesta visigótica minúscula, como acima dizemos; outros lhe pertenciam legitimamente; mas He arixeo visitou-o em 1853, com o fim de escolher documentos que servissem para a *Historia de Portugal*, e que eram todos os que alcançassem o seculo XIII; marcou o que ao seu plano convinha, e delegados seus vieram depois recolher quanto quizeram; levaram para Lisboa 497 pergaminhos avulsos, do cartorio da Universidade, onde nunca mais voltaram, constituindo hoje elementos preciosos das collecções especiais da Torre do Tombo que subsidiam os estudos dos primordios da Nacionalidade.

Mais duma vez me tenho referido a essa incorporação, absolutamente desastrada e rumosa para os arquivos provinciaes, que não encontra justificação perante a tecnica archivística, e que ha longos anos chama a resaltação das especies desviadas aos seus lugares de origem.

## ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

A carta que hoje pela 1.<sup>a</sup> vez apparece aos olhos do Público na sua forma externa, escapou, felizmente, à colheita dos emissários de HERCULANO; o leitor especializado pode cotejá-la com o apógrafo dos *Diplomata et Chartae*; 8 divergências de transcrição, aliás de pequena monta, lhe encontramos nós; uma delas, no entanto, devemos assinalar, sem, alias, a pretensão doentia de emendarmos quem quer que seja; e onde os *Diplomata* escrevem *secundum*, em vez de *sicut*, como nós lemos.

Etc. O exame completo de quanto esse remoto Pelágio escreveu levar-nos-ia longe demais para o *Arquivo do Distrito de Aveiro*; os leitores habituados a estes exercicios paleográficos vão entreter-se com o nosso fac-simile; os restantes não nos perdoariam nunca a sêca digressão.

A. G. DA ROCHA MADAHIL

# PESSOAS E COUSAS VELHAS, OU DOUTRO TEMPO

## IV

**Q**UEM só dispõe de exiguas forças físicas e morais no trajecto mais ou menos longo da vida, se não quiere arriscar-se a passar, de todo, por insano, tem de socorrer-se do auxilio alheio; tem de apegar-se ao bordão de peregrino, e limitar muito a jornada—dar os seus passos *sub conditione*.

Pois é este o caso, penso eu, enquanto a mim...; chamado aqui pela voz da amizade e affectuosa consideração,—afoitado a prosseguir pelo mesmo estímulo, nesta altura do século, sinto-me tanto mais reconhecido, quanto receoso do êxito; e tenho *in mente* a pedra do descanso onde hei de repousar...

Sirvam estas breves palavras de tábua de agradecimento, a quem de direito, e de desculpa ao mais que se seguir, pouco ou muito.



Em suma, nestas breves referências a pessoas e cousas velhas, ou doutro tempo, sem preocupações superiores de qualquer ordem, esbocei o carácter ou a fisionomia de dois ou três professores do liceu, que conheci e respeitei; e de quem guardo amistosas recordações: pois bem; vamos ainda a outras; se é lícito, se não é ser de todo ocioso e impertinente.

O Sá, o dr. Sá:

O Sá, o dr. João José Pereira de Sousa e Sá, professor de Geografia e História, e secretário do liceu. Era um homem baixo, entroncado, forte, moreno, de barba espessa, naturalmente curta, muito preta; nervoso a falar, a andar, a reger cadeira, em todo o serviço; mas, a-pesar-dêsse nervosismo, quando passava uma certidão, ou fazia a sua assinatura, tinha uma caligrafia distinta, segura, artística, modelar; parecia um impresso. Dotado de excelente memória, feliz, pronta e farta. Em factos, e

## ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

em datas, era eminente, e vangloriava-se, a sorrir, dos seus méritos,—a relatar a História Sagrada, a Grega, e a Romana, etc.

Ao mesmo tempo, tinha particularidades infantis, ou que assim se afiguravam, para repreender e para ensinar. Usava e aconselhava uma menemónica particular, *sui generis*, de que, aliás, não fazia segredo. Por exemplo, se o estudante não fixava ou tinha dificuldade em fixar a data da revolução patriótica de Portugal de 1640, elle dizia, sacudido, nervoso, convicto: Ora essa, menino! não tem dificuldade nenhuma: ano de 1640? —é lembrar-se de dezasseis tostões e um pataco, e pronto ai está, 1640...

E assim semelhantemente: 1500, o Brasil?—Quinze tostões, e prontol

Nesse tempo ainda cá não se usavam os escudos; e não eram vulgares as descobertas e inovações do sábio escritor dr. Tião no Bravo; mas citava também, com muita ênfase e prospero êxito, a célebre e vulgarizada canção—do Figueiral-Figueiredo:

No Figueiral figueiredo,  
Ah! No Figueiral entrei  
Três ninhas encontrara,  
Três ninhas encontrei...

Ah! com que delicadeza, e mesmo, com que carinho elle pronunciava—ninhas!—Parece que ainda o estou a ouvir, na sua voz adocicada e suavíssima! Bem me lembro. Aonde isso vai!

Além da aula de Geografia e História, no liceu, ensinava também em sua casa, Arimética, Retórica, e Literatura. Era quasi uma Sorbonne; enciclopédico, salvo o devido respeito.

O ordenado official de professor, era exíguo, era mesquinho; mas não se opunham restrições ao ensino particular, em nome da Liberdade... Embora a Liberdade, não sendo dirigida, tenha seus inconvenientes.

Dêsse excesso de mentalidade, talvez, resultou fadiga; a depressão mental que depois se houve de lamentar tristemente. *Principiis obsta! sero medicina paratur...*

¿E sabe, porventura, o leitor, onde era a casa de residência do professor Sá?—Sim, porque elle e a família tinham casa própria, o que ainda hoje não é vulgar! Onde era? Pois bem: era na rua da Cruz!

Rua da Cruz! Isso! Hoje não restam nem vestígios da rua, nem da casa, nem dos donos e moradores! Tudo desapareceu!

A rua da Cruz era apenas uma viela curta e tortuosa; em certa altura da casa galante, moderna ou modernizada da



## PESSOAS E COUSAS VELHAS

família do médico e amigo, sr. dr. Armando da Cunha Azevedo.

Da rua da Cruz, dava para a rua Direita uma casa nobre da família Monteiro Rebocho,—que os amigos Rufino e Francisco Monteiro, chamavam a «casa do tio Monteiro».

Despareceu tudo; tudo desapareceu com os melhoramentos citadinos, assim como desapareceu, com a travessa, ou Largo do Governo Civil, o antigo e vasto quintal da família Sachetti, em frente do palacete.

A casa e quintal da família Sá, recuava do alinhamento da rua da Cruz, e tinha também um quintalório; e nesse quintal cresceu, criou-se, viveu, sabem o quê? —A palmeira que se ostenta agora na rotunda da rua nova, da rua avenida, que foi traçada no antigo caneiro, e que desapareceu com a alta muralha da cerca dos Carmelitas...

Na mudança transplantou-se esse magnífico exemplar de botânica, distinguindo-se nessa obra, além doutras, o saúdoso presidente—Gustavo F. Pinto Basto, obtendo o melhor êxito dos seus critérios e esforços.

Essa palmeira ainda hoje se ostenta com magestade na rotunda, em frente da esquadra policial, embora mal vista dos motoristas que dão ali a volta, para melhor retôrno.

Não terminarei, porem, estas linhas mal ordenadas, sem referir um episódio da vida, no liceu, do professor Sá, dr. João José Pereira de Sousa e Sá, episodio que não ofende a sua memória, nem a doutros, da casa.

Nesse tempo não se chegara a perfeição pedagógica de haver uma escola do magistério primário, que sendo um largo alcance no progresso da instrução e do ensino, foi também um grande alôfbre de profissionais, dos dois sexos.

Os candidatas ao magistério primário sujeitavam-se a um exame, por provas públicas (*sic*), orais e escritas, perante um júri de professores do liceu, presidido pelo Reitor ou comissário dos estudos. Faleceu há pouco o leccionista muito popular e competente dêsse tempo—que era o sr. Domingos dos Santos Game-las, de saúdosa memoria. Esse, habilitou, nas horas vagas de desenhador das Obras Publicas, dezenas, centenas, de candida-tos ao magistério primário.

Nesses júris entrava uma professora oficial, diplomada, de ensino primário, para apreciar e dar voto de competência, sobre as provas de Lavoros. Essas provas eram uma obra de tal-lho, um posponto ou sobrecozido; uma camisa, etc., de linha branca; um taco, ou umas malhas de meia; uma *rendi-nha*; etc.

Ora succedeu que uma das candidatas apresentou ao júri um trabalho em pano, e delicado, para o continuar na mesa e que foi admirado pelos membros do júri, que, todavia não sabiam fazer meia, nem rendinha. No momento de apreciação, o profes-

## ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

sor Sá, que estava na secretaria, foi chamado pelo reitor, amavelmente:

—Venha ver, venha admirar este trabalhinho à mão: é um mimo; uma perfeição...

O professor Sá, aproximou-se da mesa; deram-lhe a rendinha estendida, com geito e delicadeza; e elle, consciente ou inconscientemente, pegou na rendinha, entre o polegar e o índice das duas mãos, estendendo-a. O Sá estendeu-a, esticou-a, — e rompeu ou rasgou, — dizendo sentenciosamente:

—Ora adeus: não tem consistência nenhuma!

Sob esta judiciosa sentença se lêz a votação dos valores.

A candidata, todavia, obteve a classificação de—Bom sem consistência; episódios infantis e pedagogicos.

RODRIGUES VIEIRA

# BIBLIOGRAFIA

O *ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO* dará sempre notícia das obras à sua Redacção enviadas quer por autores quer por editores.

De harmonia com a pratica seguida pelas publicações suas congéneres, fará também algum comentário critico aos livros de que receba dois exemplares.

---

DR. RICARDO NOGUEIRA SOUTO

*Angeja e a região do Baixo Vouga - Aveiro MCMXXXVII.*

Interessante colectânea de notas regionais, nas quais o autor mostra o seu muito interesse por Angeja, sua terra natal. O volume tem 148 páginas, e nestas se trata sumariamente da origem e história da antiga vila de Angeja, e das suas principais famílias.

Certas reservas merecem algumas afirmações sobre o passado geológico da região, marinhas de sal nos campos de Alquerubim, origem e etimologia de Angeja, etc.

A obra abre por um prefácio do Sr. Dr. AUGUSTO LE CASTRO, que tendo nascido na cidade do Porto, passou a sua infância nas terras do Vouga, e delas nos dá algumas impressões.

F. N.

---

DR. ANTÓNIO FERREIRA PINTO

*João Pedro Ribeiro professor e cego doutoral* é o título dum substancial estado que o nosso illustre colaborador, DR. ANTÓNIO FERREIRA PINTO, venerando Rector do Seminário Episcopal do Porto e distinto investigador, recentemente publicou a propósito do fundador dos estudos de Diplomática em Portugal.

Quem esta nota escreve vive diariamente na admiração do trabalho indefesso de João Pinto Ribeiro, e nesse convivio tem colhido os maiores ensinamentos; é que se contam por muitos milhares, os diplomas do antigo cartorio da Fazenda da Universidade que o grande investigador pacientemente sumaria, encorporações subsequentes têm trazido tambem ao Arquivo especies de outras proveniencias, em que a letta incantavel do nosso maior diplomata, registando no verso o sumario do seu contendo, documenta igualmente a leitura atenta e o cuidadoso exame a que sujeitou os papéis de quasi todos os cartorios portugueses.

E no Arquivo da Universidade de Coimbra, talvez, onde melhor se pode apreciar o metodo de trabalho e a extensão das investigações de João Pedro Ribeiro; um dia tentaremos mostra-lo *in situ* e alguma coisa de merito se acrescentará então para mais prestigiar o patriarca dos arquivos portugueses, o investigador que lia, colhia apontamentos, sumariava, mas não desmanchava cartos os nem desmembrava arbitrariamente collecções como fazia Heurich, que converten os cartorios em armazens de destroços para reunir em Lisboa, comodamente, quanto a seus estudos podia interessar.

João Pedro Ribeiro era um arquivista e um paleografo, Heurich não.

Vem isto a propósito apenas para justificar o grande interesse que to-

## ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

dos os estudos sobre João Pedro Ribeiro nos merecem; conhecemos o grande investigador pelas obras que legou ao Público estudioso, mas conhecemos lo ainda mais pelo muito, inédito, que do seu honrado labor se conserva no arquivo em que servimos.

Lemos, portanto, com a mais justificada curiosidade e grande proveito o trabalho bem ordenado do Sr. Dr. FERNANDES PESTO, que não estuda unicamente a sua vida de professor e conego doutoral, mas faz um inteligente resumo biográfico do grande mestre de quantos à investigação historica se dedicam.

Na bibliografia Ribeiriana, o interessante opúsculo auxilia pelo escripto da investigação e pela curiosidade dos elementos biographicos que reúne, de indispensável consulta a quem se queira documentar sobre João Pedro Ribeiro, mestre de diplomatas e archivistas em Portugal.

R. M.

### *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*

Prosegue, com a regularidade a que nos habituámos e que constitue um dos elementos do successo desta publicação, a *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*.

Inicia a letra B, contando com esse fascicello um triumpho mais; através da colaboração litteraria e da colaboração grafica, descortina-se uma orientação segura e confiante que certamente levará a termo a grandiosa obra que empreendeu, pois constitue plena garantia, para o Publico, da cuidadosa selecção que deve presidir a publicações deste genero.

A *Grande Enciclopédia* é já hoje um repositório de informações não igualado entre nós, e será, quando concluida, um instrumento de trabalho que nenhum estudioso português poderá dispensar.

Recomendamos vivamente a sua assinatura.

### *Edições do Ministério da Agricultura (folhetos)*

*O escaravelho americano.*

*Risocotoma negra.*

*A traça da batata.*

*Pé negro e apodrecimento do tubérculo.*

*Os virus infiltráveis.*

*Fenecimento fungicida da batateira.*

DR. FAUSTO LANDEIRO—*A botica do Antunes, 1937.*

DR.<sup>a</sup> MARLENE BENSABE—*O agado das linanjantas e limoeiros, 1937*

*Album Figueirense*—Figueira da Foz N.<sup>o</sup> 11-12 do ano III, e 1-2 do ano IV.

*Boletim da Casa das Beiras*—Lisboa N.<sup>o</sup> 5, Ano III, série II.

*Boletim de Trabalhos Historicos*—Arquivo Municipal de Guimarães n.<sup>o</sup> 3 e 4, Vol. II.

*Clinica, Higiene e Hydrologia*—Revista medica Lisboa N.<sup>o</sup> 1, Ano IV.

*Estudos*—Revista de cultura e formação catolica Coimbra N.<sup>o</sup> 102

*Labor*—Revista de Ensino Liceal. Aveiro. N.<sup>o</sup> 90.

*Portucale*—Revista de cultura. Porto. N.<sup>o</sup> 61.

*Revista de Guimarães*—Guimarães N.<sup>o</sup> 3 e 4, Volume XLVIII.

*A União*—Revista de documentação, e órgão oficial do Centro Catolico Português. Lisboa. N.<sup>o</sup> 318.

*Revista de Portugal*, de literatura e critica. N.<sup>o</sup> 2.

# ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Directores e proprietários:

ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADALH.  
FRANCISCO FERREIRA NEVES  
JOSÉ PEREIRA TAVARES

Editor:

FRANCISCO FERREIRA NEVES

Administração:

Estrada de Esgueira — AVEIRO

Composto e impresso na 'Tip. Popular, L.t.' - R. de Candido dos Reis - Figueira da Foz

## CÓNEGOS SECULARES DE S. JOÃO EVANGELISTA OU LOIOS

## COLEGIADA OU COLÉGIO DO ESPÍRITO SANTO NA VILA DA FEIRA

**H**Á poucos dias, resolvi não deixar para as calendas gregas o cumprimento dum propósito que fiz, no Arquivo Distrital de Coimbra. As insistencias amáveis dos directores desta revista, e para corresponder às facilidades que me foram proporcionadas, naquele Arquivo, na consulta de cartórios paroquiais da Feira, venho hoje com o meu tributo para o *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Visitei em Outubro o Arquivo da Torre do Tombo, colhi lá apontamentos, tomei outros em obras diversas e assim andando, redigi um pequeno trabalho para esta humilde lição. *Mobilitate viget, viresque adquirit cundo*, dizem que se lê em qualquer parte da *Encida*.

Venho preleccionar sobre a Feira, que é a minha *patria*, embora eu seja natural duma freguesia distante e colocada entre montes e pinheiros<sup>(1)</sup>. Afastado dessa pequena patria e embora esteja bem no lugar em que me collocaram, eu não professo o principio daqueles que affirmam: *«onde se esta bem, aí é a patria»*.  
*Ubi bene, ibi patria.*

*Pro patria semper*, deve ser a norma, a regra suprema dos

(1) *Defendei Vossas Terras...* S. Mamede de Guisande, no concelho da Feira, Bispado do Porto—1936.

## ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

bons filhos. Por isso venho escrever da Feira, terra importante, mas pobre em documentos antigos para a sua história, para a história do seu colégio. A comarca da Feira não pertenceu sempre à diocese do Porto. Freguesias e dioceses tiveram limites incertos e localidades houve que mudaram facilmente.

Diz o notável escritor GAMA BARROS:

«Em 1114 suscitava contestações ao bispo de Coimbra, que accusava de deter parte da diocese do Porto e no ano seguinte obtinha do Sumo Pontífice que o declarasse imediatamente sujeito à Sé Apostólica e lhe confirmasse a posse de quanto pertencia à sua igreja, especificando-se os antigos limites que se diziam em parte occupados pelo metropolitano de Braga e pelo bispo de Coimbra». Veio esta última diocese até ao Douro e portanto pertencia-lhe a Feira. O Papa Pascoal II, em rescripto ao Bispo de Coimbra, mandou restituir ao bispo do Porto, D. Hugo, a parte da sua antiga diocese desde o Antuam (corre junto a Estarreja) ao Douro e assim a Feira ficou pertencendo a diocese do Porto. Isto em 1115. Pouco depois foi celebrada a concordia entre o bispo de Coimbra D. Gonçalo e o do Porto D. Hugo (1).

No ano de 1300, pelo Rei, Rainha e filho primogénito, a igreja de S. Nicolau da Feira foi doada ao bispo D. João de Lisboa em razão de sua pessoa, consentindo nisto o bispo do Porto D. Geraldo.

Pouco depois, D. Geraldo cedeu a D. João a igreja de Soalhães e recebeu a de S. Nicolau da Feira e Alvarelhos, consentindo o arcebispo de Braga e o Cabido.

Em 1305, a capela de S. Maria de Campos foi doada à igreja de S. Nicolau da Feira, em cuja freguesia estava situada, porque sendo fundação real, nela, as vezes, não havia missa e se não rezavam as horas com obrigação da missa cotidiana e outras. Nisto consentiram os bispos de Lisboa e Porto como padroeiros.

O capelão de S. Maria de Campos tinha realizado bastantes melhoramentos e por isso receberia das rendas de S. Nicolau 15 libras, enquanto não tivesse beneficio (2).

Da igreja de S. Nicolau da Feira foi prior D. Gonçalo Pereira, mais tarde deão da Se do Porto, bispo de Lisboa e

---

(1) *Censual*, Doutor J. P. Ribeiro, dissertação XIX, vol. V, pags. 7 e 8, edição de 1896.

GAMA BARROS, *História da Administração Publica*, vol. I, pag. 221.

(2) J. P. RIBEIRO, *log. cit.*, pág. 52 e 53.

Sobre predios e aforamentos na Feira, veja-se GAMA BARROS, III, 524 e 620.

—O arquivo do Cabido que se encontra no Arquivo Distrital do Porto tem muitas noticias relativas a Feira e a Comarca Livros n.º 6, fls. 437 e segs., 14-16, 21-74, 90, 92 e 665. Diz-se que S. Nicolau da Feira e do padroado do Cabido e Travanzinha anexa a S. Nicolau.

## COLÉGIO DO ESPIRITO SANTO NA FEIRA

arcebispo de Braga. Nas *Const. Diocesanas* de 1540, no tempo de D. Baltasar Limpo, diz-se que em S. Nicolau da Feira devia existir sacratio. Por tudo isto parece que a Feira devia ter cartório importante e que nos arquivos actuais se encontrariam documentos de valor. Nada ou pouco existe. Já o testemunho de João Pedro Ribeiro é desolador. Em carta de 17 de Maio de 1790, escrevia de Coimbra ao padre José Correia da Serra, dizendo que tinha intenção de examinar os cartórios de Aveiro



### VILA DA FEIRA

*Igreja de S. Nicolau—Antigo Convento dos Loios*

e Feira. Em carta de 3 de Agosto afirmava que no convento de S. Joana só podia interessar um livro, que lá se encontrava, relativo a parte do reinado de D. Afonso V. O cartório da Câmara encontrava-se em armário fechado. Aberto, verificou que os livros estavam quasi podres, porque se passavam largos anos sem abrir o referido armário. Pouco uso fez destes livros, mas foi tal o ar melitico que lhe ia custando cara a curiosidade. Foi preciso medicar-se logo, deu instruções para salvar este cartório, reservando o seu estudo e exame para outra ocasião.

Sobre a colegiada, collegio ou mosteiro de S. João Evangelista da Feira, escrevem João Pedro Ribeiro e «O convento de S. Nicolau não conserva documentos notaveis, a excepção dum rescripto do Papa Inocência III, em 1210, dirigido ao bispo do Porto. Esse documento é interessante pelo assunto e por se ter ido para ali do cabido do Porto, servindo de embrulho aos titu-

los do padroado daquela vila<sup>(1)</sup>, que é hoje regida por um cônego do mesmo convento». O mesmo PEDRO RIBEIRO afirmou que encontrara em desordem os arquivos dos Condes da Feira e, embora nêles existam bastantes documentos e alguns interessantes, o mais antigo pertence à Era de 1313 ou ano de 1275.

Outra afirmação: «Os cartorios das Câmaras de Valença do Minho, Montemor-o-Velho, Vila da Feira, Esgueira e Penafiel nada conservam que não seja de tempos próximos».

Mas o pobre arquivo do convento não escapou aos estragos das invasões napoleonicas. Foi destruido, como vai ler-se.

Na revista *Ethnos*, do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia, vol. I, faz-se menção do arquivo nos seguintes termos: «Feira—Colégio do Espírito Santo—Conegos seculares de S. João Evangelista V. N.º 266»<sup>(2)</sup>.

Consta êste arquivo de 13 livros, cujo resumo é o seguinte:

Livro 1.º—«Livros dos registos, termos dos deputados e mais decisões pertencentes à Colegiada do Espírito Santo da Vila da Feira, cujo tem principio em Julho de 1809, por falta do antigo, dilacerado pela entrada dos franceses, sendo reitor o illustrissimo Senhor Joaquim de Azevedo Araújo e Gama».

Êste livro contém uma circular de Manuel Bernardino da Silva Camisão, Reitor Geral da Congregação dos Cônegos seculares de S. João Evangelista, nestes Reinos e Senhorios de Portugal, dirigida a todos os subditos e nomeadamente ao reitor Araújo e Gama, sôbre décimas e rendimentos decretados pelo Govêrno, em 7 de Junho de 1809. A circular é datada de Xabregas, em 20 de Julho de 1809.

Segue-se uma lista de mudança de cônegos, como é da praxe fazer-se nas comunidades religiosas.

(1) Em apêndice aos Estatutos do Cabido do Porto de 1596 há uma relação de beneficeios, cuja apresentação pertencia ao Cabido. Lá se diz «A igreja da Vila da Feira, in solidum do Cabido. A igreja da Travanca que soa ser anexa da de S. Nicolau da Feira, in solidum do Cabido».

No *Corpus Codicum* publicado pela Camara do Porto, a pàgs. 521 e 535, há relação das freguesias dos julgados de Bemcelo e de S. Maria da Feira, em que se paga e em que se não paga portagem.

*Tombo da Casa da Feira* Pela morte do 8.º conde, D. Fernando Forjaz Pereira Pimentel de Menezes e Silva, em 15 de Janeiro de 1700, sem deixar successão legitima, a maior parte dos bens do condado passaram para a casa do Infantado. Esse tombo consta de 16 grossos volumes com as sentenças dos bens e rendas que passaram para o Infantado e estavam situados na Feira e concelhos vizinhos.

(2) Ao Ex.º Sr. Jose Gaspar de Almeida, que foi conservador do Arquivo Distrital do Porto e actualmente o conservador do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, os meus melhores agradecimentos, porque tudo dispôs para rápida consulta quando cheguei ao Arquivo, em Lisboa. Muito obrigado.



## COLÉGIO DO ESPÍRITO SANTO NA FEIRA

A colegiada, por necessidade de prover a diferentes urgências da sacristia, mandou para o Porto, ao ourives Luiz António da Silva e Mendonça, algumas pratas. Os invasores roubaram o ourives, que se viu embaraçado para salvar a vida.

O reitor, J. A. Araújo e Gama, com Joaquim Manuel Freire, Custódio Jose de Araújo e Silva, Luiz Caetano da Silva Cerqueira, Paulo da Cunha Mourão e Pedro Maria Sloyer, redigiram um termo, com o fim de livrar futuras responsabilidades.

Em 15 de Setembro de 1810 era Reitor Geral Antonio José de Faria e houve mudança de pessoal entre as casas de Xabregas, Vilar, Feira, Lamego, Évora, Coimbra e Arroios.

Em 1813 era reitor do Colégio da Feira Antonio Ribeiro de Cerqueira.

### Livro 2.º — Das visitas da Colegiada do Espírito Santo da Vila da Feira:

A primeira visita feita pelo Reitor Geral, Simão da Silva Ferraz, foi em 11 de Março de 1815. Achou tudo em ordem. A seguinte foi em 30 de Março de 1816, e a última em 21 de Abril de 1831. Nada há registado de importante sobre essas visitas. Parece que a colegiada funcionava bem.

### Livro 3.º — Lembranças de muita utilidade para todos os Senhores Reitores que me forem sucedendo na administração deste Convento do Espírito Santo da Vila da Feira, feito aos 20 dias do mês de Novembro de 1815.

*Fundação:* D. Diogo Forjaz Pereira, 4.º conde desta antiquíssima casa e castelo da Feira, era muito devoto de S. João Evangelista, e, por este motivo, fez petição ao Capitulo Geral, para nesta vila se fundar um convento, em que elle com os seus successores se intitulariam *padroeiros*, por isso que haviam de concorrer com as coisas necessarias para a fundação, como tambem com as rendas suficientes para a subsistência dos conegos por todos os tempos futuros. Tudo isto aconteceu no anno de 1449 (1).

1. O Sr. Dr. FORTESATO, na *História da Igreja em Portugal*, tomo III, a pag. 427, escreveu: «A construção do convento do Espírito Santo da Feira começou a 6 de Maio de 1560, por iniciativa de D. Diogo Forjaz, 4.º conde da Feira e de sua mulher D. Ana de Meneses. Escolheu-se para a fundação a ermida do Espírito Santo. Em 1560 já o convento estava em condições de ser habitado».

# ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

## LISTA GERAL DOS REITORES

Paulo de Trindade . . . . .	1653-1655
Gaspar de Santa Maria. . . . .	1656-1658
Inácio da Assumpção . . . . .	1659-1661
António da Madre de Deus . . . . .	1662-1664
João dos Mártires . . . . .	1665-1667
Manuel da Purificação Magalhães . . . . .	1668-1670
Jacinto da Conceição . . . . .	1671-1673
João Evangelista . . . . .	1674-1676
Antonio de Santa Margarida . . . . .	1677-1679
Bento da Esperança . . . . .	1680-1682
Francisco das Chagas . . . . .	1683-1685
Manuel Silvestre de S. Isidoro . . . . .	1686-1688
Francisco do Espírito Santo Sintra . . . . .	1689-1691
João da Graça . . . . .	1692-1694
Manuel de Santo Agostinho . . . . .	1695-1697
Manuel Jerónimo da Anunciação . . . . .	1698-1700
Francisco Evangelista . . . . .	1701-1703
Manuel da Anunciação do Pôrto . . . . .	1704-1708
António da Esperança do Pôrto . . . . .	1709-1711
Braz da Purificação . . . . .	1712-1714
Manuel dos Anjos . . . . .	1715-1717
Diogo da Anunciação . . . . .	1718-1720
O P. <sup>o</sup> Pregador de... S. Bernardo. . . . .	1721-1723
Crispim da Madre de Deus Crispiniano. . . . .	1724-1726
O P. <sup>o</sup> Pregador Antonio de S. Bento, de Braga . . . . .	1727
Manuel dos Anjos . . . . .	1728
Sebastião de Santo Antonio, de Anadia. . . . .	1729
João de S. Bernardo. . . . .	1730-1732
Domingos da Esperança, de Matosinhos. . . . .	1733-1736
O P. <sup>o</sup> Pregador Jose da Anunciação Evan- gelista, do Pôrto . . . . .	1737-1739
Simão de Santa Teresa . . . . .	1740
José de Santo António . . . . .	1741
Manuel de Viselas . . . . .	1742
Sebastião de Santa Ana Torres. . . . .	1743-1745
O P. <sup>o</sup> Pregador Tomas de Santa Maria, de Braga . . . . .	1746-1748
Paulo da Assunção, do Alentejo . . . . .	1749-1751
Egídio de Santa Helena, de Soure . . . . .	1752-1754
Pedro de São Joaquim, de Soure . . . . .	1755-1757
Manuel de Santo António, de Lamego . . . . .	1758-1767
Manuel de Santo Albino, do Pôrto . . . . .	1768-1771
José de Santo António, do Pôrto . . . . .	1772-1775

## COLÉGIO DO ESPÍRITO SANTO NA FEIRA

Teodoro de Santa Clara . . . . .	1776
Vicente de São Carlos, de Lisboa . . . . .	1777-1780
Joaquim Lopes da Costa Baltar, do Porto . . . . .	1780-1786
Gregório Luiz Furtado, do Porto . . . . .	1787-1789
Domingos Basto, de Faro . . . . .	1790
António de Padua Correia de Sá, do Porto . . . . .	1791-1792
Alexandre de São Carlos de Magalhães, de Lisboa . . . . .	1792-1794
José Camelo Cotrim . . . . .	1795-1797
Joaquim José Couceiro, de Braga . . . . .	1798-1800
Custódio José de Araújo e Silva, de Póvoa de Lanhoso . . . . .	1801-1803
Joaquim Feliciano de Abreu . . . . .	1804-1806
Joaquim de Azevedo . . . . .	1807-1809
José Duarte Coelho, de Vila do Conde . . . . .	1810-1812
Antonio Rodrigues de Sousa Vale, de Va- longo . . . . .	1813-1815
José Duarte Coelho Aroso, Vila do Conde . . . . .	1816-1818
Tomás Aquino Pereira Sá, do Porto . . . . .	1819-1821
João Paulo Carneiro de Sa Barbosa Bezer- ra, de Vila do Conde . . . . .	1822-1824
Manuel da Silva Cerqueira, de Braga . . . . .	1825-1827
João Nunes de Matos, do Porto . . . . .	1828-1829
António Baptista da Silva, de Braga . . . . .	1830-1831

## CONTAS

Seguem-se 3 livros de contas, que não tem interêss.  
Em 1827 as contas aprovadas são as seguintes:

Receita . . . . .	2.791\$707
Dinheiro do ano anterior . . . . .	903\$917
	<hr/> 3.395\$624
Despesa . . . . .	2.510\$662
Saldo . . . . .	<hr/> 884\$962

Foram verificadas e aprovadas pelo escrivão João Batista Leite, reitor Manuel da Silva Cerqueira e Custodio José de Araújo e Silva, Bento Cactano de Araújo, Manuel Pinto de Meireles e Sousa.

Pagavam toros ao convento, as seguintes freguesias ou ca-  
sais das mesmas: Feira, Mosteiro, Fornos, S. Fins, Escapães,  
Arrilana, S. João de Ver, S. João da Madeira, Lobão, Vale de  
Pessegueiro, Romariz, Carregosa, Mansores, Travanca, Arada,  
Maceda, Nogueira, S. Vicente, S. Martinho, Avanca, Ul e Baião.

## ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRÓ

Até aqui, resumidas notícias do convento da Feira. Agora, alguns traços gerais sobre a origem, desenvolvimento e caracter da congregação de S. Evangelista ou Loios.

As Pátrias orgulham-se sempre das suas instituições e Portugal com justiça deve também orgulhar-se e envaidecer-se com os cônegos seculares de S. João Evangelista. É uma instituição de origem portuguesa, que prestou relevantes serviços aos hospitais e à instrução.

Mestre João, catedrático de Medicina e medico de D. João I, Martim Lourenço, doutor em Teologia e D. Afonso Nogueira, doutor em direito canonico e civil, homens de profundos sentimentos religiosos e verdadeiramente praticantes, zelosos da glória de Deus e salvação das almas, decidiram consagrar-se à vida de comunidade para melhor reparar escândalos e vícios que observavam em tôdas as classes sociais. Estes associaram outros companheiros que, em Lisboa e no Porto, onde foram recebidos pelo Bispo D. Vasco, não realizaram os seus intentos. O prelado foi transferido para Evora e os religiosos, que estavam em Campanhã, foram despedidos pelo pároco da freguesia. O medico catedrático mestre João (1), sempre o mais constante e de maior tenacidade, dirigiu-se para Braga acompanhado de João Rodrigues, onde foram bem recebidos pelo arcebispo D. Fernando, em 1425. Este prelado ofereceu-lhes o mosteiro beneditino de Vilar de Frades que aceitaram; estava então abandonado, porque nele havia grande falta de recursos. Existia a penúria. Ali foram ter alguns dos companheiros de Lisboa e mestre João, superior da comunidade, organizou estatutos para os *bons homens de Vilar*, como eram conhecidos.

O Papa Eugénio IV confirmou a congregação, à maneira dos cônegos de Veneza, com vários privilegios, podendo usar hábito azul.

*Congregação dos Cônegos de São Salvador de Vilar de Frades*, assim se chamaram até que D. Isabel, mulher de D. Afonso V, devota de S. João, conseguiu, de Pio II, que se chamasse *Congregação dos Cônegos Seculares de São João Evangelista*. Tiveram um convento em Lisboa dedicado a Santo Eloi e o motivo de se chamarem também *frades loios* e *cônegos azuis*, por motivo da cor do hábito.

Espalharam-se rapidamente, multiplicaram-se as suas casas e para outras foram reclamados.

Chamados para Lisboa, tiveram a seu cargo o hospital fundado por D. Domingos Jardo. A pedido de D. Afonso V e em

---

(1) Mestre João Vicente foi eleito bispo de Lamego em 1432 ou 1433. Em 1445 foi transferido para o bispado de Viseu.

## COLÉGIO DO ESPIRITO SANTO NA FEIRA

satisfação dos desejos de D. Isabel, o abade de Alcobaça cedeu aos Loios um oratório em Xabregas, onde levantaram um grande mosteiro, que ficou a casa principal de S. João Evangelista, como já vimos nas instruções dadas na circular de 20 de Julho de 1809. Nas epidemias que grassavam intensamente, em 1458 e 1493, em Lisboa e Porto, os Padres Loios prestaram importantes serviços no cuidado dos pestosos. (1)

Foi sempre difícil a direcção e a administração dos hospitais e esses embaraços aumentaram no tempo de D. João III. Por isso o monarca confiou aos conegos seculares de S. João Evangelista a administração de vários hospitais de Lisboa, Santarém, Évora, Caldas da Rainha, Coimbra e de outras localidades importantes. Foram dedicados nestes serviços de assistência e isto acarretou-lhes desgostos e ingratidões de muitos.

Vejam os serviços prestados à instrução. Cito apenas uma passagem da *História da Igreja*, pelo falecido escritor Dr. FORTUNATO DE ALMEIDA, no tomo II, pag. 313. Diz: «Nos conventos de cónegos de S. João Evangelista havia igualmente aulas publicas de gramatica e moral com grande concurso de ouvintes, principalmente nos conventos de S. Eloi de Lisboa e de Vilar. Neste se conservavam aquelas duas cadeiras e se leu publicamente a muitos clérigos e estudantes de Braga e Barcelos, e dos lugares circunvizinhos até que nas cidades de Braga e Porto se abriram novos estudos». No convento de S. Eloi de Lisboa, ainda no século XVII, se professavam estudos públicos. Houve aulas no convento da Feira? Nada dizem os documentos referidos já, e que se encontram na Torre do Tombo. Organizados em 1809, são lacónicos e o mais importante é a lista dos retores. Oxala que este meu artigo dê motivo a noticias mais desenvolvidas, relativas ao Colégio dos Frades Loios da Feira, onde deixaram uma grande igreja e um edificio que foi destinado ás diferentes repartições do Concelho.

A proposito destes religiosos podia desenvolver a relação dos grandes beneficios que as congregações têm prestado à Humanidade em todos os campos da sua actividade. No meio das invasões dos diferentes povos, as ordens beneditinas foram a mais eficaz providência para a ciencia e o melhor elemento para o desenvolvimento da agricultura. Os monges não conheciam a ociosidade. Trabalhos agricolas e manuais, leitura assidua e estudo das humanidades, copias de livros, instrução da mocidade, construções de edificios, a caridade, a prègação e outros ramos de actividade—eram as causas do progresso dos frades. Todos

(1) Por contrato celebrado em 9 de Janeiro de 1543, o mosteiro de S. Eloi ou de N. S. da Consolação pagava ao Cabido do Porto, em dia de S. Miguel, pela terra occupada, 470 reis e outras pequenas quantias por casas que possuía.

«Livro 9 do Arquivo do Cabido, fl. 32.»

## ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

cantam as glórias de Portugal nas diferentes partes do mundo, e apregoam a civilização dos selvagens, mas esquecem-se, as vezes, de reconhecer que, ao lado da espada e com maior permanência, andou e ficou a cruz dos missionários.

Os Frades Loios, congregação genuinamente portuguesa, prestaram relevantes serviços hospitalares e dedicaram-se a instrução. Esta é a justiça e a verdade que todos devem apregoar: consagrar a vida a proclamar a verdade: *Vitam impendere vero*, já afirmava o poeta JUVENAL.

A. FERREIRA PINTO



ATRAVESSANDO O VOUGA

# FORAIS DO DISTRITO DE AVEIRO

## FORAL DE VILARINHO DO BAIRRO

gado de vento	ilj
pena de arma	
Manynhos	liij
Portajem	
Pam Vynho	
Cal sal	
Cousas de <i>que</i> se nã paga portajê	b
Casa mouyda	
Pasajem Dos fruytos pera fora	
Cousas dadas e pagamêto	
gado	bj
bestas	
Escrauos	
Panos	
Coyrama	
Vacaris	
Azeyte Cera	
Forros	
Marçaria	
Espiciaria	
Metaas//	
Ferro	bij
Cousas <i>que</i> se cõprã sê portajê	
Fruyta seca	
Castanhas	
Legumes	
Çumagre	
Telha	
Malega	
obra de paao	
Esparto	biiij
Entrada per terra	
Descamynhado	
Sayda per terra	j <sup>x</sup>
Priuiliigiados da portajem	x
Pena do foral	

## ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

**D**om manuel per graça de Deos Rei de Portugal e dos Algarves daquem e dalem mar em Africa Senhor da Guiné e da Conquista Navegação e Comercio de Ethiopia Arabia Persia e da India A quantos esta nossa Carta de Foral dado a Villarinho do Bairro virem fazemos saber que per bem das diligencias e isames que em nossos Reinos e Senhorios mandamos geralmente fazer pera justifiçam e dectaracão dos Foraes delles: E per algumas Sentenças e Determinaçõs que com os do nosso Conselho e Leterrados fezeimos: Acordamos que as rendas e direitos se devem hy de arrecadar **na forma seguinte**

Mostra sse pellas dictas Inquirições e pella Justificacão que com ellas mandamos fazer E así per hũa Sentença que foy dada em nossa Relação pellos Juizes ordenados aos feitos dos forões que os tributos da dicta terra se pagaram desta maneira e poeremos aquy primeiramente os quinze casades da terra pera depois se Justificarem nas outras com a dicta Sentença . *a saber* . quinze casades que ha em torres partem de quinto pan E o vinho e lynho de seis hũ E os tres de villarinho com o da poana de sete hũ de tudo e ante estes de villarinho estaa hũ casal do paço de oitauo E o vinho de noue //

¶ E na milia hũ casal de que a metade he de noia de ferraõ lãix e a outra metade de **pero Roiz he de oitauo em tudo .**

¶ E nas pedreyras sam tres casades da pedreyra tudo de oytauo .

¶ E na pontana sam dous casades tolos de oytauo fernãdo eanes os tras

¶ E no freyxeal **pedro eañes de nouena tudo .**

**E** Fora deste lugar Na Jurdeam de amcãm ha outro casal e chama se da pena dos herdeyros de **pero vãz e** paga de sete hũ do pan somete E do Vynho e lynho e legumes nã leua Reçam somete leua o dizimo do dizimo que da este casal e todollos outros que ha na aldea da pena de que ho cabido leua a Recam e da a el Rey o dizimo da sua Reçam segando antiga posse **que disto está de se fazer .**

¶ E neste mesmo lugar da pena tem el Rey outro casal que traz e he da gafariã e paga a quarta parte da Recam e do foro e do lynho e Vynho segundo os de çima e legumes . //

**I**tem ha na aldea de cortynhã termo de coymbra hũu casal e quarto desta maneyra partido . *a saber* . el Rey ha o oytauo de toda a Reçã e foro que se delles paga E leua dona Joana de crasto outra parte do oytauo. E o Senhorio leua os seis quinhões dos oyto .

**I**tem No lugar da azenha tem mais ho Senhorio hũu casal que traz aluaro eañes de que paga de foro hũu alqueire de trigo e hũu capã e mais de nouena .

**I**tem outro casal desta maneyra hy que traz A *fernandez e* seus Irmãos de hũs moynhos de chupa he a pelle de trigo quatro alqueires e de çenteo dous dous capores e hũu frãgão E partem de nouea .

¶ E ha hy hũu moynho ao arneyrinho que traz Johãm aães por foro de **capam e alqueire de trigo e de nouea de tudo .**

¶ E paga mais este de outras terras per foro hũu alqueire de trigo e outro de çenteo .

**P**agua se mais na portella per aluaro dinjz de outras terras hũu alqueire de trigo e outro de çenteo E a terra parte se de nouea E em somterrada duas leyras E hũu frangão he de oytauo . //

¶ E digo gonçalvez outra de nouea hũu alqueire de çenteo ¶ E tem em somterrada outra de que paga hũu frãgão e Nouea .



## FORAIS DO DISTRITO DE AVEIRO

¶ Estes e outros tem todos seus prazos por cartas e aforamêtos segúdo os quaes pagarã ao diamte .

¶ Nam ha hy pensam porque ho tabaliam de auellaãs serue hy E paga laa.

E Ecraramos (*sic*) que ho pam leuam os de torres ao celeyro somête E ho Vynho nam .

¶ E os outros casaes nã sam hobrygados a leuar nenhũ foro dos oytauos e Reçoões ao celeyro Nem adega segúndo he cõthendo na dita Sentença de que aquí mãdamos poer a decisam e cõclusam della como se segue . a *saber* .

¶ E quãto aas outras cousas cotheadas no dito libelo deccará que ho Reo somête leue de cada hũu casal oyto alqueires de trigo E oyto de segunda pella medida de sangilhos do *qual* foro de trigo E segunda ho dito Reo pagara a dizima E os autores nom seram obrygados de a pagar .

¶ E asy deccaram que ho Reo somête leue de cada casal quatro *Reaes* e asy deccaram que de cada hũu casal se leue de fogaçã dous alqueires de trigo pella medida de sangilhos E deccará que pagando se a dita fogaçã os que a pagarẽ nom serã obrygados a pagar os ditos quatro *Reaes* E asy deccará que os autores nã seram obrygados de leuar os ditos foros de trigo e segunda a nenhũu lugar e o Reo os mãdara Reçeber na cyra

E Asy deccaram que os autores posam liuremête dos panes colher maderã pera o que lhes for necesario E asy palha carga *pera* cobrir E estrume *pera* estereo e nã seram obrygados de pedir licença Ao Reo e elle Reo nã aRemdara os ditos panes A nenhũas pessoas Visto como se proua serẽ do comcelho e os autores sempre se senhirem delles Porem elle Reo se poderã lograr dos ditos panes como qualquer do pouão.

### GADO DO VÊTO

E Sera mais do Senhorio dos ditos *direitos* o gado do Vemto quando se perde segúdo nosa ordenaçam con deccaraçã que a pessoa a cuja mãao ou poder for ter ho dito gado ho Venha espreuer a dez dias *primeiros* segútes sob pena de lhe Ser demãdado de furto.

### PENA DE ARMA

¶ Nam se leva pena de arma nem de sãgue nem se leuara ao diamte Vysta a pose em que estam de se nam pagar .

¶ E nam aVera hy mõtados dos gados porque este conçello Vsara cõ seus Vyzynhos e comarcões por suas posturas.

### MANYNHOS

¶ Os manynhos seram dados pollo Senhorio de Noaea contanto que se faça *primeyro* saber na camara pera hy ser Justificado com as partes a que tocar se lhe faz dano nas saydas e logramêtos de seus casaes por que fazendo se nam daram.

E Mandamos aos morilomos e Remdeyros da dita terra que Vãao partir com as partes suas nouydades no dia que *pera* yssõ forem Requeridos ou ao outro atee *aquellas* oras porque nam vindo as partes as partiram com Duas testemunhas e leyxaram a Regam na cyra e lugar e temdal sem serem a mais obrygados Nem emcorreram por yssõ em *nenhũ*na pena

### PORTAJÊ

D Ecraramos *primeyramente* que a portajem que se ouder de pagar no dito lugar ha de ser *per* homes de fora delle que hy trouxerem cousas de fora a

## ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

vender ou as compraré hy e tirarem pera fora do lugar e termo a qual portajem se pagara desta maneyra.

### PAM VINHO CAL SAL

DE todo trigo cemteo ceuada mjho payço aVea e de farinha de cada hũ delles E asy de cal ou de sal ou de Vynho ou Vynagre e lynhaça E de qualquer fruyta Verde entrãdo meloẽs e ortaliga E asy de pescado ou marisco se pagara por carga mayor . *a saber* . caualar ou muar de cada hũ das ditas cousas hũ Real de seis ceptis o Real E por carga menor que he de asno meo Real E por costal que hũ homẽ pode trazer aas costas dous ceptis E dii pera bayxo em qualquer cantidade em *que* se uederem se pagara hũ ceptil E ou *tro* tanto se pagara quando se tirar *pera* fora poreim quẽ das ditas cousas ou de cada hũ das dellas comprar e tirar *pera* fora *pera* seu vssõ e nã *pera* vender cousa que nã chegue a meo Real de portajem segudo os sobreditos preços desa tal nam pagara portagẽ ne o fara saber.

E Posto que mais se nam decrete adiatẽ neste foral a carga mayor nem menor deccraramos que sempre a primeyra a liqam e asentio de cada hũ das ditas cousas he de besta mayor sem mais se deccrarar *a saber* . pollo preço que nessa primeyra sera posto se entãda logo sem se hy mais deccrarar que ho meo preço desa carga sera de besta menor E o quinto do dito preço per cõseguẽte sera do dito costal E quãdo as ditas cousas ou outras vierem ou forẽ em carros ou carretas pagar se a por cada hũ das duas carregas mayores segundo ho preço de que torem E quãto cada hũ das cargas deste foral se nom venderẽ todas começundo se a vender pagar se a dellas / soldo a liura segundo vender e nam do que ficou por vender.

### COUSAS DE QUE SE NÃ PAGA PORTAJÊ

A qual portaji se nõ pagara de todo pain cozydo qucyfadas bizeito farelos Nõ de ouos Nem de leyte nõ de cousas deite que sejam sem sal Nem de prata laurada Nem de tudes Nem de canas Nem de carqueya tojo palha Vasoyras Nem de pedra Nem de barro Nem de lenha Nem de erua Nem das cousas que se cõprara do lugar *pera* ho termo nem do termo *pera* ho lugar posto que sejam *pera* vender asy vyzynhos como estrangeyros Nem das cousas que se trouxerẽ ou leuare *pera* algũa armada nossa ou leytã per nosso mandado Nem dos mantimẽtos que os camynhãtes cõprarem e leuare *pera* sy e *pera* suas bestas Nem dos gados que vierem pastar a algũs lugares pasando nõ estando Saluo daquelles que hy somẽte venderem dos quães entam pagaram pollas leys e preços deste foral E deccraramos que das ditas cousas de que asy mãdimos que se nom pagae portajem se nõ / ha de fazer Saber.

### CASA MOUYDA

A qual portajem yssõ mesmo se nõ pagara de casa mouyda asy Jmdo como Vyndo Nem outro nenhũ *direito* per qualquer nome que o posam chamar Saluo se com a dita casa mouyda leuarem cousas *pera* vender por que das tães cousas pagarã portaje omde somẽte aas ouuere de vender segundo as *conhyas* neste foral Vã deccradas e nã doutra maneyra.

### PASAJEM

Nem se pagara de nenhũas mercaderias que ao dito lugar vverem ou forẽ de pasajem *pera* outra parte asy de noite como de dia e a quãesquer oras Nem seram obrygados de o fazere saber Nem encorrecram por Jssõ em nhũa pena posto que hy descarregu e pousem E se hy mais ouuere de estar

## FORAIS DO DISTRITO DE AVEIRO

que outro dia todo por alguma cousa então faram a saber dy por diamte posto que nã AJam de Vemder .

### DOS FRUYTOS DE FORA

NEm pagaram a dita portajem os que leuare os fruytos de seus bẽes moues ou de Rajz ou leuarem as Remdas e fruytos de quẽsquer outros bẽes que trouxerẽ de aRendamẽto ou de Remda

### COUSAS DADAS ã PAGAMẽTO

( NEm das cousas que a algũas pessoas forem dadas em pagamẽto de suas lenças casamẽtos merces ou mãmẽtos posto que as leuem para vemder .

### GADO

E Pagar se a mais de cada cabeça de gado Vacũu asy grãde como pequeno hũ Real E de porco meo Real E de carneiro e de todo outro gado meudo dous ceptis .

### BESTAS

E de besta cavalhar ou maior dous Reaes E de besta asnal hũ Real .

### ESCRAUOS

( E do escrauo ou escraua ajmda que seja parida seis Reaes E se se forrar dara ho dizymo da valia de sua alforrya por que se Resgatuou ou forrou .

### PANOS

( E pagar se a mais de carga mayor de todollos panos de lãa lym no seda E azedam de qualquer sorte que sejam asy dellos como grosos E asy da carga de lãa ou de linho E dos oytos Reaes E se a lãa ou lym no fore em cabello pagará quatro Reaes por carga .

### COYRAMA

( E os ditos oytos Reaes se pagará de toda coyrama cortida E asy do calçado e de todallas obras delle //

### VACARIS

( E outro tanto da carga dos coyros vacaris cortados e por cortar E por qualquer coyro da dita coyrama dous ceptis que se nom contar em carga .

### AZEYTE ÇERA

( E outros oytos Reaes por carga mayor de azeyte çera mel seno Vmto queilõs secos mãmẽta salgada pez Rezyna breu sabã alquatrã .

### FORROS

( E outro tanto por pelles de coelhos ou cordeyras E de qualquer outra pilitaria e forros .

### MAÇARIA ESPICIARIA

( E da dita maneyra de oytos Reaes da carga mayor se leuara e pagara por todallas maçarias espicias boticas e tinturas E asy por todallas suas Semelhamtes .

# ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

## METAES

¶ E outro tanto se pagara por toda carga de aço estanhio e por todollos outros metâes e obras de cada hũa delle de qualquer Sorte que sejam .

## FERRO

¶ E do ferro em barra ou maqueo e de qualquer obra delle grossa se pagará quatro *Reaes* por carga mayor E se for limada estanhada ou emvernizada pagara oyto *Reaes* com as outras dos metaaes de çima . //

## COUSAS QUE SE CÔPRÃ SÊ PORTAJÊ

E quem das ditas cousas o de cada hũa dellas comprar e leuar pera seu husso e nam pera vender nõ pagara portajê nam pasando de costal de que se aiam de pagar dous *Reaes* de portajê que ha de ser de duas aRouas e mea leuando a carga mayor deste foral em dez aRouas E a menor em çimiquo E o costal per este Respeyto nas ditas duas aRouas e mea .

## FRUYTA SECA CASTANHAS

¶ E pagar se a mais por carga mayor destas outras cousas a tres *Reaes* por carga mayor de toda fruyta seca . *a saber* . castanhas e nozes verdes e secas e de ameyxas pasadas amêdoas pinhões por britar Avelâs beletas mostarda lentilhas

## LEGUMES

E de todollos outros legumes secos E das outras cargas a ese Respeyto E asy de cebelas (*sic*) secas e alhos porque os verdes pagaram com a fruyta Verde hũu Real .

## ÇUMAGRE

¶ E casca e çumagre pagará os tres *Reaes* como estoitros de çima .

## TELHA MALEGA

¶ E por carga mayor de qualquer telha ou tigello e outra obra e louça de barro aJmola que seJa Vydrada e do Regno e / de fora delle se pagaram os ditas tres *Reaes* .

## OBRA DE PAAO

¶ E outros tres *Reaes* por carga de todallas arcas e de toda louça e obra de pão laurada e por laurar .

## ESPARTO

¶ E outro tanto por todallas cousas feytas de esparto palma ou Juncos asy grossas como delgadas e asy de tabua ou fũcho

## ÊTRADA PER TERRA

E Os que trouxerẽ mercaderias pera vender se no proprio lugar onde quiserẽ vender ouuer Remdeyro da portajem ou oficial della fazer llo am saber ou as leuará aa praça ou acougue do dito lugar ou nos Resyos e saydas delle qual mais quiserem sê nenhũa pena E se hy nom ouuer Rêdeyro Nem praça descarregaram liuremẽte homde quiserem sem nenhũa pena

## FORAIS DO DISTRITO DE AVEIRO

contanto que nã Vemdam sê ho notificar ao Requeredor se ho hy ouuer ou ao Juiz ou Vymtancyro se hy se puder achar E se hy nenhũs delles ouuer ou nã se puder emtã achar notifiquem ho a duas *testemunhas* ou a hũa se hy mais nam ouuer E a cada hau delles pagará ho dito *direito* da portajê que *per* , este foral mandamos pagar sem nenhũa mais cautela nem pena .

### DESCAMYNHADO

E Nam ho fazêdo asy descamynharã e perderã as mercadorias somête de que asy nõ pagarem ho dito *direito* da portajê E nam outras nenhũas nem as bestas nẽ carros nẽ as outras cousas em que as leuarem ou acharẽ E posto que hy aja Remdeyro no tal lugar ou praca se chegarẽ Pore depois de sol posto nã faram saber mas descarregarã onde quiserẽ contanto que ao outro dia atee meo dia ho notifiquẽ aos officiaes da dita portajê primeiro que vendã sob a dita pena E se não ouuerẽ de vender e forem de camjano nam serã obrygados a nenhũa das ditas Recadações segundo que no titollo da pasajê fica *decrarado* .

### SAYDA PER TERRA

E Os que comprarẽ cousas *pera* tirar *pera* fora de que se dena de pagar portajê pode las am cõprar huremête sem nenhuma obrigaçã nem diligencia e somen /1/ te ante que as tirem *pera* fora do tal lugar e termo aRecadaram com os obciões a que pertemçer sob a dita pena de descamynhado .

¶ Os priuilegiados da dita portajem posto que a nã ajam de pagar nõ seram escusos destas diligencias destes dous capitulos atraz das emtradras e saydas como dito he sob a dita pena .

### PRIUILIGIADOS DA PORTAJÊ

AS pessoas ecclesiasticas de todollos moysteyros asy de homẽs como de mulheres que faze voto de profissam E os clerigos de ordẽs sacras E asy os beneficiados de ordẽs menores posto que as nam tenhã que Vyue como clerigos e por tães forem aydos todollos sobre ditos sam ysemtos e priuilegiados de pagarẽ nenhũa portajem vsajem nẽ custumagẽ *per* qualquer nome que a posam chamar Asy das cousas que Venderẽ de seus bẽes e benefiços como das que comprarẽ trouxerẽ ou leuarẽ *pera* seus vssos ou de seus benefiços e casas e familiãres de qualquer calidade que sejam asy *per* mar como *per* terra .

E Asy o seram as cidades Vyllas e lugares /1/ de nossos Regnos que tem priuilegio de a nam pagarẽ *a saber* . A cidade de lizboa E a guaya do porto Pouoa de Varzẽ guymarães Braga Barçelos Prado Ponte de lima Vyana de lima Camynha Vylla noua de çeruejra Valemyça Monçã Crasto leborẽvro Myrãda Bragãça Freixo O azynhoso Mogadouro Ameiaes Chãues Monforte do Ryo hure Motalegre Crasto Vycete A cidade da guarda Jormelo pyñhel Castel Rodrigo Almeyda Castel medo Vylar mayor Sabugal Sortellia Couyãthã Mõsanto Portalegre Maruam Arromches Campo mayor Fronteyra Mõforte Vylla Vyçosa Eluas Olyuça A cidade de euora Mõtemor o nouo Mõsaraz Beyã Moura Noudal Almodonnar Odemyra . ¶ E asy seram priuilegiados quãesquer pessoas outras ou lugares que nossos priuilegios tuerem e os mostrarẽ ou o trelado delles em pru /1/ unica forma aal dos açima cõtheudos . ¶ E asy o seram os vyzinhos do dito lugar e termo escusos da dita portajem no mesmo lugar nem seram obrigados a fazerem saber de yda nem Vyda .

E As pessoas dos ditos lugares priuilegiados nam tiraram mais o trelado de seu priuilejo nem ho trazeram somete trazeram çerudam feyta pollo escriptuã da camara e cõ o sello de comçelho Como sam vyzinhos daquelle lugar

## ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

E posto que aja duuida nas ditas certidoões se sam Verdadeyras ou daquelles que as apresentã poder lhes liam sobre yssso dar Juraçmto sem os mais deterem posto que se diga que nam sam verdadeyras E se depois se prouar que heram falsas perdera ho escriptuam que a fez ho officio e sera degradado dous annos pera cepia E a parte perdera em dobro as cousas de que asy enganou e sobnegou a portajem a metade pera nossa camara e a outra pera dita portajem dos quaes priuilejos asaram as pessoas nelles comtheidas pollas ditas certidoões posto que nam vam cõ suas mercaderias nem mãdem suas procurações contanto que aquellas pessoas que as leuarem Jarem que a dita certidan he Verdadeyra E que as tães mercaderias sam daquelles cuja he a certidan que apresentaram .

### PENA DO FORAL

E qualquer pesca que for contra Este nosso foral leuando mais direitos dos aqui nomeados ou leuando destes mores comthyas das aqui declaradas ho auemos por degradado por hui anno fora do lugar e terino E mais pagara da cadeia trinta Reaes por hui de todo ho que asy mayz leuar pera a parte a que os leuou E se a nom quizer leuar seja metade pera os catiuos e a outra pera quem ho acusar E oamos poder a qualquer Justica homde acoiteger Asy Juyzes e mo Vymtaleyros ou quadrilheyros que sem mais proçoso nem ordem de Juyz sumariamente sabda a Verdade condenem os culpados no dito casso de degedo e asy d' d' d' d' d' d' d' d' comthya de dous mil Reaes sem apellaçam nem agrato e sem disso poder conhecer almoxarife nem contador ne outro oficial nosso nem de nossa fazenda em casso que ho aja E se ho Senhorio dos ditos direitos ho dito foral quebramtar per sy ou per outrem seja logo sospenso delles e da Jurdiçã do dito lugar se a tiuer enquanto nossa merce for E mais as pessoas que em seu nome ou por elle o fizerem teorieram nas ditas penas E os almoxarifes escriptuões e officiaes dos ditos direitos que ho asy nom comprirem perderam logo os ditos officios E nã Averam mais outros E portanto mandamos que todallas cousas conthendas neste foral que nos premos por ley se cumpram pera sempre do theor do qual mandamos fazer tres hũu delles pera camara de Vyllarynho de bayro E outro pera ho Senhorio dos ditos direitos E outro pera a nossa torre do tãbo pera em todo ho tempo se poder tyrar qualquer duuyda que sobre Jssso possa sobreuyr Dada na nossa muy Nobre e sempre leal Cidade de lizboa a seis dias de marco do naçimto de nosso Senhor Jhesu christo de myll e quinhentos e quatorze annos e eu fernam de pyna per mandado spicial de sua alteza o fiz fazer e coçrtey em omze folhas com esta:—

el Rey . . .

foral pera o conzelho de villarynho do bayro //  
Registado No tombo . Fernã de pyna

O auto de entrega do foral ocupa o resto da fôlha e o verso da mesma; e de 27 de Outubro de 1516, tanto quanto se pode entender, pois as condições de conservação do exemplar que serviu a presente cópia são muito deficientes.

Pertenceu a Câmara de Vilarinho porque tem vistos de correição; o mais antigo deles, existente, é de 1624; e a data mais recente, 1823.

Em letra do século XVIII anotaram ao fundo da fl. 12, que é a do auto de entrega: *Esta não a le ninguém ou alguém*

## FORAIS DO DISTRITO DE AVEIRO

*Salvo adivinhar a maior ametade*; no entanto, com os reagentes usuais podia-se avivar a escrita do verso dessa fôlha, na verdade muito sumida, e copiar-se; não é coisa impossível; ao foral falta já a primeira fôlha, a que costumava ser iluminada; e a correspondente no caderno, que é a 8, rasgaram o canto inferior esquerdo, que naturalmente foi agarrado a fl. 1.

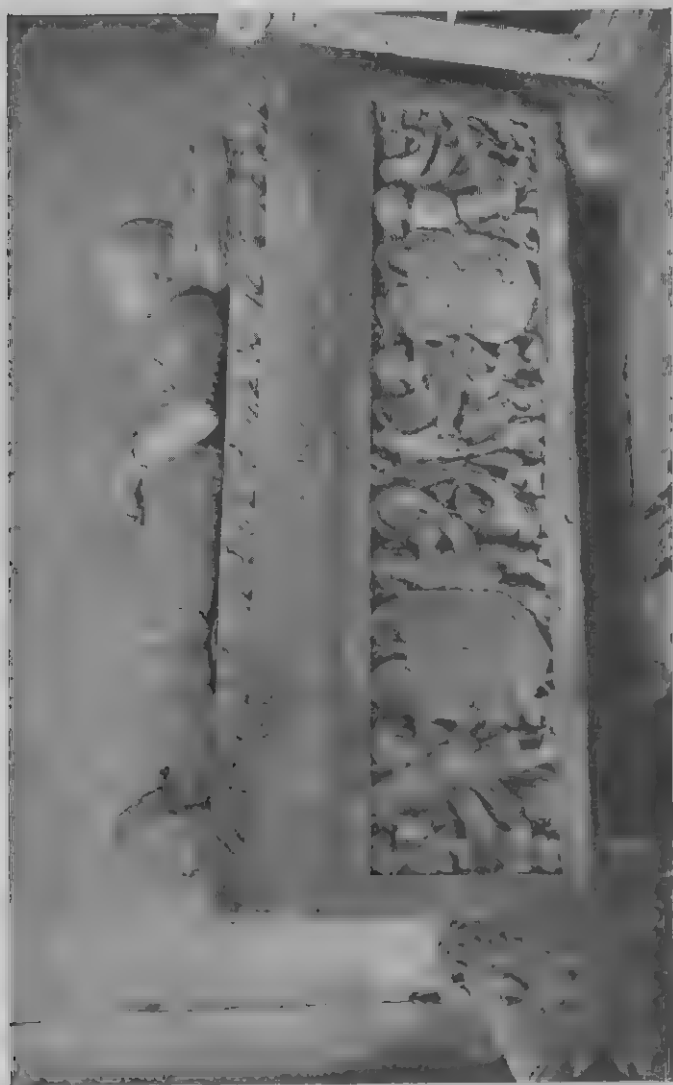
O exemplar conserva encadernação da época, ainda com algumas brochas e as travincas de latão; falta-lhe o selo.

Tivemos de reconstituir a parte do texto destruída; na fl. 8 fizemo-lo por comparação com outros forais e sem dificuldade; mas a fl. 1 houve que ser reconstituída no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, perante o registo do foral no livro respectivo.

Encarregou-se amavelmente dêsse trabalho o nosso prezado amigo e ilustre colega naquele Arquivo, Ex.<sup>ma</sup> Sr. José Gaspar de Almeida, a quem mais uma vez agradecemos tão precioso e desinteressado auxílio.

O foral de Vilarinho do Bairro é hoje propriedade do Museu de Aveiro.

A. G. DA ROCHA MADAHIL



AVEIRO

*Túmulo de João de Albuquerque e de sua mulher, existente na igreja de S. Domingos, também chamada de Nossa Senhora da Glória.*



## O TÚMULO DE JOÃO DE ALBUQUERQUE EM AVEIRO

**Q**UASI inteiramente desconhecido dos portugueses, existe na igreja de S. Domingos de Aveiro um formoso túmulo que rivalisa com os melhores de Portugal: é o de João de Albuquerque, fidalgo e militar valoroso que tomou parte nas guerras de Africa no tempo de el-rei D. Afonso V, e foi senhor de Angeja, Pinheiro, Figueiredo e Assequins. No senhorio destas terras succedeu-lhe seu filho Henrique de Albuquerque, e por morte d'este as terras reverteram para a Coroa, sendo novamente doadas por D. Manuel a Jorge Moniz, que as usufruiu até a data da sua morte, em 1509 (1).

João de Albuquerque, que foi casado com D. Helena Pereira, escolheu para local da sua sepultura e de sua espôsa, a igreja do Convento de Nossa Senhora da Misericórdia de frades dominicanos, na então vila de Aveiro; tal igreja havia sido pouco antes edificada, pois o Convento foi fundado pelo infante D. Pedro em 1423.

João de Albuquerque contratou com os frades que na Capela de Santa Maria -depois Capela de Jesus- fôsse colocado o seu túmulo e de sua mulher, e que cada dia lá dissessem uma missa rezada, e em dia de defuntos uma missa cantada com oferta de um quarteirão de trigo, um puçal de vinho, duas dúzias de pescadas, e um responso sobre a sepultura. Deviam

---

(1) João de Albuquerque foi ainda pai do Pero de Albuquerque e de Lopo de Albuquerque. Estes dois fidalgos tomaram parte na conspiração contra o rei D. João II em 1484. Pero de Albuquerque, almirante do reino, foi condemnado à morte e executado. Lopo de Albuquerque, conde de Penamacor, fugiu de Portugal, andou por varios paizes, e veio a falecer em Sevilha.

## ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

ainda os frades dar cada ano a S. Francisco de Coimbra, dois tostões, e meio tostão por uma missa cantada por alma dos pais de João de Albuquerque, que lá se encontravam enterrados, e cento e cinquenta reis de esmolas.

Em contra-partida, João de Albuquerque doou ao convento de Aveiro, para ocorrer a conservação da capela e aos encargos do contrato, a sua quinta de Canelas que havia comprado a Pero Peixoto em 1452, por 27000 reis, e a sua marinha do Puxadouro que havia comprado a Pero Vasques, por 40000 reis.

O contrato foi feito em Aveiro, por escritura publica, de 20 de Agôsto de 1477; a doação das duas propriedades foi feita por escritura de 8 de Dezembro do mesmo ano, e confirmada em 3 de Fevereiro de 1484 por el-rei D. João II, então de passagem em Aveiro.

No seu testamento, João de Albuquerque confirma a doação, e toma providencias para indemnizar o convento de Aveiro, no caso de ela não poder ser mantida, o que de facto veio a succeder.

Não sei quando nasceu João de Albuquerque, mas supponho que faleceu em 1483, pois em 9 de Junho d'este ano fizeram os frades um traslado do testamento, e em 1484 confirmou D. João II a doação, naturalmente apos a morte do doador. Quando Jorge Moniz tomou conta das terras que haviam pertencido àquêle e a seu filho Henrique de Albuquerque, pôs acção contra o Convento para reaver a quinta de Canelas, já na posse do Convento ha vinte anos, e justificou tal acção alegando que João de Albuquerque não podia dispor de tal quinta — por ser da Coroa. Foi dada sentença contra o Convento, tendo-lhe apenas sido reconhecido o direito as bemfeitorias que nela haviam feito.

Os frades, vendo-se lesados, puseram acção contra D. Catarina Henrique, viúva de Henrique de Albuquerque, para que os indemnizasse da perda da referida quinta. Tendo sido condemnada D. Catarina na Relação por sentença de 27 de Abril de 1504, ella deu ao convento, em lugar da quinta que valia 95000 reis, terras equivalentes, em Fermelainha e Angeja.

João de Albuquerque e sua espôsa foram de facto sepultados na sua capela de Jesus, em um magnifico tumulo de pedra calcarea, em forma de caixa, sôbre cuja tampa esta uma estátua jacente do fidalgo, vestido com sua armadura, e segurando em uma das mãos uma espada, e na outra uma lança provavelmente. É de notar que presentemente já não existe a espada nem a outra arma por se terem partido.

Os pés da estatua apoiam-se sôbre um lebreu, também já muito mutilado na parte anterior.

A arca tumular tem de comprimento 2,<sup>m</sup>30, de largura 0,<sup>m</sup>90 e de altura 0,<sup>m</sup>95, e assenta sôbre três leões (primitivamente

## O TÚMULO DE JOÃO DE ALBUQUERQUE

eram quatro; e de estilo gótico, e na parte superior das suas faces laterais e em toda a volta, tem uma larga inscrição em caracteres alemães, em que se menciona o nome do tumulado e alguns dos factos da sua vida.

Infelizmente a inscrição está em muito mutilada pelos estragos causados com as mudanças e aberturas que o túmulo tem sofrido, e em parte tapada com cimento.

Nas duas primeiras linhas esculpidas na face da esquerda, em relação à estátua, lê-se:

† *Aquey: jaz: o muto: onrado: Sôr: E valente: Caval-  
leyro: Joaõ: Dalbuquerque: Da cosilha: del Rey: E do sa...  
Do Rey: Da dita Canarea: E o desbaratou: E trouxe: Preso:  
Ao arçayl: Soo p er| sv: E alv nas: Partes Dafrica...*

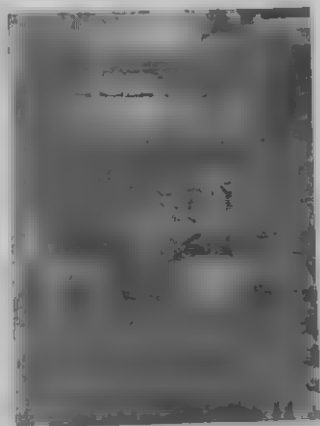
Vê-se, pois, que João de Albuquerque tomou parte nas expedições à África, e em especial em alguma das enviadas às Ilhas Canárias, onde praticou actos de valentia notáveis.

O túmulo tem esculpidos na mencionada face da esquerda, dois brasões; o do lado da cabeceira, é o de João de Albuquerque: esquartelado, tendo no primeiro e quarto quartel as armas de Portugal antigo; no segundo, cinco flores de liz em sautor, e no terceiro nove cunhas em três palas; o outro brasão é o de D. Helena Pereira, sua espôsa, tendo a metade da direita do brasão as armas de João de Albuquerque, e a metade da esquerda a cruz florenciada dos Pereiras. Na face da cabeceira está outro brasão de João de Albuquerque, encimado por uma viseira, segura por dois anjos; na face oposta, está um escudo em lisonja, com as armas da mulher de João de Albuquerque, como já descrevemos. O escudo e seguro na sua parte esquerda, por uma menina, e na parte direita, por um menino.

A face da direita do túmulo não é presentemente visível, por estar encostada a uma parede, mas é de supor que tenha ornatos e brasões iguais aos da face da esquerda.

Nas armas de João de Albuquerque figuram as dos Cunhas, por que era descendente de D. Teresa de Albuquerque e de seu marido Vasco Martins da Cunha.

Verifiquei que no Museu de Machado de Castro em Coimbra, se encontra um brasão de pedra, tendo na metade direita as armas dos Albuquerque, — as armas de Portugal antigo, e



*Face posterior do túmulo  
de João de Albuquerque*

## ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

cinco flores de liz em sautor,—e na da esquerda as dos Cunhas. O escudo tem à volta uma legenda que não se pode ler. Este brasão tem a seguinte nota explicativa: «Sec. XVI- Brazão encontrado nas demolições do Claustro da Sé Velha». E sem dúvida de alguns ascendentes de João de Albuquerque, muito possivelmente dos pais. Mas então não é do século XVI, mas sim do século XV. ¿E seria do túmulo dos pais, na hipótese de ter sido removido da igreja de S. Francisco para a Sé Velha, quando a igreja de S. Francisco teve de ser abandonada por causa das aluviões do rio Mondego?

Não se sabe em que ano foi feito o túmulo de João de Albuquerque, nem quem foi o seu autor.

¿Teria sido feito ainda em vida do tumulado, ou teria sido feito após a sua morte, por ordem de seu filho, ou por ordem dos frades, ou por outrem?

Como a doação foi feita em Dezembro de 1477 e o Convento já se encontrava de posse da quinta de Canelas havia 20 anos, quando Jorge Moniz a reclamou, o que deve ter sucedido em 1497, conclui-se que o filho de João de Albuquerque faleceu antes de 1498; portanto, se foi o filho quem mandou fazer o túmulo, este deve ter sido feito no ultimo quartel do século XV; se foram os frades, poderia ter sido feito nesta época, ou no principio do século XVI.

¿Mas o seu autor? ¿Seria um artista nacional ou estrangeiro? Eis um problema interessante para resolver. É evidente que o autor foi um artista de nomeada, correspondente à nobreza e altos merecimentos de João de Albuquerque; talvez um dia se consiga descobrir quem executou tão primorosa obra de arte.

O que é certo é que a história da escultura portuguesa está por fazer, e é tempo de meter ombros a tal empreza.

O túmulo de João de Albuquerque encontra-se presentemente na capela de Nossa Senhora da Misericórdia, que é a primeira à esquerda de quem entra na igreja de S. Domingos, hoje igreja paroquial da freguesia de Nossa Senhora da Gloria. Está péssimamente situado, pois se encontra encostado à parede, não se podendo ver a face lateral direita. Mas não foi este o local primitivo; várias vezes tem sido mudado o túmulo, e das mudanças têm-lhe resultado graves mutilações.

O primitivo lugar era o meio da capela de Jesus, a última à direita de quem entra na igreja; depois um prelado mandou encostar o túmulo a uma parede desta capela. De passagem diremos que a igreja actual não é a primitiva, visto que esta foi reconstruída nos séculos XVI, XVII e XVIII.

Na referida capela de Jesus, reconstruída em 1559, visto que esta data se encontra nos pedestais das colunas da entrada, ainda hoje se encontra uma lápide sobre a porta de comuni-

## O TÚMULO DE JOÃO DE ALBUQUERQUE

cação com a capela anterior, com a seguinte inscrição em letras capitais romanas:

ESTA CAPELA HE D  
IOAM DALBVQVERQE  
TEM MISSA CADA DIA  
ELE A DOCTOR.

Já frei LUIZ DE SOUSA, na sua *Historia de S. Domingos*, 2.<sup>a</sup> parte, liv. III, cap. XIII, se referiu ao túmulo, e se insurgiu contra o abandono em que se encontrava no seu tempo. Assim escreveu:

«E pois tratamos de renda, justo é que por obra de agradecimento digamos que entre os bens, que possuem, são a Quinta de Canellas e uma marinha, que lhe deixou João d'Albuquerque, cuja é a capella, que primeiro se chamou da Annunciação, e agora de Jesus; e n'ella jaz em um grande túmulo de marmore. Este túmulo teve em seus principios por sitio o meio da capella; veio um Prelado, que á custa do túmulo, que era grande, quiz fazer largueza de serviço na capella, que era estreita, tirou-o do seu lugar, e arrimou-o a uma parede com tanto descuido, que a face, em que estava um letreiro, que nos pudera agora servir de chrontica de um fidalgo muito illustre e muito cavalleiro, ficou abraçada com a parede. Eu se acceitei escrever, foi para fallar verdade, e não palear defeitos onde os houver. Assim ficará este culpado em publico, ou para se remediar por algum Prelado zeloso, ou para ser occasião de se não cometer outro semelhante.»

Os frades não se importaram com a recriminação do cronista, e o túmulo lá continuou encostado a parede e no vão da porta travessa, ate que em 1859, foi collocado entre as duas portas que ficam em frente do altar.

Em 1878 tiraram o túmulo para fora da sua legitima capela, e collocaram-no na capela de Nossa Senhora da Graça, que é a primeira á direita de quem entra. Em 1880 levaram-o para junto da antiga sacristia dos frades, e finalmente, em 1885 trouxeram-o de novo para a igreja, collocando-o onde hoje se encontra, isto é, na capela de Nossa Senhora da Misericordia.

E lá está lamentavelmente abandonado, e esquecido, na obscuridade de uma capela sem luz, esperando que alguém justamente o faça reconduzir para o seu devido lugar na igreja, ou melhor ainda para o Museu de Aveiro, onde figurara como a mais valiosa reliquia aveirense de arte em pedra, e uma das melhores de Portugal.

Barbaridades iguais ás que sofreu o túmulo de João de

## ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Albuquerque tem-as sofrido outros. Basta mencionar o do rei D. Diniz, mandado fazer por este mesmo rei, e actualmente em lastimoso estado com as mudanças que sofreu na igreja do mosteiro de Odivelas.

Felizmente vai ser reposto dentro de breves dias no seu primitivo lugar que era no meio do corpo da igreja. É interessante registar que o túmulo foi aberto num dos dias do mês de Maio do corrente ano, tendo-se encontrado os restos mortais do rei em razoável estado de conservação.

Também o túmulo de D. Duarte de Meneses em estilo gótico que estava na capela das almas do Convento de S. Fran-



### AVEIRO

*Outro aspecto do túmulo de João de Albuquerque e de sua mulher  
Dona Helena Pereira*

cisco, em Santarém, foi mudado em 1889 para o Museu da mesma cidade, instalado na antiga igreja de S. João de Alporão. Ora o Museu de Aveiro está instalado no antigo convento de Jesus, onde ainda hoje se respira santidade e religiosidade, e nêle ficaria muito bem o túmulo de João de Albuquerque e sua esposa, junto aos túmulos de muitas religiosas que lá dormem o sono eterno, e proximo do túmulo da Princesa Santa Joana cujo pai, —el-rei D. Afonso V — João de Albuquerque serviu na paz e na guerra com lealdade e valentia.

Parece que João de Albuquerque esteve primitivamente sepultado na capela de Jesus em um pequeno túmulo, e que

## O TUMULO DE JOÃO DE ALBUQUERQUE

passado tempo é que os seus restos mortais foram trasladados para o actual tumulo, no qual se sepultou tambem a sua espôsa. Poderá admitir-se que tivessem sido os frades que mandaram fazer este túmulo para dignamente guardarem as cinzas dos seus bemfeitores? Frei LUCAS DE SANTA CATARINA, continuador da obra de Frei LUIZ DE SOUSA escreveu a este respeito, na *Historia de S. Domingos*, parte IV, liv. I, cap. XIX :

«Não deixaremos em silencio outra obra, que sobre ser honroso desempenho da Casa, ficou tambem servindo de adorno á Igreja na parte, que corresponde a porta das graças (que fica na Capella do Rosário) e vem a ficar na do Santo Christo. No vão que faz para correspondencia da outra porta, se levantou e lavrou de boa pedra, sobre quatro leões (um honrado mausoleu) uma pollida e bem lavrada caixa, em que se recolheram os ossos de João de Albuquerque. Estiveram em pequeno tumulo no meio da Capella, depois servindo-lhe arrimo a parede, finalmente passados a este nobre depósito, como cinzas de um grande bemfeitor do convento.»

Vou transcrever o que se refere ao contrato de João de Albuquerque com o Convento de N. S. da Misericórdia, do manuscrito existente na Direcção de Finanças de Aveiro, e intitulado:

«Livro de toda A fazenda da Renda que este mostr.º de N. Sr.ª da misericórdia da uilla daVieira da ordem de S. Domingos tem em Canelas, e tal-/malainha, e anieia, de casaes, terras, vinhas, e casas e do trigo, milho, centeo, ceuada, vinho, galinhas, capões, porcos e dinheiro

leito pello p.º fr. Thome dos Reis, Prior do

dito mostr.º em 8 de Janr.º de 1613».

T.º da quinta de canelas, e da  
marinha velha das cortes da  
cap. de João dalbuquerque  
& sua mulher dona Illena P.ª

¶ Esta quinta de Canelas cõ seus casaes, e pertenças comprou João de Albuquerque a p.º peixoto por 27000 como consta da carta de venda feita por gomez L.º tab: aos 27 de Ag.º de 1452. Esta em hum Purgatorio Pequeno.

¶ João de Albuquerque fes hu contrato cõ este most.º q.º lhe dicessem cada dia ha missa rezada e outra cantada e n. dia dos defuntos a q.º estivessem prez.º todos os frades q.º estivessem no most.º na sua Capela q.º elles fizerão, q.º agora he de Jessa. q.º então se chamava da saudação de S. M.º onde elle e sua mulher esta sepultado em hu sepulchro alto de Pedra Na qual missa manda se oferte, hum quarteirão de trigo, hum puçal de vinho, e duas

## ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

duzias de pescadas, Cõ responço sobre sua sepultura obrigamonos como administradores que somos a fabrica da dita capella e repairos, cõ condição que não possamos vender, nem trocar, nem escambar peça alguma das nomeadas, e fazendo o, a venda, ou troca seia nulla, e perderemos tudo, e qualquer f.º seu ou descendente podera lançar mão da dita capella, e administrativa, e não avendo parente qº o fassa El Rei lance mão della p.º a dar a quem quizer.

Deixou p.º estas obrigações de missas A sua quinta de Canelas, com todos seus cazaes, e terras Rotas e por Romper, montes e matos, maninhos, e todas suas Rendas, Direitos, e loros, e tributos, qº a dita quinta e cazaes e cazeiros são obrigados, e não entrando nesta Doação A Jurdição por ser do senhorio do Julgado do Concelho de ligeiredo & A sua marinha do Puxadouro, qº Agora he A p.º da Nossa Corte qº chamão A marinha velha tem 50 meios esta onde chamam Rodamoinho.

Deixa mais qº demos cada Anno A são fr.º de Coimbra dous tostois & meio tostaõ de hũa missa cantada pella alma de seu Pai e mai qº la estão enterrados, e cento e sincoenta rs de esmola consta tudo do d. contrato feito por p.º Affonço tab. nesta villa dav.º pello Conde de faro e do demira S.º da d. villa adiantado do Reino do Algarve, e na Comarca dantre Teio e godiana.

A 20 de Ag.º de 1477. esta em hũa folha grande de purgaminho.

Logo Ao pee desta no proprio purgaminho esta A posse qº tomamos desta quinta de Canelas e marinha conforme a d. doação como della consta feita por p.º a.º tab. a 8 de Dez.º de 1477.

¶ El Rei Dom João 2.º confirmou esta m. em Aveiro a 3 de feuerreiro de 1484.

¶ Depois deste contrato fez J.º de Albuquerque seu testamento em qº declara qº em terça sua e de sua molher e por mil dobras de ouro de Arras de sua molher, toma (2) esta quinta de Canelas qº diz lhe custou 27000 e a sua marinha do Puxadouro qº diz lhe custou 40000, e fez della e da marinha doação in perpetuum p.º lhe comprirem as obrigações de missas e não comprindo seus erdeiros o sobredito de suas terças e das mil dobras de ouro, se compre faz.º qº tenha Rendim.º bastante p.º as taes obrigações. Consta tudo do trespado feito em p.º forma Por andre aues tab. nesta uilla a 9 de Junho de 1483. Esta em hũa folha grande de purgaminho.

Chamavasse então Angeia Romaris era termo desta villa de Aveiro.

¶ Neste testamento manda qº demos aos frades de S. fr.º 250. Ouve demanda julgou-se qº não lhe auíamos dar mais de 200. como estava no contrato. Consta da Scrip. dgo da sent.º feita por fr.º dias escrivão a 27 de Abril de 1504. esta em 4 meas fol. de purgaminho.

Esta marinha do Puxadouro comprou V.º miz da Cunha A Joana mathias como consta da scriptura feita por Rui paes tab: A 10 de Setembro de 1422. Esta em hũ purgaminho Pequeno.

¶ Outra parte della comprou o mesmo V.º miz da Cunha a g.º Affonço consta da script. feita por V.º Lourenço tab: a 10 de Setembro de 1432 esta em hũ purgaminho pequeno.

¶ Outro Pedaco comprou o mesmo V.º Alf. Consta da script feita por g.º A.º tab: a 11 de Julho de 1434. Esta em hũ purgaminho.



## O TUMULO DE JOÃO DE ALBUQUERQUE

¶ V<sup>ro</sup> m<sup>z</sup> da Cunha filho deste V<sup>ro</sup> m<sup>z</sup> da Cunha vendeo esta marinha A dona tereja de taide molher q foi de pero Vasques consta da script. feita Por p<sup>a</sup> tab: a 8. de Jan<sup>o</sup> de 1453. A este comprou esta marinha João de Albuquerque por 40000. como diz em seu testam<sup>o</sup>.

¶ Por morte deste João de Albuquerque ouve este morgado estas terras Anrique de Albuquerque seu f<sup>o</sup> e morto este as ouve Jorge monis estando este mostr<sup>o</sup> de posse desta quinta de Canelas, & cazaes por tpô de vinte annos Pos demanda a este mostr<sup>o</sup> este Jorge monis s<sup>a</sup> danjeia. Dizdo como esta quinta e cazaes de Canelas erão b<sup>es</sup> Rezengos, e da Coroa. e como taes os não podia dar João de Albuquerque a este mostr<sup>o</sup>, nem o mostr<sup>o</sup> possuir foi dada sent.<sup>a</sup> contra este mostr<sup>o</sup>, e somente nos julgarão as benfeitorias, q tinhamos e nos obrigarão A vendelas e as uenderão a hum bras de ferr.<sup>a</sup> Por 30000.

¶ Depois El Rej dom m<sup>a</sup> deu L<sup>a</sup> p<sup>a</sup> este mostr<sup>o</sup> pouler ter e possuir estas bem feitorias q em Canelas tinhamos, q era o Asento das cazas cō sua orte, caza da adega, e lagar q o mostr<sup>o</sup> fes a sua custa de fundam<sup>o</sup>, As viñhas, deueza, e o Ameal, consta da lic<sup>a</sup> feita por d<sup>e</sup> Vaz em Almirim a 3. de Janeiro de 1510 Esta em hū purgaminho pequeno cō celo pendente de cera uermelha.

¶ Avida esta licen<sup>a</sup> este Bras de ferreira escudeiro m.<sup>o</sup> na Ribeira da marinha desta vila de Au. fes doação liure a este mosteiro de todas as benfeitorias q este conu<sup>o</sup> lhe tinha uendido em Canelas. Consta pello estromento de doação feito por p<sup>o</sup> de ferr.<sup>a</sup> tab: desta villa pello Conde de Iaro s<sup>a</sup> della a 21 de Jan.<sup>o</sup> de 1510. & nella nos entregou A posse de tudo Esta em duas folhas de papel.

¶ Tomamos Posse do q em Canelas tinhamos por hūa carta del Rei feita por nuno da Cunha a 10 de Jan<sup>o</sup> de 1510. Esta em 3 folhas de papel cozidas ao comprido.

¶ Por outra carta del Rei tomamos posse de todas as benfeitorias q tinhamos em Canelas feita por lopo preto tab: a 27 de Jan<sup>o</sup> de 1510 está em hūa folha de papel.

¶ Depois q perdeo este conu<sup>o</sup> Canelas pella S<sup>h</sup>ca atras fes demanda a dona C<sup>a</sup> Anriques, molher q foi de Anrique de Albuquerque f<sup>o</sup> de João de Albuquerque, q como erdr<sup>a</sup> d'elle dito João de Albuquerque nos dessem as suas terças q elles tomarão p.<sup>a</sup> esta capella, e mil dobras de ouro das arias de Dona Illena pr<sup>a</sup> molher de João de Albuquerque como constaua de seu testamento e doação, foi dada em Lisboa sent.<sup>a</sup> na Rolação em nosso fauor e condenarão a d<sup>a</sup> dona C.<sup>a</sup> que nos entregasse as terras, ou desse tanto desta uilla faz<sup>a</sup> e Renda que valesse tanto como Canelas foi detreminado ualia então Canelas q<sup>o</sup> 000 de puro. os quais nos entregarão em fermalainha e nos tres cazaes danjeia como se uera em seu titulo folhas 15 Consta da script. d<sup>o</sup> da sent.<sup>a</sup> da Rolação feita por f<sup>o</sup> dias eserivão a 27 de Abril de 1504. Esta em 4 fol. de purgaminho cō celo uermelho pend.<sup>a</sup>

Dona Leonor p.<sup>a</sup> molher q foi de Jorge monis fes hū aforamen<sup>o</sup> e latiozim a este mostr<sup>o</sup> de todos os bens q tinhamos em Canelas cō obrigação de pagarmos a seu f.<sup>o</sup> d<sup>a</sup> monis e seus soccessores todos os annos Por Natal dous alqueires de trigo, dous capões, o de toda A novidade do vinho de 8 hum, & dizeremos neste mostr<sup>o</sup> por sua Alma della e de Jorge monis seu marido e seus descendentes p<sup>a</sup> sempre seis missas, hūa cantada por dia da Assumpção e as cinco Rezadas hūa dia de Natal, outra dia de Pascoa, outra dia do

## ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

spo S.<sup>o</sup>, outra dia de S. Miguel, outra dia de todos os S.<sup>o</sup> com Responço e Agoa benta. Consta do contrato feito por m.<sup>o</sup> frz tab.<sup>o</sup> a 29 de Dezembro de 1510. Esta em duas folhas de papel.

Se é interessante e necessário integrar o túmulo de João de Albuquerque na história da arte portuguesa, não menos interessante e justo é conhecer-se a biografia deste português ilustre. ¿Mas quem a poderá fazer?

Aveiro, 2 de Junho de 1938.

F. FERREIRA NEVES



*Palheiro moderno, para habitação, na  
Costa-Nova*

# O BRASÃO E CARTA DE ARMAS DOS BRANDÕES



BRASÃO que se agora publica, na moldura destas pobres palavras, foi do bacharel em direito Francisco Pinto Brandão, ou Barandão, como melhor quadra-va às suas filúcias.

A pedra de armas, hoje apeada, quebrada e à guarda de longínquos descendentes, esteve ainda ate quasi lá uma duzia de anos no cunhal norte-poente da sua linda casa solarenga, na rua da Praça, em Ovar, agora rua do Dr. José Falcão.

Este bacharel e fidalgo, que devia ter sido pessoa de muita circunstância e largos cabedais, casou com D. Maria Arcângela Baldaia, pessoa tambem de sangue que, por seu lado, não deslustraria a prole que Deus lhes fizesse a merce de dar.

Pinto Brandão, que tinha prosápias de boa costela, arrimava-se aos Pintos — os Pintos Senhores e Morgados da Quinta e Honra de Paramos, a cavaleiro da Barrinha de Esmoriz, Honra que vinha dos dias remotos de D. Afonso 3.<sup>o</sup>, segundo a lição do senhor Padre MANUEL F. DE SA, na sua *Monografia de Paramos*.

Esta casa dos Pintos foi das mais faladas nas Terras de S.<sup>ta</sup> Maria da Feira. Multiplicou-se como o gramão. Aires Pinto, fidalgo da Casa do Duque de Bragança D. Fernando e um dos seus mais illustres membros, por seu testamento de 30 de Junho de 1552, instituiu o Morgadio de Paramos em seu filho Alvaro Pinto Henriques, que foi Alcaide-Mor de Abrantes <sup>(1)</sup>.

De geração em geração, com fulgurâncias de civismo e devoções piedosas e negros de despotismo e prepotências bairristas, veio a extinguir-se o Morgadio em 20 de Abril de 1887 por

(1) *Monografia de Paramos*, 1937, págs. 157 e segs.

## ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

morte, no solar da mesma Quinta, de Miguel A. Pinto de Menezes, cacique e galanteador à moda da época, pois legitimou 9 filhos de 5 mulheres, suas teúdas e manteúdas.

D. Maria Arcângela Baldaia, a dar crédito ao genealogista da família—o frade bento Manuel da Graça Baldaia—quanto a grandeza de avós corria também parelhas com seu marido. Filha de Manuel Jorge Baldaia, que se encontra em 1660 a subcrever uns estatutos da Irmandade da Sr.<sup>a</sup> da Cadeinha, e que casou em Ovar, era neta paterna de Antonio Jorge Baldaia, este ligado em Cabanões a família principal dali.

Viera este antepassado da Casa de Rolaens, na Vila da Feira, e honrara bem o seu nome, como official embarcadizo que foi, bravo e valente, como lho atestara D. António Aviz de Menezes, Governador das Armas da Praça de Cascais, uma vez a 26 de Outubro de 1641 e outra a 25 de igual mês de 1642.

¿E quem eram, donde surdiram estes Baldaias?

No ano de 1775, um descendente assim dissê: «—para em todos os tempos constar aos de seu sangue »

«—A família dos Baldaias he a mais antiga da Terra da Feira e a de mais conhecida nobreza. A sua origem, por muito antiga, se não sabe toda, só sim que descendem de Andre Baldaia, que teve uma filha, D. Joanna Thereza Antonia Baldaia, da Caza do Morgado de Canellas, junto a Villar do Paraizo, abaixo do Porto huma legoa pouco mais ou menos, neta de Baltazar da Silva, que era filho de D. Joanna de Miranda Camello da Caza Villar do Paraizo.

«A principal nobreza era a de Villar do Paraizo, fonte e origem da família dos Baldaias—»

Os de Vilar deviam ter sido de alta devoção e largos cabedais. Fundaram o Mosteiro de Grijo, da Ordem dos Cônegos Regrantes de S. Agostinho e por isso os seus fidalgos tiveram por muitos séculos a regalia de serem conduzidos debaixo do pália, esperados pelos religiosos sempre que os visitavam.

Mas os desatinos da vida foram desfalcando a fazenda e certo Morgado para se aliviar do falazar dos credores, vendeu aos frades o privilegio que os humilhava.

E assim se finou—não se sabe por quantos centos de cruzados—tão espaventosa regalia.

Do ramo dos Baldaias de Cabanões, podíamos acompanhar, do berço ao esquife, tôdas as gerações que, afinal, não marcaram com relêvo suas virtudes na vida, alias, modesta dêste burgo. Dois padres e dois frades—um bento, dominicano o outro—se

## BRASÃO E CARTA DE ARMAS DOS BRANDÕES

topam à flor de tanto honesto lavrador endinheirado, possuidor de largas folhas de terra, juncaes e pinheiros.

Por via legítima, pôs-lhes ponto final, por morte acontecida em 10 de Abril de 1894, Fernando Augusto Pereira Baldaia, nascido em 11 de Fevereiro de 1825 e filho de Manuel José Pereira Baldaia e de Ana Margarida Pereira de Jesus, filha do capitão Jacinto José Pereira Pinto, do Cardal, freguesia de S. Pedro de Pedroso.

Morreu sem filhos, o Fernando. Mas um outro seu irmão, o sétimo na ordem dos nascimentos, Joaquim Maria Pereira Baldaia e que morreu solteiro em 10 de Abril de 1893, sendo dos quarenta maiores contribuintes e ex-vereador, deixou uma filha, que se finou, também sem filhos, em 17 de Março de 1908.

O Dr. João Frederico Teixeira de Pinho, há 68 anos já nas mãos de Deus, mas ainda padre-mestre em antiquallas vareiras, guarda impressionante silêncio sobre esta e outras famílias gradas daqui ou aqui residentes.

Na verdade, muitissimo pouco se sabe dos descendentes do casal Brandão-Baldaia.

Na relação dos notáveis vareiros, confessadamente incompleta, lá vem o nome do frade crúzio, Francisco Brandão Pinto Baldaia, arcebispo eleito de Braga, que a morte surpreendeu e abateu na sua terra.

Frade crúzio já era alguma coisa para as basólias das respectivas famílias, pois que muitas, para encafuar os filhos nas celas de S.<sup>ta</sup> Cruz, davam pinchos de corça.

Mas arcebispo de Braga era honra de topete, honra com que até os patricios, embora gente do remo e de charrua, exultaram a valer.

Para outra maré ficará o tracejar de algumas linhas biográficas d'este padre.

Mais outro frade houve ainda na família, seguindo-se-lhe um bacharel. Mas como não temos dados precisos, por aqui nos ficamos quanto a Baldaias e Brandões.

Não tendo notícias de carta de brasão nem de pedra de armas dos Baldaias de Cabanões—se uma e outra coisa possuíram—vamos transcrever do Dicionário *Portugal* o que sobre o assunto lá encontrámos.

Diz-se lá: «—as armas da família d'este apelido são: em campo de prata quatro rosas vermelhas acantonadas, cada uma

## ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

com duas folhas verdes no pé e no centro uma flor de liz azul; timbre uma das rosas do escudo com uma flor de liz de ouro no meio.»—

Ovar, 1-2-38

ZAGALO DOS SANTOS

Cópia do original, de pergaminho, iluminado, em magnífico estado de conservação, na posse da viúva do Dr. Antero de Oliveira Cardoso, descendente do requerente da Carta.

### *BRAZAM DARMAS DO BACHAREL FRANCISCO PINTO BARANDÃO*

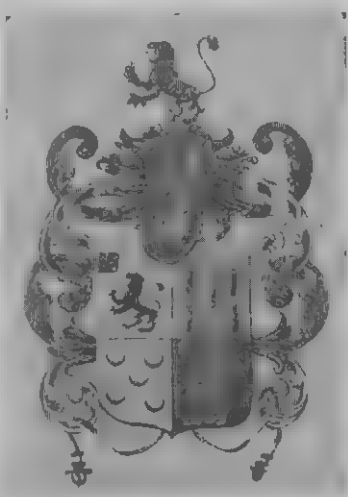
*Passado no Anno de 1735*

Dom IOAM Por graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarues, daquem, e dalem, mar em Africa, senhor de Guiné e da Conquista, nação, do commercio da Ethiopia, Arabia, Percia e India, & A quantos esta minha carta virem, faço saber que o Bacharel Francisco Pinto Barandão, natural e morador na freguesia de são Christovão da Villa de Ovar, Comarca da Feira Bispado do Porto, me fes petição em como ele descédia e vinha da geração e linhagem dos Sylvas, Barandões, Pintos e Pereiras, e suas armas lhe pertencião de direito, e pedindo-me por merce que para a memoria de seus antecessores se não perder, e elle uzar e gozar da honra das armas que pellos merecimentos de seus serviços ganharão e lhe foram dadas, e assim dos privilegios honras, graças, e mercês, que por direito e por bem dellas lhe pertencem lhe mandaçе dar minha carta das ditas armas que estavam registadas em os livros dos registos das armas dos nobres e fidalgos de meus Reynos, que tem Portugal meu principal Rey darmas.

A qual petição vista por mim mandei sobre ella tirar inquerição de testemunhas pelo Doutor João da Sylva Rodarte, do meu dezembargo e meu Dezembargador em esta minha Corte, e caza da Supplicação, Corregedor do Civil em ella, e por Caetano Jozeph de Moura escrivão do dito juízo, pellas quaes fui certo que elle procede e uem da geração e linhagem dos ditos Sylvas, Barandões, Pintos, e Pereiras, como filho legitimo do leccencado Manoel Thomas da Sylva, e de sua mulher Bernarda Pinto Pereira, Neto

## BRASÃO E CARTA DE ARMAS DOS BRANDÕES

pella parte paterna de André da Sylva, e de sua mulher Maria Francisca, e pella materna, neto de Domingos Gomes Barandão, e de sua mulher Anna Pinto Pereira; Os quaes todos forão pessoas nobres e sempre se tratarão a ley da nobreza, com o estado a ella devido, e não so elle supplicante, como todos seus ascendentes são das principais pessoas, e famillias daquella Villa e Comarca, e servirão os cargos honrozos da Republica, sem que nelles ouveça raça de Judeo, Mouro ou Mullato, nem de outra infecta nação e que nunca seus ascendentes servirão cargos humildes, e sempre viverão a ley da nobreza, como pessoas nobres que erão, e que de direito as suas lhe pertencem; As quaes lhe mandei dar em esta minha carta com seu Brazão, Elmo, e Timbre, como aqui são devizadas e iluminadas, asim como fiel e verdadeiramente se acharão devizadas, e iluminadas, em os livros dos registos do dito Portugal Rey dar-mas, A saber:



*Brasão de Armas dos Brandões*

Hum escudo esquartelado, no primeiro quartel as armas dos Sylvas, em campo de prata hum leão vermelho rompente, no segund) as dos Barandões, em campo azul sinco barandões de ouro asezos postos em sautor, no terceiro as dos Pintos, em campo de prata sicoestre, digo sinco crescentes de lua vermelhas postas em sautor, no quarto as dos Pereiras, em campo vermelho huma Cruz de prata floreçada e vazia do campo. Elmo de prata aberto guarnecido de ouro. Paquife dos metais e cores das armas. Timbre hum leão vermelho rompente e por differença huma brica verde com um trifolio de ouro ===

O qual escudos, armas e sinaes, posa trazer e traga o dito Bacharel Francisco Pinto Barandão, asim como as trouçerão e dellas uzarão seus antecessores, em todos os lugares de honra, em que os ditos seus antecessores, e os nobres antigos fidalgos sempre as costumavão trazer, em tempo dos muy esclarecidos Reys meus antecessores e com ellas posa

## ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

entrar em batalhas, campos rectos, escaramuças e exercitar com ellas todos os outros actos licitos da guerra, e da paz, e assim as posa trazer em seus firmaes, aneis, senetes, e devizas, e as por em suas cazas e idifícios e deixal las sobre sua propria sepultura, e finalmente se servir, honrar, gozar, e aproveitar dellas em todo e por todo, como a sua nobreza convem.=====

Com o que quero. e me pras, que haia elle e todos seus descendentes, todas as honras, previllegios liberdades, graças, e merções, inzenções e franquezas, que hão e devem haver os fidalgos nobres, e de antiga linhagem, e como sempre de todo uzarão e gozarão seus antecessores. - Porem mando a todos meus Corregedores, e Dezembargadores, Juizes Justicias, Alcaydes, e em especial a os meus Reys darmas, Arautos e Passauantes, e quacquer outros officiaes e pessoas a que esta minha carta for mostrada, e o conhecimento della pertencer, que em todo lho cumprão, e guardem, e fação cumprir e guardar, sem duvida, nem embargo algum que em ella lhe seia posto, por que assim he minha merçe.

EL REY noso senhor o mandou por Manoel Pereira da Sylva seu Rey darmas Portugal=====

Frey Joseph da Crus da ordem de são Paulo Refformador do Cartorio da nobreza do Reyno, por especial Provizão do dito senhor a fes, em Lisboa Occidental aos des dias do mes de Junho do anno do nascimento de noso senhor Jesu Christo de mil e sete centos e trinta e sinco, e vai sobscrita por Antonio Francisco e Souza escrivão da escrivão da da nobreza nestes Reynos e senhorios de Portugal e suas Conquistas.

Eu Antonio Francisco e Sousa sobscrevi

- - - - - *Rey darmas P. al.*

Fica registado este Brazão no Livro 8.º do Registo dos Brazões da nobreza de Portugal a folhas 193 -Lisboa Occidental aos 30 dias do mes de junho do anno do nascimento de noso senhor Jesu Christo de mil e sete centos e trinta e sinco.

(a) Antonio Francisco Sousa



## TALÁBRIGA

**S**ABEMOS pelos antigos geógrafos que existiu perto do rio Vouga uma cidade com o nome de *Talabriga*. O texto mais explícito é o de PLÍNIO:

«A Durio Lusitania incipit: Turduli veteres, Paesuri: flumen Vacca. Oppidum Talabrica. Oppidum, et flumen Aeminium» (Cuius PRIMI secundi *Historiae Naturalis libri XXXVII*, liv. 4.<sup>o</sup>, XXV, ed. de João Harduino, Paris, 1723).

O *Itinerarium* chamado de ANTONINO menciona *Talábriga* na via militar de Lisboa a Braga, à distância de 40 milhas de **Eminio e 18 de Langóbriga**.

Com estes elementos tiveram de se contentar quantos até hoje tentaram resolver o problema da localização dessa velha cidade. Salientemos para a devida homenagem o falecido investigador Dr. FELIX ALVES PEREIRA e o seu consciencioso trabalho *Situação conjectural de Talábriga* (Lisboa, Imprensa Nacional, 1907).

¿E que saberemos nós da história dessa cidade? Talvez nada. Vejamos, no entanto, o famoso capítulo de APIANO ALEXANDRINO que todos têm referido à *Talabriga* do Vouga. Para melhor entendimento, convém começar no capítulo anterior:

«LXXII. Deinde trajecto Durio flumine, multa loca bello longe lateque pervagatus, ab omnibus, qui in deditionem veniebant, magno numero obsidum accepto, ad Oblionis, qui dicitur, fluvium perrexit Brutus, eumque Romanorum primus superavit. Inde ad Nimin [Nebin? an Minium?] aliud flumen progressus, quam commecatus, qui ei subvehebatur, esset a Bracaris direptus, adversus Bracaros duxit. Et haec gens bellicosissima est, et hi quoque mulieres armatas secum in pugnam ducebant; et adeo fortiter pugnabant omnes, ut praesentem mortem potius occumberent, quam aut terga verteret quisquam, aut vocem ullam indignam emitteret.

## ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Quin etiam ex mulieribus, quae interceptae reducebantur, aliae sibi manus afferebant, aliae suosmet ipsae liberos jugulabant, mortemque servitio potiore censebant. Oppida tamen aliquot in Bruti potestatem deditione venerunt: quae quidem non multo post rursus desciscencia, ab eodem de integro sunt perdomita.

LXXIII. Inter alia Talabriga oppidum fuit, quae, saepius rebellarat. Eo veniens Brutus, supplicantes oppidanos, et sese ejus arbitrio permittentes, primum transfugas Romanorum et captivos armaque omnia, adhaec obsides, tradere jussit: deinde, ut cum uxoribus ac liberis urbe migrarent, imperavit. Quod et ipsum ubi facere sustinuerunt, circumfusus copiis eos includens, orationem habuit, qua quoties delecissent, quoties quanto conatu bellum renovassent, edisseruit. Ita metu illis injecto, atque opinione, quasi gravius in eos animadversurus esset, tamen intra objurgationes istas iram terminavit. Equis et commeatu et pecuniis publicis, cum reliquo publico apparatu, ademptis, oppidum illis praeter spem, habitandum reddidit. Post tantas res gestas Brutus Romam rediit». (APPIANI ALEXANDRINI *Romanarum Historiarum quae supersunt graece et latine cum indicibus*; Parisiis, Editore Ambrosio Firmin Didot, MDCCCLX; liv. VI, De Rebus Hispaniensibus).

APIANO fala das guerrilhas que se formaram na Lusitânia depois da morte de Viriato e conta como Roma enviou contra elas o cônsul Décimo Júnio Bruto. Descritas as campanhas da Lusitânia, entre o Tejo e o Douro (cap. 71), narra o que se passou ao norte deste rio:

«72. Depois, atravessado o rio Douro, tendo passeado as suas armas por muitos lugares distantes e recebido grande número de reféns de todos os que se rendiam, Bruto encaminhou-se para o rio chamado do Esquecimento <sup>(1)</sup> e foi o primeiro dos Romanos o transpô-lo. Avançando dali para outro rio, o Minho <sup>(2)</sup>, como os Brácaros lhe roubassem os mantimentos que consigo transportava, marchou contra os Brácaros. São estes um povo belicosíssimo, e até levavam consigo a combater mulheres armadas; e todos lutavam com tal intrepidez, que preferiam arrostar a morte a volver costas ou soltar um grito de covardia. Mais ainda: algumas das mulheres que eram apanhadas matavam-se por suas mãos, outras assassinavam os próprios filhos e julgavam preferível a morte à servidão. Alguns ópidos vieram, todavia, a submeter-se ao poder de Bruto e, embora se

(1) *Léthén* no texto grego ao qual se trata-se do rio Letha.

(2) *Nimios* no texto grego; os críticos propõem a emenda para *Minion*.

## TALÁBRIGA

rebelassem pouco depois, foram por ele inteiramente dominados.

73. Foi o ópido de Talábriga um dos que mais vezes se rebelaram. Vindo lá, como os habitantes lhe implorassem clemência e oferecessem submissão, Bruto começou por mandar que lhe entregassem, além dos reféns, os Romanos trânsfugas, os cativos e tôdas as armas: depois ordenou que saíssem da cidade com as mulheres e os filhos. Apenas eles se dispuseram a cumprir essa ordem, cercou-os de tropas e dirigiu-lhes um discurso em que os advertiu de que as suas rebeliões só poderiam reacender a guerra e cada vez mais violenta. Tendo-lhes assim incutido temor e a idea de mais séria revindita, descarregou no entanto a sua ira nestas objurgatórias. Tirou-lhes os cavalos, os mantimentos, os dinheiros públicos e os restantes apetrechos, mas deixou-lhes para moradia o ópido com que já não contavam. Depois de tantos feitos, Bruto regressou a Roma».

«Quando li este trecho de APIANO—diz F. ALVES PEREIRA—confesso que senti amargura por não podermos ainda ir conversar na região do Vouga com as ruínas da cidade onde estes sucessos cruéis se desfiaram, e segredar às cinzas daquêle abrasado patriotismo que o mesmo sentimento, que chamejou nesses lusitanos insofridos, ainda se não arrefentara com o soprar sôbre elas de vinte vezes cem invernos, e em mais de um dia, já da nossa existência nacional, êle se tem ateado em protestos bem tímidos de calor».

Sob o aspecto patriótico, tanto importa que tais factos occorressem na região do Lima como na do Vouga. Parece, todavia, um pouco estranho que o erudito investigador se lembrasse de consultar APIANO a propósito de uma ara encontrada na região do Lima e não visse que o texto do historiador o encaminhava igualmente para lá.

«Num dos primeiros anos do século actual appareceu na igreja de Estorãos, concelho de Ponte do Lima, ao fazerem-se obras no altar-mor, uma ara granítica [...] cuja inscrição diz: *Camila, Arqui f (ilia), Talabrigensis, Génio Tiavranceaico* (vel *Tiaurauccaico*) *r (otum) s (oluit) l (ibens) m (erito)*, em português: «Camala, filha de Arquio, de Talabriga, cumpriu de boa vontade e com razão o voto que havia feito ao Genio Tiavranceaico (vel *Tiaurauceaico*)» <sup>(1)</sup>.

<sup>(1)</sup> J. LEITE DE VASCONCELOS, *Religiões da Lusitânia*, III, 199.

## ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Bastava o texto de APIANO para concluirmos que a sua *Talábriga* era um ópido dos Brácaros. O capítulo 73 é uma continuação do anterior, cuja acção decorre no Alto Minho. Se nessa região aparece a reliquia arqueologica da piedade de uma *talabrigense*, mais um motivo para não procurarmos em outra parte essa *Talabriga*; não era, alias, muito natural, que nesses tempos se expatriasse para as margens do Lima uma familia pertencente a um ópido do Vouga.

Temos, pois, em meu entender, duas *Talábrigas*: a de PLINIO e do *Itinerarium*, na região do Vouga; a de APIANO e da ara, na região do Lima.

P.<sup>o</sup> MIGUEL A. DE OLIVEIRA

# DOAÇÕES, PRIVILÉGIOS E CONFIRMAÇÕES RÉGIAS DO MOSTEIRO DE AROUCA

**O** MOSTEIRO de Arouca, sobretudo se o considerarmos desde a reforma cisterciense de D. Mafalda, representa na investigação documental do Distrito de Aveiro uma copiosa e inexplorada fonte.

Instituto que estabeleceu no 1.º quartel do século XIII aquela segunda fase da sua organização, o Convento atraiu à sua *fazenda*, pelos tempos adiante, avultado número de doações; circunstâncias várias para isso concorreram, não sendo das menos ponderosas a protecção régia de que sempre gozou; recordemos também que o nome da santa filha de D. Sancho I e D. Dulce, figura primordial na história do Mosteiro, se conservou permanentemente no fervor e devoção dos povos; ainda hoje a sua memória é venerada com sinceridade e as gentes de muitas léguas em redor a invocam, em rogativa de sobrenatural auxilio e amparo para seu desvalimento.

Compreende-se pois que no cartório da casa se fôsem acumulando documentos e que estes forneçam hoje ao historiador da região pormenores preciosos para esquecidas identificações topograficas, para o conhecimento da vida social, e para essas mil particularidades de passadas eras que constituem o grande encanto da História.

De harmonia com a orgânica dos arquivos monásticos do nosso país, a-par-dos documentos originaes foram-se organizando cartulários onde eles se transcreveram e agruparam; varias foram as tombações do Mosteiro, concorrendo para elas tanto o o desenvolvimento da *fazenda* conventual como a dificuldade crescente na leitura dos vèlhos diplomas, que iam sendo sucessivamente abandonados, ficando a valer por elles as transcrições modernas, mais comprehensíveis dos cartorarios e de mais cômodo manuseio.

Como aconteceu em todos os organismos congêneres, grande numero dessas preciosidades diplomaticas se deve ter extra-

## ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

viado no decurso dos séculos; alguma coisa, ainda assim, se conservava à data da extinção das Congregações religiosas, em 1834.

Não se conhecem grandes referências ao cartório de Arouca; supomos até que o grande Mestre da Diplomática portuguesa, JOÃO PEDRO RIBEIRO, só muito tarde o terá visitado; pelo menos, não o inclui na lista de arquivos que apresenta nas suas *Observações históricas e críticas para servir de memorias ao systema da diplomatica portugusa*, e nem os seus dois últimos biógrafos—o Sr. Dr. ANTÓNIO BALÃO<sup>(1)</sup> e o Rev. Dr. ANTÓNIO FERREIRA PINHO<sup>(2)</sup>, que relacionaram os cartórios por ele visitados, mencionam Arouca.

O acesso ao vale de Arouca, encerrado no fundo de montanhas, era pouco convidativo; talvez essa razão, de grande peso na época, houvesse afastado JOÃO PEDRO RIBEIRO durante muito tempo. Se não fôra, mesmo, a citação e a cópia dos documentos N.º 5, N.º 7 e N.º 25 da gaveta 3, que se encontra nos códices N.º 636 e 705 da Biblioteca da Universidade de Coimbra, em condições que fazem supor o conhecimento directo desses diplomas por parte de JOÃO PEDRO RIBEIRO, bem como um outro documento de Arouca, sem cota, da era de 989 (7 dos Idos de Setembro), no códice 639, diríamos com segurança que ele não visitara o Mosteiro.

Assim, se o fêz, terá sido em data posterior a 1798, ano da publicação das *Observações*. De toda a maneira fica sem explicação a falta de referências ao *Livro de D. Maior Martins* e a documentos dos séculos IX e X que no cartório existiam e que recolheram à Torre do Tombo em 1858.

Conheceu o cartório ALEXANDRE HERCULANO, que visitou o Mosteiro desde 21 a 23 de Julho de 1854; nos seus *apontamentos de viagem*, tão lacónicos que muitas vezes uma única palavra assinala a sua passagem por determinada localidade, HERCULANO não esconde a admiração que a Natureza circundante lhe inspirou e que o fêz inscrever nos seus cadernos todas as seguintes linhas:

«Tornea-se o monte e começa a decida para o Valle de Arouca. A encosta e o valle igualam em belleza a Cintra, e excedem-na na vastidão; a estrada segue por uma legoa debaixo de arvoredos cerrados ou de pequenos campos orlados de arvores e videiras e ouvindo-se a espaços o cair das levadas que atravessam o caminho ou o ladeam. Chegada ao mosteiro depois de anoitecer»... (pág. 284 e 285 da ed. de 1934).

---

(1) *A Infância da Academia (1788-1794)—visita aos arquivos do Reino...* Lisboa, 1934.

(2) *João Pedro Ribeiro, professor e cônego doutoral*; Lisboa, 1938.

## DOAÇÕES DO MOSTEIRO DE AROUCA

O interior do Mosteiro mereceu-lhe igualmente anotações; mas já do cartório apenas diz: «Exame do archivo», e as impressões recolhidas têm de ser avaliadas pelo que três anos depois se passou, ou seja em 1857.

A Portaria de 11 de Setembro, expedida ao Bispo de Lamego, mandava entregar quantos documentos os emissários da Academia das Ciências escolhessem; era a consequência da visita de HERCULANO.

De Arouca foram então arrebanhados para Lisboa 664 preciosos pergaminhos, abrangendo o periodo que vai da Era de 921 (A. D. 883) até à de 1317 (A. D. 1279); entre esses pergaminhos iam 39 Bulas originaes, o «testamento de D. Mafalda encadernado em marroquim, metido n'uma bolça de seda», e o processo da «Demanda entre D. Affonso 3.<sup>o</sup> e o Mosteiro d'Arouca—Rolo de 20 varas e meio palmo».

Acompanhando os 664 pergaminhos, um magnifico cartulário mandado escrever pela Abadessa D. Maior Martins, de 87 fôlhas de pergaminho.

O P.<sup>o</sup> António Cardoso Pinto organizou minuciosa relação de tudo, em duplicado, indicando a data e a cota de cada documento; o emissário de HERCULANO, AUGUSTO SOROMENHO, passou recibo e abalou com tudo, caminho de Lisboa.

Possuo o duplicado dessa relação e dêle copio o recibo de SOROMENHO, autógrafo:

«Da Ex.<sup>ma</sup> Snr.<sup>a</sup> D. Liberata Emilia de Meneses Athaide e Vasconcellos, D. Abbadessa do Real Mosteiro d'Arouca:

Recebi os documentos constantes da Relação retro, exceptuando o doc. N.<sup>o</sup> 6, do Maço 9, da Gaveta 3.<sup>a</sup>; o doc. N.<sup>o</sup> 10 do Maço 3.<sup>o</sup> da Gav. 4.<sup>a</sup>; o doc. N.<sup>o</sup> 31, do Maço 2.<sup>o</sup> da Gav. 5.<sup>a</sup>; o doc. N.<sup>o</sup> 8, do maço 7.<sup>o</sup> da Gav. 5.<sup>a</sup>; o doc. N.<sup>o</sup> 9, do Maço 9.<sup>o</sup> da Gaveta 5.<sup>a</sup>; e o doc. N.<sup>o</sup> 27 do Maço 5.<sup>o</sup> da Gav. 7.<sup>a</sup>, que não appareceram no Cartorio.

Mosteiro d'Arouca, 1.<sup>o</sup> de Maio de 1858.

Augusto Soromenho

Commissario da Academia Real das Sciencias de Lisboa.»

Começou então a dispersão do cartório, escolhendo os chamados Próprios Nacionais tudo o que podia servir para justificar a cobrança de foros e para a administração dos bens de que o Estado se apropriou, desinteressando-se do restante; as Repartições publicas começaram também a cobiçar parte do Mosteiro, e pelas mercearias da vila foram aparecendo documentos do cartório para embrulhos ao balcão.

## ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

O Decreto de 10 de Maio de 1858 collocara Juiz de Direito na comarca de Arouca o Dr. António José da Rocha, que aí prestou serviço até 4 de Outubro dêsse mesmo ano.

Na sua saída da vila aquêlê magistrado trazia consigo uma caixa com cerca de duas arrôbas de documentos que salvara de destruição iminente e encontrara já a gasto nas lojas; eram, quasi todos, cadernos de cópias, feitas no século XVIII e no immediato para novas tombações, que não chegaram a ser encadernados em cartulários.

Lacunas que por vezes há de caderno para caderno revelam bem a desordem em que tais documentos foram salvos.

Com êsses cadernos vinha também o inventário acima referido, assinado pelo agente de HERCULANO. Desconhecemos se na Torre do Tombo existe relação idêntica, que deve ter acompanhado os pergaminhos; é documento que merece publicação integral.

O Dr. António José da Rocha recolheu a caixa à sua casa de família, em Ilhavo, correu a sua odisseia de magistrado pelo Pais fora, e quando em 1883 se fixou em Lisboa, Juiz do Supremo Tribunal de Justiça, era tarde para aproveitar em estudos históricos os papéis do Mosteiro de Arouca que recolhera em 1858.

A morte dêle, o seu sobrinho e herdeiro, Dr. Manuel Maria da Rocha Madahil, manteve no mesmo canto do sótão, intacta, a caixa que viera de Arouca. Em 1929 coube-me em herança a carunchosa caixa de *papéis do Tio Antonio*, como na casa era conhecida; limpos e sacudidos — havia farta razão para isso! — agrupei-os procurando seria-los e entendê-los, aguardando ocasião oportuna para os publicar.

Aparecem agora os primeiros dêsses magníficos documentos; consistem eles no traslado duma certidão passada na Torre do Tombo em 20 de Agôsto de 1683, que abrange quatro antigas doações, importantissimas, de D. Alonso III; o cartorário em 1822, Fr. Francisco de Paula, precisou duma pública-forma da certidão, e encarregou o notario da vila, que era Anselmo Soares Moreira, de lha passar. Está datada de 21 de Junho e custou 985 reis.

Os originaes destas doações estarão, possivelmente, em Lisboa, para onde se fizeram outras encorporações além da de SOROMINHO: 222 livros, 9 maços e 65 sacos com pergaminhos foram levados para a Biblioteca Nacional, daí transitando para o Arquivo Nacional da Torre do Tombo em 1912<sup>(1)</sup>.

A quem o paradeiro do cartorio de Arouca possa interessar, indicamos ainda que em 1937, no desempenho de missão

(1) A MESQUITA DE FIGUEIREDO, *Arquivo Nacional da Torre do Tombo Roteiro prático*; Lisboa, 1922, pág. 57.



## DOAÇÕES DO MOSTEIRO DE AROUCA

oficial, tomámos nota da existência de bastantes códices de lá no Arquivo da Direcção de Finanças, em Aveiro.

Convinha, evidentemente, reunir tudo num Arquivo distrital, e utilizar depois esse material esplêndido para o conhecimento da região.

Veja o leitor como é interessante o teor do nosso traslado e que grande número de elementos elle fornece.

### PUBLICA FORMA

**D**om Pedro por Graça de Deos Principe de Portugal, e dos Algarves d'aquem e dalem mar, em Africa, e de Guiné e da Conquista navegação, Commercio da Ethiopia, Arabia, Percia, e da India &c.º Como Regente, e Governador dos ditos Reinos, e Senhorios; Faço saber que por parte da Abadessa do Mosteiro de Arouca, foi appresentada ao Guarda mór da Torre do Tombo huma Provição feita em meu nome, e passada pela Chancellaria nas Costas de huma sua Petição de que o traslado hé o seguinte

§ Diz a Madre Abbadessa do Mosteiro de Arouca, da ordem de sam Bernardo; que a ella lhe hé necessaria huma Certidão da Torre do Tombo com o theor de todas as Doações, Privilegios, e Confirmações, que se lhe fizeram pelos Senhores Reys deste Reino ao dito Convento. Pede a Vossa Alteza lhe faça mercê mandar que o Guarda mor da Torre do Tombo lhe passe a dita Certidão. E receberá Mercê.

Dom Pedro por Graça de Deos, Principe de Portugal, e dos Algarves, d'aquem e dalem mar em Africa, e de Guiné. Como Regente, e Governador dos ditos Reinos e Senhorios. Mando a vós Guarda Mor da Torre do Tombo, que deis á Madre Abbadessa do Convento de Arouca os treslados dos papeis de que na Sua Petição atraz escrita faz menção, o qual traslado Se lhe dara na forma da Provição passada para Se darem Semelhantes treslados. E pagou de novos direitos trinta reis que se carregaram ao Thezoureiro delles a folhas sete do Livro de Sua Receita.

O Principe Nosso Senhor a mandou pelos Doutores João Lampria de Vargas, e Lançarote Leitaõ de Noronha, ambos do Seu Concelho e Seus Dezembargadores do Paço. Thomaz da Silva a fez em Lisboa a seis de Julho de mil seiscentos e oitenta e tres. Pagou sessenta reis. João da Costa Travaços a fez escrever. E em cumprimento da dita Provição se buscareão os Livros da Torre do Tombo, e no Livro Primeiro do Registo das Mercês, e Doações d'El Rei Dom Affonso o Terceiro, Conde de Boleña a folhas dezasseis, esta o Registo da Carta do theor seguinte

§ In nomine Domini nostri Jesu christi, Notum sit omnibus presentibus et futuris quod cum inter nobilem virum Donum Rodericum froias et uxorem suam Donniam chamoaam Gomeçij ex una parte, et Majorem Martini Abbatissam et Conventum Monasterij de Arouca Cisterciensis ordinis ac diocesis Lamecensis ex altere super tota hereditate quæ in Regno Portugalia fuit quondam Donni Suerij Petri dicti Carnes in curia illustrissimi Donum Alfonsis Dei gratia Regis Portugalie et comitis Bolenia Coram eodem Rege quesitio vertentur: tandem in ipsa curia per ipsum Regem adjudicata fuit tota ipsa hereditas, quantum ad possessionem et proprietatem Supradictis Abbatissæ et Conventui de Arouca; postquam Sententiam per dictum Regem et ejus curiam promulgatam Supradictus Donnus Rodericus Froias, et uxor sua Donna Chamoia de manu Abbatissæ et conventus Monasterij Supradicti; receperunt Supradictam hereditatem toto suæ vite tempore possidendam; excepta tota illa hereditate quæ est in extrematura quam tunc sibi retinuerunt, et

## ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

retinent Abbatisa et conventus Superius sæpe dicti et Supradicti Donnus Rodericus, et uxor Sua recognoverunt dominium Seu proprietatem, et possessionem ejusdem hæreditatis ad idem de Arauca Monasterium pertinere, renuntiantes omnibus Cartis Si quas habent, et juribus et actionibus Si quæ sibi super eadem hæreditate de jure Competunt vel de facto excepto quod in sua tantum vita, illam partem ejusdem hæreditatis possident ut superius est expressu: promittentes insuper bona fide quod ipse mortem ipsorum scilicet ejus qui ex eis ambobus ultimo decesserit totam ipsam hæreditatem eidem Monasterio de Arauca, Sine aliquo herede, et Sine aliqua Contrahitione facienda ab aliquo qui bona ipsorum, vel partem bonorum alterius eorum habuerint liberè et in pace Limittant ut autem hæc omnia firma, et immutata permanent supradictæ partes sub pena mille aureorum a parte non obtemperante parti obtemperanti solvenda servare omnia et singula supradicta, et nunquam occasione aliqua contraveniente bona fide Sibi in vicem promiserunt quia soluta penna. Hæc omnia et singula in suo sint Semper robore duratura, et de hoc partes fecerunt fieri tres Cartas per alphabetum divisas Sigillorum Supradicti Domini Alfonsi Regis Portugalie et Comitissæ Bolonie ejus auctoritate hoc actum fuit et supradictorum Domini Roderici Frogas et uxoris Suae Domnae Chamoæ et Supradictæ Abbatisæ ejus approbante Conventu cum Sigillum proprium non habeatur, et Domni Sancti Abbatissæ de Salzeda, qui omnibus supradictis interfuit minimine roboratis quarum Cartarum media debet in Monasterio fratrum prelatorum Columbriensis in testimonium reservari et aliarum singulæ penes partes. Ad hoc partes insuper addiderunt quod si aliquo tempore inter eas Super iis quæ acta sunt aliqua dubietas oriverit et aliqua ipsarum parti cum Carta Sua amitterit Seu dolo vel modo alio occultaretur per cartam per aliam partem exhibitam et per illam quæ in Monasterio reservatur tota dubietas Sapiatur. Hæc acta sunt in Civitate Colimbriensi nono Calendas Junij Era millesima ducentesima Sexagesima quarta presentibus supradicto Domino Altonço Rege Portugalie comites Bolonie, Dono G. Garcia Alferes, Dono G. Martini maiordomo, Donno J. Joannis cancellario — Donno Joanne de Avoino — Donno M. Suerit de Merloo — Donno Joanne Sueris Conelio — et Donno Egea Laurenti supradicto — Regis Consiliaris et privatis: Item Donno Fernando Egilis de Galecia Roderico Petri de Spino Superjudice, et Petro Martini de Moozelos, et Magistro V. Decano Portugalensi, et multis aliis clericis et Laices.

E assim mais no dito Livro a folhas vinte e hua verso esta o Registo da Carta do theor seguinte

§ In christi nomine et ejus gratia. Quoniam consuetudine quæ pro lege suscipitur et legis auctoritate didiscimus quod acta Regum et Principum Scripto comendari debeant ut Comendata ab hominum memoria non decendant et omnibus præterita præsentialiter consistant scierco Ego Alfonsus Dei gratia Rex Portugalie et Comes Belonie una Cum uxore mea Regina Dona Beatrice illustris Regis Castellæ et legionis filia motus spiratione Divina pro remedio animæ meæ et parentum meorum, do et concedo vobis Dona Majori Martini Abbatisæ et Conventui Monasterio de Arauca Cisterciensis ordinis et omnibus Successoribus vestris in ipso Monasterio commorantibus, totam meam terram de Arauca Cum omnibus meis Regalibus, et cum omnibus terris cultis et incultis et cum omni jure quod ego ibi habeo et hominibus ibidem commorantibus et omnia jura regalia quæ ego ibi habeo et de jure habere debeo in tota ipsa terra de Arauca cum omnibus terminis suis novis et antiquis et Cum omnibus pertinentiis suis, et cum omnibus ingressibus, et egressibus suis et cum montibus fontibus pascuis et aquis et Cauto prefato Monasterio de Arauca prefatum hæreditamentum de terra d'Arauca cum quanto ego ibi habeo et de jure habere debeo per terminos et Loca inferius assignata per quæ loca Sanctæ Mariæ cum terminis de Arauca videlicet per manoam de Dseuriscata et deinde vadit ad manoam de Vale capre et sedit ibi una crux in quadam petra facta et est petra nativa et deinde vadit ad Spicam quæ vocatur

## DOAÇÕES DO MOSTEIRO DE AROUCA

Lomba magna in ipso loco est unus patronus inter Soutello et Pouzafoles, et deinde quomodo vadit per spicam montis usque ad fluvium d'Arda et dividit cum Fernedo per venam ipsius fluvii usque ad focem de Folgoso, et deinde dividit cum Pavia de ipsa foce de Folgoso quomodo vadit ad quatum quod vocatur de Gonçalvo Pelagii et ibi sedet unus Patronus, et ipso patrono vadit ad caput de Ruida et est ibi in ipso loco positus unus Patronus et de ipso loco vadit ad Saxum quod vocatur de Abellis et per ipsum Locum vadit ad stradam et deinde vadit ad portelam de Cerquedello et Monsom et est ibi positus unus Patronus et per hic dividitur Arouca cum Sancto Martino de spinea et deinde vadit per spicam montis usque ad quatum de Graeiros et demersit parum et est ibi positus unus Patronus et per ipsum locum dividuntur termini de Paiva et de Alvarenga, et de Arouca, et mando et Concedo quod termini de Arouca dividantur cum terminis de Alvarenga per ubi de jure debent dividi, et deinde usque ad terram de Alafocens dividuntur termini de Arouca quomodo vadit de Bouga de Guidino ad focem de Avitureira que vocatur de mancipis et exit foris de ipso rivo et vadit directe ad quatum de nabo et de ipso loco vadit ad monte n magnum qui vocatur de nabo qui est inter candahal et cabreiros et d'ingrit ad portelam de Saxo terra de Alafocens et est ibi positus unus Patronus et deinde quomodo vadit per spicam ipsius montis ad Campum planum de Cauto, et deinde quomodo vadit ad illum Locum qui vocatur Aguzadeiro et deinde quomodo vadit ad portelam de Antha, et est ibi positus unus Patronus, et inter ipsum Patronum et pedram de Antha vadit strada et deinde vadit ad caput quod vocatur do Seixal, et de ipso loco vadit ad caput de Geestos e Covo, et sic dividit cum termino de Cambra et exit de ipso Geestoso Covo et vadit ad Lazarias et deinde ad quatum de graleiro et deinde ad quatum de monte calvo et deinde ad petram de Couto prope villam de Castmoira, et sedet ibi in una petra nativa una crux et deinde vadit ad rivum de Cahamã ad portam qui vocatur de aruas, et deinde exit et vadit ad selalam de Cortinas, et sedet ibi unus Patronus et vadit inter ambos borrallaes et sedet ibi unus Patronus et deinde vadit ad molinum de Cabanellas et deinde vadit ad portelam de Chave et sedet ibi unus Patronus et deinde vadit ad manioam de caeuriscada ubi prius incepi. Do inquam vobis prefatis Abbatissae et Conventui praefati Monasterii de Arouca et omnibus Successoribus vestris praefatum haereditamentum et praefatum Cautum per supradictas divisiones sicut superius est expressum quod habeatis illos duos et omnes Successores vestri Deo servientes. In praefato Monasterio liberum quitum et abrasum ab omni jure regali et ab hac die aufero illud a meo Dominio, et in vestrum Dominium et in vestram potestatem illud traedo jure haereditario in perpetuum possidendum, et hoc facio pro remedio anime meae et parentum meorum, et ut semper sinus particeps in bonis et in orationibus quas Domino feceritis in praefato Monasterio: Siquis autem tam de meis propinquis, quam de Extraneis qui hanc donationem meam et Cautum infringere attemptaverit vel in aliquo diminuerit voluerit non Sit ei licitum Sed pro sola temptatione iram Dei omnipotentis, et beata virginis Mariae, et omnium Sanctorum incurrat, et maledictione meam et omnium progenitorum meorum habeat in aeternam et in super peccet nobis Sex mille solidos et Domino terrae vel qui vestram vocem dederitis aliud tantum, Carta ista Donationes et Cauti nihilominus in suo robore in perpetuum valitura. Facta Carta Donationes et Cauti apud Colimbrum vigesima die octobris, Rege mandante, era miliesima ducentesima Sexagesima quinta. Dominus Gonsalvus Garcia Signifer Curiae. Dominus Egidius Martini, Majordomus Curiae. Dominus Martinus Aliosi, tenens, terram sancte Mariae. Dominus Altonsis Lupi tenens terram de Souza. Dominus Dulcias Lupi tenens terram de Sexco. Dominus Andreas Fernandi tenens ripam muni. Marinus Egidii tenens tras Serram. Gonsalvus Menendi tenens Panotas, Confirmant. Dominus Martinus Archiepiscopus Bracarensis. Dominus Arias Episcopus olixotensis. Dominus Egidius Episcopus Colimbriensis. Dominus Julianus Episcopus Portugalensis. Dominus Martinus Episcopus Elborensis. Dominus Rodericus Episcopus Egitanensis. Dominus Matheus electus Vicensis. Dominus Egidius Episcopus Lamecensis—Confirmant Dominus Joanes de Avoujño

## ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

—Menendus Suarii de Merloo — Joannes Suarii Conelino—Menendus Michaelis tenens Locum supradictis Lupus Roderici vice majordomus. Joannes Fernandi vice cancellarius — Dominus Stephanus Joannis cancellarius Curiae — Dominicus Petri notarius Curiae notavit.—

E no mesmo Livro a folhas vinte e duas, está o Registo de outra Carta do theor seguinte

§ In chrisu nomine, et ejus gratia quoniam Labilis est hominum memoria et rerum turbæ non sufficit inventum fuit scripturæ remedium ut facta mortalium firma fierent et ad posteros eorum testimonio servarentur. Idcirco Ego Alfonso Dei Gratia Rex Portugaliz, et comes Bolognæ una cum uxore mea Regina Dona Beatrice illustris Regis Castellæ et legionis filia divino zelo succensus pro remedio animæ meæ et parentum meorum do et concedo vobis Dona Maior Martini, Abbatisæ, et conventui Monasterii de Arouca Cisterciensis ordinis, et omnibus Successoribus vestris in ipso Monasterio Deo Servientibus Villas meas de Antoana et de Avanca cum omnibus Regalenguis meis et cum omnibus terris cultis et incultis cum omnibus terminis novis, et antiquis et cum omnibus ingressibus et egressibus suis et cum omnibus montibus fontibus pascuis et aquis et cum piscariis, et Cum omnibus pertinensibus suis et cum omnibus juribus quæ ego habeo in predictis Villis et in hominibus ibidem Commorantibus et de jure habere debeo et cauto prefato Monasterio de Arouca prefatas Villas de Antoana, et de Avanca cum quanto ibi habeo et de jure habere debeo per loca, et terminos inferius nominates per quæ loca et terminos præcipi erigere Patronus. In primo quomodo incipit inter Sanctum Martinum et Antoanam Juncaria quomodo intrat aqua de Juncaria in Antoana, et est ibi unus Patronus, et deinde quomodo vadit ad cimorum de Sancto Martino et est in ipso loco unus Patronus, et deinde quomodo vadit ad valles, et est ibi quidam marcus, et deinde quomodo vadit ad morrejrales, et est ibi unus Patronus, et deinde quomodo vadit ad Lacciras, et est ibi unus Patronus et deinde quomodo vadit ad Lombam de Lacciras, et deinde quomodo vadit mamam Coutadeiram et est ibi unus Patronus et deinde quomodo vadit ad mamam de fontano de lobos et deinde quomodo vadit ad petram de focce de Crastello et est ibi unus Patronus et deinde quomodo vadit per venam de rivo de Antoana et exiit de rivo ubi intrat aqua de Centeas, et deinde quomodo vadit ad eneruziladam de Mosteiroo et est ibi unus Patronus et in ipsa Villa de Centeas habens homines de Antoana hereditates de Lavoira et in termino de Antoana habens homines de Centeas hereditates de Lavoira quæ hereditates sunt divisa, et ego mando, et concedo quod de hereditatibus quæ sunt in termino de Antoana faciant de eis forum Abbatisæ, et conventui Monasterij de Arouca, et non alteri et de hereditatibus quæ sunt in termino de Centeas faciant mihi de eis forum vel illi qui ipsam terram de me retinuerit, et deinde quomodo vadit ad mamam inter Antoana, et inter Centeas, et inter Bidoido, et est ibi unus Patronus, et deinde quomodo vadit ad outerrum de Travega, et est ibi unus Patronus et deinde vadit ad marcum de Silvira et est ibi unus Patronus et deinde quomodo vadit ad cinam de Valle de Cane, et est ibi unus Patronus et deinde quomodo vadit ad stradam inter Avancam, et Degare, et est ibi unus Patronus et deinde quomodo vadit per valem de Cane ad portum de Mosteiroo et transit ipsum rivum et vadit ad outerrum de fontanella et est ibi unus Patronus et deinde quomodo vadit ad portum de fontanella, et vadit per venam et intrat in venam quæ vocatur de ovar, et de Villa de Sancto Martino de Sarlen debent dare annuatim de pane censuriado novem alqueiros de tritico, et novem Sesteiros de Cevada, et novem tranganos, et de Cabanellas unam teigam de tritico. Do igitur vobis prædictis Abbatissæ, et conventui de Arouca cunctisque Successoribus vestris ibidem Domino Servientibus prædictas Villas et Canto eas vobis per supradictas divisiones sicut superius est expressum quod habeatis eas liberas quitas et abrasas ab omni jure regali jure hereditario in perpetuum possidendas; et ab hac die in antea aufero eas a mea potestate, et a meo Dominio, et in vestrum Dominium et in vestram

## DOAÇÕES DO MOSTEIRO DE AROUCA

postestatem, eas traddo, et Concedo, et hoc facio vobis pro remedio animæ meæ, et parentum meorum et ut semper habeatis me in bonis, et orationibus in predicto Monasterio Deo feceritis specialiter præcommendatum. Quicumque igitur vobis, et omnibus vestris successoribus prædictam donationem et prædictum cautum integrè observaverit benedictionibus mei, et omnipotentis Dei repleatur Si quis eautem tam de meis propinquis quam de extraneis qui hanc donationes Cartam, et eauti infringere attentaverit vel in aliquo diminueri voluerit, non sit ei licitum sed pro sola temptatione iram Dei omnipotentis et Beate virginis Mariæ, et omnium Sanctorum incurrat, et maledictionem meam et omnium progenitorum meorum habeat in æternum, et insuper peccet vobis sex milo solidos, et Domino terræ vel eai vocem vestram dederitis aliad tantum Carta ista Donationes, et eauti nihilominus in suo robore in perpetuum duratura. Facta Carta Donationis et eauti apud Columbram octavo Calendis Novembris. Rege mandante, Era milesima ducentesima Sexagesima quinta. Dominus Gonçalvus Garcia Signifer, currie. Dominus Egidius Martini Maior Ionus Currie. Dominus Martinus Alphonsi tenens terram Sancte Murie. Dominus Alphonsus Lupi, tenens Saizam. Dominus Didacus Lupi, tenens Lamecam. Dominus Andreas Eernandi tenens Ripam Minii. Dominus Gonçalvus Ramires tenens Barganciam

Gonçalvus Menendi tenens Panoijis. Martinus Egidii tenens tras serram—Confirmante. Dominus Martinus Archiepiscopus Bracharensis. Dominus Arias Episcopus Vlisbonensis. Dominus Egeas Episcopus Colimbriensis. Dominus Juanius Episcopus Portugalensis. Dominus Rodericus Episcopus Egitanensis. Dominus Egeas Episcopus Lamecensis. Dominus Matheus Electus Visensis—Dominus Martinus Episcopus Elborensis Confirmant testes Dominus Joannes de Avoijio. Dominus Menendus Suarij de Merloo—Dominus Egeas Laurenti de Cuja—Joannes Sauris Conelius. Lupus Rodirice vice maijor domus. Menendus Michaelis vice superiudex. Joannes Fernandi vice chancellarius. testes. Dominus Stephanus Joannes, cancellarius, Curie. Dominicus Petri, Notarius Curie scripsit

Assim mais no mesmo Livro a folhas cento e vinte e oito verso, está Registada huma Carta de que outrosim o thior hé o seguinte  
 § Conquenda cousa seja a quantos esta Carta virem, que Como Contenda fosse antro ma nobre Dom Afonso pela Graça de Deos Rei de Portugal, e do Algarve da hama parte, e nos Moor Martins Abbadessa, e o Convento do Mosteiro de Arouca da outra Sabrelo Mosteiro de S. Salvador de Bouças, e o herdamento de Bouças, e de Villar de Sando eũ todas sãs pertenças de nossa boa vontade, e por perfeita do nosso Mosteiro veemos aa tal auença que El Rei nosso Senhor haja o Mosteiro e o herdamento de Bouças e de Villar de Sando eũ todas sãs pertenças, e Co todos seus Direitos, e renunciámos a Carta, ou as cartas, ou estromentos que forão dadas a Rainha Dona Mafalda sobrestes logares, e aquelles que endo nos avemos, em tal maneira que se em algum logar apparecessem nem nos nem as que vierem depós nos nom nos possamos dellas aadar, e seião cassadas, e nom valhão nimgalla, e renunciámos a toda acção e todo Direito e todo preito que havíamos, ou poderíamos haver sobre os davãditos logares, e prometemos a boa te por nos, e pelas que vierem despos nos nunca vir contra este feito por nenhuma maneira, e por nenhuma Carreira de Direito, e que sobre esto nunca pegamos belemo de Restituçom. Em testemunho desta Cousa damos ende a nosso Senhor El Rei a Carta que ende havemos da Doaçom e as Cartas da Conquaçom, do Papa, e esto fazemos pelos herdamentos d'Antoaã, e d'aveanca, e d'arouca, e pelo Padroado da Igreja de Sancta Ovaia de Arouca, as quaes Cousas nos El Rei deão, e Contou com todos seus Direitos e com todos seus terminos, e Com todas sas pertenças, e com quanto hi havia, e devia haver, e que esto nom venha em duvida nos davãdita Abbadessa Sellamos esta Carta de nosso sello em testemunho deste feito, e por que nós Convento davãdito do costume da nossa ordem sello nom havemos a postura do Sello da nossa Abbadessa, e esta Carta Louvamos, e outorgamos. Dada em Arouca

## ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

ca primeiro dia de Novembro, e na era de mil e duzentos Sessenta e Cinco annos

— E não diz mais nos Registos das ditas quatro cartas de que foi pedido o treslado por parte da Abbadessa do Mosteiro de Arouca, que lhe mandei dar em esta Com o Sello de minhas Armas, a que se dará tanta fé e credito como ao Registo do mesmo Livro, de que foi tirada, e Com elle Concertada. Dada em Lisboa a vinte de Agosto.

O Príncipe Nosso Senhor o mandou por Dom Antonio Alvares da Cunha, Seu Trinchante, Senhor de Taboa, e Ouguella, Deputado da Junta dos Trichitadores, Guarda Mór da Torre do Tombo, Francisco Ferreira de Almeida a fez. Anno de mil seiscentos oitenta e tres, e vai escrita em sete meias folhas de papel com esta — Pedro Semmedo Estaço a fez escrever — Dom Antonio Alvares da Cunha — Lugar do Sello —

E nam continha mais o dito documento, que aqui fiz passar em publica forma, e o tornei a entregar ao mesmo por quem me foi apresentado, em cujo poder a elle me reporto; em fé do que me assigno de meus Signaes publico, e razo, de que uso nesta Villa de Arouca, aos vinte e hum dias do mes de Junho, do anno de mil oito centos e vinte e dois annos. Eu Anselmo Suares Moreira que a sobrescreui e assignei em publico e razo

(sinal do notário)

R.<sup>co</sup> a. propria  
Fr. Fran.<sup>co</sup> de Paula  
Carttor.<sup>o</sup>

Em ffe e tt.<sup>o</sup> de verd.  
Anselmo Suares Mor.<sup>a</sup>

São particularmente notáveis os elementos toponimicos e as referências a monumentos prehistóricos contidas nos diplomas que publicamos em 2.<sup>o</sup> e 3.<sup>o</sup> lugares, abrangendo uma região vastissima que desce até Avanca e Antuã. A arqueologia do distrito muito convinha que algum investigador seguisse o percurso marcado nos documentos e desse conta do que ainda hoje é possível encontrar, volvidos sete séculos. Muitos problemas se esclareceriam, ate de interesse geral.

A doação de 20 de Abril de 1227 foi já publicada nos dois opúsculos seguintes: *Foraes e doações regias — Arouca e o Fisco* - *Estudo historico-juridico* por ADRIANO CARLOS VAZ PINTO, *Juiz de Direito addido*; Famalicão, Typographia Minerva, 1897; e *Fóros do extincto Convento d'Arouca — Razões justificativas da sua extinção, por um Foreiro*; Aveiro, Minerva Central, 1898.

São, porém, espécies tão raras que nem a Biblioteca Nacional de Lisboa os pôde incluir no seu catálogo de bibliografia local portuguesa organizado pelo Sr. Dr. MESQUITA DE FIGUEIREDO.

Possuo-os a ambos na minha biblioteca, justamente estimados.

Dos restantes documentos não conheço publicação.

A. G. DA ROCHA MADAHIL

# MIGALHAS PARA A HISTÓRIA

LEMBRANÇAS E ESQUECIMENTOS.—OS POVOS  
DA OLIVEIRINHA E DA GRANJA. ORIGENS;  
DERIVAÇÕES.

## I

MUITAS cousas que parecem de todo humildes, obscuras, insignificantes, podem, todavia, ter importância apreciável na vida: —a vida das grandes cidades, a vida dos povos, a vida famosa dos homens ilustres, tudo pode ter começado, começa quasi sempre por obscuros e humildes lineamentos. *Si vis esse magnus, a minimo incipe...*

Nas notas já descritas ou esboçadas, apenas, sobre a Granja da Oliveirinha, e sobre esta localidade, fêz-se breve referência ao santuario do lugar, à capela e orago de Nossa Senhora da Guia. —É um templozinho pequeno, modesto, mas alegre, iluminado todo de sol; e bem pôsto no sitio. Conheci-o, eu, muito mais acanhado, e despretencioso. —Vi-o, depois, reconstruido, e alargado; e mais recentemente muito melhorado: mais ancho, mais gracioso, mais conforme às novas aspirações e recursos da população, que tem tambem progredido e melhorado consideravelmente.

¿ Qual seria, qual foi a origem e começo dessa capelinha, desse marco miliario da religião e da sociabilidade?

Tenho feito esta pergunta, varias vezes, a mim mesmo; e, assim, por vezes, interroguei pessoas antigas do lugar, do meu conhecimento, e amizade de familia, já falecidas; ouvindo os seus contos; os seus juizos e tradições locais; revivendo a memoria e a imaginação, que são elementos populares psicologicos de toda a gente, e de todos os tempos, de todos os recantos do mundo.

Coligindo, pois, e recolhendo migalhas da tradição, e lembranças de palavras ouvidas aos velhos do lugar, com os quais

## ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

ainda tratei nos meus anos juvenis, e depois na mocidade; o tio Joaquim Pereira, que foi serviçal do P.<sup>e</sup> Joaquim da Perajorge, e casou com a Rosa da Joseja do Areal, estabelecendo-se no lugar do Picoto;—o António Cactana, ou António Dias Lopes, da Granja, que esteve amesentado em casa rica, da Vila de Eixo; os irmãos, o Manuel; e o Francisco; o José de Oliveira, o Cabreiro; o José Valente, velho, e a sua consorte, a Anastácia do Valente, moleiros dos principais, no tempo; o António Vareiro, que não sei donde lhe vem o apelido; o António Ferreira; o Francisco Marques, o do Fles-Plães-Tate-Bitate; e a sua mãe, a velha Maria Manca...—Aonde isso vai! já e quem mais, de tanto se lembrará ainda?!

Lembrando essas migalhas, ou migalhinhas; relacionando-as com outros elementos de observação própria, e informação congruente, pode, discretamente, estabelecer-se como verídico e fundamental, o seguinte:

Em tempos remotos, dando de barato a «tenebrosa noite da Idade-Média» (*sic*)...;—a Granja, (ou as Granjas), foi, decerto, caracterizada, no fundo, por uma espécie de braço de rio, ou antes, de vasadouro considerável das escorrências dos vales circunvizinhos: —uma grande lagoa longitudinal, de águas correntes, e manentes; extensa; considerável; prolongada ao vizeo do leito do Vouga; desde os Vales do Braçal, do Sobreirinho, dos Covões, dos Rasos, da Cavadinha, da Covoada, etc., até aos paúis da Carrajoa, do Camarnal, do Picoto; da Horta, etc.; a despejar, por fim, na margem esquerda do Vouga, a montante do Eixo, —a jusante da Ponte da Rata.

Curioso, interessante, pitoresco, seria fixar ou definir as fases da vida vegetal, e animal, humana, da região, nesses remotos tempos;—e a sua evolução...

Mas a tanto não me proponho agora; a tanto não me aventuro.

Vamos aos poucos: *paulatim deambulando, longum conficitur iter*: de vagar se vai ao longe.

## II

Os detritos, o desgaste e arraste das terras e águas convergentes, foram pejando o fundo da lagoa: foram sobrepondo camadas sucessivas; foram libertando, nas margens, as encostas mais altas e duras; deixando-as aptas à cultura dos cereais, milho, feijão, arroz; e ao pascigo dos gados. Ao centro predominava a corrente forte; mas aos lados formaram-se escoadouros menos volumosos e menos impetuosos; valas de descarga parcial, que permitiam açudes, prêsas e reprêsas temporárias, e no declive a montagem de engenhos vulgares, a prêsa, o quebradouro, o tubo com seu espiche, sôbre o rodizio de madeira



## MIGALHAS PARA A HISTÓRIA

aparelhada do moinho que rodava célere, em baixo, fazia rodar, em cima, a mó de pedra dura, granítica, para farinar milho e trigo, e descascar arroz que ali muito se cultivava.

Não é preciso ter a imaginação muito espreitada para figurar e como que estar a ver essas evoluções e mudanças, até à «vala veia», até à «vala real», que ainda hoje conserva o nome e a categoria, e vestígios.

O maior volume da água da Lagoa e a sua corrente ficava, de-certo, ao centro; e na parte mais funda do Vale, continuava a vigorar, e a receber as sobras laterais dos quebradouros rústicos ou engendrados conforme as conveniências dos citados democráticos e exóticos.

Já então por ali se cruzavam os viandantes; e atravessavam as águas, naturalmente em barcos rudimentares, simplistas, jangadas, canoas—duas ou três táboas ou pranchas mal ajuntadas, com outras perpendiculares servindo de resguardo ou de bôrdo.

Assim foi decorrendo a vida,—até que a concorrência tornou-se mais considerável, e o respeitavel publico reclamou a ponte com passagem mais segura, permanente; ou os maiores da região e vizinhanças a reclamaram e as autoridades concorreram para se fazer a obra.

Assim se explica a construção da velha Ponte da Granja, que a-pesar-da sua rusticidade e em lugar quasi ermo, revela certa importância e arte.

Procurando sinais ou indícios da época em que foi construída, nada mais pude obter de elucidativo, nem no arco, nem nos encontros, de pedra vermelha, vulgarmente conhecida pelo nome de pedra de Eírol: só da tradição colhi que a ponte actual fora construída sobre outra mais antiga, já soterrada nas areias que as águas transportam, e que deviam ser muito consideráveis em tempos mais afastados e distantes.

A ponte da Granja! Lá esta ela, regular, bem conservada desde a primitiva, mas de areias farta, e de arbustos e ervanços que ameaçam a sua conservação e desfôgo; e, no inverno, com as cheias das águas pluviais, aproximam as margens de modo a, por vezes, confundi-las.

### III

Anteriormente, pois, a estes tempos é suas mudanças, todavia, quando os transeuntes já vinham das margens do Cértima e do Agueda, atraves de matos, tojos e pinheirais, vencendo barrancos e barrocos, em noites escuras, tenebrosas, cortadas com ventanias e aguaceiros,—o caminho, sem piso regular,—devia ser medonho e arriscado passar por ali, de cajado na mão, ou de fardos insignificantes aos ombros. Silêncio, escuridão, o

## ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

horisonte cerrado,—não tendo para quem apelar nos momentos de susto e perigo! Sem sol, sem lua, sem luz!

Foi, porventura, nestas tristes circunstâncias, que algum viandante se lembrou de acender a lumeira de caruma, ou de carqueja, para animar os passos mais incertos. Foi porventura assim que alguém se lembrou de munir-se da lanterna salvadora, bruxoleante, mas acolhedora quando a escuridão fôsse mais cerrada; mais espesso o matagal; mais de assustar e temer a travessia.

Foi, de-certo, assim, que a lumeira ou a lanterna foi pendurada na estaca ou tronco do valado ou muro tôsko, para servir de farol,—e de guia aos retardatários e menos animosos, de sinal a todos.

**A luz era assim guia!**

A guia divisava-se através do arvoredor e do pinheiral.

A guia animava até ao poiso de descanso, no recanto do terreno e do olhão de água lisa, potável, antes da ponte, que ainda hoje ali borbulha à farta, de afamada abundância.

Naturalmente, da lanterna passou-se ao quadro, ao retábulo, ao painel, com a pintura da Cruz e da Virgem, como era uso nos primórdios da arte decorativa e tradicional.

Depois, veio a construção do edículo, do nicho; do minúsculo santuário, em pedra e cal; e, enfim, da capela, da capela primitiva; a capela da luz, da guia; o sobrenatural impôs-se, personisou-se; sinalou-o Nossa Senhora da Guia, cuja invocação é Luz, foi e é glória, conforto, da população, há séculos, e cuja devoção tem ido aumentando, engrandecendo, até ao presente, com a manutenção da lâmpada preciosa, e alimentada a azeite das ofertas espontâneas; e a festa anual de Setembro, mais ou menos estrondosa.

A história, pois, é despretenciosa e modesta, mas é de todo o ponto verosímil, mimosa, acolhedora.

A essas tradições varias vezes reporto; e agora mais intimamente, estando ainda como que ouvindo os foguetes da festa, a música popular da aldeia em dia solene, e pressentindo o murmúrio da devoção dos fiéis, que acorrem ao templo, e dos mordomos que enfeitam a capela, o altar, o terraço fronteiro, e especialmente a imagem da virgem Nossa Senhora da Guia, com o seu manto azul bordado a ouro, e o rosto pranteiro de mãe benigna, que a todos acolhe, com a mesma graça e sorriso. E conjuntamente a religiosa, a festa da casa da família; o desbaste na capoeira, e a prova do vinho palhete do parreiral e das encostas adjacentes.

Ultimamente, a devoção do povo do lugar manifestou-se mais íntima e intensa no desejo de fazer a aquisição duma imagem digna, e testemunho de dedicação à santíssima Virgem, a N. Senhora da Guia, e realizou-se há pouco, condignamente. A imagem, que saiu das oficinas do grande artista que é há muito

## MIGALHAS PARA A HISTÓRIA

Teixeira Lopes, significou, e significa, um dia de festa, de festa permanente para o povo do lugar, e para os devotos das cercanias, de perto e ao longe, e sobretudo para as famílias da terra e para a educação das novas gerações.

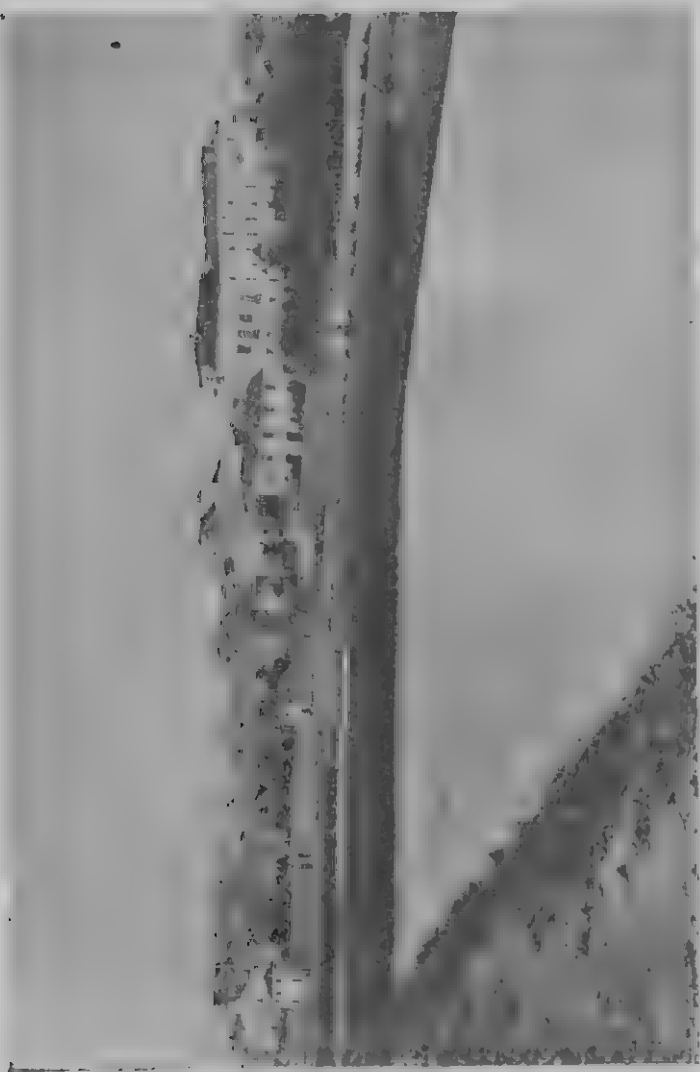
Mas este assunto relaciona-se com outros que se irão desenvolvendo se não nos faltar saúde e vida.

*(Continua)*

P.<sup>e</sup> M. RODRIGUES VIEIRA



*Restos da ronca da barra de Aveiro, após  
a sua destruição pelo mar no mês  
de Agosto de 1935*



AVEIRO

Antigas piscinas do vale do C'ipo, construídas no local chamado Ilhot, e a'ertadas há alguns anos já  
Junto passa actualmente a Avenida 16 de Maio.

## UMA CARTA DE OLIVEIRA MARTINS

**A** SEGUIR, publicamos uma carta do grande escritor OLIVEIRA MARTINS, dirigida ao falecido antiquário de Aveiro, JOÃO AUGUSTO MARQUES GOMES, a propósito da elaboração das Lutas Cascais, porventura o melhor trabalho do investigador aveirense. Devemo-la ao nosso bom amigo, sr. tenente Fernão Marques Gomes, filho do autor das Lutas, a quem neste lugar nos aprez agradecer a atenção.

Ex.<sup>o</sup> Sñr

Respondo com o maior prazer á sua carta do dia 11 acompanhando o summario da obra de que V. Ex.<sup>a</sup> me annuncia a publicação.

As *Lutas Cascais*, abrangendo o periodo que vae de 1826 ate 1846, esmerilhando os diversos episodios d'esses quatro lustros tão eminentemente graves para todo aquelle que deseje possuir uma idea exacta acerca dos acontecimentos do regime em que vivemos hoje, compendiam os acontecimentos por uma forma lucida e, ao que se ve do Summario, com uma util immidencia que farão da sua obra o repositorio indispensavel a todos os homens d'estudo.

Param no principio da guerra civil de 1846-47 e a meu ver param bem, porque essa guerra, apesar dos seus incidentes pittorescos, é, ja pelo deploravel imbroglio em que se agita, ja pelo modo tristemente desolador por que acaba, um episodio que pertence mais aos nossos tempos do que as epochas em que se debateu a implantação do liberalismo portuguez.

A revolução que poz termo ao proconsulado restaurador do Sr. Conde de Thomar fallhou completamente, mister e dizello; e fallhando, a força das cousas ajudada pela fraqueza

## ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

dos homens havia de trazer-nos inevitavelmente a um estado a que só por ironia amarga se pode chamar ainda *Regeneração*, pois de facto foi, tem sido e é o relaxamento de toda a virtude, de toda a nobreza, de todo o character—uma *degeneração* universal.

Hoje porem que, não sei se os meus olhos se a allucinação do meu bom desejo apenas, descortinam um vago anseio de sair d'este atoleiro em que chafurdamos: é hoje mais do que nunca a hora propicia da publicação de obras como a de V. Ex.<sup>a</sup>, destinadas a generalisar o conhecimento da nossa historia contemporanea.

E' nas angustias supremas, quando se corre um perigo de vida, que o homem cae em si e faz um exame geral aos actos da sua vida: tal é a meu ver a situação actual da sociedade portugueza, e tal é tambem o merecimento que eu encontro em obras como as *Lutas Caseiras*.

Pensando assim, não posso deixar de applaudir a publicação do seu livro como obra interessante, opportuna e util a todos os respeito; e pedindo-lhe que faça d'esta carta o uso que lhe aprouver, espero que me creia

De V. Ex.<sup>a</sup>  
Mt.<sup>o</sup> V.<sup>or</sup> e Obr.<sup>o</sup>

J. P. Oliveira Martins

C. de VEx.<sup>a</sup>

Porto 15 de fevereiro

*Não se sabe em que ano foi escrita esta carta. OLIVEIRA MARTINS data-a, porém, do Porto, onde, como é sabido, viveu desde 1874 a 1888.*

*As Lutas Caseiras foram publicadas em 1894. Abre o único volume publicado, por uma introdução, em que se faz uma rápida resenha dos acontecimentos políticos que vão desde a implantação do liberalismo (1820) até 1834. O assunto principal da obra é a Historia de Portugal compreendida entre esta última data e 1837 (Quatro capitulos: I—1834-1835; II—A revolução de Setembro; III—A Belemzada; IV—Conspiração das Marnotas). Na Advertência Preliminar, diz o autor que «fica para ser tratado em subsequentes volumes a epocha que decorre de 1837 a 1851, em que o movimento chamado da Regeneração fechou o cyclo das revoltas partidarias em Portugal»; mas nenhum outro volume foi publicado.*

*Vê-se, portanto, que o primitivo plano do trabalho,—que abrangeria, segundo o que se lê na carta de OLIVEIRA MARTINS, de 1826 a 1846—, foi posteriormente modificado e alargado.*

J. T.

## PIRATAS ARGELINOS NA PRAIA DE ESMORIZ HÁ 200 ANOS

**N**AVEGANDO huma caravella de hum dos portos do Reino de Galliza para Setubal, avistou no mar hum navio, que foi observando sem suspeita de ser inimigo por lhe não ver lançar lancha fóra, porém quando menos o imaginava, se vio cortada, e accommettida pela parte da terra, e do Sul por huma lancha com dezoito homens bem armados, e hum pedreiro na proa. A caravella vendo-se entre a nao, e a lancha foi retrocedendo para o Norte, e se chegou tanto a terra, que encalhou, e receando-se os que nella vinhão (ainda depois de encalhados) do navio, e da lancha, que os vinhão accommettendo, se lançarão no bote, e se salvarão em terra na praia de *Esmoriz* da Villa da Feira no dia 10 de Julho do ano de 1738. Os Mouros entrarão logo á sua vista na caravella, de que tirarão algum futo, com que huns voltarão na lancha para o seu navio, ficando os mais na caravella para a porrem em mareação, com ajuda do seu navio, porem neste tempo veio hum mar tão rijo, que lhes voltou a lancha, e como ainda estavam mui chegados á caravella, se afogou só hum, e se salvarão nella os outros, que logo começarão a atirar para a terra contra os caravelleiros, e algumas pessoas, que vierão correndo para a praia. Tocou-se logo a rebate na terra, soarão os sinos das Freguezias de *Esmoriz*, *Paramoz*, e *Silvade*, e concorreu muita gente á praia. Pascoal Pimenta Soares, Alcaide Mor de Barcellos, que se achava casualmente na casa do Abbade de *Esmoriz* seu irmão, montando logo a cavallo se chegou ao sitio da peleja, e deo calor ao povo, de modo que os Mouros vendo-se em secco, sem lancha, e que o seu navio se tinha feito ao mar, se renderão captivos em numero de dezesete, e forão levados para casa do dito Abbade, que os tratou caritativamente, provendo-os de sustento, e de roupa. Entre estes dezesete

## ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

havião oito Turcos, e tres que fallavão bastantemente a Lingua Portugueza, e a Castellhana. Confessárão que o navio era casco Inglez, que jogava vinte e quatro peças, que sahirão do porto de Argel, e que chegarão á altura das *Ilhas Terceiras*, e passarão depois áquelles mares, sem haverem feito preza alguma. Forão levados para a Cidade do Porto por hum destacamento de Soldados, commandados pelo Sargento Mor do Regimento, com hum Capitão de Granadeiros, e mais Officiaes subalternos, que marcharão toda a noite por ordem do seu Coronel, para virem acudir ao rebate de que o Castello de S. João deo aviso, pela noticia que teve da peleja por alguns pescadores. He para admirar a promptidão e zelo com que acudirão a defesa do Paiz, não so os homens, mas ainda as mulheres carregadas com cestos de pedras, por não as haver na praia, que he toda de area, e até entre ellas concorreo huma com a pá do seu forno para entrar com ella na peleja.»

(*Gabinete Histórico* de Fr. CLAUDIO DA CONCEIÇÃO, tÔmo IX, págs. 132-135).

Pela cópia,

P.<sup>e</sup> MIGUEL A. DE OLIVEIRA



## A VILA DA FEIRA E O SEU TÊRMO—HÁ 410 ANOS

**D.** JOÃO III, que foi um grande rei, ordenou em 1527 que se procedesse ao recenseamento geral da população portuguesa.

A êsse tempo, a vila da Feira—com seu «têrmo»—pertencia à Comarca (diríamos hoje *Provincia*) da Estremadura, e não à da Beira.

O Caderno donde consta êsse segundo censo populacional encontra-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

A parte que diz respeito à vila da Feira e seu «têrmo» foi publicada no «Arquivo Historico Português», vol. 6, págs. 275 e 276.

É interessantíssima essa estatística do segundo quartel do séc. XVI, porque nos mostra, de maneira irrecusável (e surpreendente),—o que eram e a que estavam reduzidas as povoações rurais da Terra de Santa Maria, há 410 anos.

Como elas, consideradas no seu conjunto, cresceram e se desenvolveram nêsse espaço de tempo!...

A linda praia e vila de Espinho, que podia ter foros de cidade, não passava então dum lugarejo de S. Felix ou de Anta; S. João da Madeira, hoje vila notável, tinha somente 40 vizinhos ou fogos; e a importante freguesia de Fiães era uma das mais «benjamins» do têrmo da Feira, pois contava apenas 16 vizinhos ou fogos!...

Segue a transcrição do «Arquivo Histórico», sem se alterar a grafia própria daquela época quinhentista.

\*  
\*   \*  
\*

### A VILA DA FEYRA

«A 12 doutubro de 1527, fui eu esprivaom (escrivão) a vila da Feira, e por nō achar ahi juiz nē pessoa cōm que tomase

## ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

informação do que Sua Alteza mandava, me fui ao logar d'Arrifana, termo dela, e ali soube o segite (seguinte):

It.—A vila da Feira tem 59 vizinhos no corpo da vila, sam destes 10 escudeiros (fidalgos) e 18 viúvas e o mais povo; cõ sua fregesia da vila. E tem de termo o segite:—

It. Aldea de Campos e sua fregesia, 18 vizinhos.—Aldea de Fornos, 21.—Aldea d'Espargo, 33.—Aldea de Sanfinz cõ sua fregesia, 19.—Aldea de Sam Joam de Ver e sua fregesia, 66 vizinhos (hũa legoa muito pequena).—Aldea d'Escapães e sua fregesia, 33.—Aldea de Travanca e sua fregesia, 42.—Aldea de Aruda (Arada) e fregesia, 20. Aldea e fregesia de Souto, 68 vizinhos.—Aldea de Pruzelhe (Perosinho?) e sua fregesia, 19.—Aldea de Maceda, 34.—Aldea d'Esmoriz, 64 (hũa legoa).—*Aldea de Paramos e sua fregesia, 18 vizinhos (ou legos).*—Aldea de Lourosa, 49.—Aldea d'Arrifana cõ sua fregesia, 105 (dous tiros de besta). Aldea de Paço de Brandão, 23.—Aldea de Lamas e fregesia, 22.—Aldea de Sam Martinho de Mozelos, e fregesia, 36. —Aldea de Nogueira da Regedoura e fregesia, 22.—Aldea da Gandara, 17.—Aldea de Sylvalde, 40 vizinhos.—Aldea d'Oleiros, 16.—Aldea d'Anta, 10. —Aldea de Rio Meão, 32.—Aldea d'Osela, 68 (duas legoas).—Aldea de Sam Martinho de Vermoi, 30.—Aldea de Pindelo cõ sua fregesia, 36. —Aldea e fregesia de Nogueira, 30.—Aldea de Sam Joam da Madeira cõ sua fregesia, 40 vizinhos. —Aldea e fregesia de Milheiros de Poiares, 39.—Aldea de Macieira de Carne, 17. *Aldea de Duas Igrejas, 26.* —Aldea de Santiago d'Ul, 59.—Aldea de Pigeiros, 14.—Aldea e fregesia de Cezar, 34. Aldea e fregesia de Romariz, 65 —Aldea de Carregosa, 79 (pasa de legoa).—Aldea de Chamq e fregesia de Sam Jorge, 34.—Aldea de Madavl e fregesia, 21.—*Aldea e fregesia de Fyves, 16 vizinhos.*—Aldea d'Escariz e sua fregesia, 45.—Aldea e fregesia de Fagoes, 61. Aldea e fregesia de Mâcores, 52.—Aldea de Gisande e sua fregesia, 42.—Aldea d'Oliveira d'Azemões, 74 (hũa legoa da vila).—Aldea de Macinhata e sua fregesia, 34 e mais ali hũ vizinho. Aldea de Sam Vicente de Vila Seca, 45. —Aldea de Giãom e sua fregesia, 22. Aldea de Lobão e sua fregesia, 90 (pasa de legoa). —Aldea de Sangedo e sua fregesia, 37.—Aldea de Canedo, 70 (duas legoas, mosteiro).—Aldea de Lever e sua fregesia, 28 vizinhos.—Aldea de Sam Vicente de Pereira, 55 (mea legoa). —Aldea de Sam Martinho de Gandara, 69 (hũa legoa). —Aldea de Sam Martinho d'Argonçille e fregesia, 56 (hũa legoa da vila).—Aldea do Couto de Vila Cova de Sandim, 97 (perto de duas legoas). Aldea do Couto de Crestuma, que he do Bispo do Porto, tem 26 vizinhos. O Couto do Mosteiro de Cucugaes, 82. (tem aqui o Abade a juridiçã do civil, mea legoa da vila). Aldea de Vila Chaam e sua fregesia, 38 vizinhos. Esta Vila da Feira tem de termo pera a parte da vila da Benposta ate o cabo da Feyra, sam 4 legoas, e pera a parte d'Aveiro tem 4

## A VILA DA FEIRA E O SEU TÉRMO

legoas de termo. Parte cō a vila dAveiro e cō a vila da Bêposta e cōm o mar, e tanbê (também) cōm Gryjo que he da comarca dAntre Douro e Minho. Jorje Fernandez o esprevi.—E asinou no livro que ô (em) meu poder fica, Eitor Lopez dAlmeida, esprvão dos orfaõs e procurador na dita vila.—

*Soma os moradores da Feira e termo, 2.683 vizinhos».*

Paramos, Junho de 1937.

P.<sup>e</sup> MANUEL F. DE SÁ



TRAJOS POPULARES DA MURTOSA NO 3.º QUARTEL  
DO SECULO XIX

*Composição de grande efeito do Pintor Francisco José Resende,  
existente no Museu de Arte de Aveiro.*

# ALGUNS ASPECTOS DO TRAJO POPULAR DA BEIRA-LITORAL

AO FERREIRA NEVES E AO JOSÉ TAVARES,  
MEUS DEDICADOS CAMARADAS NA DIRECÇÃO  
DO *Arquivo do Distrito de Aveiro*.

O TRAJO POPULAR E A ETNOGRAFIA — Consequência, sempre, do Meio (físico e social), grande número de vezes, também, produto natural da região a considerar — e so por isso explicável — o vestuário ocupa no quadro geral da Etnografia lugar inconfundível, nitidamente diferenciado como aspecto impressionante na vida material do homem.

Pode o observador, ao primeiro relance, não surpreender relação imediata entre o Meio e o Trajo; um pouco de reflexão lhe mostrara, porém, que determinadas espécies e certas formas de vestuário são impostas pelas condições geográficas do Lugar (Meio físico) ou pelas exigências de civilização da Sociedade (Meio social); e ainda espécies e formas que se afiguram mais directamente comandadas apenas por convenções de ordem estética — arbitrárias, portanto — essas mesmo encontram a sua acceitação dependente das condições do Meio físico.

A-pesar-de tudo, a soberania da Moda não domina o Mundo em absoluto; o homem é produto da Terra e o vestuário tem de reflectir sempre aspectos locais. Quando o Meio o não determine expressamente, e forçoso, pelo menos, que não exista incompatibilidade entre as condições físico-sociais do Meio e as formas e espécies do vestuário proposto.

## ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Com o teor de vida individual se encontra ele intimamente relacionado, e remotos factos históricos e sociais explicam determinadas particularidades suas; resultam daí solidas e admiráveis sobrevivências, restos, mesmo, de passadas civilizações, que em nossos dias se torna ainda possível observar e seguir; mas, a-par-de inamovíveis fidelidades ao Passado longínquo, o vestuário do povo revela um lento trabalho de adaptação a algumas das novas formas trazidas pela Estética, pela Indústria, pela evolução do Gosto. São, ambos, phenomenos do maior interesse científico que a Etnografia regista e cuidadosamente acompanha.

Se passarmos em revista as conclusões de alguns dos mais consagrados etnógrafos, facilmente se verifica a grande atenção concedida pela Ciência ao traço popular.

LOUIS MARIN, presidente da afamada Sociedade de Etnografia de Paris, dedica-lhe um capitulo inteiro na minuciosa « *table d'analyse* » que em 1925 publicou, ainda hoje o melhor guia técnico de que pode dispor o etnógrafo que deseje *recolher metódicamente, sistematizando os materiais*.

Para o referido autor, na escala das necessidades individuais, o *vestuário* situa-se antes ate da *habitação* ou abrigo; depois de ter dedicado o primeiro capitulo ao *alimento*, que classifica de preocupação e occupação primordiais de todos os agrupamentos humanos, MARIN estuda no segundo os cuidados corporais e analisa em terceiro lugar o vestuário « *parce qu'il est un élément plus compliqué. Alors que l'alimentation ne sert qu'un besoin, le vêtement protège, d'une part, contre la chaleur, le froid, l'humidité; d'autre part, contre les frottements et les piqures; la pudeur le nécessite; l'esthétique lui réclame beaucoup.* »

Considera, no seu estudo, as peças de que é composto; os seus multiplos *objectivos* (protecção, fim moral e estético, significado social); o *modo de usar* cada peça; o *regimen* do vestuário; os *materiais* de que ele é feito; os *metodos* de confecção e de manutenção; a *utilisagem* applicada; e a *significação* especial do vestuário.

Descrevendo « *Le folklore de la Touraine* », em 1931, J. M. ROTA, que é talvez o melhor conhecedor daquela caracteristica região franceza, coloca o vestuário em segundo lugar; estuda primeiro *L'Homme* (naissance, mariage, deces); em seguida *Costumes* (vêtements, coiffure et objects de toilette) e so depois considera *Maison* (habitation, mobilier, ustensiles, outils et instruments, jeux et jouets).

O *Manual de Folklore*, de P. SAMPAIO, recentemente publicado (1936), obra toda ella muito bem pensada, inclui um plano de inquerito global de-veras apreciavel; o vestuário occupa aí o

## ASPECTOS DO TRAJO POPULAR

terceiro lugar, depois do estudo do solo e do alimento, e precedendo imediatamente o da habitação.

O grande etnólogo MICHAEL HABERLANDT, director do Museu de Etnografia de Viena de Austria, considera tambem o vestuario na sua *Etnografia* (2.<sup>a</sup> ed. espanhola, traduzida da 3.<sup>a</sup> alemã por TELESFORO DE ARANZADI em 1929) escalonando o seu estudo apos o da alimentação e o do albergue; intitula-o *adorno y vestido* porque foi levado a concluir « que el hombre pensó antes en adornar su cuerpo que en cubrir su desnudez ».

Questionario muito criterioso e pratico empregou em Espanha o etnografo RICARDO DEL ARCO para a elaboração da sua monografia *El traje popular altoaragonés — aportacion al estudio del traje regional español* — publicada em 1924.

E é sempre de recordar, pelos grandes ensinamentos praticos que ministra, a *Etnografia española; cuestionario y bases para el estudio de los Trajes regionales (notas preliminares)* de LUIZ DE HOYOS SAINZ, de 1922.

Em Portugal tambem o trajo tem sido considerado de ha muito como importante elemento etnografico; THEÓFILO BRAGA não o esqueceu no estudo que dedicou em 1886 à *Ethnographia portugueza — O Povo nos seus costumes, crenças e tradições*, repositório precioso, conquanto confusamente metodizado, de costumes e vida doméstica, crenças e festas públicas, tradições e saber popular; depois de considerar a « persistencia dos typos anthropologicos, determinada pelos costumes populares », os « rudimentos da actividade espontanea », as « industrias locais e tradicionaes », os « estados sociaes representados nos costumes portuguezes », organiza o capitulo quinto subordinando-o ao titulo geral de « Automatismo organico na Imitação e na Tradição » e nele inclue o estudo de « Modas, trajos e formas cerimoniaes » mas relacionando em primeiro lugar « A linguagem emocional — Parlendas e Jogos infantis », e ainda « Os Jogos infantis e populares ».

Ao vestuario consagrou o etnografo portuguez FRANCISCO ABOREO CORREIO o grupo quinto do notavel programma que elaborou para a *Exposição ethnographica portugueza* de 1896, depois da terra e o homem, da alimentação, da habitação, e do mobiliario; a esse tempo, como éle proprio deixou registado nas observações prévias ao referido programma « o vestuario das classes populares não (fôra) ainda descripto e desenhado no seu conjuncto, comparativamente, na sua distribuição geographica; (tinha) sido apenas objecto de notas destacadas, de reproduções de curiosos de momento. Algumas publicações destinadas a figura-los pela estampa (photographia, gravura, aguarella, etc.)

## ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

ficaram incompletas e apenas nalgumas exposições, 'nalguns museus (industrial do Porto, agrícola de Lisboa) figuram uns raros manequins representando exemplares avulsos ».

ADOLFO COELHO agregava ao estudo do vestuário o das armas, por lhe parecerem complemento daquele.

Em consideração à grande raridade do referido programma e à utilidade incontroversa da methodica que propõe para o estudo do vestuário, aqui se transcreve o mencionado *Grupo V* tal como o ilustre etnógrafo o apresentou :

### « Grupo V — Vestuário e armas.

1. Vestuário das creancinhas: cueiros, tiras umbilicaes, fachas, cintas, mantéus (mantilhas), papagaios, envoltas, vestidos, mandriões, batas, bibes, babadoiros, camisolas, calças, calções, meias, piugas (carpins, meotes, pcalhos, coturnos, calcetas). Sapatos, botinhas (botinas), chinelos. Lenços de cabeça, etc. Toucas, barretes, garruço (carapuço), chapéus, bonnés, boinas, cachuchas. Fatos de baptisado.

2. Vestuário das crianças crescidas e de adultos. Trajos do sexo masculino, do sexo feminino, de viuvo, de viuva, ordinários, domingueiros, de festa, de casamento, de lucto. Vestuário do homem: Piugas (carpins, etc.), sapatos (ferrados, etc.), tamancos (samancos, sócos, chalocas), cloques, chiolas, abarcas (alpargatas ou alparcatas), botas, chinelas, chinelos. Polainas, safões. Calças (pantalonas), calças de bôca de sino e calções (de alcapão, etc.) ceroulas, bragas. Suspensorios (alças). Jaqueta, jaquetão, nisa, rabona, jaleco, colete, camisa, camisola, gabão (varino, gabinardo), capa, capote e em especial capote á alemtejana, capote de honras ou de honricas de Miranda, capa de palha (coroça), mantas, carapuça, carapuço, capucha, barrete, chapéu (desabado, braguez, etc.), gorro, bonne com chavelhos (S. Miguel). Lenços d'algibeira, do pescoço, cintas.

Vestuário de mulher: Meias, etc., ligas. Sapatos, chinelas, chinelinha, tamanquinhas, socos. Calças, saias, anagoas e saiotes, coletes, roupinhas, chambres, casaveques, baixos, batas, algibeira (patrona). Lenço do peito, da cabeça, capas, capuchas, salpin (ou susalpin, capote de grande cabeção de S. Miguel), touca (coca). Lenços d'algibeira, véu, bioco, chapéu, penteador.

3. Ornamentos diversos, pela maior parte feminis: Anneis, xorcas, pulseiras, braceletes, manilhas, collares, gargantilhas (afogadores), alfinetes, broches, cordões, corações, cadeias, brinços das orelhas, arrecadas (ciganas, pendengues, cabaças), cintos. Pentes. Alamares.

4. Mortalhas.



## ASPECTOS DO TRAJO POPULAR

5. Guarda-sol (barraca), sombrinha.
6. Varapau, pampilho, cajado, finguicira, cacheira, moça, cacete, bordão, cachamorra, ladra, bengala. Muletas. Chuço, navalha, faca de mato, funda, clavina, bacamarte, arcabuz.
7. Caixas de rapé. Bolsas de tabaco.
8. Manequins com os vestuários completos característicos das diversas localidades.
9. Litteratura do vestuário popular português, compreendendo os usos e superstições que se lhe ligam. Representações graphicas. »

Dois volumes vão já publicados do importantíssimo «tentame de sistematização» de *Etnografia portuguesa*, do maior etnógrafo português da actualidade, o Dr. JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS; no primeiro d'elles expõe-se o plano da obra, mas não logramos atingir o lugar que o Autor destina ao vestuário, principalmente pelo que respeita à sua inserção na seqüência dos diversos capitulos, pois sôbre a efectividade da sua inclusão na obra não devem restar duvidas algumas: na página 305 d'esse volume primeiro encontra-se um capitulo de Ergologia, subdivisão de *Litteratura especial*, onde efectivamente se fala de vestuário; o Autor não diz, porém, a sistematização que propõe. Na ordenação conferida à secção etnografica portuguesa no Museu Ethnológico de que o Dr. LEITE DE VASCONCELOS foi activo organizador e director muito illustre, publicada na *Historia do Museu Ethnologico Português*, em 1915, o vestuário occupava o terceiro lugar, immediatamente depois da alimentação e da casa e seu arranjo. Era um critério muito defensável.

Para o distinto etnógrafo português Sr. LEIZ CHAVES, «entre os factores humanos do mapa etnográfico estão as culturas e aproveit do solo, as artes domesticas e industrias regionais, a architectura e artes decorativas, entre estas o trajo» (*Etnografia portuguesa*, Lisboa, 1935, pág. 23).

Tôda a secção etnografica das monografias locais consagra ao trajo maior ou menor número de linhas, consoante a extensão do material a recensar.

O ensino universitário coimbrão documenta com as magnificas *Lições de Geographia Humana* que o Prof. Dr. ARISTIDES DE AMORIM GIRÃO publicou em 1936 a sua posição perante o problema.

Considera o illustre Professor como *necessidades fundamentais da espécie humana* a alimentação, a habitação e o vestuário, enumeradas assim por ordem decrescente de impor-

## ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

tância; o vestuário sera a « última necessidade fundamental da espécie humana, e precisamente aquela que melhor a distingue das outras espécies animais » (op. cit., pags. 38 e 39).

Em 1926 distribuiu-se em Portugal minucioso questionário preparatório duma exposição de trajos regionais patrocinada pelo Ministério do Comércio, que para o fim especial havia no ano transacto instituído a comissão respectiva. Não teve, infelizmente, realização o projectado certame; o questionário era incontestavelmente bem elaborado; acompanhava-o uma divisão regional do país destinada a facilitar agrupamentos, e embora nalguns pontos a divisão proposta não correspondesse talvez inteiramente ao que na prática se observa, do conjunto só havia a esperar uma exibição magnífica e de proveitosos ensinamentos.



Fig. 1

VARINA

*Manequim da exposição do Secretariado da Propaganda Nacional Actualidade*

Em Setembro de 1935 levou o *Secretariado da Propaganda Nacional* a Genebra uma inteligente exposição de arte popular portuguesa que foi ao mesmo tempo revelação e encantamento para a vista, sempre curiosa, de estrangeiros; a sua parte mais impressionante era constituída, seguramente, por vinte manequins vestindo trajos populares, reproduzidos a rigor (figs. 1 2).

Repetiu-se, em Junho do ano imediato, essa exposição, em Lisboa, mais desenvolvida porém: eram 48 os manequins de trajos: foi igualmente apreciadíssima.

Nesse mesmo ano, a *Associação Commercial de Lisboa* expusera na Capital 131 bonecas vestindo trajos populares, acompanhadas de abundante documentação gráfica.

Em 1936, occupou-se tambem do trajo popular a *Comissão de Estudo das características das Festas Regionais* incluindo no

## ASPECTOS DO TRAJO POPULAR

inquerito que dirigiu a tôdas as comissões administrativas dos municípios do Continente e Ilhas as perguntas seguintes:

7. Há nesse concelho trajo ou trajos regionais característicos ou tradicionais? Em que zona?
8. Esse trajo está descrito? Onde?
9. Se esta inedito ou defeituosamente descrito, pede-se que o descreva com indicação de modelo, côres, nomes e enviando desenhos ou fotografias.
10. Quando se usa e quem, de preferência, usa tal trajo?

Em Lisboa e na Província, vários desfiles folclóricos se tem realizado nestes últimos tempos, acolhidos sempre com extraordinário e vivo interesse, e com retumbante sucesso. Apraz-nos destacar, dentre êles, o de Lisboa, de 1937, e o de Aveiro, pela Páscoa de 1938; se o da Capital teve organização primorosa e larga representação do País, o de Aveiro, modesta tentativa que pela primeira vez veio a público na cidade, (figs. 3 a 7) relaciona-se muito de perto com o âmbito que o presente esboço abrange, motivo pelo qual o sublinho aqui.

Por fim, neste corrente ano de 1938, mais uma vez o *Secretariado da Propaganda Nacional* chamou a atenção para o trajo popular, enquadrado, agora, no seu meio geográfico próprio sem o qual se não compreende completamente, e, sobretudo, se não explica: o programa do concurso da aldeia mais portuguesa de Portugal estabelece na sua base primeira o seguinte, que importa registrar também como doutrina:

As condições essenciais a que deverão subordinar-se as aldeias portuguesas do Continente, admitidas a concurso,



Fig. 2

### TRICANA DE COIMBRA

*Manequim da exposição do Secretariado da Propaganda Nacional.  
Época de 1910, aproximadamente.*

são, em referência às tradições etnográficas e folclóricas das respectivas províncias, a maior resistência oferecida a decomposições e influências estranhas e o estado de conservação no mais elevado grau de pureza das características seguintes:

- 1.º — Habitação.
  - 2.º — Mobiliário e alfaia doméstica.
  - 3.º — Trajo.
- .....



Fig. 3

SERRANAS DO ARESTAL E CAMPONESAS DE ROCAS.  
ACTUALIDADE.

*Aspecto do desfile folclórico de Aveiro em 1938*

Do que ligeiramente deixamos relacionado e que por agora não desejamos desenvolver, se intere já que, embora possa variar o critério da sistematização, o estudo do trajo popular constitue reconhecidamente um importante capítulo da Etnografia e nunca se afasta grandemente do estudo da alimentação e da habitação.

Mais se verifica a grande estima que por tóda a parte, nos meios cultos e nos populares, o estudo do trajo regional provoca e encontra de facto. Bastava um pouco de iniciativa e de

## ASPECTOS DO TRAJO POPULAR

inteligência para aproveitar condignamente tamanho interesse e canalizá-lo no sentido de estimular a manutenção do que ainda persiste de característico, e também — porque não? — de fazer ressurgir formas locais abandonadas pelo alijamento de desvaídas modas, de intuítos meramente comerciais, que não estéticos, como são as que orientam o trajo feminino senhoral nos centros elegantes de todo o mundo.

ÂMBITO DO PRESENTE ESBÓÇO — Agrupando a investigação pessoalmente realizadas apontamentos locais espalhados



Fig. 4

### TRAJOS DE OVAR NO SÉCULO XIX

*Aspecto do desfile folclórico de Aveiro em 1938*

por variadíssimas publicações, tenta-se no presente esboço o panorama do trajo popular na *Baixa Litoral* através de alguns aspectos seus que foi possível ainda surpreender e coleccionar. Primeira tentativa de agrupamento, reconhecidamente incompleto, fica ele sujeito a todas as ampliações resultantes de documentação que não pôde agora ser conhecida e que se procurara recolher para uma futura remodelação deste brevíssimo estudo.

Em primeiro lugar, convém definir e marcar a zona geográfica a que desejamos limitar as nossas observações; como

## ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

noutro lugar tivemos ensejo de escrever (*Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*), da divisão provincial promulgada com o código administrativo de 1936, resultou, entre alterações varias ao arranjo circunsericcional do pais, a provincia da BEIRA-LITORAL, cuja capital é Coimbra.

Provincia que aparece pela primeira vez agora no sistema administrativo nacional, ella corresponde, de facto, a uma região geographica distincta, assinalada ja pelo geographo BARROS GOMES em 1878 nas suas notaveis *Cartas elementares de Portugal* como



Fig. 5

TRICANAS DE AVEIRO MOSTRANDO A EVOLUÇÃO  
DA SUA MANEIRA DE VESTIR DESDE 1850 ATÉ A ACTUALIDADE

*Aspecto do desfile folclórico de Aveiro em 1938*

sendo uma « região sub-plana, abrangendo os extensos campos do Vouga, do Mondego, do Liz, e os maiores areais da beira-mar; muito costeira, adjacente a terras altas ».

Os limites já então propostos em pouco diferiam dos que vieram a ser-lhe fixados na remodelação provincial de 1936: criteriosamente se atendeu, como não podia deixar de ser, as suas características geologicas, orographicas e climaticas, pois são os factores desta natureza que concorrem para fazer da Beira-Litoral, como em 1922 escrevia o Prof. Dr. Azevedo Girão, *uma das mais bem caracterizadas divisões naturaes do nosso pais*.

## ASPECTOS DO TRAJO POPULAR

«Formações geológicas de natureza exclusivamente sedimentar, relevo pouco acentuado, menor oscilação térmica anual, maior humidade como resultado da influência marítima e lagunar, associações vegetais caracterizadas pelo carvalho português e, em grande parte, pela oliveira, população muito densa e com espécies características etnográficas, casas de habitação com formas arquitectónicas mais elegantes e ornamentação mais variada, vias de comunicação numerosas e geralmente evitando o curso dos rios, além



1 - 6

GRUPO DE TRICANAS VESTINDO A MANTEIJA, A MODA DE 1830

*Aspecto do desfile folclórico de Aveiro em 1938*

de sensíveis modificações nas outras formas de ocupação do solo pelo homem: tais são as características diferenciais dessa zona litoral» (AMORIM GILÃO, *Bacia do Vouga*, pág. 166).

O Professor SILVA TEIXEIRA considerava que a Beira-Litoral e «o prolongamento, ao Sul do Douro, do Minho penuplano e vai até onde as águas do Mondego se aproximam das do Lis» (*Portugal - Aspectos geográficos e climáticos*, Lisboa, 1929, pág. 16).

Quatro antigos distritos contribuíram para a formação da nova Província: o de Aveiro e o de Coimbra na sua quasi totalidade, metade, aproximadamente, do de Leiria, e uma pequena parcela do distrito de Santarém, resultando d'este agrupamento que, ao *Norte*, Ovar, São João da Madeira e Vale de Cambra são os seus concelhos extremos; do *Nascente*, envolvem a Província as elevações bem marcadas da Serra da Freita, do Ares-tal, das Talhadas, do Caramulo, do Buçaco, da Estréla, da Louzã e da Serra de Pôrto de Mos. Ao *Sul*, uma linha bastante irre-



Fig. 7

CAMPONESAS DA GAFANHA DA NAZARÉ. ACTUALIDADE.

*Aspecto do desfile folclórico de Aveiro em 1938*

gular, incluindo Fatima e Batalha e subindo pouco depois entre Leiria e Marinha Grande, a apanhar a margem direita do Liz, pela qual segue ate o Atlântico; o Oceano constitue toda a sua extrema *Ponte*.

Esta frente marítima extenssissima, a que corresponde larga faixa de areais, os vales do Vouga, do Mondego e do Liz, o acidente geografico sem par na Peninsula, que e a Ria de Aveiro, toda a alta muralha de serras, ao Nascente, levaram naturalmente à constituição de outras tantas sub-regiões geograficas; essas mesmas causas e ainda a existência de quatro cidades na



Provincia, com a sua natural acção transformadora (Aveiro, Coimbra, Figueira da Foz e Leiria) determinaram, por sua vez, zonas de certa diferenciação etnografica; importa muito ao nosso estudo fixar umas e outras, se é possível.

Perfeitamente caracterizadas, encontra o Prof. Dr. AMORIM GILÃO, geografo que melhor tem estudado a divisão regional do País, estas sete:

— a sub-região de *Cambra*, (concelhos de S. João da Madeira, Oliveira de Azemeis e Vale de Cambra); a da *Ribeira do Vouga*, (Albergaria-a-Velha, Agueda e Sever do Vouga); a da *Ria*, (Ovar, Estarreja, Murtosa, Aveiro, Ilhavo, Vagos e Mira); a da *Bairrada*, (Oliveira do Bairro, Anadia e Mealhada, além duma pequena area dos concelhos de Agueda e Cantanhede); a do *Baixo-Mondego*, (Coimbra, Penacova, Arganil, Gois, Poiares, Lousã, Miranda do Corvo e Penela); a do *Mondego Litoral*, (Cantanhede, Montemor-o-Velho, Condeixa, Soure e Figueira da Foz); a do *Liz*, (Pombal, Leiria e Marinha Grande) (1). (*Esboço duma carta regional de Portugal*; Coimbra, 1933, 2.<sup>a</sup> ed., pag. 80).

Uma dúzia de regiões, pelo menos, distingue nesta nossa area o Prof. Dr. VERGÍLIO CORREIA, enumerando-as desta maneira no relatório do júri da Provincia da Beira Litoral, que a sua grande competência de etnografo foi justamente confiado, para o *concurso da aldeia mais portuguesa de Portugal*, a que já acima fizemos referência:

«a *Costa*, a *Ria de Aveiro*, as *margens do Vouga* na parte em que o rio corre entre serras; a *Gândara de Cantanhede*; a *Borda do Campo*, no Baixo-Mondego; a zona de pequenas elevações que envolve *Coimbra*; a mancha serrana do *Buçaco a Penacova e Poiares*; a cadeia montanhosa calcarea que segue de *Condeixa a Pombal e à Serra de Aire*; o retalho fronteiriço de *Pedrogão-Piquete, Alvaizere*; a *Gândara de Laria*; a *Serra da Lousã*; e por fim a area serrana dos concelhos de *Pampilhosa da Serra, Gois e Arganil*» (*Diário de Coimbra*, n. 2630, de 3 de Julho de 1938).

Estes criterios serão apenas, creio eu, condicionados pelos factores geograficos locais, não lhes correspondendo agrupamentos etnograficos distintos.

Ainda na Provincia que estamos considerando assinala LUIZ CHAVES, conceituado etnografo e distinto Conservador do Museu Etnologico Português, na obra acima citada, as seguintes zonas que se lhe afiguram *etnograficamente* diferenciadas e que o povo designa desta forma:

a *Ria*, a *Ribeira do Vouga* (S. João da Madeira, Oliveira de Azemeis, Agueda para o Sul); a *Ribeira de Ovar*; a *Foz do Mondego*; o *Campo do Mondego* subdividido em *Campo de Coim-*

(1) Da area oficialmente fixada a Provincia pelo Código Administrativo foi excluído o concelho da Marinha Grande.

## ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

*bra e Campo de Montemor; terras de Coimbra; Bairrada e terras da Bairrada; a Gândara; a Casconha (terras altas de Penacova, Arganil e Oliveira do Hospital; esta última parte, fôra, já, da nossa Província).*

Observa igualmente o Autor que, na Beira-Litoral, *Marinha* designa a região corrente ao comprido do Mar, entre este e a *Serra*, ou zona alta; *Costa* e a vaga faixa litoral, por Portugal abaixo.

Trata-se, evidentemente, de zonas etnográficas gerais e não de agrupamentos organizados tendo expressamente em vista a distribuição do traje.

O traçado da *carta etnográfica* do vestuário em Portugal ainda se não lêz; e como subsidio para ela que vamos reünir alguns aspectos do traje popular na *Beira-Litoral*

*Continua.*

A. G. DA ROCHA MADAHIL



Fig. 8

TRAJO POPULAR DE ESCUTEIRA.

*Fotografia anterior a 1900.*

## BIBLIOGRAFIA

O *ARQUIVO DO DISTRITO DE RIBEIRO* dará sempre noticia das obras à sua Redacção enviadas quer por autores quer por editores.

De harmonia com a pratica seguida pelas publicações suas congêneres, dará também algum comentario critico aos livros de que receba dois exemplares.

### «COLECCÃO DE CLÁSSICOS SA DA COSTA»

O incansavel, prestigioso e conhecidissimo editor Augusto Sá da Costa empreendeu, ha cerca de um anno, uma obra benemerita, que é digna do interesse, amparo e carinho do publico leitor e da protecção do Estado a quem incumbie auxiliar iniciativas que, como essa, contribuem para a difusão da cultura nacional. Referimo-nos à magnifica *Colecção de Classicos Sa da Costa*, superiormente dirigida pelo ilustre filologo e historiador da nossa literatura, Dr. Manuel Rodrigues Lapa, nome que é uma garantia da esmerada e scrupulosa probidade que preside a organização dos volumes. Com a *Colecção*, pretende-se, como a própria casa editora declara no seu prospecto de propaganda, «lançar no mercado, subordinada a um rigoroso metodo de selecção, a sua biblioteca de clássicos portugueses e estrangeiros».

Até hoje, e com uma notavel regularidade, appareceram as seis seguintes obras, a cada uma das quais nos vamos referir em separado:

*OBRA COMPLETA DE FRANCISCO DE SA DE MIRANDA*, em dois volumes, o primeiro de XXII 328 paginas, o segundo de XVI-298 paginas. Pertencem ao *Profaço*, inserto no vol. I, as seguintes palavras: «Começa a *Colecção dos Classicos Portuguezes da Livreria Sa da Costa* pelas obras completas do dr. FRANCISCO DE SA DE MIRANDA. Não poderia começar melhor. A leitura do poeta filosofo, que, no seu recto intuito, assistia contungido aos males do pais e lhe profetizava tão lucidamente a ruina, ainda hoje é proveitosa. Dificil embora, densa de pensamento, portuguezissima de lei, sente-se na obra do grande solido das duas Igrejas e da Pátria, a masculina respiração dum grande caracter, sobranceiro aos golpes do tempo e da fortuna».

O volume I contém as *Lições a maneira antiga*, as *Poesias lyricas* e os *Santos*; o volume II é formado pela *Vida do Doutor Francisco de Sa de Miranda, coberta de pessoas polidignas que o conheceram e trataram e dos actos de gerações do Rio* (págs. V-XV) e pelas *Cancões*, *Elegias*, *Cartas*, *Comédias* e *Oração ao rei D. João III e rainha D. Catarina*.

*CARTAS FAMILIARES, DE D. FRANCISCO MANUEL DE MELO* (e *Seleção*), volume de XXVII 290 paginas. Da pag. VII a XXVII decorre o *Profaço* do organizador, acerca do notabilissimo poligloto do século XVII. A ele pertencem estas palavras: «No seu aspecto duma interior humana, são as Cartas a melhor, pelo menos a mais impressionante das obras do nosso autor».

## ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

*PANEGÍRICOS DE JOÃO DE BARROS*, volume de XXII 221 páginas. O *Prefácio* vai da pag. IX a XXXI. É a reprodução, com texto restituído, duma obra raríssima e, portanto, conhecida, até aqui, de poucos. O panegirico de D. João III occupa as paginas 1-160; e o da *Infanta D. Maria* as paginas 161-219.

*MARILIA DE DIRCEU E MAIS POESIAS*, por TOMÁS AMOSTO GONZAGA, volume de XXXVI-268 páginas. Contem as três partes da *Maidia*. Foi como Rodrigues Lapa ordenou o volume (pag. XXXII): «A presente edição baseia-se: para a Parte I, na 1.ª edição de 1792; para a Parte II, na 2.ª edição de 1802, por nos não ter sido possível alcançar a 1.ª edição, de 1799. A Parte III reproduz a edição de 1812, da Impressão Régia, que até aqui ainda não tinha sido republicada. A falsa Parte III foi conferida sobre a edição de 1800; também aproveitamos para ela o manuscrito que serviu para a Mesa Censoria, e que se guarda na Bibliotheca Nacional de Lisboa. Enfin, damos pela primeira vez a edição do poema a aclamação de D. Maria I, que tiramos do manuscrito n.º 340 da Bibliotheca Geral da Universidade de Coimbra».

*DISCURSO DO METODO E TRATADO DAS PAIXÕES DA ALMA*, por RENATO DESCARTES, volume de XXVII-256 páginas. A tradução, o prefacio (pags. IX XXVIII) e as notas são do professor Newton de Menezes. O *Discurso* occupa da pag. 3 a 90; e as *Paixões*, de pag. 91 a 239.

*O SOLDADO PRÁTICO*, de Diogo do Couto, volume de XXXII-252 páginas. É a reprodução duma obra muito rara do nosso douto e imparcialíssimo historiador do século XVI, ácrea da qual Rodrigues Lapa escreveu no *Prefacio* (pag. XXVIII): «O *Soldado Prático* e dos livros mais honrados da literatura portugueza. Devera ser lido depois dos *Lusiadas*. Os bons amigos, Camões e Couto, fizeram duas obras que se completam: uma canta as glorias antigas da pátria, num frenetico esquecimento do presente; outra analisa impiedosamente as verdades desse presente e mostra-nos o paiz e o Imperio afundados num tremedal de infâmias: por toda a parte a ambição da riqueza, o amor do luxo, a concessão e o roubo».

Sobre a importante e patriótica Colecção, le-se no citado prospecto de propaganda da Livraria Editora: «Essa colecção, que não terá pretensões eruditas, com a orthografia e pontuação actualizadas, dirige-se ao grande publico e tem o fim de promover a sua cultura literaria e humanistica. Mas nem por isso e menos cuidada: os textos são baseados na melhor edição conhecida, possuem um sobre-o sistema de anotações para uma boa comprehensão do autor e, enfim, um prefacio em que se estudam as linhas gerais da obra. São, numa palavra, os classicos postos ao alcance de todas as mãos e de todas as bolsas».

Para que esta arrojada iniciativa não sossobre e produza os seus frutos, bom seria que todos os que podem adquirissem os volumes, já publicados, desta admirável Colecção, e os que se lhes vão seguir.

J. T.

# ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Directores e proprietários:

ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL  
FRANCISCO FERREIRA NEVES  
JOSÉ PEREIRA TAVARES

Editor:

FRANCISCO FERREIRA NEVES

Administração:

Estrada de Esgueira — AVEIRO

Composto e impresso na Tipografia da Gráfica da Coimbra — Largo da Feira, 39 — COIMBRA

## S. PEDRO DE CANÊDO

### NO CONCELHO DA FEIRA

**A** CEDENDO aos desejos dos fundadores e directores do *Arquivo do Distrito de Aveiro*, volto a associar-me ao seu pensamento de regionalistas dedicados, qual foi tornar conhecida a *Terra* em que eles nasceram.

E, porque eu tenho a mesma Pátria — o distrito de Aveiro —, quero trazer às páginas desta importante revista varias notas relativas a freguesia de Canêdo, que tem uma vasta e curiosa história, embora com algumas questões de solução difficil. É abundante a documentação que, directa ou indirectamente, se refere ao antigo Mosteiro, ao padroado e a outros assuntos dessa localidade, que dariam ao curioso investigador elementos para uma volumosa monografia, mas eu limitarei muito o meu trabalho, deixando citadas algumas fontes que outros, com engenho, arte e esforço, poderão estudar e desenvolver com ótimos resultados. No *Censual*, nos muitos volumes do *Arquivo do Cabido do Porto* e noutros documentos fundamentarei tudo o que escrever, ficando ainda abundante seara, que os apaixonados poderão cultivar. Longa, muito longa seria a jornada, se tentasse apresentar e desenvolver os diferentes aspectos paroquiais e rústicos que podem fornecer materia para uma completa monografia.

Hei-de afastar-me de tudo isso, deixarei a longa jornada, não entrarei no vasto campo e só penetrarei em estreito atalho, percorrendo pequena parcela de terreno literario e historico.

*Situação:* A freguesia de Canêdo esta situada ao norte-nascente, no extremo do concelho da Feira. Na estrada que parte de Ovar, passa a Feira e segue pela Corga de Lobão, atravess-

## ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

sando Canêdo até ao lugar de Carvoeiro, nas margens do Douro, ha as seguintes distâncias quilometricas: Ovar a Canêdo - 27; Feira a Canêdo - 15; Corga a Canêdo - 3; e Canêdo a Carvoeiro - 7. Do Porto, por Lourosa, Fiães e Corga a Canêdo são 30 kilometros. Da estrada nacional (Lourosa) a Canêdo são 9 kilometros. Do Porto pelo Douro à praia de Carvoeiro o percurso regula por 24 quilómetros (1).

*Mosteiro:* Antes de entrar na história do Mosteiro de Canêdo e porque esta relacionado com El-Rei D. Diniz, quero fazer algumas referencias ao Monarca Lavrador, cuja vida não deve ser ignorada pelos habitantes da freguesia.

Há mêses, os jornais noticiaram particularidades ou minucias relativas ao cadaver de D. Diniz, que está sepultado no Convento de Odivelas, por Êle fundado e isto incitou-me também às breves considerações seguintes. Deixo os historiadores contemporâneos, porque julgo mais conveniente trazer para este lugar Camões, o imortal Épico, e principe dos historiadores.

Feitas as referências a D. Afonso III, diz o Poeta:

Eis depois vem Deniz

Com este o reino prospero floresce  
(Alcançada já a paz aurea divina),  
Em constituições, leis e costumes  
Na terra já tranquila claros numes.

Fez primeiro em Coimbra exercitar-se  
O valeroso officio de Minerva;

Nobres vilas de novo edificou,  
Fortalezas, castelos mui seguros;  
E quasi o reino todo reformou  
Com edificios grandes e altos muros.

LESÍADAS III, 96-98.

(1) Nestas distâncias, a designação « Canêdo » indica a igreja paroquial, no lugar do Mosteiro. Esta situada no extremo sul da paróquia. Na opinião do Sr. Doutor José Leite de Vasconcelos « o etimo ou origem filologica está em *Cannethon*, que significa canavial. E' um dos muitos substantivos em *ctum*, significativo de bosque ou local, onde crescem arvores ou arbustos. O toponimico Canedo esta representado em Trás os Montes, Entre Douro e Minho, Beira e data da primeira epoca da lingua portuguesa ». Faço uma referência especial ao Rei D. Diniz, porque esta ligado à freguesia de Canêdo pelo Mosteiro e a Feira pelo Castelo, que foi um dos oferecidos em dote à rainha D. Isabel, que, mais tarde, foi elevada aos altares de Portugal. Haverá, neste artigo, algumas notas mais explicativas, porque farei uma separata destinada a Canêdo.

Vejase a *Ethnographia Portuguesa* do Sr. Dr. Leite de Vasconcelos, vol. II, pág. 417 e seg.

## S. PEDRO DE CANÊDO

Foi com estes e outros versos que o nosso Épico referiu a actividade de D. Diniz na vida literária, agrícola, militar, politica e diplomática. *Constituições, leis, costumes, universidade de Coimbra, castelos e edificios de toda a espécie*, tal a acção construtora do Rei Lavrador.

Este, de comum acôrdo com sua mulher D. Isabel e o Infante D. Afonso, filho primeiro e herdeiro, doou a D. Geraldo, bispo do Pôrto, o Mosteiro de Canêdo, em Terra de S. Maria, com o direito de padroado e tôdas as honras, senhorios, maladias (pensões), casais, heranças e posses com todos os direitos espirituais existentes e futuros. Esta doação era *pessoal* a D. Geraldo, em atenção aos muitos serviços prestados a D. Diniz. Uma das cláusulas foi que, em todo o sempre, houvesse, no Mosteiro, uma missa diária e cantada em honra de Deus e da Virgem Santa Maria por alma dos ascendentes e descendentes do doador, abençoando os que auxiliassem o cumprimento da doação e amaldiçoando os que a impedissem. O documento de D. Diniz tem a data, em Lisboa, aos 28 de Março da Era de 1342, ou 1304 anos de Cristo. Foi assinado por magnates seculares e D. Martinho, arcebispo de Braga, D. João, bispo de Lisboa, D. Estêvão de Coimbra, D. Fernando de Évora e outros. Vê-se, pois, que foi uma doação muito solene (\*).

Pertencia êste Mosteiro à Ordem de S. Bento e attribue-se a sua fundação a Guterres, pelos anos de 950. Ninguém deve admirar-se desta antiguidade e de pertencer à Ordem de S. Bento de Nursia, porquanto a vida religiosa-monastica desenvolveu-se muito no Ocidente desde o seculo iv e atingiu a maior perfeição com os beneditinos.

S. Bento de Nursia viveu de 480 a 543, fundou o Convento para homens no Monte-Cassino, que ficou célebre na História e perto um outro para mulheres, cuja direcção confiou a sua irmã Santa Escolástica, também falecida em 543.

A expressão, muito conhecida, «*paciência beneditina*» provem do trabalho que as Ordens beneditinas prestaram à ciência, na difícil e paciente cópia de velhos manuscritos. Demais, o estudo das humanidades, as obras e instruções publicadas, os trabalhos artisticos e asceticos, manuais, agricolas e outros —

(\*) Donatio Monasterii sancti petri de Canedo — *Censual*, pag. 317 e 318. Arquivo do Cabido, livros n.º 806, 753 ou 31 das Sentenças. O *Censual do Cabido da Sé do Pôrto* e dos quatro mais notaveis cartularios de Portugal, colligido por João da Guarda, ragoeiro do Cabido. Data do seculo xiv ou xv e é chamado *Censual* por conter a relação das censurias que as igrejas e mosteiros pagavam à catedral. O mosteiro de Canêdo pagava 20 bragaes, 2 libras de cera e o censo de 200 morabitinos velhos. *Censual* a pag. 543. As citações são todas referidas ao *Censual* publicado pela Câmara do Pôrto.

tornaram bem conhecidas e apreciadas estas ordens, que, por isso mesmo, cedo vieram para Portugal. Pendorada (Alpendorada), Lorvão, Pedroso, Paço de Sousa, Guimarães, Cacujães, Ganley, Tibães, S. Pedro de Canêdo e outros mosteiros atestaram e alguns dos mais modernos ainda atestam a prodigiosa actividade beneditina.

As Monjas Beneditinas tiveram as suas casas, talvez pelo principio do seculo vii, em Arouca, Vairão, Semide, Lorvão, Rio Tinto, Salvador de Tulas, Tarouquela, Vila Cova de Sandim, próximo de Canêdo e outras.

Esta ultima casa de Vila Cova, S. Salvador ou S. Maria de Vila Cova, ou ainda Vila Cova das Donas, na Comarca da Feira (hoje Gaia) era já importante por 1180. Ve-se, pois, que as ordens beneditinas pontificaram nas Terras da Feira, que se estendiam do Douro ao Vouga. A de Vila Cova sustentou-se ate se fundir com Rio Tinto, Tulas e Tarouquela dando origem ao convento ou mosteiro de S. Bento da Ave Maria, no Porto, para onde entraram as religiosas, em 6 de Janeiro de 1535.

No mesmo anno da doação de D. Diniz, isto é, em 1304, a 26 de Maio, é feita a cessão do Mosteiro de Canêdo com as suas rendas e direitos ao bispo do Porto. A comunidade reconheceu que, tanto no espiritual (a longis temporibus in spiritualibus defecisse) como no temporal, era necessaria uma grande reforma. Já estavam alienados casais e bens, a parte religiosa não se cumpria e era urgente a restauração necessaria, mas so a autoridade episcopal podia realiza-la<sup>1)</sup>.

Quais fôsem os efeitos desta cessão ou cedencia?

Que providencias tomou o bispo do Porto para a restauração espiritual e material do Mosteiro? Nada sei dizer. Naturalmente tudo continuou no mesmo estado.

Em 8 de Fevereiro da Era de 1345 ou 1307 dos anos de Cristo, D. Geraldo Domingues deu e concedeu ao cabido do Porto todos os rendimentos, proventos e direitos do Mosteiro de Canêdo, que lhe tinham sido doados em razão da pessoa e não da Igreja Portuense, que seriam distribuidos entre os conegos e porecionarios, segundo as horas de assistencia ao côro. O Cabido ficava obrigado a conservar em Canêdo quatro irmãos ou monges, sendo um o Prior, cuja nomeação lhe pertencia e

1) Concessio Conventus Monasterii de Canedo supra ordinat one vel anexatione. *Censual*, 318-320.

Uma carta de D. Diniz de 1295 confirma outra de D. Alfonso de 1212 pela qual determina que o abade de Canêdo se pague sete medidas, por justa medição, aos bens regendos pertencentes ao Mosteiro. Livro 753, 31 das Sentenças, no Arquivo do Cabido do Porto.

Era já a falta de recursos.



## S. PEDRO D'E CANÊDO

aos bispos sucessores e um capelão, que tivesse a seu cargo a pastoreação dos fiéis (qui curam populi habeat), um pároco.

Haveria missas diárias com as seguintes applicações: uma por D. Diniz, outra por D. Diniz e bispo e duas em louvor de Deus e de Nossa Senhora. Depois da morte de El-Rei e de D. Geraldo seriam celebradas duas missas de Requite, por todos os séculos (*cunctis temporibus saeculorum*) <sup>(4)</sup>.

Em 31 de Agosto do ano de 1307, Diogo Soares, Cônego e Vigário Geral, como delegado do Cabido, a quem pertencia o padroado *in solidum* (totalmente), confirmou abade do Mosteiro de Canêdo e administrador do Convento, tanto no espiri- tual como no temporal, *Domingos Domingues*, a quem todos deviam prestar obediencia e reverencia. O Mosteiro pagaria ao Cabido o censo anual de 200 maravedis velhos da moeda por- tuguesa <sup>(5)</sup>.

Em 29 de Novembro do ano de 1311, o bispo do Porto D. Fr. Estêvão confirmou, por intermedio do seu Vigário Geral Pedro João, o capelão Vicente Domingues, de cuja idoneidade se tinha certificado.

A confirmação mostra que para a respectiva nomeação não houve simonia, prestou juramento de obediencia e reverencia a D. Estêvão e aos seus sucessores, prometeu observar os esta- tutos sinodais, assistir ao synodo, se fôr chamado e não estiver impedido, fazendo residencia pessoal, excepto se fôr dispensado. Aos fiéis manda prestar obediencia e reverencia ao capelão <sup>(6)</sup>.

Não obstante todos os esforços dos bispos D. Geraldo, D. Estêvão e do Cabido, continuou o estado decadente do Mos- teiro e eram irreparaveis as ruinas espirituas e materiais. Era indispensavel que não habil e forte tomasse conta do Mosteiro e empregasse todos os meios ao seu alcance para reparar e

(4) *Donatio domini episcopi Geraldii facta capitulo de Monasterio de Canedo. Censual*, pág. 320-321.

(5) *Confirmatio Monasterii de Canedo ad presentationem capitulo por- tugalensis. Censual*, pág. 322.

(6) *Capellano vestro obedientiam et reverentiam exhibentes.*

*Confirmatio capellaniae Monasterii santi petri de Canedo. Censual*, pág. 323.

Do *Corpus Codicum*, vol. 1, pág. 324, constam as notas seguintes sôbre inquirições nos julgados de Fervedo e da Feira.

«...Sam Pedro de Canedo e de Sam Vicente que he sofreganha de sam pedro. E a freguesia da mota e sam vicente de Louredo e uila seca e foseiro e parada e beneito e uila de posse geyro e terrenos e sam gl'ria e ricardillo e Mosteiro San Jorge. Sam freguesia de Casimdy. Sancti asero de promety San pinedo de vira gayer e Aldeya de Cedete e Santa maria de teares Samigo de cebra. E o lugar que chamam preo- llem a aldeya que chamam brejal Sam Salvador de fornos Sam miguel de duas l'guas. Syneto anore de Joyam San Mattheo de vira geyro e...

restaurar a administração espiritual e material. Estava deão do Cabido do Porto um sacerdote de notável envergadura literária e por isso anexaram ao deão o Mosteiro de Canêdo, esperando que o Chefe remediasse os males existentes.

Vejamos o que se passou.

Em sessão capitular de 27 de Setembro da Era de 1350 ou 1312 dos anos de Jesus Cristo, a que presidiu o bispo D. Fr. Estêvão, foi resolvido anexar perpétuamente ao deão o Mosteiro de Canêdo, alegando que seria muito mais fácil e sobretudo porque presidia ao Cabido e era deão D. Gonçalo Pereira, cujo *poter e habilidade* seriam garantias de melhor administração: ...«*si dignitati deconatus dictum Monasterium uniretur et specialiter per potentiam et industrias venerabilis vir domni Gondisalvi pereyra nunc Decani*», diz-se no *Censual*.

Nesta união, o Cabido reserva os 200 maravedis de censo anual, a que já fiz referência e receberia mais 100 libras de moeda portuguesa, logo que se realizasse a união. O prelado continuaria a receber as censorias de cera, bragaís e o mais que era de costume. D. Estêvão tinha de se ausentar por motivo justificado, não podia dar andamento ao processo de anexação e, para este efeito, delegou todos os poderes no Cônego D. Martim Vasques, que também era abade de S. Cristovão de Refojos.

O executor da anexação diz que o Mosteiro ficara perpétuamente unido ao deão com todos os bens, exceptuando os que pertenciam ao Cabido, ao bispo e à Igreja, como já foram mencionados. Existiam no Mosteiro apenas dois religiosos, devendo um ser prior e outro capelão, vivendo juntos, celebrando os officios divinos e administrando os sacramentos. Se mudarem para outra casa da mesma ordem ou falecerem, o deão conserve em Canêdo tres clérigos, que vivam no Mosteiro, se sustentem dos bens deste e um seja o cura, ou vigário perpétuo, recebendo a jurisdição do bispo (?).

Dada a sentença de união ou anexação do Mosteiro de Canêdo ao deão do Cabido do Porto, seguiu-se a posse. Esta realizou-se em 9 de Dezembro de 1312. Neste dia estava no Mosteiro de Canêdo D. Pedro João, Vigário Geral de D. Fr. Estêvão, que visitou toda a casa e no fim o Abade Martinho Domingues entregou a administração e direito que tinha. Em seguida, o Vigário Geral conferiu ao deão e a dignidade do deão a posse do Mosteiro ao veneravel varão D. Gonçalo Pereira, que estava ali representado pelo procura-

---

(1) *Unio sive Anexatio Monasterii de Canedo decanatu portugaliensi Censual*, pag. 324 a 328. Arquivo do Cabido, livro 806 e 84 das Sentenças

dor João Estêvão e cuja fórmula se encontra no *Censual*, a pág. 329 e 330 <sup>(8)</sup>.

D. Gonçalo Pereira, com muito brilho e distinção, tinha concluído a sua formatura em Salamanca, onde de relações com D. Tareija Pires Vilarinho houve um filho, que foi D. Alvaro Gonçalves Pereira e este foi o pai de D. Nuno Alvares Pereira, o grande condestável de Portugal e hoje o beato Nuno de Santa Maria. D. Gonçalo Pereira ordenou-se por 1288, foi prior de S. Nicolau da Feira e sucedeu no deado do Pôrto a seu primo Sancho Pires, quando este foi elevado ao episcopado por 1296. D. Gonçalo Pereira foi educado na côrte de El-Rei D. Diniz e seu testamenteiro. Por estes motivos, pela grande fidalguia, ilustração e patriotismo, teve uma grandíssima importância religiosa, social, politica e mesmo militar. Por 1322 foi nomeado bispo de Lisboa, passando para arcebispo de Braga em 1326. Aqui ficam estes traços gerais duma das grandes figuras da Historia de Portugal, de cujo nome se devem orgulhar os Feirenses e muito mais os povos de Canêdo, porque foi o superior do Mosteiro durante cêrca de 10 anos, de 1312 a 1322.

Que serviços prestou para reformar e melhorar a vida religiosa e administrativa do Mosteiro? Até onde chegou aquele poder e industria que o *Censual* lhe attribuiu e que eu referi? <sup>(9)</sup>

D. Pedro Pires foi o successor de D. Gonçalo no deado e portanto na posse do Mosteiro de Canêdo desde 1323 a 1327.

A este succedeu D. Domingos Martins Bugalho ou so D. Domingos Martins. Teve durante alguns anos o Mosteiro, mas, em 1336, renunciou-o no Cabido por motivos de consciência.

Do têrmo de renúncia consta que « o honrado baron dom Domingos Martins Dayon do Pôrto, estando em Cabido com os conegos, disse que achara que o Bispo Dom Giraldo que foi do Pôrto anexara e dera o Mosteyro de Canêdo ao Cabido da dita se do Pôrto para o haver para sempre e fazer dele e por ele como se contem em os privilegios. E dizia que como quer que ele o trouxesse com o dayado que entendia que o trazia contra direito e em perigo de sua alma. E que, porém, abria mão do dito Mosteiro de Canêdo com tôdas as suas pertenças ao dito

(8) Possessio Monasterii de Canedo pro Decano Portugalensi *Censual*, pág. 329-330.

(9) Os Condes da Feira procedem de D. Rui Gonçalves Pereira, irmão consanguineo de D. Gonçalo Pereira. D. Nuno ou Fr. Nuno de Santa Maria tem na frontaria da igreja parochial de Gusende uma recordação da sua vida de guerreiro e Santo. Em artisticos azulejos lá estão representados os cento e tantos da Batalha e do Carmo, as bandeiras de D. Nuno, com a presençia deste, vestido de donato carmelita. E a recordação duma epôca brilhantíssima da Historia de Portugal.

Cabido e que o tenha para todo o sempre sem embargo nenhum e faça dele como de coisa propria ». Neste assunto foi procurador do Cabido o cônego Lourenço Peres. Esta renúncia realizou-se no dia 3 de Junho da era de 1374 ou anos de 1336 de Jesus Cristo <sup>(10)</sup>.

Em 1452 era deão Antão Gonçalves e tinha ainda o Mosteiro de Canêdo. Como alegasse que este lhe rendia muito pouco, foi-lhe anexada, somente em vida, a igreja de S. João de Ovil <sup>(11)</sup>.

Por Letras Apostólicas de Sixto V, de cuja execução foi encarregado D. João Galvão, bispo de Coimbra, sendo deão Álvaro Gonçalves, foi o Mosteiro de Canêdo desanexado do deão, no ano de 1473 e no ano seguinte foi anexado à igreja de Lobão <sup>(12)</sup>.

No dia 13 de Dezembro de 1505, sendo bispo D. Diogo da Costa, o Vigário Geral e Abade Comendatario do Mosteiro de Bustelo, chamado Pedro Gonçalves, confirmou ou passou carta de colação a Fernão da Cunha para a igreja de Canêdo, como se lê no *Catálogo dos Bispos do Porto*, por D. Rodrigo da Cunha, na parte II, capítulo XXXIII.

*Vilha contenda:* Do Arquivo do Cabido consta que houve, no tempo de D. Diniz, uma contenda importante com o abade do Mosteiro reverendo Martin Domingues, a quem foi dada posse no ano de 1302. Há outro documento ou « instrumento por onde consta ser privado de abade do Mosteiro de Canêdo Martin Domingues no ano de 1302 ». « Apelação que Martin Domingues, abade de Canêdo, interpôs para Braga contra o bispo D. Geraldo para ser conservado na posse do dito Mosteiro de Canêdo. Ano 1302 » <sup>(13)</sup>.

« Autos da contenda do Bispo e Cabido do Porto com o Abade de Canêdo Martin Domingues acerca do padroado da igreja — 1313 » <sup>(14)</sup>.

*Aposentadorias, comedorias, pousadias:* <sup>(15)</sup> É bem certo o

<sup>(10)</sup> Renúnciação que fez Domingos martynz dayam ao Mosteiro de Canedo. *Censual*, pág. 331.

<sup>(11)</sup> N.º 779 do *Índice Roteiro*, no Arquivo do Cabido.

<sup>(12)</sup> Livro 806 ou 84 das *Sentenças*, no Arquivo do Cabido; é muito importante e quasi todo contem documentos relativos ao Mosteiro de Canedo.

Em 1457 houve ordem regia pela qual se examinou na Torre de Tombo quas eram os casus do Mosteiro de Canedo que deviam pazar fóra do Castelo da Feira.

*Índice-Roteiro*, n.º 586 ou livro 86 das *Sentenças*.

<sup>(13)</sup> *Índice-Roteiro*, n.º 782 e 785 ou livro 84 das *Sentenças*.

<sup>(14)</sup> Livro 806.

<sup>(15)</sup> HENRIQUE DA GAMA BARROS na *História da Ad. Pública em Portugal*, nos séculos XVI a XV, vol. I, pag. 342, 346, 348, 396; II, 220, 224 e seqs.; III, 64, 421 e noutras passagens.

De I a III livro em varias passagens da *História da Igreja em Portugal*

rifão que « onde não há pão todos ralham e ninguém tem razão ». Foi o que succedeu no Mosteiro de Canêdo. Um dos grandes males que mais concorreu para o empobrecimento dos mosteiros e igrejas foi o direito que tinham os padroeiros de visitar as instituições que dependiam dêstes. Aproveitavam-se dêsse direito, visitavam, instalavam-se, demoravam-se e faziam grandes despesas que eram pagas pelos mosteiros e igrejas, não restando meios suficientes para o clero e pessoas encarregadas dos diferentes serviços. A Santa Sé empregou meios para combater os abusos e os reis de Portugal fizeram o mesmo.

D. Afonso III publicou normas no sentido de reduzir os encargos mencionados.

Ja em nota mencionei a redução em pagamento de medidas, atendendo a falta de recursos do Mosteiro e agora acrescento que D. Diniz, em 1281, isentou, por 2 anos, os mosteiros e igrejas do Pôrto da aposentadoria com fundamento da pobreza dessas instituições.

Deviam ser grandes os abusos em Canêdo por isso que, em 1293, D. Diniz publicou uma carta para o tabelião da Feira notificar uns cavaleiros, donas e escudeiros e outros homens, para se absterem de ir pousar e comer no Mosteiro, fazendo assim grande mal ao mesmo. No ano de 1332, nova carta régia para o Cabido conservar o seu dominio no Mosteiro de Canêdo e seus casais livres de hospedagem e de outros encargos, como consta do ja citado livro 84 das *Sentenças* ou 806 da numeração geral. Dêste mesmo livro consta que no ano de 1296 houve intimação de censura ao abade Martin Domingues, ja citado, para não administrar os bens do Mosteiro, sendo nomeado um economo para a sua administração. Pode, pois, concluir-se que a questão economica foi a causa ou uma das causas que contribuíram para a queda do Mosteiro ou abandono por parte dos religiosos e do Cabido.

Em que epoca se completou a ruina? Em 1623 escreveu D. RODRIGO DA CUNHA:

« Então (refere-se a 1304) dos religiosos da Ordem de S. Bento e agora e Comenda da Ordem de Cristo » (16).

No relatório da visita a Canêdo, a que me referirei, diz-se: « O Conde de São Lourenço e o Comendador e obrigado a tudo o necessário não só para a capela mor e sacristia, mas também para a mesma igreja ».

Já se não fala no Mosteiro.

(16) *Catálogo*, vol. II, capítulo XIV.

D. Rodrigo da Cunha, referindo-se às igrejas da Comarca da Feira, por 1623, escreveu:

« S. Pedro de Canedo tem o Santissimo Sacramento. 11 medidas, S. Luzia, outra na quinta de Várzea. Tem de Comunhão 681 pessoas, menores 164. É anexa de Lobão e com ela é arrendada Vigairaria ». *Catálogo dos Bispos do Pôrto*, II Parte, Capítulo XXXXVIII.

*Canêdo no foral de D. Manuel I:* Antes de qualquer consideração sobre o assunto proposto na epigrafe d'este capitulo, convém saber o que são os forais. Chamou-se foral a uma lei especial ou código destinado a alguma cidade, vila, concelho, julgado e até aos moradores ou caseiros de uma quinta ou herdade<sup>(1)</sup>. Os reis de Portugal deram muitos forais e deles nasceram litígios e controversias variadíssimas. D. Manuel governou de 1495 a 1521 e empregou esforços para a reforma dos forais. Encarregou Fernão de Pina de percorrer o Reino, estudar o assunto, examinar as leis antigas e circunstâncias do tempo e redigir novos forais. Pina foi o secretário duma comissão ou junta de letrados, que de 1513 a 1517 realizou o trabalho novo ou redigiu novos forais, que os criticos e historiadores classificam de imperfeitos, precipitados, sendo origem de novas questões, embora nas disposições relativas aos *direitos reais* sejam melhores, mais rigorosos. O foral da Feira e terras de Santa Maria é de 1514.

« D. Manuel, por graça, Rei de Portugal e dos Algarves.... a quantos esta carta de foral dada para sempre à Vila da Feira e terra de Santa Maria virem, fazemos saber que por bem das sentenças e determinações gerais e especiais que foram dadas e leitas por nós e com os do nosso conselho e letrados acerca dos forais dos nossos Reinos e dos direitos Reais e tributos que se por eles desejam receber e pagar: e assim pelas inquirições que mandamos fazer em todos os lugares de nossos Reinos e senhórios, justificados primeiro com as pessoas que os ditos direitos Reais tinham, achamos vistas as inquirições da nossa Torre do Tombo, porque os tributos, foros e direitos Reais na dita Vila e Terra de Santa Maria se deve e hão de arrecadar e pagar daqui em diante na maneira e forma seguinte ».

I — Refere-se à Vila, onde ha terras Reguengas com outros direitos particulares e inquirições, indicando as propriedades, nomes, encargos, não esquecendo o castello. Há terras na Vila e limite que de oito pagam um.

---

(1) V. também, no *Elucidario*, a palavra *foral*; *Historia da Administração em Portugal*, nos seculos XII a XV, por HENRIQUE DA GAMA BARROS, III, 528 e seg., cap. III, sec. 1, « Forais dados pelo rei ».

*Agradecimento e explanação.* A Ex.<sup>a</sup> Direcção do Arquivo do Distrito de Aveiro o meu agradecimento pelo empréstimo da copia do foral para este meu trabalho; juntei notas e explicações que são indispensaveis para comprehensão de muitas passagens. O trabalho do saudoso escriptor GAMA BARROS, porque a sua obra é importantissima e ha de consultar para quem tiver o *Índice Analítico* do Sr. Dr. AUGUSTO REIS MACHADO.

Sabemos que, a seu tempo, sera aqui publicado o foral completo e como outros do distrito com o pertigues do tempo de D. Manuel. Aqui vai actaallizado por causa duma separata.

## S. PEDRO DE CANÊDO

Ocupa-se o foral das *iradegas* <sup>(1)</sup> de pão e vinho e menciona as propriedades e as pessoas que as deviam pagar.

As pessoas com porta para a rua e que fizerem fogo (cozinhare[m]), cada uma pagará uma galinha sem ovos. Há referências especiais a quinta de Rolões com os chãos Reguengos.

*Pena de saque e de arma* <sup>(2)</sup> são as contribuições para aquêles que, indo de fora, ferissem algum morador dentro das ruas ou espansassem embora não corresse sangue.

O direito das *forças* era devido sômente depois do julgamento das cousas, em certas condições <sup>(3)</sup>.

Os *tabeluães* que houvesse nas terras de S. Maria e na Feira pagariam anualmente mil e oito centos reais, que seriam repartidos por todos igualmente <sup>(4)</sup>.

O *gado do vento* eram os animais que sem dono ou pastor vagueavam pelas diferentes pastagens ou se mudavam como o vento <sup>(5)</sup>. No foral se diz quantos dias deviam passar ao vento para se julgar perdido.

As *dízimas das sentenças* foram proibidas, excepto nas sentenças que se tem de executar <sup>(6)</sup>.

Os *montados e maninhos* para gados não existiriam, porque todos têm vizinhança uns com os outros. Se fizerem dano, pagarão a pena ou coima (multa) segundo as posturas do concelho <sup>(7)</sup>.

As *lutosas, luytosas, luctosas* <sup>(8)</sup> eram os direitos que se pagavam pelas pessoas falecidas e D. Manuel determina as pessoas e freguesias que deviam pagá-las. A freguesia de Canêdo não está incluída na relação.

A *lutosa* devia ser a melhor joia ou peça móvel que ficasse da pessoa falecida.

Outras determinações houve relativas a portagem <sup>(9)</sup> (portadigo e portático ou o direito de entrada em certos lugares como cidade, vilas, coutos que pagavam as fazendas e viveres), localidades para a entrega dos toros, saídas de madeiras, sardi-

(1) *Iradeegas* não indica só o trato seco e debalhado na era, mas e uma medida bastante arbitraria, como se deduz de muitos locais. Como medida de cereal a iradega media 1, 3, 4, 6, 12 e ate 24 alqueires. Varava muito. Viterbo, no *Elucidário* — GAMA BARROS, *obra cit.*, III, 182, 6117. Reguengos e realengos eram as terras do património real ou que pagavam direitos à Corôa. GAMA BARROS, *cit.* III, 614 e noutros logares.

(2) Pena no *Elucidário* de VITERBO.

(3) GAMA BARROS, *obra cit.*, III, 342 e seg.

(4) GAMA BARROS, *obra cit.*, III, pág. 721 e seg., e 781 (pensão dos tabeluães).

(5) VITERBO, no *Elucidário*. GAMA BARROS, III e IV.

(6) GAMA BARROS, *obra cit.*, vol. III e IV.

(7) GAMA BARROS, na *obra citada* sôbre pastos comuns, pastagens e montados. IV, pág. 83 e seg., 99-105.

(8) VITERBO no *Elucidário* e GAMA BARROS, III, 495 (texto e notas) e 617.

(9) VITERBO e GAMA BARROS, II e III.

nha, caçadores de rôlas, preços dos géneros.... que o leitor mais tarde poderá conhecer bem neste *Arquivo* quando o foral fôr publicado.

Até aqui a Vila da Feira. Vejamos agora Canedo com as suas contribuições:

*Canêdo em Lobel*: Afonso Luiz pelo casal de Pedro de Lobel pagara 2 alqueires de trigo, 8 de centeio, 8 de milho e uma galinha. E de linho 4 afusais e de vinho mole <sup>(7)</sup> 6 almudes.

Gonçalo de Lobel pelo casal e meio de João Gonçalves, 4 alqueires de trigo, 10 de centeio e 10 de milho. E de vinho mole 6 almudes pelo qual vinho paga por avença 150 reais em cada ano e do dinheiro que chamam das Vides 40 reais, 2 galinhas e 7 afusais de linho.

*O Mosteiro de Canêdo*: O Mosteiro de Canedo há-de dar por si 9 quarteiros de centeio pela medida nova de 16 alqueires o quarteiro, que faz 144 alqueires e outros tantos de milho e mais 28 galinhas e em dinheiro duzentos e dezasseis reais, sem mais poderem crescer nem minguar as ditas cousas, porquanto antigamente foi assim taxada a dita paga do dito Mosteiro pelas cousas que trouxe da Coroa de nossos Reinos. E ficará resguardado do dito Mosteiro qualquer direito que tiver nas cousas por que assim nos paga o dito lóro e tributo.

João do Pomar pelo reguengo 540 reais em dinheiro e duas galinhas sem mais outra cousa.

João Anes pelo casal de Afonso Domingues 180 reais em dinheiro sem mais outra cousa.

Martinho de Valecova por todos os foros e tributos do casal pagaria 832 reais.

Gonçalo de Matos pelos casais de Canêdo 121 reais.

Lourenço Anes de Várzea pelo casal de Arouca 90 reais.

Em Lousado ha 5 casais com um de mestre Vasco e dão de centeio um moio pela medida velha. E isto lora o que paga o Mosteiro pela medida nova. E pagam-se ao castelo 43

(7) Afusal ou efusal era um certo peso de linho que correspondia a 2 arrateis. Para outros o efusal constava de 12 estrigas de linho.

Vinho mole era o mosto, o vinho que não ferveu. Havia o vinho de cutelo que cada um colhia da sua lavoura e o vinho podado e de vinhas. GAMA BARROS, IV, pág. 42 e seg. sobre vinho, azeite e linho.

Quarteiro era uma medida que variava bastante. Neste caso do Mosteiro o quarteiro valia 16 alqueires. Alqueire, quarteiro e moio variavam nos forais e nas localidades. Veja-se VIERNO no *Elucidário* e GAMA BARROS, IV, pág. 296-355, no capítulo « Pesos e medidas ».

*Gorazil, corazil, cobrazil...* que aparece no foral significa uma parte do porco, ou a espaldada do porco. *Calica* e a costura banda do porco. Veja-se o *Elucidário*.



alqueires e meio pela medida nova pelo dito moio <sup>(26)</sup>. E mais 11 galinhas por todos os casais de Lousado, agora o de João de Bairos que paga por si. E mais recebe o Castelo as galinhas e o dinheiro abaixo designado. E Aparicio, pelo casal que foi de João de Lousado, 18 alqueires de centeio para esta paga dos 43 alqueires e meio e mais 5 galinhas. E paga-se o senhorio por estes e se falecerem há de recebê-los do Mosteiro para cumprimento do que falecer e as 11 galinhas se pagam pelos seguintes com outros foros do dinheiro. O João de Bairos pelo Lousado, agora o que paga o Mosteiro, 10 alqueires e meio de centeio e não entra também nesta outra paga do moio.

Afonso Martins de Lousado pelo casal de Vasco Anes 10 alqueires de centeio.

Gonçalo Anes pelas vinhas que trazia João do Cameiro 5 alqueires e meio de centeio e 1 galinha.

Luiz Afonso pelo casal de Sozanil por si sem a paga do Mosteiro ao Castelo 3 galinhas e 15 reais.

Pedro Vaz pelo casal de João de Canedo, agora o que paga o Mosteiro, 28,50 reais e 3 galinhas. O neto de João de Canêdo, agora o que paga o Mosteiro, 24,50 reais, e mais 3 galinhas e mais 6 galinhas.

E Pedro Vaz de cima paga as 12 galinhas dos casais de cima.

Martinho de Cameiro pelo casal Reguengo de João do Cameiro 4 alqueires de trigo, 6 de milho e de centeio 8 alqueires, de linho 6 atasais, de manteiga 6 quartilhos pela medida nova, de vinho mole 6 almudes e 14 reais.

Luiz Afonso pelo casal de Sozanil 15 reais e 3 galinhas por si sem a paga do Mosteiro. Martin Aparicio do casal reguengo 288 reais. João de Sante pelo casal da Inha 804 reais. Alvaro Vaz, de Canedo 40 reais. A Quinta da mata com outros casais são do prestimo <sup>(27)</sup> de cadinha que andam com Fernedo com o Senhorio dos quais se fará a justificação destes e de outros que aqui tem.

Nada mais diz o foral sobre Canêdo.

*Ainda tributos do foral Manuelino:* Além do que fica escrito no texto e em notas sobre os tributos do foral manuelino, vou referir outros, ainda que rapidamente.

---

(26) *Elucidário* de Vi. — nas palavras *moio* e *medida velha*, onde se mostra que, tendo D. Manuel procurado uniformizar as medidas, há nos seus forais diversidades e apresenta exemplos.

Sobre medidas de capacidade, veja-se GAMA BACOS, IV, pag. 311-339.

(27) *Prestimo* ou prestímonio significa porção de rendimentos de um benefício. Significou também pensão diária, anual, temporária ou vitalícia na Igreja e no século. *Elucidário* de VITERBO.

*Portagem:* Pagava-se somente para as coisas vendidas ou compradas aos de fora para revender.

*Pão, cal, sal, zinho, vinagre, fruta verde, hortaliça, pescado e marisco:* Tudo pagava por carga. E havia carga maior (de cavalo ou muar), carga menor (de asno), costal (que um homem levava às costas) e outra nas mãos ou debaixo dos braços.

O carro ou *carreta* equivalia a duas cargas maiores.

Não pagavam portagem: pão cozido, queijadas, biscoitos, farelos, ovos, leite, prata lavrada, nem as coisas compradas na vila para o termo nem no termo ou vizinhança para a vila.

*Casa mudada:* Não pagava portagem, excepto quando levavam coisas para vender. Frutas dos bens próprios, tenças, estavam nas condições da casa mudada.

*Gados e bestas, paños finos, coirama e calçadura,* ora isentos, ora contribuidos, pagavam geralmente por carga maior. Veja-se GAMA BARROS sobre exportação de gados, vol. iv, pag. 106 e seguintes.

*Azule, mel e semelhantes, politaria* (tôda a qualidade de peles para calçado, vestidos, forros, guarnições ou regalo), *metais, ferro e obras d'este, telha, tijolo e obras de barro, pilma, esparto* - tudo tinha o seu tributo ou estava dele dispensado conforme as circunstâncias especiais, e as entradas e saídas por terra tinham a sua regulamentação.

Não foram esquecidos os *privilegiados* que eram os eclesiásticos dos mosteiros, clérigos de ordens sacras, beneficiados de ordens menores, e as mulheres com votos, porque não pagariam portagem nos seus bens ou nos que comprassem para suas casas e familiares.

Isentava também algumas localidades que são mencionadas no foral.

Finalmente aparece a pena contra aquêles que levem mais direitos. Seriam degredados para fora da vila e termo, e pagariam cadeia. Tais são as disposições ultimas do foral.

*Demografia:* Das *Constituições Diocesanas* de 1687 consta que a freguesia tinha o titulo de *Ritoria*. Constava de 408 fogos, 1091 pessoas maiores e 286 menores.

Do relatório feito pelo reitor José da Fonseca e Sousa, em 1758 e que se encontra na Torre do Tombo, conforme o rol das pessoas confessadas, Canedo tinha 522 fogos, 1399 pessoas maiores, 177 menores que ainda se não confessavam.

Por ordem do Vigário Capitular D. Nicolau Joaquim Thorel da Cunha Manuel, um visitador percorreu tôda a comarca da Feira, organizou um relatório das freguesias, donde consta que Canedo tinha 488 fogos, 997 pessoas maiores, 133 menores e 149 ausentes. Isto em 1769. Era reitor José da Fonseca e Sousa, de 65 anos, «com disposição agil, mas falta de ouvir».

Não são boas as disposições relativas ao pároco e fregue-

ses dessa época e as confrarias não eram bem administradas. O padre Miguel Carlos de Oliveira, ordenado em 1764, por apresentação do reitor, desempenhava o cargo de cura. Havia 2 sacerdotes e 2 ordinandos. O Padre Domingos Pereira Pinto, ordenado em 1731, de 64 anos, estava dispensado de confessar por despacho do Provisor Fr. Aurélio, por isso que se queixava de varias molestias. O Padre Bartolomeu Bento de Azevedo era formado em Cânones, ordenado em 1749, tinha 45 anos, estava aprovado para confessar e pregar, era bom clérigo, mas sofria de hipocondria, habitualmente muito melancólico.

Sebastião, filho de Manuel da Silva Aranha, de 23 anos, lugar de Fagilde, tinha boa disposição, mas parece « que o procedimento não é dos mais claros » diz o relatório.

José Maria da Mota Reimão, formado, filho do Capitão Valentim da Costa, tinha 27 anos e boa disposição.

Do mesmo relatório se vê que a igreja só tinha bom o fórrô do teto da capela-mór.

As casas da residencia tinham cômodos, mas todos muito arruinados. « Desta mesma sorte participa o campanario sem poder sustentar um bom sino que está em uns paus ».

É curiosa esta nota, porquanto já, em 1296, os Vigários do bispo do Porto foram a Canedo fazer umas inquirições a respeito dos sinos do Mosteiro que estavam postos num castanheiro e contra os quais protestou Martin Domingues, a quem já me referi. Pode verificar-se isto no livro 806 ou 84 das *Sentenças no Arquivo do Cabido do Porto*.

Dum *Almanaque Ecclesiastico* do bispado do Porto para 1857, consta que era abade Francisco de Oliveira Maia, pregador, egresso da Ordem de S. Francisco da Provincia de Portugal (Convento da Conceição de Matozinhos) e que tinha sido colado em 11 de Março de 1841. Era coadjutor José Gonçalves da Conceição e tinha dois presbiteros: Antonio Ribeiro Barraca e José Francisco dos Santos. Francisco José da Silva Tavares era ordinando.

Embora não haja referencia alguma a outro sacerdote, talvez por viver ausente de Canedo, não posso omiti-lo neste artigo.

Bernardo José da Silva Tavares, filho do brigadeiro Bernardo José da Silva Tavares e de D. Gertrudes Xavier Pereira do Vale, doutorou-se em Teologia pela Universidade de Coimbra, em 3 de Outubro de 1830, sendo logo nomeado cônego magistral da Se de Lamego. Por decreto de 21 de Agosto de 1856 foi nomeado conego da Se do Porto e passada a Carta Regia, em 7 de Outubro. O doutor Tavares não se conformou com os dizeres da Carta e representou ao Governo para lhe ser concedida a conezia de magistral, vaga pela morte do doutor Manuel Tomaz dos Santos Viegas. Deferido o pedido, recebeu a instituição canonica em 2 de Abril de 1857 e tomou posse no dia 8.

Prometeu e jurou guardar os Estatutos, cumprir as residencias e todos os mais encargos, a que estavam sujeitos todos os cônegos, sem poder aproveitar-se de privilégio algum dos antigos magistrais. Foi apenas um *magistral honorario*. Esteve paralitico em Canêdo, durante alguns anos e faleceu, a 22 de Março de 1888, com 87 anos de idade. Vejamos as últimas informações.

« A população actual anda à volta de 900 fogos e 4500 almas », informou, em Julho ultimo, o rev. paroco David Pereira Coelho. Entre Canêdo e a freguesia de Santa Maria do Vale havia 3 lugares meeiros, que deviam influir nos fogos e população. Eram Sagufe, Serralva e Pessegueiro que, ha ja alguns anos, passaram definitivamente para Santa Maria do Vale, o que facilita o serviço parochial.

A actual igreja tem 6 altares. Um e dedicado ao Sagrado Coração de Jesus e nele se venera tambem N. S. de Fátima. Os outros são antigos.

Ha bastantes capelas e ermidas antigas: Senhora da Piedade, Santa Bárbara, Senhora do Amparo, Santa Luzia, S. Paio, S. Roque, S. Lourenço.

O cemitério parochial foi construido em 1902, sendo paroco o Rev.<sup>o</sup> Agostinho Jose Pais Moreira, cuja actividade foi grande para esta obra.

Uma inscrição colocada pela Junta de 1913, a entrada do cemitério, diz o seguinte: « Tributo de gratidão da Junta de Paroquia de Canêdo prestada aos benfeitores Abade Agostinho José Pais Moreira e Augusto Barbosa Pinto pelo muito que concorreram para a construção deste cemiterio ». São informações de Julho de 1938.

*Confrarias:* Teve a freguesia de Canedo importantes confrarias, como se deduz dum Estatuto de 1676, que diz: « Estatutos das Confrarias do Santissimo Sacramento e do Santissimo nome de Jesus — De Maria Santissima, do Rosario, do Principe dos Apóstolos S. Pedro — Das Almas do Purgatorio — Instituidas na Igreja de São Pedro de Canedo, comarca da Feira, Bispado do Pôrto. Em 1854 houve uma tentativa de reforma de Estatutos, mas todos os esforços foram inuteis. A Confraria da Senhora da Bôa-Morte foi florentissima.

*Casas mais importantes:* A Casa do Fagilde teve como chefe o brigadeiro Bernardo Jose da Silva Tavares. Os filhos varões foram: Cônego Bernardo Jose da Silva Tavares, Capitão-mor Hermenegildo Jose da Silva Tavares, Doutor em Leis Francisco de Assis da Silva Tavares e Coronel Vitorino Jose da Silva Tavares. Hoje a casa de Fagilde pertence a Carlos Alves de Sousa, residente e negociante no Pôrto.

A Casa do Mosteiro pertenceu ao Capitão-mor mencionado

## S. PEDRO DE CANÊDO

e hoje pertence a seu filho Hermenegildo José da Silva Tavares, capitão médico miliciano, residente em Lever.

A *Casa de Valcoza* pertence ao Dr. Joaquim Alberto de Sousa Couto, médico aposentado.

A *Casa de Lousado* pertence a Augusto Barbosa Pinto, negociante, residente no Pôrto.

A *Casa da Botica* pertenceu ao farmacêutico Manuel José Pais Moreira e D. Emilia da Silva Tavares. Dêste matrimónio houve os seguintes filhos: Padre José Augusto Pais Moreira, Padre Agostinho Jose Pais Moreira, já referido, farmacêutico Vitorino Pais Moreira e D. Maria Pais Moreira, médica, residente no Pôrto.

Pertence actualmente a D. Emilia Pais Moreira, casada com Alexandre de Figueiredo, pais do médico Alexandre Pais Moreira Figueiredo, que, em Canêdo e freguesias vizinhas, exerce clinica.

*Arquivo paroquial*: Não havendo arquivo distrital em Aveiro, foram para Coimbra os livros do registo paroquial de Canêdo. No dia 19 de Junho de 1937, estive no Arquivo de Coimbra e verifiquei que lá existem 11 volumes do registo paroquial de Canêdo e todos em bom estado de conservação. Tomei as notas seguintes, que poderão facilitar os investigadores de arquivos:

Livro de 1587-1622. Não está autenticado. Era reitor Francisco Neto. Em 28 de Junho de 1621 a freguesia foi visitada pelo bispo D. RODRIGO DA CUNHA, o autor do *Catalogo dos bispos do Pôrto*.

Livro de 1624-1659.

Livro dos baptizados, casados, defuntos e crismados da freguesia do Mosteiro de S. Pedro de Canêdo no ano de 1659. Tem o termo de abertura em 1654, sendo êste feito pelo pároco de Miragaia, em virtude da comissão que lhe deu João Rodrigues de Araújo, em Setembro de 1654. Em 1672, no mês de Maio, houve crisma ministrado por D. Nicolau Monteiro. Era reitor Manuel Beça Leal (\*) e coadjutor Manuel Cardoso.

Livro de 1682-1699 legalizado pelo pároco de S. Vicente de Louredo Manuel Cardoso, em virtude da comissão que lhe deu o abade de S. Nicolau do Pôrto, visitador da comarca da Feira.

Livro de 1700-1720 com a lista dos crismados em 1699 por D. Fr. José de Santa Maria.

Livro de 1721-1769 numerado pelo paroco de Lobão, Simão

---

(\*) Manuel Beça Leal foi reitor mais de 50 anos. Formado em Cânones pela Universidade de Coimbra, erigiu a Congregação da Ordem Terceira e foi visitador diocesano. No fim da vida, retirou-se para a Congregação de Oliveira do Douro.

## ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

de Sousa Leal, por despacho do Provisor Dr. Pedro Valente de Aguiar, em 1720.

Livro de 1721-1768 — Casamentos.

Livro de 1720-1754 — Baptizados.

Livro de 1754-1775 — Por comissão do dr. Pedro Virgolino foi legalizado pelo notario apostolico Padre Jose Gonçalves da Cruz.

Livro de 1775-1786.

Livro de 1786-1804.

Livro de 1804-1820.

Outros livros no arquivo de Canêdo? Exceptuando os Estatutos referidos já, nada existe. Livro das visitas, pastorais, circulares, documentos antigos e outros, tudo desapareceu. Como? Que destino tiveram? Foram vendidos para alguma fabrica de papel de embrulhos? Queimados? Usados para buchas de espingardas? *Dicant Puliani*, isto é, nós não sabemos, nem queremos sabê-lo. (CANEDO DE FIGUEIRIDO, *Os estrangeirismos*, a pag. 188).

Empreguei esforços para descobrir, em Canêdo, tora do arquivo paroquial, alguns elementos para a história de Canêdo, mas tudo foi inutil. Desapareceu o cartorio paroquial.

*Tombo da Casa da Feira:* Pela morte de D. Fernando Forjaz Pereira Pimentel de Menezes e Silva, 8.º Conde da Feira, em 15 de Janeiro de 1700, sem deixar successão legitima, a maior parte dos bens do Condado passou para a casa do Infantado. Fêz-se o tomo que consta de 16 grossos volumes com as sentenças dos bens e rendas que passaram para o Infantado e estavam situados nas freguesias do concelho da Feira e vizinhos. No tomo quinto estão as sentenças relativas a diferentes casais de Canêdo e freguesias vizinhas. São notas interessantes relativas a varios casais. A nenhum me refiro, porque já me alonguei.

*Conclusão:* Aqui ficam estas noticias sobre a freguesia de Canêdo. Oxala que os seus parocos organizem melhor arquivo para a historia futura desta paroquia. Ficam indicadas muitas fontes, mas outras devem ser organizadas pelos pastores. A estes pertence arquivar, dia a dia, a vida paroquial. São estas as lições do Seminario de N. S. da Conceição do Porto.

CÓNEGO A. FERREIRA PINTO

# FORAIS DO DISTRITO DE AVEIRO

## FORAL DE ÍLHAVO

**T**AMBÉM ao concelho de Ilhavo, na reforma de forais que D. Manuel I ordenou pela carta regia de 22 de Novembro de 1497 com o fim de uniformizar o sistema administrativo e tributário do reino, confuso pela grande variedade das disposições de applicação local, foi outorgado *foral novo*.

É até a lei de Morsinho da Silveira, de 13 de Agôsto de 1832, que em todo o país extinguiu os forais e anulou as doações regias, por aquêlê diploma manuelino se ficou regendo a vida concelhia, pois tôda a actividade particular se subordinava ao disposto no foral, e por êle, directa ou reflexamente, era condicionada; atestam-no os *visos* das muitas e successivas correições feitas ao município, quasi todas ellas perfeitamente reconstituíveis ainda hoje atraves dos questionarios que ficaram **exarados nos livros das vereações**.

São páginas da vida administrativa local absolutamente inéditas que reclamam e merecem carinhoso estudo.

Apresenta o foral a data de 8 de Março de 1514.

A *terra de ylheuo*, como no registo final o diploma quinhentista a denomina, era já então concelho, de raizes mergulhando fundo no subsolo da nacionalidade.

Seguramente povoadá antes da reconquista cristã do *territorio colimbriense* que impeliu o mouro para o Sul do Mondego, a terra de Ilhavo encontramos ja referencias documentais dos annos de 1037 a 1065, de 1088, 1095, 1149 e de 1163 a 1167, nos cartulários da Sé e da Mitra de Coimbra.

Dessas referencias é licito deduzir, até, certo desenvolvimento populacional da terra, que apparece expressa e repetidamente designada por *vila iliavo* (ou *illabum*, ou ainda *ilavum*); como no caso sujeito deva entender-se o significado de *vila* e assunto que noutro lugar deixei ja esclarecido por forma que se

me afigura definitiva; bastavam os termos dum desses documentos para excluirmos a hipótese de se tratar apenas duma herdade, granja, ou casa de campo com suas dependências, como em muitos outros documentos relativos a Idade-Média o vocábulo deve ser interpretado; de facto, *in villa iliavo quantum in meas cartas resonat* é a fórmula empregada pelo presbítero Recemondo Maurelíz em documento confusamente datado mas atribuível ao período que vai de 1037 a 1065 — reinado de Fernando Magno, rei de Castela e Leão — para fazer doação dos bens que possuía em Ilhavo ao mosteiro da Vacariça, documento que depois se transcreveu no cartulario conhecido por *Livro Preto da Sé de Coimbra* (1); ora isto é absolutamente diverso, em expressão e significado, das formulas do tipo de — *mea vila de...* — correntes em doações da mesma época, e a sua interpretação não oferece dificuldades. Ilhavo podera ter sido outrora simples *vila rústica*, mas no século XI constituia já povoação, qualquer que tenha sido a sua organização local, o seu regime administrativo, que dos documentos conhecidos se não pode ainda inferir com segurança.

Para a historia do desenvolvimento do pequeno povoado ha que considerar a acção das Ordens militares e religiosas que desde muito cedo possuíram casais na vila, em terrenos junto aos cursos de agua que dos lados de Salgueiro descem a atravessar a terra; sete casais em Ilhavo, e seis em Verdemillio registam as inquirições de D. Alonso II, de 1220, a favor de Santa Cruz de Coimbra. A Ordem dos Templários averbam, na mesma ocasião, um casal (*Arq. do Dist. de Aveiro*, II, 291). A Mitra Episcopal de Coimbra igualmente possuía bens no concelho; a Ordem de Malta tambem; da mesma forma o Convento da Serra, de Vila Nova de Gaia, que na propria ocasião tera recebido o lugar de S. Pedro das Aradas, entre Aveiro e Ilhavo.

O foral dificultou o alargamento de tais domínios.

Nas *informações paroquiais de 1758* (2) foram os casais das Ordens justamente lembrados, a-par-do foral, pelo Prior João MARTINS DOS SANTOS.

A toponímia local guardou lembrança desses senhorios: o *casal*, os *casais*, a *azinha dos frades*, são toponimos que ainda actualmente perduram.

(1) Trazemos presentemente em publicação o referido cartulario, de capital interesse para o conhecimento da Idade Média portuguesa, sobretudo na região de entre Douro e Mondego.

(2) O documento acima alludido encontra-se publicado nos *Diplomata et chartae* (P. M. Hist. I), foi samáriamente estudado no nosso opusculo de 1922 — *Illabum, serie de subsidios para a historia de Ilhavo-I um projecto de brasão de armas concelho*.

(3) Cf. o nosso opusculo *Ilhavo no século XVII*. As *informações paroquiais de 1721 e de 1758* integralmente publicadas pela *Rev. Foz*, 1937.



## FORAIS DO DISTRITO DE AVEIRO

Para illustração dêsse fundamental capitulo da história de Ilhavo reunimos, há muito, documentos de grande interêsse que divulgaremos na primeira oportunidade, como temos feito com todos os que, a respeito de Ilhavo, desde 1922 vimos publicando — e não são poucos já. A historia da terra ja hoje não é a repetição pura e simples do artigo de PINHO LEAL no *Portugal antigo e moderno*, como durante largos anos foi. Mas esta muito longe de se poder traçar consciencientemente pela carencia de documentos ao alcance de todos.

À data do foral manuelino, Ilhavo devia ser povoação de cêrca de 130 fogos, ou mais, pois este é o numero declarado no arrolamento que pouco depois, por carta de 17 de Julho de 1527, expedida de Coimbra, D. João III mandou organizar pelos corredeiros das comarcas do Reino.

O escrivão Jorge Fernandes registou 50 fogos na vila, 19 em Alqueidão e 9 em Vale de Ilhavo, fora o que attribue a outros pontos da vila mais afastados. Determinava a carta regia que o escrivão encarregado desta diligência pela correição fosse «a cada hũa das cidades vilas e lugares desta comarça, e a cada hũa delles escrevera quantos moradores ha no corpo da cidade ou vila e arrabaldes e quantos no termo, declarando quantas aldeas ha no dito termo, por seus nomes, e quantos moradores ha e cada hũa delas, e así quantos vivê fora delas e quantãas casacs e herdades fora das ditas aldeas. E así escrevera no dito livro quantas legoas cada cidade e vila tem de termo pera cada parte, e com que logares outros parteyn». (1)

De tudo isto se desobrigou o escrivão notando no cadastro, referido a Ilhavo, o seguinte:

### A VILA DILHOVO

*It. Esta vila dIlhovo, que he de Antonio Borjes, tem 50 vizinhos no corpo da vila. Titulo do seu termo: — It. As azenhas do Val dIlhovo de Bastão Rôiz: pera cima, 9 vizinhos. — Aldea dAlqueidão, 19. — Aldea de Vila de Milho cõ azenha dAntonio Borges e a de Pouca Roupa, 23. — Aldea de Sãa, 37.*

*Esta vila dIlhovo tem de termo pera a parti dAveiro mea legoa, e pera vila de Coza tem mea legoa, e pera a Irmida te hũ quarto de legoa.*

*Parte cõ as vilas da Irmida e Coza e Aveiro. — Jorge Fernandez o escrevy.*

*Soma, 130 vizinhos. (2)*

(1) Publicada por ASSÉLIO BRANCA, Figueira, in *Arquivo Historico Português*, vol. vi, pág. 282.

(2) Ibid., 277.

Seja-nos permitido transcrever aqui ainda o cadastro da Ermida, que a esse tempo era vila independente de Ilhavo; justifico a publicação considerando que a Ermida se encontra desde há muito encorporada no concelho de Ilhavo e ainda pelo facto de terem sido os documentos medievais desta mesma Ermida que nos conservaram as mais antigas referências à vila de Ilhavo presentemente conhecidas; de facto, a actual povoação da Ermida não é senão a directa descendente daquela *hermida vocabulo sancti christofori quod est in ripa maris inter ulla socia et ulla iliano* que em 1088 o Conde Sisnando doou ao presbitero Rodrigo (1); prova-o o conhecimento directo da região, conjugado com os citados documentos do *Livro Preto*, e prova-o ainda a própria organização do cartorio da Mitra Episcopal de Coimbra, onde a série de documentos relativos ao Couto da Ermida tem o seu início na copia da doação de D. Sisnando e vem até o seculo passado relatando factos e relacionando pessoas do conhecimento de todos nos. É identificação que reputamos incontroversa.

Dela declarou, em 1527, o recenseador de D. João III:

### A VILA DA IRMIDA

*It. Esta vila da Irmida he hã couto do Bispo de Coimbra e ha nele no corpo da vila 9 vizinhos.*

*E tem de termo 2 azenhas do Sochal, 2 vizinhos*

*Parte cõ ho termo da vila d'Ilhavo, que sera ha terço de mea legoa, e traz demanda cõ o senhorio de Ilhavo sobre os termos.*

*Parte cõ a vila de Coza e cõ a vila d'Ilhavo. Jorge Fernandes o esprevey.*

*Soma, 11 vizinhos.*

Às declarações de Jorge Fernandes atrevemo-nos a opor certas razões que se nos afiguram justificadas.

Não ignorando a fraca densidade da população a data referida, que levou A. DE SOUSA SILVA COSTA LÓBO a descrever Portugal do século xv como *vasto matagal, entresachado, atora algumas cidades e vilas, de pequenas povoações circundadas de brèves arrotes*, estranhámos que no corpo da vila de Ilhavo se encontrassem apenas 50 vizinhos, mesmo que consideremos esse numero referido a fogos, como esta assente pela critica, e não a almas. Ha manifesta desproporção com os 894 contados no corpo de Aveiro, 49 em Soza, 100 em Vagos, 175 em Esgueira, etc.

Convenço-me de que o escrivão Fernandes não visitou Ilhavo e se limitou a registar alguma informação obsequiosa,

(1) cf. *Illibum* cit., pág. 50.

embora pouco exacta, colhida em Aveiro, poupando-se à caminhada, nesse tempo pouco convidativa, até Ilhavo.

E fundamento a desconfiança pelo confronto dos números acima; note-se ainda mais: escrevendo a respeito de Esgueira, principia ele o seu relato d'este modo: *It. Fui eu esquivado a vila d'Esgueira...*; de Aveiro, a mesma coisa: *It. Fui a vila d'Aveiro...*

Outras ainda: *It. A 15 doutubro de 1527 anos em a vila de Coza, estando ali eu Jorge Fernandez...*

*It. Fui eu esquivado no dito dia atras a vila de Vagos...*

*It. Fui ao couto de Barroo d'Augoadá... Fui... a vila de Regardes... Fui a esta vila d'Oys da Ribeira... Fui... a vila da Emgegá... Fui... a vila d'Amloam...*

Etc; muitas outras de forma idêntica.

Agora a respeito de Ilhavo: *It. Esta vila d'Ilhavo...*; e não afirma que visitou a terra; *It. Esta vila da Ermida...*

E muitas outras também como aqui.

Mais ainda: da como confrontações de Ilhavo — Ermida, Soza e Aveiro, apenas. Mas em Esgueira, onde esteve, colheu a informação de que esta vila partia com Ilhavo <sup>(1)</sup>; e em Aveiro não esqueceu que a vila partia com *ho maar*. Ora com o mesmo mar confrontava igualmente, a essa data, a vila de Ilhavo, em faixa de terreno suficientemente extensa para que não pudesse ser esquecida tal confrontação a quem inquiresse de extremas no próprio local.

É bem de ver: o recenseamento da comarca da Extremadura (a que a vila de Ilhavo pertencia então) começou em Coimbra em 15 de Agosto de 1527; estava concluído não contando com a cidade de Lisboa, que foi numerada per Anrique da Mota, scripta da camara de Sua Magestade, nem a vila de Alhandra — em 31 de Outubro logo seguinte; quer dizer: em dois mezes e meio apresentou-se o cadastro duma vasta zona que difficilmente se poderia percorrer com os meios de locomoção da epocha em tão curto prazo, se houvesse o cuidado de cumprir escrupulosamente a carta regia visitando *cada h'ra das cidades vilas e lugares desa comarca*.

Jorge Fernandes não deve ter vindo a Ilhavo; e o recenseamento que apresentou é manifestamente deficiente.

(1) Que assim continuou a ser, documenta o o termo da *Demarcação do Couto de Esgueira com o couto de Ilhavo*, feita em 10 de Outubro de 1731, que tenho presente no respectivo Tombo original, do cartorio de Lousã. O documento do maior interesse, como todos os restantes do referido Tombo, organizou para documentar a jurisdição que o Mosteiro de Lousã possuía em Esgueira.

Lá por meio dos casais de Sá que o concelho de Ilhavo partia com Esgueira, a ligação de Sá a Ilhavo remonta, pelo menos, a 1354, anno em que D. Afonso IV doou os dois lugares a sua netta Infanta D. Maria que casou com o Infante D. Fernando, de Aragão. A desanexação que actualmente se verifica provém dos meados do século XIX.

## ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

A data do foral era já senhorio da terra António Borges, como ali se declara; ascendentes seus o tinham sido também. E várias pessoas, e a coroa, o foram antes. Esboçámos, muito sumariamente, em 1922, o quadro dos donatarios de Ilhavo; naquele momento não se pretendia mais do que mostrar como o brasão de armas dos últimos senhorios nada tinha com a terra, não devendo, por isso, ser adoptado para insígnia municipal, como a comissão administrativa alvitrava; ao assunto voltaremos em ocasião oportuna, com novos elementos que ampliam o que então ficou apontado, não sendo estas ligeiras notas senão despretencioso acompanhamento à publicação da lei pela qual a *terra de ylhuo* se regeu durante mais de três seculos.



*Rosto do foral manuelino  
pertencente à Câmara Municipal de Ilhavo*

# TEXTO DO FORAL

¶ Inquiricomes	}	i	¶ Panos	}	bij
¶ Eiradegua			¶ Coyrama e		
			coussas della		
¶ Marinhas	}	ij	¶ Metaaes		
¶ Barro			¶ Cera azeite mell		
¶ Medidor			¶ Pelitaria		
¶ Gado do uento			¶ Fruita seca ¶ Legumes		
			¶ Casca cumagre	}	
¶ Taballiam	}	iij	¶ Coussas de esparto		
¶ Pena de arma				}	biiij
¶ Maninhos			¶ Pescado		
¶ Cabaneyras			¶ Sacada cargua		
¶ Momtados			por cargua		
			¶ Emtrada		
¶ Celeiro	}	iiij	¶ Descaminhado	}	ix
¶ Coutadas			¶ Saida		
¶ Cadeas				}	
¶ Portagem			¶ Descaminhado		
			por Saida	}	
¶ Pã Vinho sal call	}	b	¶ Priuiligyados		
¶ Decraraçam				}	x
das carguas			¶ Pena do foral		
¶ Carros					
¶ Coussas de que se	}	bj			
nõ pagua portagẽ					
¶ Cassa mouida					
¶ Nouidade dos					
bees pera fora					
¶ Passagem //					
¶ Carne ¶ Caça					
¶ Eseraues ¶ Bestas					

Dom manuel Per graça de deus Rey de portugal e dos algarues daquem e dalç mar em africa e Senhor de guiné e da côquista neueguiaçam comercio de ethiopia aArabia persia e da Jndea A quantos esta nossa carta de foral dado aa terra de yllieuo pera sempre Vyre fazemos saber que per buem das Semtemças determinaçoes Jeraaes e espigaaes que foram caças e lentas per nos ¶ E com os do nosso conselho e letrados acerqua dos foraaes de nossos Regnos e dos direitos Reaes e trebutos que se per elles deuiam de aRecadar e pagar ¶ E assy pellas Inquiriçoẽs que principalmente mandamos tirar e fazer em todollos lugares de nossos Regnos e Senhorios Justificadas primeiro com as pessoas que os ditos direitos Reaes tinham Ahamos visto os foraaes do tombo que as Remdas e direitos Reaes se deuem hy de aRecadar e pagar na forma e maneira segaunte :

JNQUIRICÕES

**M**ostra se pellos ditos foraaes e assy pellas Jnquiricoes que particular mête na dita terra mandamos tirar que no dicto laguar sã cinco cassaaes e mede se de quinto de todo pão ¶ E de linho e vinho a oitaua:

**E** paguam estes outros foros: a saber de ciradega de trigo doze alqueires por cada cassall ¶ E de celeiro de trigo e milho huã alqueire de abos ¶ E de milho estreme seis alqueires tudo per esta medida corrente ¶ E de cada cassall dous capões sem ouos ne outros foros ¶ E paguã mais das terras brauas que sã Rompidas e se Romperẽ a oitaua segundo antigãam te paguaram segundo tem per suas escrituras e costumes: //

MARINHAS

**E** paguã mais os que tẽ marinhas de cada talho huã buzio de sal segundo a ley de aueiro ¶ E mais huua paa que auiã de ser chea cõ ho buzio e por ella huua quarta de alqueire desta medida ¶ E leuã os foros ao celeiro deste conçelho e nã os leuarã fora delle: —

**E** Em saa anexo a Ilheuo na Jardyca ha huã cassal e meo e mede sse de todo pão a quinto ¶ E vinho e linho oitauo ¶ E de foros e ciradega de trigo doze alqueires e de milho seis e huã frangao e meo do meo ¶ E paguam todollos moradores de saa atora estes deste cassal e meo cada hum per sy toda pessoa que tẽ cassa e foguio seis Reaes per sam Johã assy de igrã Jas como doutros qualesquer e chama se este direito augoa de mayo:

**E** Quallquer barco que vier cõ pescado se chegar a doze peixes dara huã e se la nom chegar nã dara nada ¶ E se mais trouxer nã dara mais segundo se paguara e aueiro assy se fara aqui

**E** M villa de milho tem el Rey seis cassas os quaaes paguam ao Senhorio da terra de todo paã a quinta parte ¶ E de todo monte de ciradega de trigo doze alqueires ajuda / que ho no aça no cassall ¶ E paguã mais cada cassall de milho por ciradega seis alqueires e do mais que ouar o quinto ao Senhor ¶ E todo aquelle morador ou erdador que leuar Regam ao celeiro paguã ao Senhor da terra huã alqueire de milho ou segunda:

**E** Mais paguã cada cassall dous capões por natall ¶ E todo morador da villa de milho quer Regoeueiro quer da ordem paguara trinta Reaes de seruiço de mayo o qual se paguã pella comestia que sonã de pagar ¶ E o sall das marinhas como em aueiro ¶ E taz cada morador da villa de milho e de ilhao e alquãda huã carreira a saber canunho ou seraço ¶ No anno que possam huã dia hir e tornar a dormir a suas cassas ¶ E quem besta fuer de almoreuaria faria Jssso mesmo ha canunho ate coibra com ella sem jornal dando a hũas e a outros o mantimẽto ordenado pera sy e pera as bestas

**E** Aalem dos foros que nos ditos lugares se paguã como atras fica deerrado sam Jssso mesmo na ditã terra Nossos os gaados do vento quando se perderẽ segundo nossas ordenaçoẽs com deerracaõ qe a pessoa a cujo poder for ter ho dicto gaado ho venha escrever a dez dias primeiros seguimtes sob pena de lhe ser demandado de furto

TABALIAM

¶ Os tabaliams nã pagã hi pemsam

PENA DE ARMA

DA pena de arma se leuaram duzentos *Reaes* e as armas com limitacão . *a saber* . que as dictas penas se nõ leuaram quando apunhar . espada ou qualquer outra arma sem a tirar • Nem os que sem preposito em Reixa noua tomar . pau ou pedra posto que cõ ella façã mal • Nem a paguara moço de quinze annos e dy pera baixo • Nem mulher de qualquer idade • Nem os que castuando sua mulher e filhos ou escrauos tirar . sangue • Nem os que cõ botetada ou punhada tirare sangue • Nem quẽ en defemdymento de seu corpo ou apartar e estremar outros em alRoido tirare armas posto que cõ ellas tirem sangue • Nem escrauo de qualquer idade que sem ferro tirar sangue: —

MANINHOS

E Os maninhos em Ilheuo toma os quẽ *quer* com o foro da terra . *a saber* . oitauo E asy se faram nestes outros lugares atras *segundo* fore atorados porẽ e las lugares nõ outros se nõ tomaram os dictos maninhos (*sic*) sem primeiro serem Justificados nas camaras dos comelhos se sã nas saídas e logramentos doutros cassaes porque fazendo prurico dapno a seus vizinhos . dos *taes* maninhos nõ se darã nõ leixará tomar: //

E Alem do foro da terra *que* dos dictos maninhos se paguara pagar se am soamente das cassas que notamente se fizerẽ nas dictas tomadas a que chamã cabanarias hũ alqueire de trigo e hũ capã s' mais outro foro • E os cassaes das ordeãs e fglejas nõ alarguaram mais terras das contheudas nas demarcações de seus cassaes • E se mais tomare dos maninhos paguara coũto os outros

MONTADOS

Dos montados se nõ leuam hũes aos outros montado porque estam em vizinhança saluo cõ vagos que lho contradize por Rezões que a Jssõ alleguam • E porque he cont da que aqui nõ pertence decretamos que fique Resguardado este caso determinar se per Justica pellos officiaes ou Justigas a que pertencer • Aos quaaes mādamos que ho determin . sem delongua cõ Justica: —

E A portagem era antiguam te dos dictos comelhos de ylheuo villa de milho e alqueidam a quall leixará e detã ao Senhoria dos outros direitos • A condiçã e compensaçã que pollo gentar que lhe eram obriguados e sam de pagar em cada hũ anno de pã cenada carnes e etc . lhe paguassẽ somente / por cada pessoa qualquer que tuesse cassa e foguo trinta *Reaes* por Anno da quall comuçã e composiçã os sobreditos sam cõtemtes • E asy aprouue a antonyo borges que ora tem de nos os dictos direitos *Reaões*: —

E Paguam se mais per quaaesquer pessoas que paguam e leuam qualquer paã ao çileiro cada hũ seu alqueire de milho per esta medida e chamam a este direito çeleiro: —

E Mandamos e defendemos ao Senhor que for da dicta terra e aos Vymdoiros que nõ se syria dos homẽes da dicta terra sã dinheiro • Nem lhe tome Roupa bestas palha n' nhucas coussas n' carnes nõ aates senã Requerendo as primeiro aos Juizes da terra que lhas mandem dar por seu amotaçell pollo estado da terra dando logao dellas o dinheiro e nam doutra maneyra: —

E Assy nõ fara coutadas na dicta terra de caça • Nõ pescar • Nõ leuara montados aos moradores da terra particularmẽte de pastarem e montarẽ nos Resyos do comelho • Nõ menos os aReindara aos de fora em perJuizo

## ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

dos moradores da terra • Saluo nas matas de ylleuon *que se cumprira* como hy particularmête // temos determinado : —

### CADEAS

E Decrarámos que no Senhorio dara as cadeas e terro negesatyto pera os pressos • E assy pague as guardas e carcereiro se quiser leuaty os drcitos e pena de alcaldaria • E o côcelho dara a primeira vez a cassa em que a já de estar • E dy por diante o Senhorio dos drcitos drcitos a corregora e Reparrara das despossas e corregymetos *que ouuer mester* • E defem demos que mais se nam leuem os alqueires de paã que leuana o meyrynho da terra :

E Se assy o Senhorio dos drcitos drcitos nã quiser fazer as drcitas despossas dos pressos como dicto he de mtemos lly e mādamos que nã leue mais os drcitos drcitos das armas n̄ nhũs outros ordenados aas alcaldarias • E que os concelhos as a já todos pera sy e façam as drcitas despossas *para* os drcitos pressos como dicto he : —

### PORTAGÊ

Decrarámos primeiramente que a portagê que se ouuer de pagar na dita terra ha de ser per homes de fora della que hy trouxerem coussas de fora a vender ou as hy comprarẽ e tirarem *para* fora da terra e termo a quall portagê se paguara nesta maneira . *a saber* .

### PÃ VINHO SAL CAL LINIACA

De todo trigo çenteo cenada milho payço avca ou de farinha de cada huã delles ou de salt cal ou de linhaça ou de vinho e de vinagre • E de quallquer fruta verde emtrãdo ortalica e melões e legumes verdes se paguara por carga mayor de cada huã das drcitas coussas . *a saber* . de besta caualar ou mular ha Real de ses ceptis o Real e por carga menor *que e de asno mto* Real • E por costal que huã home pode trazer as costas dous centos • E dy *para* baixo em quallquer cantidade em que se venderẽ se paguara huã çeptill • E outro tanto se paguara quando se tirar *para* fora porẽm quẽ das drcitas coussas ou de cada huã dellas comprar e tirar *para* seu vssso e nã *para* vender coussa que nã chegue pollos drcitos pccos a mto Real de pagua nã paguara dessa tal portagê nem ho fara saber

### DECLARACÃ DAS CARGUAS

E Posto que mais se nõ decrete adiante neste torall a carga maior nẽ menor decrarámos que sempre a primeira adicam e asento de cada huã das drcitas coussas he de besta mayor se mais se nomear • E pollo preço que a essa primeira a lly sera posto se entenda logo sem se hy mais de crarar que ho mco do preço dessa carga sera de besta menor • E o quarto do dicto preço *per* conseguinte sera do dito costall. — //

### CARROS

E Quando as drcitas coussas ou outras vierẽ ou forem e carros ou carretas pagar se a por cada huã dellas aas cargas mayores segando ho preço de que forẽ • E quando as cargas neste torall se comecare a vender e se nom vender toda a carga paguara a portagê sobro a huã de que soamente vèder e nam do mais que fica por vender .

### COUSAS DE QUE SE NÕ PAGAM PORTAGEM

A Quall portagê se nom paguara de todo pã cozido queijadas biscoito farellos Nem baguaco de azeitona ne de otos nem de leite ne de coussa delle



## FORAIS DO DISTRITO DE AVEIRO

que sejam sem sal nê de prata laurada nê de vides nê de canas nê carqueija toJo palha vassoiras nê de pedra nê de barro nê de lenha nê herua nê das coussas que se comprarê da terra pera o termo nê do termo pera terra posto que sejam pera vender assy vizinhos como nã vizinhos nê das coussas que trouxere ou leuare pera algũa armada nossa ou feita per nosso mandado • Nê dos mantimentos que os caminhantes comprarem e leuare pera sy e pera suas bestas nem dos guados que viêrê pastar a algũs lugares passando nem estando salvo daquelles que hy soamente veldrem dos quaes entam paguaram pollas leis e preços deste foral E deera ramos que das dictas coussas nã se a de fazer saber a portage de que assy mandamos que se non pague direito nella:

### CASSA MOIDA

A Quall portage Isso mesmo se nã paguara de cassa moida assy Jndo como vindo nê nã outro dire to per quallquer nome que ho possã chamar salvo se com a dita cassa moida leuare coussas pera vender porque das taes paguaram portagem homue as soamente omurem de vender segundo as comtias neste foral vã deccraradas e nã doutra maneira

### NOUIDADES DOS BÊES PERA FORA

Nem paguara portage os que leuare os frutos de seus bêes mones ou de Ratz nê doutros bêes alhus (sic) que trouxerem de aReendimento • Nem das coussas que algũas pessoas forem dadas em pagam to de suas temças casamentos merces ou mantimentos posto que as leuê pera vender:

### PASAGÊ

E Nã se paguara portagem de nãhuas mercadorias que na dita terra ou lugar viêrê ou forem de passage pera outra parte assy de noute como de dia e a quadesquer tempos e oras • Nem se tam obrigauos de lo fazrem saber nem encorçã por Isso em nãhuã pena posto que hy descartegue e pã sem • E se // hy mais ouuerem de estar que todo outro dia por algũa causa dy por diante o faram saber posto que nã aJam de vender:

### CARNE

E Pagar se a mais por cabeça de boi que se hy vender pollas dictas pes soas de fora na dita maneira tres Reaes e da vaca dous Reaes • E do carneiro porea dous ceptis • E do bode cabra ovelha hã ceptil • E nã se paguara portage de borregados cordeiras cabritos nem leitões salvo se se venderê ou comprarê de quatro cabeças pera cima Juntamente porque entam paguara por cada bu a hua ceptil • E do toucinho ou nãrram Jnteiro dous ceptis • E do emetado nã paguara nada • Nem de carne de talho ou de emxerca:

### CAÇA

E De corchos lebres perdizes nê de nãhuas aves nem caça nam paguara portagem assy pollo vendedor como pollo comprador em quallquer cantidade.

### ESCRAUOS

• E do escravo ou escrava que se vender aJmda que se ja parida paguara treze Reaes:

### BESTAS

E Da besta cavallar ou muar outros treze Reaes • E da egua tres Reaes • E da besta asuall douts Reaes • E este direito das bestas nã paguaram vassallos e escudeiros nossos e da / • Ramha e de nossos filhos • E se tro-

## ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

carê huús por outros tornando dinheiro paguaram Jnteiramente • E se nũ tornarem dinheiro nã paguaram • E a tres dias despois da compra de cada huúa das dictas bestas ou escauos terã tempo pera ho hyrem escrever sem pẽna : —

### PANOS

E De carga mayor de todollos panos de laã seda e de linho e alguodam de qualquer sortê assy delguados como grossos • E da laã e linho Ja fiados doze *Reaes*.

### COIRAMA E COUSAS DELLA

• E outros doze *Reaes* se paguarã por toda a coirama cortida e coussas della • E assy dos coiros vaquaris cortidos ou por cortir • E assy da coirama e cabello e assy por calçado e quaaesquer obras de cada huú dell'es • E por coiro vacarill huú Reall • E das outras pelles a dous ceptis quando nũ forem per carguas : —

### METAAES

E Outros doze *Reaes* se paguarã por toda carga de ferro ago e de todollos metaaes • E por quaaesquer obras dell'es assy grossas como delguadas • E outros doze *Reaes* se paguaram por carga de todallas marcarias especiarias e boticarias e tinturas • E por todallas outras suas semelhantes : —

### CERA MEL AZEITE SEUO

E Assy por carga de çera mel azeite seuo vnto queijos secos manteigua salg 1/ uada pez Rezina breu sabam aleatram outros doze *Reaes* • E assy por todallas pelles de coelhos cordeiras e de qualquer outra pelitarn • E quẽ das ditas coussas ou de cada huúa dellas leuar *peza* seu vssõ e nã pera vender nã paguara portagẽ nam passando de costall que a de ser de duas aRobas e mea de cada huúa dellas de que se a de pagar tres *Reaes* de portagem leuando a carga mayor deste forall em dez aRobas destas aguora • E a carga menor em emquo • E o costal nas dictas duas aRobas e mea :

### FRUTTA SECA

E Por carga de castanhas e nozes verdes e secas ameixias passadas liguos passados • E assy vias amendoas pinhomẽs por britar avellãas bolotas mostarda lentilhas

### LEGUMES

• E por todollos legumes secos comtãdo alhos secos e cebollas a quatro *Reaes* por carga mayor

### CASCA CUMAGRE

• E outro tanto leuarã de casca çumagre

### COUSAS DE ESPARTO

E Outro tanto se paguara de palma esparto Junça Junco e de todallas obras de cada huúa dellas ou de tabua e funcho a saber quatro *Reaes* por carga mayor • E per este Respeito de quatro *Reaes* se paguaram de carga mayor de linho em cabello • E de toda madeira assy laurada como por laurar : — //

### PESCADO

E Assy da carga mayor de pescado do mar E marisco se paguara os ditos quatro *Reaes* como de estroutas coussas quando vier pera vender • Porem quando se tirar do ditto lugar se paguara soamente huu Reall de seis

## FORAIS DO DISTRITO DE AVEIRO

ceptis o Reall • E outro Reall se paguara do pescado do Rio quando se vender soamente • E outros quatro Regaes se paguara de toda louça e obra de barro ajnda que seja vidrada assy do Rigno (*sic*) como de fora delle : —

### SACADA CARGUA POR CARGUA

E Decramos que se dara sacada cargua por cargua no dicto lugar • E tomara o portageito a mayor dellas qual quiser • E se for pagna a primeira que loy mayor nã paguara de qualquer outra que tirar nada • E se for mais pequena a que pagou levar lhe ã em conta pera pagna da mayor que tirar o que tiver pago pela primeyra mais pequena que meteo :

### ENTRADA

E Os que trouxer mercadorias pera vender se no propio lugar homde quiser vender ouver Remdeyro da portagẽ ou officall della fazer lho ã a saber ou as leuarem a praça ou acoque do lugar ou nos Resyos delle qual mais quiser sem nãhuã pena • E se hy nom ouver Remdeiro nẽ praça descarreguã luremente // homde quiserem se nẽhuã pena comtanto que nã vindam sã ho noteficar ao Remdeiro se ho hy ouver ou ao Juiz ou vntamento que hy no lugar possa auer • E se hy nẽhuum delles nã ouver ne se poder emtã achar notefiquẽ no a duas testemunhas ou a luita se hy mais no ouver • E a cada huã dellas paguarã o direito da portagem que per este forall mandamos pagar se nẽhuã mais cautella ne pena.

### DESCAMINHADO

• E Nã ho faz do assy descaminharã e perderam as mercadorias soomẽte do que assy nã paguarem o dicto direito de portagẽ • E nã outras nẽhuãas ne as bestas ne carros ne as outras coussas em que as leuare ou acharem :

E Posto que hy aja Remdeiro no tall lugar ou praça se chegarẽ de noute depois do soll posto nã farã saber mais e descarreguã homde quiserẽ comtãto que ao outro dia atã meo dia o notefiquẽ aos officaaes da dicta portagẽ primeyro que vendã so a dicta pena • E se nã ouuerẽ de vender • E fore de caminho nã serã obrigados a nẽhuã das dictas Recadações • E segundo no titollo da passagẽ fica decrarado : —

### SAIDA

E Os que comprarem coussas pera tirar // pera fora de que se deua pagar portagẽ pode las am comprar luremente sã nẽhuã obriguacãm nã deligẽcia • E soamente ante que as tirem do tall lugar ou termo aRecadarã com os officaaes a que pertẽcer so a dicta pena de descaminhado

### DESCAMINHADO PER SAIDA

• E Os priuilegyados da dicta portagẽ posto que nã aJam de pagar nã serã escussos destas deligẽcias destes dous capitollos atras das entradas e saidas como dicto he so a dita pena.

### PRIUILEGYADOS

As pessuas ecclesiasticas de todollos moesterios assy de homes como de mulhetes que faze n voto de profisãm • E os clerygos de ordens sacras • E assy os beneficiados de ordens menores posto que as nã tenham que viũẽ como clerygos e por taes forem aydos todollos sobreduas sã Jsemtos priuilegyados de portagem nẽhuã vsagẽ custumagẽ per qualquer nome que a possãm chamar assy das coussas que venderẽ de seus becs e benefiços como das que comprarẽ trouxerem ou leuarem pera seus vsos ou de seus benefiços e cassas e familiares de qualquer calidade que seJam.

E Assy o seram as çidades villas e luguares de nossos Regnos que tem priuileggyo de nã pagarê *a saber* : A cidade de liz / boa • A guaya do porto • Pousa de varzym • Guimaraes • Bragua • Barçellos • Prado • Ponte de Lima • Viana de lina • Caminha • Villa noua de cerueira • Valença • Momçã • Crasto leboeiro • Miramda • Braguãça • Freixo • Ho azinhozo • Moguadoiro ançianes • Chaus • Momforte de Ryo liure • Montalegre • Crasto Viçete • Villa Reall • A cidade da guarda • Jor-mello • Pinhell • Castell Rodrigo • Almeida • Castel mendo • Villar mayor • Ataiates • Sabugall • Couilhaã • Momsanto • Portalegre • Mar-mam • ARomches • Campo mayor • Fronteira • Momforte • Momte mor ho nouo • Momsaraz • Beja • Moura • Noudall • Almodouuar hodemira • Villa viçosa • Fluas • Oliuença • A çidade de euora • Os moradores no castello de ezinbra • E assy o seram os vizinhos do mesmo lugar e termo no dito lugar : —

E Assy seram liberddados da dicta portagẽ quaaesquer pessoas ou luguares que nossos priuileggyos tuierem ou mostrarem ou ho trelado em publica forma alem dos acima contheudos : —

E As pessoas dos dictos luguares priuilegyados nã tirarã mais ho trelado // do priuileggyo nã ho trazerã soamente traram certidam feita pollo escripta da camara e cõ ho sello do conçelho como sã vizinhos daquelle lugar • E posto que aja duuida nas dictas çertidoões se sã verdadeiras ou daquelles que as apresentam poder lhes am sobre Jso dar Juramento sem os mais deterem posto que se digna que nã eram verdadeiras • E se depois se prouar que erã falsas perdetã ho escripta que a fez ho officio e degradado dous annos pera cepta • E a parte perdetã em dobro as coussas de que assy enganou e sonegou aa portagẽ ametade pera a nossa camara e a outra pera dicta portagẽ dos quaaes priuileggyos vssarã as pessoas nelles contheudas pellas dictas çertidoões posto que nã vaam com suas mercadorias • Nem mandem suas ppeiraçoões contanto que aquellas pessoas que as leuarẽ jurẽ que a dicta certidam he verdadeira e que as taes mercadorias sã daquelles cuja he a çertidam que apresentarem : —

#### PENA DO FORAL

E Qualquer pessoa que for contra este nosso forall leuando mais direitos dos aqui nomeados ou leuãdo destes maiores comthyas das aqui deccaradas ho auemos por degradado por hũ anno fora da terra e termo e mais pague da ca • dea trinta Reaes por huũ de todo ho que assy mais leuar pera parte a que os leuou e se a nã quiser leuar seja a metade pera quẽ ho acusa-r e a outra metade pera os catiuos • E damos poder a qualquer Justça homde acõteger assy Juizes como vintaneiros ou quadrilheiros que sã mais processo nã ordem de Juizo sumariamẽte sabida a verdade comdenẽ os culpados no dicto caso do degredo e assy do dinheiro athe comta de dous mil Reaes sem apellaçã nem agrauo • E sem disso poder conhecer almo-xarife nem contador Nã outro officall nosso nã de nossa fazenda em caso que o hy aja • E se ho Senhorio dos dictos direitos ho dicto forall quebram-tar per sy ou per outrem seja logo suspensio delles e da Jurdiçã do dicto lugar se a tuier enqãnto nossa merceẽ for • E mais as pessoas que em seu nome ou per elle o fizerẽ emcorrerã nas dictas penas • E os almoxarifes escriptaaes officaaes dos dictos direitos que o assy nã comprirẽ perderã logo os dictos officios e nã auerã mais outros • E portanto mandamos que todallas cousas contheudas neste forall que nos poemos por ley se cumpirã pera sempre do teor do quall mandamos fazer tres huũ delles pera camara da dita terra • E outro pera o Senhorio dos ditos dire- itos e outro pera nossa torre do tombo pera em todo tempo se poder tirar qualquer duida que sobre Jso possa sobrevir dada em a nossa muy nobre e sempre leall çidade

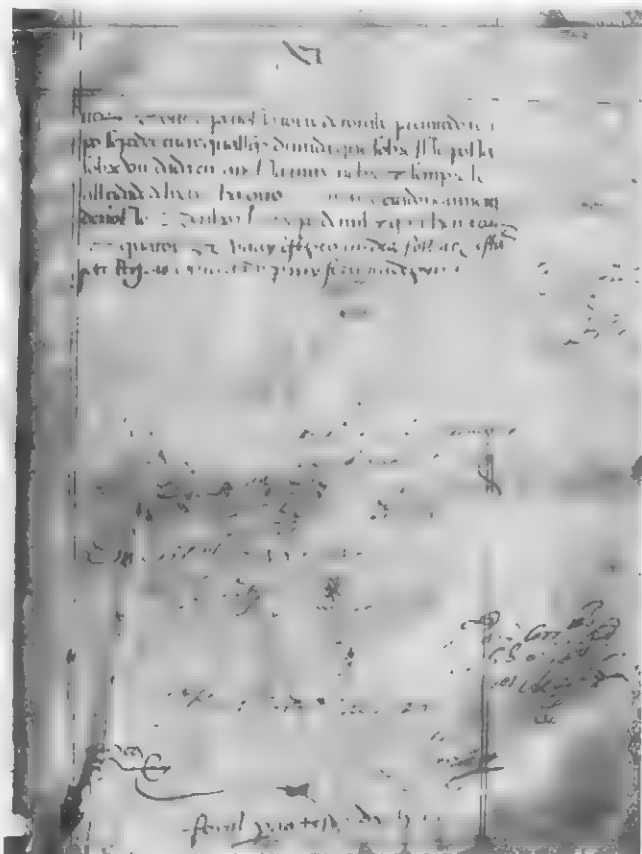
## FORAIS DO DISTRITO DE AVEIRO

de Lisboa ha oito de março era do nacião de nosso Senhor Jhesu christo  
de mil e quinhentos e quatorze aaay escripto em dez folhas e estas sete  
Regras comçertado per mym fernam de pyna .

El Rey . . . —

foral pera a terra de ylheuo. //

Registado No tombo . Fernã de pyna



Página do foral assinada por D. Manuel I;  
nela se lançaram vistos em sucessivas correições.

O exemplar do foral que nos serviu para a presente leitura é o da Câmara de Ilhavo, que desde o século XVI o conserva, a-pesar-das grandes vicissitudes por que tem passado o arquivo municipal, hoje muito reduzido e quasi limitado a livros de vereações. Os documentos avulsos não tem merecido, infelizmente, a atenção devida e não foram colleccionados, extraviando-se quasi por completo.

Concorreram para isso as successivas mudanças dos Paços do Concelho e a transferência do arquivo para Aveiro em 1895, donde regressou, restaurado o concelho, em 1898 (1); mas a grande dispersão dos *papeis avulsos* da câmara e posterior aquella data; dos livros que encontrei em 1922 deixei ligeira relação no meu opusculo de então, acima citado, contudo, já depois desse ano, pude ver outros livros do arquivo municipal em poder de particulares.

Desconhecemos o paradeiro do exemplar do foral que deve ter sido entregue ao donatario da terra; e quanto ao terceiro exemplar, destinado a Torre do Tombo, como no final do texto se declara, devemos esclarecer que nunca existiu.

Depois do cuidadoso estudo do *foral novo* de Esgueira que para o *Arquivo do Distrito de Aveiro* (vol. I, pag. 271 e seg.) escreveu o Sr. Prof. Dr. João MARINHA DA SILVA MARQUES, competentissimo conservador do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, ficou assente que «Para a Torre do Tombo não se tiraram nunca originaes alguns, mas apenas la existiram e existem os registos.» De cada foral manuelino se tiraram, portanto «dois, e não três, a-pesar-do que no final do mesmo se lê» (*ret. cit.*, pág. 273).

O foral de Ilhavo, que se encontra bem conservado, está escrito em dois cadernos de pergaminho grosseiro, sem preparo que o branqueasse; o primeiro, de quatro fôlhas duplas, e o segundo de duas; destas 12 fôlhas utilizaram-se 11 para o foral

(1) O concelho foi suprimido pelo Decreto de João Franco, de 21 de Novembro de 1895; o arquivo seguiu para Aveiro em 26 desse mes, acompanhado de policia de Aveiro e do seu commissario, que era o Dr. Fagundes de Albuquerque Sanches da Gama; na tudo em quatro *char-à-bancs*, dois que vieram de Aveiro e dois de Ilhavo.

O restabelecimento do concelho foi decretado em 13 de Janeiro de 1898, tendo o arquivo voltado para Ilhavo em 28 desse mes, na *galica* da fabrica da Visto-Megre. Feita a installação, conta o jornal *O Paiz*, de 2 de Fevereiro seguinte, o administrador interino, Dr. Manuel Maria da Rocha Madalil, deu posse à commissão administrativa, que elegia Alberto Ferreira Pinto Basto presidente da Camara, e Augusto de Oliveira Pinto vice presidente.

propriamente dito, recebendo a 11.ª a assinatura regia; no verso dela e na página seguinte lavrou-se o auto de entrega do foral que se realizou *aos dois Dias Do mês De setembro De quinhentos e dezasseis annos No lugar De sua termo Do concelho De Ilhavo*; ao 1.º caderno antepôs-se uma fôlha inumerada, de indice, que serve de guarda à 1.ª página, a da illuminura usual.

Cadernos sem *assinatura*, nem *chamada*, que tambem não existe de página para página.

Medem as fôlhas  $260 \times 190^{mm}$ ; o texto, em mancha duma columna só, abrange  $192 \times 125^{''}$  e encontra-se disposto em 26 linhas, enquadado por duplo traço de tinta que chega as extremidades de cada pagina. À cabeça das folhas (rosto), na parte central, numeração a vermelhão, do tipo usual nestes codices (*romano-lusitana* chamada); a margem, a vermelhão também, as rubricas dos diversos capitulos do foral.

A regragem das fôlhas, a tinta, mal se descortina, tão ligeira deve ter sido; mas nas fls. IX, X e [12] divisam-se ainda alguns furos do compasso que calibrou a pauta; o aparo final do encadernador destruiu os restantes vestígios.

Ao contrario do que acontece nalguns destes codices (no foral da Bemposta, por exemplo, em que varias mãos intervieram na escrita do texto), a letra do foral de Ilhavo parece pertencer a um só escrivão; difere, contudo, da que mais correntemente se encontra nos forais; o seu corte aproxima-se mais do tipo da caligrafia minuscula humanistica.

Iniciais goticas, a azul e a vermelhão, que alternam; as azuis assentam em fundo rectangular de filigrana encarnada, e as outras destacam de idêntico fundo verde.

Realçam o texto *calderões* azuis e vermelhos alternando também, antes das maiúsculas.

Quando o texto não chega ao fim da linha, acaba de a preencher uma folhinha de acanto desenhada com a mesma tinta.

Pelo que respeita a pontuação e a braquigrafia, o nosso foral não apresenta particularidades que o extremem do que e usual nesta espécie de códices.

Costumavam os forais manuelinos trazer illuminada a primeira pagina; pouco diteriam, estas illuminuras; por excepção, incluíam as vezes no conjunto o brasão local, como acontece com o foral de Coimbra e o do Porto; outras vezes, a estera armilar de D. Manuel, como em Lisboa, Santarem e Vila da Feira; mas tudo isso era raro; o usual era o brasão do Reino dentro dum grande D, principio de *Dom Manuel Por graça de deus*., no ângulo superior esquerdo da pagina, e uma silva, que variava muito de composição, enquadando a parte inferior da mesma.

Assim acontece no foral de Ilhavo; nem outra distinção se justificava, aliás.

A referida inicial aparece aqui pintada a azul escuro, em

folhagem estilizada, cingida por braçadeiras verdes, deixando ver o interior das hastes a carmin escuro; tôda a letra, avivada a traços brancos, assenta em fundo esquadrelado de côr-de-rosa e preto, estofado de ornatos a branco. O campo limitado pelo D, cheio a azul claro, apresenta então as armas do Reino segundo a composição da epoca, rematadas pela coroa real aberta, tudo com suas côres e metais próprios.

Para baixo, a enquadrar o texto, graciosa silva, muito simples mas de grande equilibrio decorativo, de folhinhas miúdas com quatro flôres azul escuro, quatro encarnadas, uma branca e profusão de botõesinhos de ouro. A iluminura foi ha poucos anos restaurada.

Autenticava este foral o selo regio, de chumbo, suspenso de cordão que passava por tôdas as fôlhas, no ângulo inferior esquerdo; perdeu-se ja, como na maioria dos forais aconteceu; restam os orificios por onde o cordão atravessava.

A encadernação do foral e ainda a da epoca: pastas fortes, de carvalho, medindo  $274 \times 200^{mm}$ , revestidas exteriormente de carneira a que applicaram aguada muito escura; sôbre o coiro correram, a sêco, um rôlo de silva em tôda a volta, junto as extremidades; dentro dêste rectângulo, um losango do mesmo motivo; tudo isto debruado e ligado por um feixe de quatro filetes; todo o campo picado de florinhas simêtricamente dispostas.

Lombada de 4 nervos; brochas de latão, sextavadas, aos cantos da capa, e outra ao centro, mais forte, circular; as duas pastas, que são iguaes, uniam-se por meio de duas travincas de coiro com colchête de metal; do conjunto resta apenas a fêmea.

Pelo lado de dentro, as duas pastas de carvalho foram forradas com folios membranaccos dum codice do mesmo formato, que são, por si, duas preciosas reliquias merecedoras de cuidadoso estudo. Trata-se de duas fôlhas dum dicionário latino, medieval, escrito a duas colunas em caligrafia minúscula carolina.

Os vocabulos registados pertencem todos a letra A; e em cada um dêles a inicial foi cheia a encarnado e a verde, com um sentido decorativo muito primitivo; as duas fôlhas lêem-se ainda quasi por completo numa das faces, pois a outra, como dizemos, foi colada, a forrar a madeira.

Copiamos, a seguir, os vocabulos iniciais, suprimindo a significação que o dicionario lhes attribue, para não alongar demasiado esta nota: *Aquilo uentus . . . Inquirere . . . Apud . . . Adspere . . . Anxur . . . Aquarioli . . . Aqui . . . Apellinem . . . Aperta . . . Abditui . . . Ape . . . Apua . . . Abs . . . Apollinares ludos . . . Apiculum filum . . . Abacti magistratus . . . Agere . . . Athanuium . . . Atroces . . . Auguraculum . . . Aborigenes . . . A . . . Auentinus mons.*

Não nos sendo possível, por agora, demorar-nos no estudo dêstes dois preciosos fragmentos, para eles chamamos a atenção de quem a tão elevado assunto possa dedicar-se.



A utilização de folhas de códices membranáceos para este fim e para encapar livros foi prática muito corrente em todos os tempos; inúmeras preciosidades se teem reconstituído com fragmentos desses, em todos os países. Trazemos justamente em estudo de identificação varios fólhos, por nós encontrados, de códices visigóticos que revestiam livros do Cabido da Sé de Coimbra, e outros fragmentos contendo legislação medieval portuguesa que se nos afigura inédita.

A fragmentos assim dedicou o consagrado mestre da Paleografia em Portugal, Sr. Doutor ANTONIO DE VASCONCELOS, sabios estudos que publicou na revista *Biblos* nos vols. iv e v (1928 e 1929) e que não podem ser esquecidos.

Em outros forais manuelinos temos nós encontrado mais folios no género dos que o foral de Ilhavo apresenta; occorremos, por exemplo, o de Vouzela, de que ha anos nos foi pedida leitura; o assunto tinha sufficiente interêsse científico para justificar, até, uma busca sistemática em todos os forais existentes, se não fóra a *apagada e vil tristeza* que caracteriza a vida dos arquivos portugueses e da alta cultura do nosso país.

Como acima dizemos, no verso da fl. [12] e na seguinte lavrou-se o auto de entrega do foral; esta quasi ilegivel, em consequência de terem pretendido aviva-lo com as celebradas *águas declaratorias*, eram estas uma solução de noz de galha e cumagre que permitia lêr, na ocasião, mas inutilizava o pergaminho transformando-o em mancha uniforme, escura.

Essa prática usou-se muito, infelizmente, tendo estragado nùmeros documentos; hoje empregam-se outros processos, inoffensivos, quando se pretende avivar a tinta antiga de base de noz de galha e sullato de ferro ou caparrosa verde.

Com incalculavel trabalho tentamos a leitura desse perdido auto, documento único e de real importância para a historia de Ilhavo; chegamos ao resultado seguinte, que, no entanto, damos sob alguma reserva devido ao estado de ruina quasi absoluta duma ou outra palavra:

aos dois Djas Do mes De sentembro De qujnētos e deza-  
seis años No lugar De saa termo Do concelho De Ilhavo  
sendo hy a Vaãz Juiz Do concelho De Ilhavo J<sup>o</sup> pirez  
Djogo fernandez Vereadores ho pre sente año Djogo Djaz  
Juiz qui foy i año pasado a gonçalluz py (?) vereã Dor  
outro Dese año para caso terem chamaDos parecido hy  
bras De fereyra escudeiro (?) morador e a Vylla De aveyro  
e logo per elle foy apresētado hū requerymento asynado  
per sua alteza qui se logo hy leo toDo e caba Do De ler  
apresētou este forall qui se leo toDo De berbo a berbo e  
pesoa De tollos e pprnujeaDo como Dito he ho etre gou  
ao Dito Juiz e oleyaões sse lhes requereo qui garDasem

## ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

e comprisem segundo nelle Erra conteudo que lhe paguasem logo ho que tezeria De custo setecentos e trinta e seis rreaes Esta nDo asy fernã gonçalluz almoxarife / De antonjo borges senorio Da Ditta terra e asy sambastyam fernandez seu se culDeyro morador e Aueyro testemunhas que presêtes Estauã Jo anDre aluaro Gomez J<sup>o</sup> fernandez moradores e saa e outros Eu lopo fernandez tabelham ppruicio e Dita terra que todo foy presete que este escreui -

$$a^0 + Va\tilde{a}z \text{ ju}\tilde{z}$$

bastyam

$$\overline{\text{ffrrz}} +$$

Dj<sup>o</sup> + fr̄r̄z vercaDor

+ ? — Vereador

$$D_1^0 \times D_1^z$$
 $a^0 \times g\bar{1}z$ alv<sup>o</sup> |||| gomezJ<sup>o</sup> + anDreJ.  frz<sup>2</sup>

Entre a assinatura de D. Manuel I e o principio do auto de entrega foram lançados *zistos* de varias correções, e a seguir ao auto também; contamos, ao todo, 29, dos anos de 1626, 1629, 1638, 1669, 1678, 1694, 1695, 1702, 1709, 1713, 1729, 1733, 1736, 1738, 1739, 1740, 1748, 1749, 1750, 1792, 1793, alguns sem data, e, mesmo ao lado da assinatura regia, na margem, o de 1832 que parece ter sido o último.

É natural que outros tenham existido, em folha de guarda que se terá desgastado do volume; os de 1629, 1638, 1669 e 1695 foram datados de Verdemilho; o de 1713, de Esgueira; e o de 1626, de Ilhavo; os restantes não registam o lugar onde a correição foi realizada.

Em Verdemilho tinha o donatário o celeiro e a casa da sua administração; Esgueira era a sede da comarca.

Entre os vistes lê-se esta nota: *ho Anno de 1655 Servio m.<sup>to</sup> Silveira dalgueidão por urcador e juiz pela ordenação.*

Publicamos este mesmo folio em 1922, no opusculo aqui varias vezes citado; supomos que a essa data estaria inedito; ainda hoje lhe não conhecemos outra publicação. A leitura que então demos ditaria desta, na grafia adoptada; mas a de hoje não é menos rigorosa; desdobramos tôdas as abreviaturas, dando em italico as letras que no texto se não encontravam; em 1922 seguamos criterio diverso do que posteriormente adoptamos para as nossas publicações documentais.

Preconizei, em 1922, o estudo comparativo do foral com os da região; como quasi todos elles estivessem inéditos, tenho publicado no *Arquivo do Distrito de Aveiro* quantos me tem sido possível alcançar; dos lugares que circundam Ilhavo, la se

encontram já Esgueira, Aveiro, Soza e Vagos; prosseguiremos com o programma anunciado até onde nos fôr possível; entretanto, quem deseje estudar o foral de Ilhavo dispõe já de elementos que em 1922 faltavam inteiramente ao comum dos leitores.

A-par-das disposições fiscaes, ha conclusões da maior importancia local a tirar dos paragrafos consagrados a *marinhas, pescados, maninhos e montados*.

É, na verdade, a estratificação dos séculos que faz a História; mas só o trabalho de muitos anos de investigação permite que ela se possa escrever.

Quando em 1934 organizámos as bases do Museu Municipal de Ilhavo, que mereceram ser aprovadas e receberam a execução que é do dominio corrente, propusemos uma sala de Arquivo; devido as incalculaveis dificuldades com que a instituição tem lutado, compreensiveis, alias, em plano de tão grande monta, insufficientemente dotado, ainda não foi possível instalar esse projectado arquivo; mas o seu lugar ficará sempre em aberto, como base para a futura historia da terra; ai teem o mais lógico e digno cabimento os livros antigos da Câmara Municipal. Destacando de todos, em mostrador que lhe proporcione o merecido relevo, o *foral novo* que D. Manuel I em 1514 outorgou à *terra de ylheuo*.

A. G. DA ROCHA MADAHIL

## COMO SE FORMOU E TRANSMITIU A LENDA DA FUNDAÇÃO DE AVEIRO PELOS GREGOS

A ORIGEM das povoações interessou sempre, como é natural, os povos e os investigadores. As vezes, um pretenso facto, uma analogia de nomes ou a pura fantasia servem para justificar a fundação de uma localidade.

De Aveiro, que é o caso que agora nos interessa, diz-se, por vezes, que foi fundada por uma colónia de gregos. Há até quem queira confirmar esta lenda com a beleza das mulheres aveirenses.

Note-se, porém, desde já, que se tal fundação fôsse verdadeira, ela remontaria a época da guerra de Troia, e portanto, a alguns milhares de anos já passados. Só este enorme lapso de tempo tornaria tal lenda de pequenissima consistência. Mas teria havido factos de cuja falsa interpretação tenha resultado a lenda?

É o estudo destes factos que nos propomos aqui fazer.

O espanhol Florián del Campo, que viveu no século XVI, interpretou a seu talante as referências que antigos autores gregos e latinos fizeram à origem de certas povoações da Lusitânia, e o escritor português do mesmo século, frei BERNARDO DE BRITO, seguiu-o nas suas conclusões, e escreveu também conforme a sua fantasia lhe foi ditando.

E assim, BRITO diz-nos, como sendo a coisa mais verdadeira, que às costas da Lusitânia aportaram naus com emigrados gregos que haviam tomado parte na guerra de Troia, e descreve-nos com o maior realismo a sua entrada na foz do Vouga, o seu estabelecimento na foz do Douro, na região de Entre Douro e Minho, e na actual Galiza (que noutros tempos se estendia

## COMO SE FORMOU A LENDA DOS GREGOS

até o rio Douro), as suas lutas com os indígenas, e consigo mesmo, e muitos outros supostos factos relativos a tais gregos.

Conta-nos, por exemplo, acerca de uma pseudo-expedição de povos do sul para o norte da Lusitânia, e quando estes já tinham chegado a Conímbriga:

« Daqui diz Florião del Campo, que partirão os Celtas, & Turdetanos, cō os Gregos Lacones em sua companhia, & cō varias difficuldades de brenhas, & feras, que avia nellas, & muyto mais dos Barbaros, diz, que chegarão ao Rio Vouga... » (1)

Diz-nos mais:

«... os de entre Douro, & Minho, forão pela mayor parte Gregos, da companhia de Diomedes, & de outros que alli arribaram... » (2)

Referindo-se ainda a' estes povos, diz:

« Este povos pois que no tempo em que himos falando, se chamavão gèralmente Gafrlyos, ou Gregos, & muytos annos depois mudarão este nome em Bracaros, derivando-o da cidade de Braga,... » (3)

«... Nesta fertilissima Provincia habitavão os Grayos, sem pensamento de guerras, quando outros Gregos, que viviam além do Rio Minho, & vieram em companhia de Teucro, irmão de Ajax Telamonio, como refere Trogo Pompeio, & outros, julgando por mais fertil a terra que ficava destoutra parte passarão o Rio, & se começarão a extender pela comarca, aproveitando-se dos fructos, & mantimentos que achavão, como se fora cousa propria: a isto acudirão os Grayos, & se travou hũa rija peleja, onde morreu muyta gente, de hũa parte, & da outra... » (4)

Referindo-se às povoações fundadas, Brito diz-nos que os Graios fundaram uma povoação a que puseram o nome de Tydiciano « que significa Tyde a nova, por differença da outra Tyde, que os companheiros de Diomedes fundaram em Portugal ».

Segundo Florião del Campo, Brito diz que esta Tyde é a actual cidade de Tuy, e foi principiada perto dos annos 3489 e 3473 antes de Christo (5).

Ora os Graios a que se refere Brito são de facto os *grayos*

(1) *Mon. Lusit.*, T. I, pag. 172, ed. de 1690

(2) *Ibid.*, T. I, pag. 139.

(3) *Ibid.*, pag. 140.

(4) *Ibid.*, pag. 141.

(5) *Ibid.*, T. I, pag. 147.

da Galiza, e não os gregos graios; é errada a identificação de gravios com graios, embora Sílio Itálico diga, como veremos, que gravio é corrupção de graio.

Para amostra do que Brito escreveu sobre as lendárias povoações gregas no noroeste da Espanha, bastam-nos os passos que acabamos de transcrever.

Foram as afirmações do que se julgou ter sucedido com os gregos ao norte do Douro que levaram certos investigadores e o povo a formar a lenda de que Aveiro também teve origem numa colónia grega.

Vejamos primeiramente o que nos dizem os autores latinos.

Trogo Pompeio traduziu para latim as histórias do mundo que os gregos haviam escrito, e Marco Justino, que viveu no tempo do imperador Antonino, compendiou a obra de Trogo Pompeio.

Ora diz Justino que os povos da Galiza descendiam dos gregos - *Gallaeci graecam sibi originem asserunt* - (liv. 44, cap. III), porque após a guerra de Troia, e pela morte de seu irmão Ajax, Teucro viu-se aborrecido por seu pai Telamonio, que o não quis admitir no reino; e por isso foi para Chipre, onde edificou a cidade de Salamina, pondo-lhe o nome da sua antiga pátria; e tendo depois conhecimento da morte de seu pai, tentou voltar para a sua terra, mas não o conseguiu, por a isso se opôr Eurisaco, filho de Ajax; então Teucro buscou fortuna pelas praias de Espanha, e fixou-se no lugar que hoje se chama Cartago Nova, ou Cartagena. Daqui passou para a Galiza, e, estabelecendo-se aqui, deu nome aos povos, alguns dos quais se chamaram Amphilocos, (da cidade de Amphiloquia).

Vejamos agora o que nos diz Pomponio Mela, escritor hispano-romano do sec. I d. C. Informa-nos que do rio Douro para o Norte existiram os povos gravios, mas não nos diz que fossem de origem grega, e com certeza nem o poderia dizer por não ser verdade.

*Totam Celtici colunt; sed a Durio ad flexum  
Gravii; fluuntque per eos, Avo, Celadus, Naebis,  
Minus et cui oblivionis cognomen est Limia* <sup>(1)</sup>

Vejamos agora outro autor: PLÍNIO.

Este autor, que viveu no sec. I d. C., afirma que os Helenos, os Grávios (ou Grovios) e a cidade de Tyde descendem de gregos:

*A Cilnis conventus Bracarum; Hellum, Graeu, Castellum  
Tyde, graecorum sobolis omnia* <sup>(2)</sup>.

(1) *De situ orbis*, liv. 3, capítulo I.

(2) *Nat. Hist.*, 1 parte, liv. 4, cap. 20.

## COMO SE FORMOU A LENDA DOS GREGOS

SÍLIO ITÁLICO (25-101), no seu poema das *Guerras púnicas*, diz que os Grávios habitavam a região do rio Lethes, isto é, o Lima:

*Hinc certant, Pactole, Tibi Duriusque, Tagusque  
Quique super Gravios lucentes volvit arenas  
Infernae populis referens oblivia Lethes.*

Dizem estes versos:

« Esta terra é donde, o Pactolo, te desafiam em levar areias douradas o Douro e o Tejo, e aquêle que corre pelos Grávios, revolvendo areias de ouro, e que é o que faz esquecer aos que baixam aos internos tudo quanto hão visto, e por isso é chamado Lethes. »

O autor quer forçadamente identificar estes Grávios com gregos ou grãos, afirmando que a palavra gravio é corrupção de grão. É o que se reconhece nos seguintes versos:

*Et quos nunc Gravios violato nomine Grayum  
Oeneae misere domus, Actolaeque Tyde (\*)*

Dos autores latinos mencionados não se pode, pois, concluir que os gregos tenham colonizado a parte ocidental da península ibérica nem que os gravios ou grovios sejam gregos, como concluiu frei BERNARDO DE BRITO.

Vejamos agora o que dizem outros autores.

SANTO ISIDORO, bispo de Sevilha (Hispalis), sec. viii, segue os autores latinos e diz também que os povos da Galiza eram de origem grega e dotados de grande engenho:

*Hi graecam sibi originem asserunt: unde et naturali ingenio  
callent; post finem troiani belli ferunt Teucrum in Gallaciam  
profectum, ibique edes posuisse (\*)*

E SÃO JERÓNIMO, referindo-se aos galegos, nas suas *Questões Hebraicas*, escreveu:

« *Letamos os livros de antiguidades de Varro, Tirino Capítou, e ao grego Phlegonte e a todos os mais eruditos autores; e vemos que quasi todas as ilhas, ribeiras e terras de todo o orbe, vizinhas do mar, estão occupadas de habitantes gregos, os quaes,*

---

(\*) Julga-se que Diomedes, filho de Tydeo, rei da Etolia, vendo-se obrigado a errar pelos mares, por motivos relacionados com a guerra de Troia (Homero, *Iliada*, 5), apstou-se à Galiza, e fundou a cidade de Tyde, dando-lhe o nome de seu pai. Pretende-se depois identificar Tyde com a cidade de Tuy.

(\*) *Etimologias*, liv. 9, cap. 2.

como já dissemos, possuiram todos os lugares marítimos desde os montes Amano e Tauro até o Oceano Britânico.»

Vê-se que S. JERÓNIMO atribui aos gregos uma expansão que nada autoriza a admitir.

É essencial, porém, consultar os autores gregos neste assunto. É o que vamos fazer, para tirarmos conclusões, tanto quanto possível, seguras.

HERÓDOTO (séc. v a. C.) escreveu que os gregos de Phoea, cidade da Asia Menor, teriam sido os primeiros que fizeram longinquas navegações, tendo percorrido todo o mar mediterrâneo, chegando mesmo a Tartessida, no sul da Peninsula Iberica, onde reinava Argantonio. Este rei recebeu os focenses com as maiores atenções, tendo-lhes até oferecido terrenos para se estabelecerem, o que elles recusaram por terem de partir em auxilio da sua terra, sitiada por Harpago, general de Ciro. Contudo, diz AMIANO que ficaram alguns deles. Depois, outros focenses fundaram Emporias (Ampúrias).

SCHYMO DE CIO (séc. i, a. C.) diz que a primeira cidade fundada na Iberia pelos gregos foi Emporias, e Rhoda a segunda (*Orbis descript.*, verso 203).

É de notar, porém, que muitas cidades da Iberia, com nome grego, não foram fundadas pelos gregos; estes instalavam-se nas cidades já existentes e davam-lhes nomes gregos. Emporias, por exemplo, era uma cidade mista (de indigenas e de gregos), e como estas muitas outras, conforme diz ESTRABÃO, e PLÍNIO confirma, dizendo que Emporias era uma cidade *gemina*, isto é, formada de duas cidades, uma de antigos habitantes, e outra de gregos, com origem nos de Phoea (*Nat. Hist.*, p. i, cap. iii).

STRABÃO, que viveu entre 58 a. C. e 25 d. C., diz na sua *Geografia*, baseando-se em ASCLEPIADES, POSSIDÔNIO, e ARTEMÍDORO MIRLETANO — professor de Gramatica na Turdetânia e autor de uma *Periplus* ou corografia da Espanha, diz que alguns companheiros de Teucro na expedição contra Troia fundaram na Galiza alguns povos, entre os quais os Helenos e Amphiloquia.

Diz também que certos companheiros de Hercules conduziram a Ibéria uma colonia desde a cidade de Messana e que os lacónios ou espartanos fundaram alguns povos na Cantábria.

Os escritores em que Strabão se apoia parecem repetir, neste assunto, o que escreveu HOMERO pelo séc. ix antes de Cristo, nos seus poemas acerca da viagem de Ulisses (Odisseia), e Strabão diz que tais escritores deram por isso verosimilhança ao poema, em especial aos factos succedidos para além das Colunas de Hercules; confessa, porém, que outros consideram estes factos como fabulosos e atacam tão grosseiramente os escritos de Homero, que não sómente o têm considerado tão ignorante como um cavador, mas consideram ainda os que o defendem como homens sem juizo.



## COMO SE FORMOU A LENDA DOS GREGOS

Em todo o caso, SIRABÃO inclina-se a que sejam verdadeiras as viagens dos gregos na Iberia, porque houve causa para eles andarem errando e viajando pelas nações bárbaras.

Esta causa foi não terem podido os gregos resistir às invasões estrangeiras, divididos em pequenos estados como estavam, e serem arrogantes e intransigentes na sua opinião. E, comparando os gregos com os iberos, diz: - «Estes mesmos defeitos havia nos iberos, desconfiados uns dos outros, e amigos do roubo e incapazes de grandes empresas.»

«E tanto e assim, que, se se tivessem auxiliado mutuamente, nem os cartagineses, nem antes deles os fenícios, haveriam podido assenhorear-se de uma grande parte do país, como de facto fizeram.»

E diz ainda SIRABÃO: «Também me consta que os fenícios, que são os que deram a conhecer aos outros povos tanto a Iberia como a Libia, ocuparam o melhor delas, antes da idade de HOMERO.»

E acrescenta que nem depois dos fenícios, os celtas, chamados no seu tempo celtiberos e berones, nem depois destes o «luchão Viriato», nem Sertorio, nem qualquer outro haveriam intentado ou concebido dominar os iberos. O próprio povo romano fez sempre, contra determinadas nações ibéricas, guerras que duraram por largos anos, destruindo ora umas ora outras, até que ao fim de duzentos anos ou mais, conseguiu sujeitá-las todas ao seu império.

SIRABÃO é favorável a HOMERO, a quem considera um grande poeta e ilustre historiador. ¿E porque procede assim? Será por ambos serem gregos, e querer defender HOMERO dos que o apoucavam?

O que é certo é que a SIRABÃO não repugna acreditar na afirmativa de HOMERO de que Hercules com os seus exercitos, e os fenícios tenham vindo até o Tartesso e regiões vizinhas, porque ainda no tempo d'ele muitas das cidades da Turdetânia eram habitadas por fenícios, e que até estes mesmos lugares tenham chegado as viagens de Ulisses, como pode concluir-se da leitura da *Ilíada* e da *Odissia*, em cujos textos se referem factos historicos de mistura com outros fabulosos, como era estilo próprio dos poetas.

SIRABÃO explica como os gregos se lançaram nas viagens maritimas, dizendo que, a-pesar-de terem conquistado Troia, muitos d'elles ficaram arruinados, por não terem sido compensadores os despojos obtidos, e foram obrigados a seguir a vida de piratas. Assim succedeu aos herois Eneias, Antenor, Heitor, Diomedes, Tydeo, Menelau, Ulisses e outros que depois os poetas cantaram.

Em resumo, HOMERO admite que os gregos se tenham estabelecido ao sul, na Turdetânia, e possivelmente na Galiza.

É interessante conhecer-se o mau conceito em que SIRABÃO

tinha os gregos e os latinos, a proposito dos seus conhecimentos geográficos da Celtibéria. Diz elle:

«...Os gregos são os mais faladores de tôdas as nações. Ao tratar-se de nações barbaras, ou muito remotas, ou de lugares pouco celebrados ou muito separados do commercio geral, nem escrevem comentarios bem fundados e exactos, nem falam com a devida extensão; assim e que se pode contar por ignorado dos gregos tudo quanto lhes cai a grande distância.

Emquanto aos latinos, se escrevem alguma coisa, o que e bem pouco, não fazem senão copiar os gregos, e quasi tudo o que escrevem o tomam deles; mas por si so é muito pouco o que têm escrito, mesmo pelo que diz respeito à sua história ou república; dêste modo, se os gregos omitem referir algumas coisas, não e facil suprir esta omissão pelo que escrevem muitos escritores; e isto contribuiu para que os nomes mais celebres de cidades sejam quasi todos tomados da lingua grega.» (*Geografia*, liv. III).

Sobre os assuntos que estamos tratando esclarece-nos FLÁVIO JOSEFO, historiador judeu do seculo I depois de Cristo, que viveu no tempo do imperador Vespasiano Tito. Ora este historiador, na sua obra conhecida pela designação de *Contra Apion*, faz uma critica dos conhecimentos e tradições dos gregos, e diz que estes so tardia e difficilmente conheceram a escrita, e que os que a querem dar como muito antiga, lisonjeiam-se de a terem aprendido dos fenicios e de Cadmo. E continua:

Contudo, mesmo desta epoca, não se poderia mostrar nenhuma cronica conservada nos arquivos, quer sagrados, quer publicos, pois que, a respeito dos proprios homens que marcharam contra Troia tantos anos mais tarde, e muito difficil saber se elles conheciam a escrita.

E a opinião que prevalece e a de que eles ignoravam o uso actual das letras. Diz mais JOSEFO:

Em nenhuma parte, alias, da Grecia se encontra um escrito considerado mais antigo que a poesia de HOMERO. Ora este poeta e posterior a guerra de Troia, e ele mesmo, diz-se, não deixou os seus poemas escritos, mas transmitidos pela memoria, foram so mais tarde constituidos pela reunião de Cantos; da as numerosas divergências que neles se verificam (<sup>1</sup>).

E pergunta FL. JOSEFO: — «? Não e absurdo que os gregos se ceguem a ponto de se julgarem os únicos conhecedores da antiguidade e dela contarem com exactidão a historia?

E não se pode saber facilmente pelos seus proprios historiadores, que, longe de escreverem de ciencia certa, cada um deles não fez mais do que emitir conjecturas sobre o passado?

(<sup>1</sup>) FLAVIUS JOSEPHUS. *Contra Apion*. Texto grego por T. REINACH e tradução francesa de LÉON BLUM. Paris, 1930, pág. 5.

## COMO SE FORMOU A LENDA DOS GREGOS

A maior parte das vezes, as suas obras refutam-se umas as outras da maneira mais contraditória. »

Depois mesmo, além da falta de outros mais antigos, os historiadores gregos não se preocupavam muito com a verdade; mas apenas desejavam mostrar o seu talento, pelo que escreviam contos míticos; e outros, por lisonja, faziam o elogio das cidades e dos reis.

Em especial, acerca dos conhecimentos geograficos dos gregos, diz ainda:

*« Sobre os gaulenses e iberos, era tal a ignorância dos historiadores gregos considerados como os mais exactos, entre os quais se conta Eforo, que, no seu pensamento, os iberos formam uma só cidade,ões que occupam uma tão grande porção do Ocidente; eousaram descrever e attribuir a estes povos costumes que não correspondem nem a factos nem a palavras ».*

Em face de tão categoricas afirmações de Flavio Joseffo, que credito podemos dar as afirmações de que os gregos vieram fundar povoações ou colonias no Ocidente da Iberia?

A influencia grega na Peninsula Iberica foi insignificante, pois que Plínio, citando Varrão, nem menciona os gregos como tendo de alguma forma dominado nesta:

*« In universam Hispaniam M. Varro pervenisse iberos, persas, phoenicas, celtasque et poenos, tradit. »* (1)

O facto de alguns povos da Galiza dizerem que descendiam de gregos pode ter explicação na origem dos celtas, pois que estes, segundo Heródotto, parece serem oriundos da Tracia, e a sua lingua seria um dialecto grego.

Do que dissemos conclui-se que não deve ter havido colonização grega no Ocidente da Peninsula Iberica, especialmente ao norte do Douro, e por isso deve ser considerada pura fantasia a lenda da fundação de Aveiro pelos gregos. E o que dizemos de Aveiro applica-se a outras localidades.

Foram a semelhança de nomes, falsa interpretação de factos historicos ou fabulosos e o desejo de engrandecer os nomes das povoações que levaram BERNARDO DE BRITO, FARIA E SOUSA, e outros escritores nacionais e estrangeiros a fazer falsa história.

A influencia das fantasias de tais autores foi tão grande, que ate o austero historiador ALEXANDRE HERCULANO lhes segue na esteira, pois, interpretando o passo de PLÍNIO que atraz transcrevemos, diz:

---

(1) *Nat. Hist.*, l. 3, cap. I.

## ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

« De feito, os phenicios se haviam apossado da melhor parte da Hespanha em tempos anteriores a Homero, em quanto pequenas colonias gregas se estabeleciam em diversos pontos maritimos, nomeadamente nas margens do Minho e Douro, subindo pelas suas fozes » (1).

Aveiro, 23 de Agôsto de 1938.

FRANCISCO FERREIRA NEVES

---

(1) *História de Portugal* — tomo 1, pág. 50, 8.ª edição.

# FARRAPOS DE MEMÓRIA, E DE HISTÓRIA

## I

**P**ASSEI ha dias à Rua da Sé de Aveiro... Assim a chama o povo, em geral; eu nunca a conheci por outro nome. Rua da Sé!... Que irrisão! Que mudanças, que contradições! *Sic transit gloria mundi*.

Eu não sou já do tempo em que ali funcionava a Sé Episcopal, com Bispo, Cabido e mais dignidades congruentes: — sou só do tempo em que, dentro do edificio, do lado do Evangelho, se via lá suspenso, dum simples tarugo, na parede lisa e nua, um chapéu de aba rasa; simbólico em disponibilidade, acima do estrado do dignitário; chapéu velho, desbotado, sem uso proprio. — Ha muito morrera o ultimo Bispo, e nunca mais outro efectivo lhe sucedera. Tinha-se malogrado a eleição e confirmação do novo Prelado: os negócios ecclesiásticos tinham passado a correr a conta do Vigário Geral e Governador da Diocese, *Sede Vacante* — e assim continuavam.

Sou do tempo em que funcionava nos anexos e dependências do edificio o curso de Ciências Ecclesiásticas dos ordenandos e aspirantes ao sacerdócio: em que, além das festividades maiores, *Corpus Christi*, Semana Santa, *Ti-Daum*, do Ano Bom e da Pascoa, aos domingos e dias santificados, no templo, havia missa cantada, acompanhada a vozes e a órgão (a prata da casa) sendo organista o velho Abreu, professor official de instrução primaria, aposentado, e com a assistência dos seminaristas, nas cadeiras da capela-mor, e demais fiéis no corpo devoluto da Igreja: capelão privativo e mestre de cerimónias, o P.<sup>o</sup> Domingos Lopes Afonso e Cunha, da Murtosa, professor avulso, *ad hoc*, de latim e latinidade, *grosso modo*, residente na rua do Vento, e hóspede, com outros academicos, dumas velhas e respeitáveis senhoras já muito quarentonas, de nome Gamelas.

Sou desses tempos, que, bem esquadrinhados, podem ainda dar ensanchas para algumas paginas do *Arquivo do Distrito de Aveiro*, mais profundas e eruditas, a que talvez me reporte.

Lembro-me...

Sacristão do culto e guarda dos paramentos e alfaiaes era o João Marques — João da Se lhe chamavam, do officio; continuo ou bedel era o vermelhusco Antonio Paiva, vulgo o Chan-che-ran-chan; aguerrido as funções do cargo e a outras adherentes, segundo o costume dos antigos e dedicados sacristães — escorpicha galhetas e frisos — do ramo de louro, pessoa de confiança, todavia, dos superiores, e dos apaniguados, e do celebre João Duque, João Ferreira da Encarnação, algibebe, crónico, alfaiate de batinas e sub-indumentaria eclesiástica, morador num cardanho ao dobrar da Rua de Santa Catarina: Miguelista ferrenho e incorruptível, e jogador da sueca.

Bonito isto vai! Ainda houvera algum velho, alguma reliquia d'esses remotos tempos? Algum simples padre ou prior, aposentados, ou de todo invalidos? Talvez algum exista lá por longinquoas terras, escabrosas, de penedias! Se existir algum, e se sentir beliscado, que aceite os meus cumprimentos, e que se acuse para as devidas rectificações: — *aparent rari nantes in gurgite vasto...*

Lembro-me de se citarem, por esses tempos, ou de se conhecerem por Vigarios Gerais, os senhores:

— O Dr. Damasio Jacinto Fragoso, antigo aluno distinto da Casa Pia, de Evora; depois, laureado academico da Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra; lente da mesma Faculdade; professor insigne de Historia e Hermenêutica. Dêle e doutros darei algumas notas, se tiver tempo e fôlego para o fazer.

— Lembro-me tambem de ser Vigario Geral e governador da Diocese, o Dr. Manuel Augusto de Souza Pires de Lima, Cônego da Se de Evora, politico de alto coturno, orador parlamentar de vulto, par do reino, indigitado para ministro dos negocios ecclesiasticos e da justiça — que era alto, esgrouviado, magestoso e distinto, e viveu na casa do Chorinea da Rua de Jose Estevão — com quem teve um episodio grave, sobre registo paroquial, o Rev. prior de Oia, o padre Joaquim Duarte Rosa, natural de Fermentelos, collaborador da *Revista das C. Ecclesiasticas*, do Conego Sousa Monteiro, que foi depois Bispo de Beja.

Este Dr. Pires de Lima, contado! teve morte tragica no cemitério de S. João, em Lisboa.

Do Dr. Pires de Lima, Vigario Geral efectivo era então substituto o professor Dr. Manuel Batista da Cunha, formado em Direito e em Teologia, examinador pro-sinodal, grave, sabio, bondoso, muito versado em direito paroquial e administrativo, justamente considerado e estimado como o foi sempre em tôda a sua vida; depois, Vigario Geral efectivo; arcebispo de Mitilene, em Lisboa, e por fim Arcebispo metropolitano em Braga.

A Diocese de Aveiro aproximava-se do seu termo final. Já

então se indicava a data próxima da sua extinção; e se indigitava a partilha que depois se fez dos seus despojos territoriais, rendimentos e regalias, para as dioceses do Pôrto e de Coimbra. Aos seus últimos arrancos de vida autonoma assistiu o último Vigário Geral, o dr. Mendes Belo, bacharel formado em Teologia e Direito, conego da Se do Funchal, governador de Pinhel, que foi em breve nomeado Arcebispo de Mitilene, como já se disse em breves linhas anteriores nesta revista.

.. Perdão! Não era meu proposito, nesta ocasião, descer a estas minuciosidades de pessoas e de factos; mas sim a outras. Ia dizendo: passei na Rua da Se. . . O que lá vai! o que está! e o que será amanhã...

A Se, o edificio a que se chamou então a Se, não era de modo algum uma construção architectonica riscada e destinada as funções de catedral da Diocese: a Se, ao que me consta, tóra primeiramente estabelecida na igreja da Misericórdia, vizinha do Hospital Velho e chamou-se Se Velha, e em que depois se fez obra importante; mais tarde, por motivos supervenientes e que se escolheu e designou por Se a igreja do Recolhimento e das Beatas, e convento de S. Bernardino; chamando-se a esta, Se Nova, — em contraposição à outra Se, a Sé Velha.

Na verdade, a Se Nova, a Nova Se, não tinha categoria material construtora, de catedral, nem de tradição, nem de arte: era apenas, e ainda é, um casarão, avulso, a que depois deram certo relevo as necessidades e adaptações, — as cerimónias do culto, e as funções dos Prelados e adherentes.

Quem, hoje ainda, olhar para essa construção vulgar, cenotifica, facilmente se convencerá deste asserto: quatro paredes de longo comprimento; a abobada lisa, sem florões; duas colunas de madeira, fortes, e lisas, ao lado do altar mor, formavam o Camarim destinado a exposição do Santissimo em dias de festa: ao fundo do templo ligava-se o côro, estreito e esguio, onde se alojava o órgão vulgar — frequente n'outros tempos — de comunicação com outras dependências. Uma porta para a rua, sem elegância, ou simetria, esteve por vezes arruinada, e obrigou a uns concertos forçados, na cantaria, e verga superior. Todavia, o teto era de abobada de tijolo, e parece que bem formado, pois que ainda subsiste sem sinal de ruina.

O Templo não ficou logo fechado ao culto, ermo, deserto: algumas devoções ali se mantiveram; e deve lembrar-se quem promoveu e contribuiu eficazmente para que ali se estabelecesse a Contraria do S. C. de Jesus, cujas festas, e devoções de piedade, chegaram a ter certa imponência e celebridade, mas que acabou com a morte e a doença dos seus muito dedicados servidores: a Sr.<sup>a</sup> D. Amelia Rebocho Freire de Andrade e Albuquerque,

da importante familia dos Viscondes de Santo António, foi a alma dêsse movimento religioso e dos demais devotos do culto.

Do espólio devia restar uma rica banquetta dourada do altar-mor, que o Vigário Geral, Dr. Manuel Bâtista da Cunha, mandou restaurar e que causava admiração e maravilha; alguns paramentos de brocado de ouro; um belo tapete que foi oferta duma senhora distinta e piedosa; algumas cortinas ou damascos, e sanefas do arco cruzeiro e dos altares: — e uma farta colcha de setim amarelo, que desdobrada do coro abaixo, metia vista e realce.

Aonde pára tudo isso? Ainda que não muito fôsse, — agora, com a restauração da Diocese, — de direito é que volte ao antigo poiso e uso tradicional.

*Res ubicumque est suo domino clamat.*

Depois...

Depois, *mutatis, mutantis*, pode dizer-se: cerra-se a nebrosa noite da Idade...

A Se, o edificio da Se, a igreja que veio a chamar-se Se, e a servir de catedral, com Bispos, embora tendo lá — do lado do Evangelho, no transepto da capela mor, para o corpo da igreja, tendo lá o deposito dos restos mortais do derradeiro Bispo, — caiu no abandono; passou a ser apenas deposito, por conta da Câmara, de madeiras velhas, mutiladas, barrotes, tarugos e outros restos de maior quantia...

Nesse estado, nesse deploravel estado ai esta agora, — com a categoria de se ter convertido em prisões do Estado, enxovia, segredo, oficinas, casas de malta, etc.

Esse estado brada ao céu! — implica com as recordações e sentimentos doutros tempos, e com a das lembranças de quem por lá passou talvez os melhores da sua vida.

Mas isto vai longo demais. E afinal fica ainda de reserva o que intentava escrever em continuação da Se, da Rua da Se, das ruínas da casa, e da sua ligação historica com o Palácio da Baroneza de Almeidinha, do Visconde de Almeidinha, do largo do Terreiro e... outras memórias.

Continuaremos, pois.

P. VIEIRA



# ALGUNS ASPECTOS DO TRAJO POPULAR DA BEIRA-LITORAL

(Continuado de pág. 158)

**Q**UE valor se deva atribuir, em Etnografia, à constituição das sub-regiões apontadas na Província é problema muito delicado, so por si justificativo de desenvolvido estudo, incompatível com o caracter destes primeiros apontamentos de trajo muito embora subordinados todos à Beira-Litoral.

Diremos apenas que para uma zona se poder isolar etnograficamente se torna mister que se verifique exclusivamente nela a existência dos elementos em consideração; o que, portanto, mais conviria marcar em Etnografia eram regiões de determinado elemento: marcar a distribuição da *capucha*, por exemplo, a da antiga *mantilha*, a do *chapéu murtoeiro*, a do *gabão*, como, passando a outro sector etnografico, a distribuição do *barco moliceiro*, a do *barco normando de pesca no mar*, a dos *jugos lavrados e pintados*, etc.

Referimo-nos, evidentemente, a Etnografia apenas; o critério geográfico não é considerado aqui; esta fora do nosso ângulo de observação.

Mas perante a insuficiência que existe ainda de elementos de estudo do vestuário popular de toda a Província e respectiva cronologia, só muito mais tarde se poderão tentar os agrupamentos acima referidos.

Vamos, por agora, registando o que nos foi possível conhecer; outros depoimentos surgirão talvez em complemento da nossa insuficiência.

Registe-se, antes de mais, e até para justificar a possibilidade de reunir ainda hoje os aspectos retrospectivos aqui apre-

sentados, que o vestuário popular local impressionou desde muito cedo os artistas e os observadores cultos que percorreram a região, ou simplesmente a atravessaram, a caminho do Porto, ou de Lisboa; uns e outros o foram fixando em seus albums e livros de viagens, muito em moda nos séculos xvm e xix; de la

o vai exhumar a investigação científica ou a simples curiosidade de nossos dias.

Deve-se a estrangeiros a iniciativa desses trabalhos, e a eles pertence ainda a autoria dos melhores desenhos e gravuras de que podemos dispor.

Com a introdução da litografia em Portugal no segundo quartel do século xix, e subsequente difusão, multiplicaram-se colecções nacionais de desenhos, infelizmente nem todos recomendáveis, por deficiência de execução e, o que é peor, por falta de originalidade: decalcam quasi sempre as colecções estrangeiras.

A fotografia, permitindo fixar pela imagem a indumentária com absoluto rigor de reprodução, chegou um pouco tarde para certos aspectos, já então desaparecidos; contudo, é ainda aos seus recursos que o historiador vai buscar precioso e insubstituível depoimento.

O subsidio fornecido pela pintura portuguesa é



Fig. 9

MULHER DA MURTOSA

*Pintura a óleo em fôlha de Flandres*

por FRANCISCO JOSÉ REZENDE em 1878

*Museu Municipal do Porto.*

escasso; o povo nunca animou grandemente as telas dos nossos coloristas doutro tempo, voltados mais ao classicismo e a pintura de interior; no entanto, um ou outro pormenor se encontra; e, pelo que respeita à região de Ovar e Murtosa, uma excepção importa fazer, embora um pouco tardia: o pintor REZENDE (Francisco Jose), nascido no Porto em 1825 (9 de Dezembro) e que por volta de 1878 e ate a sua morte, occorrida em 30 de Novembro

de 1893, se occupou repetidamente em fixar o trajo de varinas e murtoseiras. Já a pág. 144 reproduzimos o quadro seu que no Museu de Aveiro se conserva; aqui juntamos a gravura doutro, pertencente ao Museu Municipal do Porto, (fig. 9) e ainda um desenho que o grande colleccionador de RIZENDE e distinto



FIG. 10

### PADEIRA DE OVAR

*Desenho de REZENDE. Collecção do Dr. Pedro Vitorino.*

critico de Arte, DR. PEDRO VITORINO, meu illustre amigo, possui e generosamente me communicou (fig. 10).

O colorido dos trajos, fixado pelo pintor nos seus quadros, é hoje, que a maior parte das respectivas peças desapareceu, elemento precioso de reconstituição, conferindo-lhes extraordinário e seguro valor etnográfico.

REZENDE deu sempre preferência a *assuntos e tipos portugueses para encher as suas telas. Tinha, como artista, uma alma profundamente portuguesa*, escreve o seu biógrafo ALBERTO PIMENTEL (1).

Não pode a Beira Litoral apresentar trajos tão característicos como os do Minho, os de Miranda do Douro, os do campino do Alentejo; mas na sua maior simplicidade em relação àqueles, sempre os seus vestuários foram fixados pelos observadores estrangeiros que nos visitaram e da sua passagem por Portugal deixaram relato impresso, animando com o pitoresco dalguns aspectos e a descrição de costumes locais as paginas de muitos dos seus livros de viagens. Coimbra aparece quasi sempre; Aveiro e Leiria, por vezes; povoações menores, como Foz de Arouce, Ilhavo, Murtosa, Ovar, dão igualmente o seu precioso contributo iconográfico.

Na esplêndida colecção de gravuras em cobre de HENRY L'ÊVEQUE, de 1814, intitulada *Costumes of Portugal*, aparece-nos um camponês dos arredores de Ovar.

Em *Sketches of Portuguese life, manners, costume, and character*, livro publicado em Londres em 1828, ha um interessante grupo de mulheres de Foz de Arouce fiando, acompanhadas por dois campônios e duas crianças. Importa muito, como veremos, considerar os trajos aí fixados, que à nossa actual provincia pertencem. É a estampa N.º 18 daqueles *sketches*.

O reverendo KIRBY que, em 1828 também, publicou o seu *Portugal illustrated* acompanhado de gravuras de quanto encontrou de pitoresco, não esqueceu o pescador de Ilhavo, que por aqui terá encontrado, ou até em Lisboa, onde então era frequente, pois so mais tarde perdeu, em favor do varino e do murtoseiro, a primasia de que era detentor na venda do pescado pelas ruas da capital; e obra que merece particular atenção: reproduz tipos de Ordens religiosas, mulheres de cidade, que não localiza, camponesa de Trás-os-Montes, assadeira de castanhas, garoto pedinte, camponesa de Braga, campônio em traje domingueiro, um desembargador, um cidadão de Guimarães, camponês minhoto, outro do Alentejo, galego de Lisboa, outro do Pôrto, a mulher que vende cebolas, um vendedor de bolos de mel, o camponês com palhoça, um mendigo de Lisboa, um vendedor de patos no Pôrto, peixeira e regateira desta mesma cidade, e, por fim, com seu gabão de burel amarrado na cinta com um nó feito pelas próprias pontas, capús enfiado na cabeça,

---

(1) Na monografia *Santo Tirso de Ruba d'Are*, de 1902, a págs. 142 e seguintes.

Posso na minha Biblioteca o exemplar que em 31 de Dezembro daquele ano o autor ofereceu à filha do Pintor, D. Clara Wilson de Rezende, e que esta, em 1916, transmitiu a seu primo Enio Rezende Sampaio Baptista

manaias brancas até ao joelho, o *fisherman of Ilkavo*, deturpação muito desculpável num compositor tipografico inglês... (fig. 11).

Pertencem os desenhos dessa obra, segundo declaração de KINSEY, a « Mr. PUGIS, from models which were made in Portugal for the author. They have been engraved in outline by MOSES, and are aquatinted and coloured by PYAL » (pag. xi).

G. VIVIAN, que desenhou as magnificas estampas litografadas depois por L. HAGUE e publicadas em Londres em 1839 com o titulo de *Scenery of Portugal and Spain*, recolheu um aspecto encantador de tricanas de Coimbra e estudantes junto à fonte de Sant'Ana naquela cidade. O príncipe de LICHNOWSKY, nas suas célebres *Recordações de 1842*, dedica a Aveiro este curioso texto: saíram de Vendas Novas e...

« Passadas algumas horas pozemo-nos de novo a caminho, e chegámos perto do anoitecer á Palhaça em um terreno mais agradável, e muito mais bem cultivado. Um resto de antigas estradas calçadas, que o marquez de Pombal mandou fazer á custa de grande despesa, conduzi-nos, ao clarão da lua, por entre duas fileiras de grandes arvores até á cidade de Aveiro. Junto a uma antiga fonte, que se encontra no caminho, estavam algumas mulheres, enchendo agua; traziam á cabeça grandes cantaros a semelhança de amphoras, e offereciam de beber a um grupo de arrieiros, e cavalleiros. Algumas d'entre ellas traziam chapéos d'homem de grandes abas erguidas, e longos capotes, em que sabiam embuçar-se de um modo muito picturesque. Caminhámos atravez de muitas ruas estreitas, e bastante animadas, entramos uma porta, sahimos por outra até que finalmente parámos junto a uma hospedaria, onde fomos recebidos, chamada



Fig. 11

PESCADOR DE ILKAVO

Do livro de KINSEY, Portugal illustrated, de 1828.

a *estalagem da Felicia*, na praça, que fica fora da cidade e defronte do caes... » (pág. 153).

Em 1844 AUGUSTO WAHLEN publicou em Bruxelas uma obra copiosamente ilustrada — *Mœurs, et Usages de tous les peuples du Monde, d'après des Documents authentiques et les voyages les plus récents*; lá estão representadas a Europa, Ásia, África, América, Oceânia; não faltou Portugal; e da pequena representação concedida ao nosso país, nada menos de *duas gravuras dizem respeito ao distrito de Aveiro*.



Fig. 12

VENDEDOR DE AVES  
DE PARDILHO

(da trad. portug. da obra de AUGUSTO  
WAHLEN « *Mœurs et usages de tous  
les peuples du monde* »

Possuo a tradução portuguesa dêsse curioso trabalho, em quatro volumes, feita por FRANCISCO LUDOVICO DE SOUSA FREITAS SAMPAIO e impressa em Lisboa, de 1872 a 1875; entre as muitas dezenas de curiosas gravuras que a ilustram, tôdas fora do texto e coloridas, há três de Portugal: *vendedor de aves de Pardilhó*, *Ovarina*, e *Mulheres de Miranda* (do Douro); nada de mais característico feriu a atenção do autor! Aqui se junta a reprodução da gravura do vendedor, de Pardilhó, (fig. 12) curiosíssima figura, na verdade, dum traje que hoje documenta a sua evolução última com as *manaias* dos *marnotos* das marinhas da Ria de Aveiro.

A influência dêstes e doutros livros estrangeiros, de viagens e de costumes, fêz-se sentir entre nós unicamente em artigos de revistas, no século passado; reproduziram-se alguns aspectos do vestuário popular e comentaram-se ligeiramente: o velho *Panorama*, o *Arquivo Pictórico*, o *Universo Ilustrado*, o *Ocidente*, o *Branco e Negro*, a *Tradição*, a *Ilustração Portuguesa*, o *Almanaque Ilustrado das Horas*

românticas, o *Almanaque de Lembranças*, são fontes por nós utilizadas neste recenseamento de indumentaria provincial.

A-par destas, outras menores, que indicaremos sempre para que o leitor se documente.

Paralelamente a estas espécies, de natureza bibliográfica, decorre outro valioso manancial informativo, constituído pelas colecções de estampas avulsas, na maior parte litografias, estrangeiras e nacionais.

Essas preciosas estampas tiveram já o seu carinhoso historiador; em 1917 publicou minucioso e instrutivo catálogo de todas elas o bibliófilo da capital, Sr. HENRIQUE DE CAMPOS FERREIRA LIMA (1); é de 1806 a mais antiga e intitula-se *Colecção de costumes servís da cidade de Lisboa, dividida em onze secções, constando cada uma de cinco estampas, com explicação em português, inglês e francês, dedicada ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor D. António Luiz de Menezes, Marquês de Tancos, por M. I. D. Lisboa, A. N. 1806.*

Presumivelmente terá sido gravada por MANUEL GODINHO.

Nenhuma das 20 estampas de que se compõe diz respeito à região que nos ocupa.



FIG. 13  
VAREIRA MULHER DE OVAR  
ALINDENDO PUINÉ  
(Lit. da col. de Costumes Portuguezes,  
de 1832).

(1) Intitula-se *Costumes portuguezes (Ensaio bibliographico)*; Lisboa, Empresa da História de Portugal, 1917; 37 págs.

## ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Em 1809, segundo o catálogo FERREIRA LIMA que iremos acompanhando, aparece a colecção *Ruas de Lisboa*, colorida, gravada em metal, que foi reeditada em 1819. Eram 25 estam-



Fig. 11  
TRABALHADORES DE FAXADA, DE OVAR E IMEDIAÇÕES  
(Lit. da col. João de Almeida, meados do século XIX)

pas e também a Beira-Litoral não forneceu motivos ao seu desenhador. Teve outra edição em 1826.



## ASPECTOS DO TRAJO POPULAR

Outra colecção identica, ja litografada, sem data, mas que FERREIRA LIMA cataloga posteriormente a de 1826, abrange 30 estampas e também não interessa ao nosso propósito.



Fig. 15

ILHAVOS PESCADORES DE SARDINHA

(Lit. da col. JOLBERT; meados do século XIX)

Vem depois a de 1832, trazendo por titulo *Costumes portuguezes ou Colecção dos Traços, usos, e costumes mais nobres, etc.*

*característicos dos habitantes de Lisboa e Províncias de Portugal.  
Lisboa 1832.*



Fig. 16 100

FIJAVOS VENDEDORES DE SARDINHA 17 257  
(Lit. da col. JOUBERT; meados do século XIX) 18

São 13 litografias numeradas, que depois receberam uma continuação, até o n.º 20, em 1835.

A estampa N.º 10 representa uma *Varara* — *Mulher d'Ovar* vendendo peixe (fig. 13).



Fig. 17

HOMEM E MULHER DE OVAR

( Lit. da 1.ª col. PALHARES, anterior a 1875 )

Em 1841 novas estampas coloridas, litografadas desta vez por MACPHER, nome pelo qual a colecção ficou conhecida; o

catálogo que extratamos regista 18 números, de que nos interessam uma *Molher d'Ovar*, e o *Pauzaro dos arrebaldes d'Ovar* conduzindo um carro.



Fig. 18

MULHER DE AVEIRO VENDENDO MEXILHÕES  
E OVOS MOLES

( Lit. da 1.ª col. PALHARES, anterior a 1875 )

## ASPECTOS DO TRAJO POPULAR

MACPHAIL lançou nova colecção em 1842, de que FERREIRA LIMA conheceu 12 números, nenhum dos quais é aproveitável ao nosso fim.



Fig. 19

MULHER DE COIMBRA CONDUZINDO ÁGUA  
DA FONTE OU DO MONDEGO

( Lit. da 3.ª col. PALHARES, anterior a 1875 )

Sem data, segue-se terceira colecção de MACPHAIL, de que no catálogo referido se registam 17 números, aproveitando um deles a Beira-Litoral: a *varina de Pardilho e Murtosa*.

Outra colecção muito importante, que seguidamente aparece, é a de JOUBERT (Jorge Bekkerster), litografada e colorida; o catálogo descreve 22 números; dentre elles, notamos *Trabalhadores d'enchada* (sic) *naturais d'Ovar e suas immediações* (fig. 14); *Ilhacos pescadores de Sardinha* (fig. 15); *Vendedores de palitos naturais de Coimbra, Condeixa e seus Contornos*; e *Ilhacos vendedores de Sardinha* (fig. 16).

Catalogam-se depois tres colecções PATHARES, sem data, sabendo-se unicamente que tal desenhador, segundo apurou o Sr. CORONEL FERREIRA LIMA, deve ter vivido entre 1810 e 1875. Da 1.<sup>a</sup> destas colecções conhecem-se 44 litografias coloridas; interessam-nos a *Varina vendendo peixe em Lisboa*, o *Varino vendendo sardinha*, *Pescadores ilhacos*, *Homem e mulher d'Ovar* (fig. 17), *Mulher d'Aveiro vendendo mexilhões e ovos molles* (fig. 18), e *Mulher de Leiria vendendo pinhões em Lisboa*.

A 2.<sup>a</sup> colecção PATHARES abrange 32 estampas, do mesmo género das antecedentes, e das quais recolhemos *Pescadores de Ilhavo*, e *Mulher de Leiria vendendo pinhões em Lisboa*.

Na 3.<sup>a</sup>, de que são conhecidas 40 litografias coloridas, há uma *Varina (mulher d'Ovar) vendendo peixe em Lisboa*, *Varinos vendedores de artigos de costura, bijouterias e jornais em Lisboa*, *Pescadores de Ilhavo*, *Mulher vindo do mercado, em Coimbra*, *Mulher de Coimbra conduzindo agua da fonte ou do Mondego* (fig. 19), e *Vendeiras no mercado da Figueira da Foz (cópia do natural)* (fig. 20).

Estas colecções, interessantissimas e de grande raridade, não podem ser utilizadas arbitrariamente, dando por bom quanto nelas se encontra. O desenho dalgumas é muito incorrecto; nota-o FERREIRA LIMA, a proposito da de JOUBERT, e pessoalmente o tenho observado.

A propria critica contemporânea pôs de sôbreaviso quem houvesse de utilizar tais elementos de informação; o catalogo citado transcreve da *Revista Literaria do Porto*, de 1842 e 1843, dois comentarios que muito importa ler e onde, em resumo, se afirma que as colecções MACPHAIL *falta veracidade historica*; teem *atribuições erradas* (a mulher de Ovar, por exemplo, que registámos, e de Ilhavo e não como diz a colecção); ha denominações demasiado *vagas* e outras *amplas de mais*; a modelação anatomica é incorrecta: as formas *parecem modeladas por proporções patagônicas*; ha *inexactidões de trajes*, os accessorios das figuras, para compor os quadros, são inadequados; as legendas teem *erros gramaticais*. Muito judiciosamente se escreve: « Os editores devem comprehender a transcendência da sua missão. Estas estampas, para nos, e hoje, são menos curiosas; mas para os estrangeiros, e para os vindouros, hão-de

## ASPECTOS DO TRAJO POPULAR

ser interessantíssimas: depois que a geração, que ora vive, se tiver escoado tôda por êsses cemiterios; depois que as vagas



Fig. 20

VENDEDEIRAS NO MERCADO DA FIGUEIRA DA FOZ

( Lit da 3.ª col. PALHARES, anterior a 1875 )

do tempo tiverem submergido o presente na voragem do passado; quando o drama e a história se apoderar desta idade, os



Fig. 21

## FEMME D'OVAR

( Desenho de H. GILLOS, gravura de PORTIER ;  
e o n.º 2 da colecção Espagne et Portugal,  
apresentando ainda a referência  
Musée cosmopolite, N. 7,  
Museu Municipal de Ilhavo ; outro exemplar  
no Museu Municipal do Porto )

*costumes portugueses* hão-de ser procurados e consultados pelo romancista, e pelo historiador-filósofo: aquêle, para achar um episódio real no meio do seu fantasiar; êste, para esquadriñar no matiz e na sucessão dos trajes alguns vestígios do tipo moral, e das ideas predominantes das épocas e das povoações que já foram...»

O comentário é perfeitamente aceitável e de bom conselho; torna-se portanto necessário, sempre que fôr possível, submeter aquelas gravuras à contraprova doutros elementos. Com essa precaução, cremos que não há motivo para se rejeitarem; os nossos Museus, e várias famílias da nossa Província, conservam ainda peças de vestuário que permitem fiscalizar a exactidão dos desenhos colleccionados.

Sem titulo, cataloga ainda o Sr. FERREIRA LIMA duas colecções de estampas avulsas, não datadas: uma de sete, litografadas, outra de três; da primeira, notamos um *Homem de Ovar, Espinho ou Aveiro que vem vender á cidade do Porto*; da segunda colecção, outra estampa idêntica e



## ASPECTOS DO TRAJO POPULAR

ainda um *varreiro* da borda d'agua cedendo baxas na cidade do Porto.

Outra estampa avulsa aproveitavel aqui e recenseada no



Fig. 22

### HOMEM DE ILHAVO

( *Desenho de COLUMBANO no Almanaque ilustrado do Branco e Negro para 1898* )

catálogo e um *Paysan de Murtosa coudant a Oporto* (Portugal) que constitue o n.º 96 da colecção *Museu cosmopolite*.

Extratamos largamente o *ensaio bibliografico* de FERREIRA LIMA em atenção á grande raridade das estampas, difficilimas de reunir, e considerando ainda a pequenissima diffusão do proprio

catálogo, pois unicamente se imprimiram dele 50 exemplares — o que o prefaciador, HENRIQUE MARQUES, justifica e louva pelo



Fig. 23

VARINA DA MURTOSA

*Aquarela de MACEDO*

*(Crômo do Album de costumes portuguezes, de 1888)*

conhecimento que o autor tem do *meio em que vive*, pois, segundo diz, «isto é só para meia dúzia de iniciados. Os outros não nos entendem».

Parece que era assim a sociedade culta de 1917... Como será a de hoje?

Terão ainda razão HENRIQUE MARQUES e o erudito bibliógrafo Sr. FERREIRA LIMA?

Do que não resta dúvida é da grande utilidade do seu *ensaio bibliográfico*, que devia absolutamente ser reeditado.

Tenho a satisfação de poder acrescentar a este invulgar conjunto de preciosidades, reunido pelo erudito coleccionador que é o Sr. Coronel FERREIRA LIMA, a noticia doutra estampa antiga da região, que por mais dum motivo nos interessa e se deve registar.

É também da colecção *Musée cosmopolite*, que o *ensaio bibliográfico* recenseia em último lugar, e apresenta o n.º 75 daquela série geral, declarando mais ser o 2.º da colecção *Espagne et Portugal*.

Representa uma ovarina (*femme d'Ovar*, como na legenda se lê); desenho admiravelmente proporcionado, e gravação primorosa, não é fácil que outra estampa antiga de trajo local se lhe avanteje (*fig. 21*); realça o desenho, de sombreado correctissimo, diferenciando planos e dando a noção de volume, um ligeiro colorido discretamente aplicado, resultando de todo esse acabamento uma



Fig. 21

PIEIXIRA DE AVILRO  
ACTUALIDADE.

(Aquarela de ALBERTO SOUSA  
Museu de Arte de Aveiro)

estampa preciosa, digna de figurar nas mais selectas collecções de gravuras.

Quando, adiante, procurarmos reconstituir o antigo vestuário feminino local, teremos ocasião de a analisar com o merecido pormenor.

Além da sua incontestável beleza, outro grande merecimento possui esta gravura; documenta o que acima notámos acerca da falta de originalidade e da incorrecção de desenho das antigas collecções portuguesas.

Efectivamente, se percorrermos aquelas collecções de estampas avulsas de costumes portuguezes, verificamos que tôdas elas repetem, e até por vezes decaem, as primeiras gravuras que ilustram os livros estrangeiros de viagens em Portugal; parece que, afinal, até os tipos nacionais foram descobertos pela observação de estrangeiros...; a curiosidade deles os marcou, e em grande parte os conservou até nossos dias; foram estrangeiros os seus maiores propagandistas; a nossa atenção só foi despertada pelo aprêço por eles concedido a essas figuras populares a que nos estávamos, talvez, demasiadamente habituados.

O decalque de tôdas as boas estampas estrangeiras pode documentar-se largamente; a *femme d'Ovar*, do *Musée cosmopolite*, não fez excepção; descobriu-a MACHAN, e utilizou-a, sem escrúpulo algum, para a sua 1.<sup>a</sup> serie, de 1841; compare-se a nossa gravura com o n. 17-*Molher d'Ovar*, daquela collecção, (1) e vejam-se as *judiarías* que a pobresinha sofreu na transcrição litográfica.

Tôda a elegância da figura desapareceu; atarracada, de formas engrossadas, ficou logo desproporcionada; o traje desfigurou-se; é maior o chapéu, desapareceram as barras da saia e do lenço, e tôda a graça com que o vestuário cava foi substituída por absoluto empastamento de roupagens.

#### Quási a planificaram.

Acrescentaram-lhe uns laivos de paisagem, para disfarçar, ou para enfeitar... mas o decalque é flagrante.

Alias, com outras collecções succedeu a mesma coisa; possui-mos uma gravura em cobre, datada de 25 de Julho de 1768, feita por M. LIAIR sobre desenho de FRANK SMITH, para a collecção do «R.<sup>o</sup> Hon.<sup>ble</sup> Lord Baltimore», representando uma grêga (*a greek Woman of Scio*); pois foi successivamente copiada, e, já se deixa ver, para peor; por fim, até numa collecção portugueza de litografias das raças humanas de todo o mundo ella aparece... verdadeira ruína duma mocidade que foi radiosa mas já muito longinqua...

(1) Reproduzida a pág. 170 do album do aguarelista Sr. ALBERTO SOUSA, *O Trajo popular em Portugal nos séculos XVIII e XIX*.

A repetição dos tipos consagrados — *et pour cause...* — nem o próprio COLIMBANO escapou; compare-se o seu *Homem de Ilhavo* (fig. 22) impresso no *almanaque ilustrado do Branco e Negro para 1898*, por ele assinado, com a velha gravura do *Portugal illustré*, de KINSEY, em 1828 (fig. 11); o tipo man-



Fig. 25

### ESTUDOS PARA O TRAJO DA G.1.F.1.N.H.O.1 NA ACTUALIDADE

(Aquarela de ALBERTO SOUSA

Museu de Arte de Aveiro)

teve-se, dir-se-a, e o registo de COLIMBANO não tem nada de censurável; mas é que se não procurava sair dos tipos conhecidos, deixando-se, entretanto, perder muitíssimos outros igualmente merecedores de serem fixados...

Simplemente, a descoberta deles exigia esforço e trabalho de vária ordem.

É só depois de tôdas estas publicações iconográficas, e já em nossos dias, que surgem estudos especialmente votados ao traço popular, dos quais a Beira-Litoral, região que por agora unicamente consideramos, beneficia também.

MANUEL DE MACEDO e ROQUE GAMEIRO fixam em primorosa

agudeza as aguarelas e desenhos aspectos variadíssimos da indumentária popular, ilustrando livros, revistas, jornais, e deixando-nos obra imensa, lamentavelmente dispersa, que os Museus deviam procurar reúnir.

O conhecido *Album de costumes portuguezes*, de 1888, reproduz nos seus 50 cromos várias aguarelas destes dois artistas, e doutros que só mais incidentalmente se ocuparam de costumes populares, como COLUMBANO, CONDEIXA, MALHOA e RAFAEL BORDALO PINHEIRO. Lá vamos nós buscar a *varina* da *Murtosa* (fig. 23) e o *varino*, não assinados, mas que sabemos terem sido pintados por MACEDO; e dêle se recolhe igualmente lá uma *camponesa dos arredores de Coimbra*. Comenta a primeira e a terceira a pena elegantíssima de MANUEL PINHEIRO CHAGAS; JÚLIO CÉSAR MACHADO acompanha a estampa do *varino*.

Na esteira daqueles dois grandes mestres da aguarela seguiu, e continua, com extraordinária



Fig. 26

#### RAPARIGA DE AVEIRO

(Bilhete postal de 1908, aproximadamente, reproduzindo traço do 3.º quartel do século XIX)

felicidade, em nossos dias, o Sr. ALBERTO SOUSA, verdadeiro temperamento de etnógrafo, que não só de artista, percorrendo o país dum extremo ao outro e surpreendendo o povo português nos seus mais característicos e tradicionais aspectos.

É já impossível catalogar a sua obra de pintor etnógrafo; em Museus da Capital e das Províncias, e em colecções particulares, ela está fartamente representada já; na Beira-Litoral

existem trabalhos seus, *documentadores de indumentária popular*, nos Museus de Ilhavo e de Aveiro; mas é neste ultimo, para o qual expressamente trabalhou por incumbência do Conselho Nacional de Turismo, que o estudioso encontra preciosas séries etnográficas; melhor que em parte alguma, a graciosidade e evolução do vestuário característico da *tricana* de Aveiro, do meado do século passado até nossos dias, a imponentia das *irmandades* nas procissões locais, o pitoresco vivo das *entregas dos ramos*, a *peixeira* da beiramar (fig. 24), o *marinheiro* das marinhas, o *pescador* da Ria, as *gafanhoas* na romaria da Senhora da Saúde (fig. 25), *chales* de merino e de seda, *chinelas* de verniz, *opas* de nobreza, *gabões* de burel, *barrêtes* encarnados, *chapéus* de feltro de larga aba revirada, *aventais* de serguilha, *manaias* alvissimas, *chapelinhos de veludo*, redondos, tudo Mestre ALBERTO SOUSA fixou para a posteridade em seus cartões de aguarelista, donde irradia, na sua magnifica pujança, a vida deste povo admirável e graciosissimo que é o aveirense.

É ainda a ALBERTO SOUSA que se deve a melhor colecção de reproduções onde o trajo popular português se apresenta em varios passos da sua evolução. Queremos referir-nos ao magnifico album publicado por aquelle distinto etnógrafo — *O trajo popular em Portugal nos séculos XVIII e XIX*, em que a Beira-Litoral encontra abundante representação, extraida não so das collecções acima referidas, catalogadas por FLRREIRA LIMA, mas das mais diversas proveniências.

Por acôrdo entre ALBERTO SOUSA e o *Arquivo do Distrito de*



1 - 27

CAMPONESA DE OVAR

( *Bilhete postal antigo*

1908, ap. *Arquivo do Distrito de Ovar* )

*Aveiro* utilizamos para illustração destes apontamentos as proprias chapas das suas gravuras que nos pareceu conveniente reproduzir em abôno das nossas considerações.

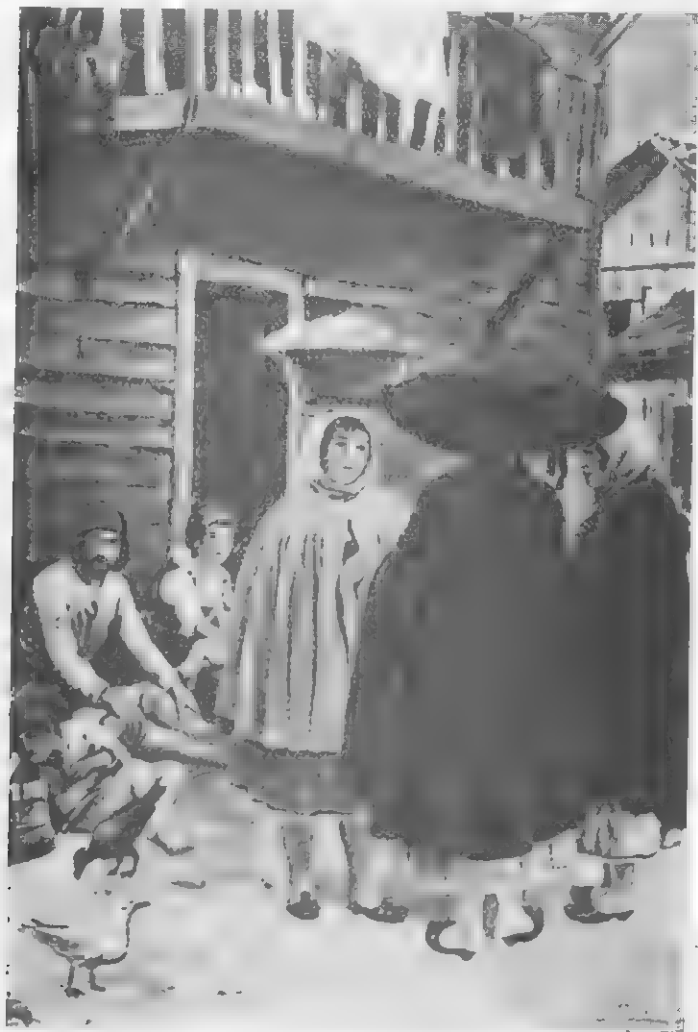


Fig. 28

GENTE DE ILHAVO  
COM TRAJOS DO MEADO DO SÉCULO XIX  
(*Bilhete postal reproduzindo uma aguarela de Roque Gameiro*  
*E o N.º 6 da « Coleção portuguesa »,*  
*do editor P. Guedes, de Lisboa*)



Outra fonte de reconstituição da indumentária popular a que recorreremos é constituída pelas variadas colecções de bilhetes postais, já reproduzindo fotografias de vestuários autênticos, já reconstituindo pelo desenho ou pela aquarela aspectos antigos, ou contemporâneos também.

Possuímos, nas nossas colecções, postais desses contando já muitas dezenas de anos (*figs. 26 e 27*), outros de aquarelas de ROQUE GAMEIRO (*fig. 28*), até os de ALBERTO SOUSA, contemporâneos (*fig. 29*).

Fotografias antigas, de CARLOS RELVAS e doutros, instantâneos colhidos na actualidade, tudo responderá à chamada que oportunamente lhe fizermos, desfilando em animada ronda perante a nossa curiosidade; por vezes ela terá a acompanhá-la o calor de certa emoção a que não pretendemos furtar-nos, e quási sempre a saudade inerente ao remexer de cinzas dum tempo cujos ultimos écos a nossa mocidade distante ainda surpreendeu.

A esta documentação gráfica juntaremos o depoimento escrito que a literatura regional arquivou, sempre que nos seja possível conhecê-lo, mas sem a preocupação de produzir trabalho exaustivo, nem, tampouco, fazer historia completa e definitiva.

Só após algumas tentativas de agrupamentos a história do traje popular na Beira-Litoral poderá ser tentada; a idea da sua história definitiva, desde já, servirá unicamente para por completo nos afastar do presente esboço, onde, deve dizer-se, alguma utilidade a-pesar-de tudo se pode encerrar.



Fig. 29

CAMPONESA DO OVAR

(Bilhete postal reproduzindo uma aquarela de Alberto Sousa, de 1935)

Bornx, o grande historiador do vestuário, attribuía às mutações do gosto na indumentaria e no adôrno grande importância, como revelação dum estado social económico e até mesmo cultural (*La Moda*, vol. 1, pág. vi).



Fig. 30

CAMPONESA DE EIROL NA ACTUALIDADE

(Pastel da pintora D. Eduarda Lapa  
pertencente ao Dr. Francisco Ferreira Neves)

Na pequenez do nosso minuscule campo de observação, registar como alguns fenómenos dessa natureza passaram e como estão evoluçionando, pode igualmente levar-nos a conclusões de interesse social em que valha a pena atentar.

(*Continua*).

A. G. DA ROCHA MADAHIL

## BIBLIOGRAFIA

O *ARQUIVO DO DISTRITO DE FLURO* dará sempre notícia das obras à sua Redacção enviadas quer por autores quer por editores.

De harmonia com a pratica seguida pelas publicações suas congêneres, fará também agam comentário critico aos livros de que receba dois exemplares.

---

*POESIAS ESCOLHIDAS*, por João CARVALHO NASCIMENTO, Lisboa, ed. Biblion, Lisboa, 1936.

O Dr. JOÃO CARVALHO NASCIMENTO, solicitado hoje, em consequência das elevadas funções do seu cargo de Director do Arquivo Distrital do Baçal, para a investigação historica e trato de documentos, tem honroso passado de poeta com apreciaveis recusos de inspiração e forma, que continua mantendo galhardamente.

Do seu convívio com as Musas legou à emotividade do leitor diversos volumes; *Poesias escolhidas*, que recebemos agora, e uma delicada serie de bons sonetos, sonetinhos e poesias variadas, donde irradiam pensamentos de grande Beleza e Arte, merce da communicativa sensibilidade do autor.

R. M.

*GRANDE ENCICLOPEDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA*. — Está publicado o fascículo XVII desta magnifica obra, que em breve atingirá o final da letra B.

A utilidade da *Grande Enciclopedia* constantemente se acentua; alguns dos seus artigos constituem mesmo perfectas monografias que a concisão, indispensável às obras desta natureza, em nada prejudica.

Nunca e demais repetir que a Enciclopedia, ficando sendo elemento de indispensável consulta para qualquer trabalho serio, considerada a perfeita actualização dos seus artigos.

Acompanhamos sempre com a maior curiosidade esta notavel publicação.

R. M.

*UM CENTENÁRIO*, por ANTÓNIO FERREIRA PINTO; Porto, 1938.

Em separata do *boletim cultural* da Camara Municipal do Porto, fascículo de Dezembro ultimo, publicou o nosso dedicado colaborador, Rev. Dr. ANTONIO FERREIRA PINTO, documentado apelo a edilidade portuense acerca do grande diplomata Doutor JOÃO PINTO RIBEIRO, «cristão professor, investigador mansavel, honra e gloria do Porto, cujas veracidades tem esquecido este benemerito homem de ciencia, porque o seu nome ainda não foi dado a nenhuma rua ou praça da cidade» (pág. 9).

Já anteriormente, como neste vol do *Arquivo do Distrito de Fluro* se noticiou, a pag. 79, o Sr. Dr. FERREIRA PINTO estudara JOÃO PINTO RIBEIRO como professor e conego doutoral, trazendo a publico elementos novos, de manifesto interesse para a biografia do nosso diplomata; não foi baldado o patriótico apelo dos dois caros opusculos; devido ao atrazo com que o

## ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

presente numero do *Arquivo* e publicado, podemos registar que a Municipalidade do Porto celebrou condignamente o 1.º centenário da morte de João Pedro Ribeiro, ocorrido em 1 de Janeiro de 1939, e deu a uma das ruas da cidade o seu nome honrado e prestigioso.

Foi uma consagração a todos os títulos devida, e o alvitre do Sr. Dr. FERREIRA PINTO recebeu assim a atenção que a inteligência e o bom critério de quem preside aos destinos da *cidade inculta* não podiam deixar de lhe conceder.

R. M.

*HORA VERMELHA* (*Exaltação aos comunistas*), por ALVARO FERNANDES; Espozende, 1938.

Todas as lutas sociais, todas as ideologias, quasquer que sejam, tem encontrado eco na Poesia, recorrendo, muitas delas, a beleza e cadência das formas métricas ate para a divulgação doutrinaria de que necessitam; por duas razões será: pela nobreza e elevação que a linguagem poetica empresta às ideas a cujo serviço e chamada, e pela maior facilidade de fixação dos conceitos postos em verso.

O Sr. ALVARO FERNANDES recorreu tambem a musicalidade dos *decassílabos* para exortar as «*turbas comunistas*» a abandonar as utopias que as norteiam e a trocar as armas fraternizadas pelos instrumentos de «*trabalho fecundante*», *minuando o solo apenas co'a charrua*.

Louvável propósito: acompanhámo-lo no sincero desejo de que

« O sangue heróico, agora derramado...  
Irá de ajudar a relha do arado  
Dando a benção de Deus ao lavrador ».

R. M.

Outras obras recebidas na Redacção do *Arquivo*:

*Das antecipações de Julio Verne às realizações de hoje*, por A. JACOBSON e A. ANTONI. Prefacio de Georges CHENE, tradução do eng. Taborda Ferreira. — Livraria Sá da Costa — Editora. 1938. Lisboa.

*Os Passarinhos* — (Teatro escolar — acto unico), por ALVARO FERNANDES — Livraria Progredior — Porto. 1938.

*Album Figueirense* — Figueira da Foz — N.º 3 - 4, ano iv.

*Boletim da Casa das Beiras* — Lisboa — N.º 6, ano iv (1 série).

*Boletim de Trabalhos Históricos* — Arquivo Municipal de Guimarães N.º 1 e 2, vol. III.

*Clinica, Higiene e Hidrologia* — Lisboa — N.º 2 a 8, ano iv.

*Estudos* — Revista de cultura e formação catolica — Coimbra — N.º 163 a 169.

*Labor* — Revista de ensino liceal — Aveiro — N.º 93 a 97.

*Portucale* — Revista de cultura — Porto — N.º 62 e 63.

*A União* — Órgão oficial do Centro Catolico Português — Lisboa N.º 319.

*Volkstum und Kultur der Romanen Sprache, Dichtung* — Sette — Hamburgo — X. 1937.

*O centenario do Mosteiro de Crasto* — numero especial do *Boletim de Trabalhos Históricos* — Guimarães. 1938.

# ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Directores e proprietários:

ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL  
FRANCISCO FERREIRA NEVES  
JOSÉ PEREIRA TAVARES

Editor:

FRANCISCO FERREIRA NEVES

Administração:

Estrada de Esgueira — AVEIRO

Composto e impresso na Tipografia da Gráfica de Coimbra Largo da Feira, 38 — COIMBRA

## A RESTAURAÇÃO DA DIOCESE DE AVEIRO

**É** justo que ao «Arquivo» não passe despercebido este acontecimento notável, esta resurreição da diocese.

Quando se fala em restauração do Bispado, compreende-se logo que o dito bispado foi outrora criado, depois extinto e ultimamente restaurado ou ressuscitado.

E na verdade assim aconteceu.

Foi criado pela bula de Clemente XIV — *Militantibus Ecclesiae Gubernacula*; cento e sete anos depois foi extinto pela Bula *Gravissimum* de Leão XIII de 30 de setembro de 1881 e agora restaurado com maior número de paróquias pela Bula de Pio XI *Omnium Ecclesiarum* de 24 de agosto do corrente ano.

Quando foi criado o Bispado em 1774 compunha-se este de 73 paróquias e 7 arciprestados; agora com a nova restauração ficou com 10 concelhos, 82 freguesias e com uma população de cento e noventa e duzentos mil habitantes.

Quando da criação da Diocese, reinava em Portugal D. José I, sendo o seu primeiro ministro o Marquês de Pombal — Sebastião José de Carvalho e Melo.

Os párocos da cidade e os beneficiados da Colegiada da Misericórdia supriam o Cabido da Diocese criada, assim como agora, por determinação de Sua Santidade o Papa, enquanto se não constituir Cabido serão escolhidos segundo as normas do direito, em vez de Cônegos, *Consultores diocesanos*.

Teve a primitiva Diocese de Aveiro a governá-la 3 Bispos e 10 Vigários Gerais não falando já no Dr. Gonçalo Antonio Tavares de Sousa que foi nomeado Governador do Bispado e cuja nomeação foi arguida de nulidade por ter sido feita pelo Dr. Inácio de Matos Sousa Cardoso que nessa data governava intrusamente o Arcebispado de Braga, nem no Fr. Antonio



*Igreja da Misericórdia, antiga Sé do Bispado de Aveiro*

Gravura obsequiosamente cedida  
pelo Correio do Vouga

## A RESTAURAÇÃO DA DIOCESE DE AVEIRO

Egidio que em fevereiro de 1840 foi apresentado pelo Governo, tomou posse da Diocese nesse mesmo ano, mas nunca foi confirmado nem sagrado por a Santa Sé se ter recusado a isso.

Chamavam-se os 3 Bispos de Aveiro D. António Freire Gameiro, D. Antonio Jose Cordeiro e D. Manuel Pacheco de Resende.

O primeiro destes Bispos, natural de Lisboa, foi nomeado e e sagrado em 1774, governando o Bispado até 1799.

O 2.º veio a ser eleito Bispo em 1800 e sagrado na catedral de Lamego em 1801. Fêz a sua entrada em Aveiro em 1802, governando a Diocese até 1813.

O 3.º foi eleito em 1813, sagrado em 1815, fêz a sua entrada na Diocese em 1816, vindo a falecer em 1837.

Todos estes Prelados foram sepultados na Sé, que era a Igreja da Misericórdia.

Tiveram o seu seminário que funcionou a principio na Vista-Alegre, depois em Requeixo e por ultimo no Paço episcopal.

Depois destes Bispos vieram Vigários Gerais.

Já falei no Dr. Gonçalo de Sousa e no Fr. Egidio.

Este Fr. Egidio, que teve o titulo de Bispo eleito, foi nomeado Vigário Capitular em 1843, logar a que ele resignou no ano seguinte.

Em 1842 a Santa Sé nomeou Vigário Geral de Aveiro, o Dr. Bilhano. Este Dr. Bilhano foi depois paroco de Oliveirinha e de Ilhavo, deputado, novamente Vigário Geral de Aveiro em 1860 e por ultimo Arcebispo de Evora. Faleceu em Ilhavo em 1890 e é de saudosa memoria ainda hoje em Aveiro por ter sido um grande defensor da conservação da Diocese.

Alem destes, outros Vigários Gerais da nomeação do Metropolitano de Braga governaram a Diocese ate a sua extinção, e foram eles: Dr. Manuel de Araújo Taborda nomeado em 1845, Dr. Joaquim de Sequeira nomeado em 1857, José de Carvalho Gois nomeado em 1868, João da Silva Valente nomeado em 1869, Dr. Manuel Pires de Lima nomeado em dezembro de 1869, Dr. Jacinto Fragoso nomeado em 1870, Dr. Manuel A. de Lima nomeado em 1871, D. Manuel Batista da Cunha nomeado em 1879, D. Antonio Mendes Belo nomeado em 1880.

Foi este o último, porque em setembro de 1881 Sua Santidade Leão XIII atendendo ao pedido do rei de Portugal, D. Luiz I, extinguiu cinco Dioceses e entre elas a de Aveiro.

E porque foi extinta a Diocese?

Desde 1833 que o governo tinha desejos de extinguir algumas Dioceses.

Em 1840 chegou o governo de então a pedir a extinção da Diocese de Aveiro melindrado com a Santa Se por ela não querer confirmar o Frei Santo Egidio.

Em 1869, o então Ministro da Justiça determinou que se não nomeasse Bispo para Aveiro mas apenas para determinadas

Dioceses. Em 1876 foi o governo autorizado a modificar a área e a reduzir o número das Dioceses até que em 1881 se deu a a extinção da de Aveiro após 107 anos de existência.

Esteve esta Diocese no seu leito de morte 57 anos, mas passados eles conseguiu a sua resurreição: *resurrexit*.

É que pouco tempo depois da sua extinção apareceram defensores da restauração da Diocese.

Foi pelos anos fora tomando vulto essa idea, até que ultimamente o venerando Arcebispo de Ossiríneo — Sr. D. João Evangelista de Lima Vidal — auxiliado pelos dois Núncios *Beda* e *Ciriaci* e pela Comissão Pro-restauração do Bispado da qual fazia parte como presidente o Sr. Dr. Querubim do Vale Guimarães, conseguiu de Sua Santidade Pio XI, depois de muitos trabalhos e cansaças, a restauração da Diocese pela Bula *Omnium Ecclesiarum* de 24 de agosto de 1938.

Foi restaurada e aumentada pela Bula de 24 de agosto a Diocese de Aveiro que fica constituída pelas freguesias dos seguintes concelhos: Agueda, Anadia, Aveiro, Albergaria-a-Velha, Ilhavo, Estarreja, Oliveira do Bairro, Murtosa, Vagos e Sever do Vouga, concelhos estes vindos das Dioceses de Coimbra, Porto e Viseu.

Pela mesma Bula ou *Carta Apostolica* de restauração da Diocese foi nomeado seu «Administrador Apostolico», até ser provida de Bispo proprio, o Ex.<sup>ma</sup> e Rev.<sup>ma</sup> Sr. D. João de Lima Vidal.

Quis a Providência que ficasse *Administrador Apostolico* da Diocese aquêle que mais trabalhou pela sua restauração.

Está, pois, de parabens a cidade d' Aveiro exultando de alegria todos os seus habitantes pela restauração da Diocese e pela nomeação do Sr. Arcebispo de Ossiríneo para seu administrador.

Mas não é só Aveiro que sente alegria, e também a Igreja Católica, porque a criação ou restauração dum Bispado, contribuindo para o robustecimento da fé e progresso da religião, acarreta maior glória para Deus.

O proprio Pontífice romano, ao assinar a Bula *Omnium Ecclesiarum*, exultou de alegria, como se deduz das suas palavras: «Entre a solicitude de todas as Igrejas *tomos sempre grande alegria* quando por mudança propicia das circunstâncias se pode restaurar qualquer Diocese que a Santa Se outrora por justos motivos julgou oportuno extinguir.»

Quiseram todos os aveirenses sem distincção de classes patentear o seu regosijo recebendo galhardamente no dia 11 do corrente o Ex.<sup>ma</sup> Administrador Apostolico, que nessa data fêz





*D. João Evangelista de Lima Vidal  
Arcebispo de Ossirinco e Administrador  
Apostólico da Diocese restaurada de Aveiro*

Grav. obsequiosamente cedida  
pelo *Boletim da Casa das Beiras*

a sua entrada solene na cidade a dar execução à Bula da restauração.

Sua Excelência, vindo do Couto de Cucujães, era esperado nas alturas da Branca (extremo da Diocese) pelos representantes de todos os valores sociais da Diocese: eclesiásticos, civis e militares, não faltando também o povo paciente e ordeiro, o povo que trabalha na fábrica e na oficina e que dia a dia, hora a hora, moureja para extrair das entranhas da terra a riqueza pública.

La, na Branca, foi Sua Ex.<sup>a</sup> vitoriado e cumprimentado pelos presentes, pondo-se seguidamente em marcha o cortejo de muitos automóveis em direcção a Aveiro onde Sua Ex.<sup>a</sup> na Câmara Municipal recebeu em nome da cidade cumprimentos de boas vindas que lhe foram dados pelo Sr. Presidente do Municipio e ao qual Sua Ex.<sup>a</sup> Rev.<sup>ma</sup> comovidamente agradeceu.

Dali dirigiu-se a comitiva para a Igreja da Vera-Cruz, onde Sua Ex.<sup>a</sup> se paramentou a fim de seguir no imponente cortejo, não para a igreja da Misericórdia que foi a primeira Sé quando da criação do bispado, mas sim para a igreja paroquial de Nossa Senhora da Glória, elevada a catedral pela mesma Bula que restaurou a Diocese.

Ali houve um solene *Ti-Deum*, proferindo a oração gratulatória o Rev.<sup>o</sup> P.<sup>o</sup> Donaciano Abreu Freire, Reitor de Beduido e distinto orador sagrado.

Findas estas cerimoniaes organizou-se de novo um cortejo de automóveis que acompanhou o Sr. D. João Vidal a sua residência, um bom predio proximo da estação do caminho de ferro e que Sua Ex.<sup>a</sup> cedeu gratuitamente para Paço Episcopal.

Pelas 21 horas, em honra do Ex.<sup>mo</sup> Administrador Apostolico, realizou-se no Arcada-Hotel um banquete que decorreu na melhor ordem e no meio de grande alegria, sendo S. Ex.<sup>a</sup> *aclamado, bem como o Sumo Pontífice, a nova Diocese e a cidade de Aveiro.*

O povo acorreu em grande número a tomar parte nas manifestações ao Prelado; as ruas e diferentes predios estavam ornamentados.

Houve fogos, música, iluminações, flôres, vivas, enfim, em todos os rostos transparecia grande júbilo e contentamento, semelhante para alguns ao da viuva de Naim quando Jesus lhe fez cair vivo nos braços o filho querido que ela chorava.

*Era uma ressurreição!*

E agora, como remate, apenas isto:

Aveiro, que melhorou sob todos os pontos de vista, contraiu para com o actual Prelado uma grande dívida.

Essa divida deverão todos pagá-la. Como?



*Igreja de Nossa Senhora da Glória, esculhida para Sé Catedral*

Gravura obsequiosamente cedida  
pelo Correio do Vongo

## ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Com o seu respeito, com a sua obediência, com a sua dedicação e amizade e mormente com o seu acatamento às determinações e conselhos de Sua Ex.<sup>a</sup>, evitando-lhe desta forma *insónias* e *dissabores* e tornando-lhe mais suave o caminho da vida e mais leve a nova cruz que agora tomou sobre seus ombros.



*Paço Episcopal de Aveiro*

Gravura obsequiosamente cedida  
pelo *Correio do Vouga*

O *Arquivo do Distrito de Aveiro*, prestando homenagem a Sua Ex.<sup>a</sup> o Sr. Arcebispo de Ossirinco, também se associa ao júbilo da nova Diocese.

Pessegueiro do Vouga — Dezembro — 1938.

ABADE JOSÉ LUCIANO LÓBO

# DOCUMENTOS PARA A HISTÓRIA DA DIOCESE DE AVEIRO

## A DIOCESE DE AVEIRO

Quando eu nasci, a diocese de Aveiro ainda existia, mas já não tinha bispo há muito tempo. Era governada por Vigários Gerais, da nomeação do Metropolitano de Braga.

Durou um século, sete anos, cinco meses e dezoito dias, se eu conto bem. Para uma diocese não se pode dizer que morreu de muito velha, e menos ainda se pode dizer que morreu decrepita. Quem hoje lê a Bula *Gravissimum*, que a extinguiu, sente que dos olhos da Igreja, ao assinar esse documento, correu uma lágrima. Possa o sacrifício das que caíram, parece dizer o Pontífice, como para se consolar do golpe doloroso a que as circunstâncias o constrangeram, possa ser de algum modo compensado pela maior fortuna das que ficaram!

A diocese teve três bispos. Gamenro, Cordeiro, Resende. É do primeiro, se não me engano, uma Pastoral, que já hoje se recorda pouco, mas que foi, durante muitos anos, a fonte preferida onde iam buscar inspiração e abrir asas os novos bispos de Portugal. Assim ouvi dizer uma vez, numa noite dramática cuja evocação afugento, Aquele que devia pagar com injusta crueldade os tristes defeitos do tempo.

Do bispo Resende, estendido no seu leito funebre, há uma fotografia impressionante no Museu Regional de Aveiro. Faz lembrar a figura jacente do primeiro sucessor de D. Bosco, no mármore branco de seu mausoléu de Turim, já feito esqueleto, já feito caveira, antes mesmo da morte o levar. Dizem que não lhe ficou um fiapo no corpo, tanto ele se despojou de tudo para matar a fome dos que sofreram nas lutas formidáveis que se travaram à época.

Um quarto, Frei Egidio, já me não lembra de que, não chegou a ser confirmado, ou não chegou pelo menos a ser sagrado. Ainda eu era pouco mais de menino, quando ouvi dizer ao velho José Remaldo, esse que morreu de dor pela extinção do bispado, como hoje morreria de alegria se a visse ressuscitada — que os embaracos da confirmação deveriam ter nascido de algum *trito* que o frade disparara nas campanhas da liberdade.

Com o ultimo dos Vigários Gerais da diocese de Aveiro, o Cardinal Mendes Belo, Patriarca de Lisboa, convivi uns sete anos, no seu Paço do Campo Sant'Ana. Quantas vezes, depois do chá preto da noite, a conversa caia, como em assunto de predilecção, nas coisas de Aveiro! Recordava-as com saudosa emoção, e com uma tal riqueza e precisão de detalhes que

espantava naquele velho! E tanto falava dos graves assuntos do seu governo, com aquela perspicácia de linco e aquêle critério certo e seguro, que



D. JOSÉ PACHECO DE RESENDE, 3. BISPO DE AVEIRO

Reprodução da primorosa aquarela da autoria do mestre de pintura na fábrica da Vista Alegre, Victor-François Cuatrecasas Ruessat, feita por ocasião do falecimento d'aquêle Prelado

Fotografia de António Gomes da Rocha Moya, de qua existem exemplares nos Museos de Aveiro e de Ilhavo. Ao do Museu de Aveiro se refere o presente artigo

eram dote do seu espirito, como contava successos minúsculos, fazia passar diante da gente paisagens e personagens de toda a especie, illuminava o todo, esse amavel passado, com o clarão prodigioso da sua memoria e da sua graça!

## DOCUMENTOS DA DIOCESE DE AVEIRO

Mal elle pensava, ao falar-me da vida e da morte da diocese de Aveiro, que eu o escutava com um sobressalto no peito, que ia dizendo em voz baixa para dentro de mim, e por fim em voz alta, no tom mais forte da minha escala:

Mas então, não acabaram já essas politicas de destruição? Não será hora de irmos todos ao tumulo da nossa morte, e gritarmos, até ela acordar.

Sai cá para fora!

E saíu cá para fora.

O primeiro periodo da Bula, que a restaura, dá-me ideia da nossa Mãe, a Santa Igreja, a limpar nas faces, com mão jubilosa, aquela lagrima antiga, que lhe saltou dos olhos, há 57 anos, e que não queria secar. Da me ideia daquela mãe de Nani, que só acabou de chorar quando o Senhor lhe restituiu o seu filho morto.

Os dois Núncios, Beda e Ciriaci, ajudaram abertamente a levantar a pedra montanha, que tapava o sepulcro. O primeiro já lá vai há uns poucos de anos; mas, por uma carta que eu tenho d'ele, estou certo de que levou para a terra mais do que a confiança, a certeza de que Aveiro seria de novo a sede da Diocese. Este, que está ainda em Lisboa, foi o gigante de dez pés de altura que a ergueu nas mãos, mesmo no meio de terremotos.

E agora, ó querida Igreja da minha terra, faz-te um viveiro de santos, para que mais ninguém ouse dizer que mereceste o po da morte que te cobriu!

Tomar, 11 de Novembro de 1938.

† João EVANGELISTA, Arcebispo de Ossirinco

(Artigo publicado na revista *Lumen*).

## BULA DA RESTAURAÇÃO DA DIOCESE DE AVEIRO

(Texto original)

*Pius Episcopus, servus servorum dei ad perpetuam rei memoriam*

*Omniun Ecclesiarum* inter sollicitudines non mediocri afficimur gaudio quotiens quaequae diocesis, quam iustus de causis hanc Apostolica Sedes olim abolere opportunum duxerit, mutatis atque faventibus rerum adiunctis in integrum restitui potest. Jamvero cum christifideles territorium meolentes illius quae fuerat diocesis Aveirensis, quam et in Clemens Quartus Decimus Decessor Noster, Josephi Primi Lusitanorum Regis fidelissimi, vota benigne excipiens Apostolicis sub plumbio litteris, die duodecima Aprilis mensis, anno millesimo septingentesimo septuagesimo quarto editis, creverat et metropolitanac Ecclesiae Bracharensi suffraganeam constituerat, quam dein tel. rec. Leo Tertius Decimus, et ipse Antecessor Noster, per Apostolicas sub plumbio Litteras *Gracissimum Christi*, die tricesima mensis Septembris anno millesimo octingentesimo octogesimo primo datis, abolevit, enixis precibus a Nobis exposulaverint, ut diocesis illa in integrum restitueretur, Nos, perpendentes quantum id fide roborandae ac rei catholicae provchendae proficere valeat, de venerabilium Fratrum Nostorum S. R. E. Cardinalium S. Congregationi pro Ecclesiasticis Negotis Extraordinarius praepositorum consulto, habitoque venerabilis Fratris Petri Ciriaci, Archiepiscopi titularis Tarsensis et Nunti Apostolici in Lusitania, favorabili

voto, oblati Nobis precibus annuere censuimus. Suppleto igitur, quatenus opus sit, quorum intersit vel eorum qui sua interesse praesumant consensu, apostolicae Nostrae potestatis plenitudine, Aveirensem quam supra diximus ecclesiam iterum in dioecesim erigimus et constituimus. Veteres attamen dioecesis fines, ut nostrorum temporum adjunctis aptius respondere possint, paulo immutare statuimus. Restitutae itaque Cathedrali Ecclesiae Aveirensi omnes et singulas tribuimus ecclesiasticas parochias in praesenti existentes in territoris vulgo *Concelhos*, quae sequuntur, nempe: *Agneda, Anadia, Aveiro, Ilhavo, Oliceira de Bairro, Vagos, Albergaria a Velha, Estarreja, Murtosa et Sever do Vouga*; parochias ipsas proinde a dioecesebus Conimbricensi, Portugallensi et Visensi, ad quas modo pertinent, sejungimus ac separamus. Urbem vero *Aveiro* in sedem episcopalem restituimus; parochialem autem ecclesiam titulo *Dominicae nostrae de Gloria* in cathedralem evehimus, eique et ejusdem dioecesis pro tempore Episcopis omnia tribuimus jura, honores, insignia ac privilegia, quibus ceterae per orbem cathedrales ecclesiae earumque Antistites jure communi fruuntur. Restitutam autem hanc Aveirensiem dioecesim suffraganeam constituimus, uti antea, metropolitanae Ecclesiae Bracharensi, ejuoque pro tempore Episcopos metropolitico Archiepiscopi Bracharensis, juri subicimus. Quum vero cathedrale capitulum in praesenti constitui nequeat, et usque dum constitutur, indulgemus ut ad jura transem pro canonicis dioecesani consultores eligantur. Volumus praeterea ut cum primum fas erit dioecesanum seminarium juxta codicis Iuris Canonici praescripta et normas a Sacra Congregatione de Seminariis et Studiorum Universitatibus traditas erigatur; interea vero his, qui in sortem Domini vocati sunt, juxta quae eadem S. Congregatio ad rem decreverit, provideatur. Quod autem ad dioecesis regimen et administrationem, ad Vicarii Capitularis, sede vacante, electionem, ad clericorum et fidelium jura, officia et alia hujusmodi spectat, serventur quae sacri canones ad rem praescribunt. Quod vero ad clerum peculiariter spectat, decernimus ut, simul ac hae Litterae Nostrae de praefatae dioecesis restitutione ad effectum deductae fuerint, eo ipso clerici, quos in territorio ejusdem dioecesis legitime exstare contigerit, eidem dioecesi adscripti censcantur. Mensam autem episcopalem constituent pecuniae redditus, quam Commissio pro restituenda dioecesi donavit, nec non indulgiorum proventus, quae antiquae Cruciatiae Bullam substituunt, curiae episcopalis taxae et emolumenta atque piorum fidelum oblationes. Denique usque dum de proprio Episcopo restituta dioecesis a Nobis providatur, Nos Venerabilem Fratrem Joannem Evangelistam de Lina Vidal, Archiepiscopum titularem Oxyrynctaram, ejusdem dioecesis Administratorem Apostolicum supremam Nostram auctoritate eligimus et constituimus cum omnibus juribus et facultatibus quae Episcopis residentialibus competunt, nec non officiis et obligationibus, quibus Episcopi isti adstringuntur. Ad quae omnia, uti supra disposita et constituta executioni mandanda venerabilem quem supra memoravimus Fratrem Petrum Ciriaci, Nostrum Nuntium in Lusitania Republica, delegamus eique facultates tribuimus necessarias et opportunas etiam subdelegandi, ad effectum de quo agitur, quemlibet virum in ecclesiastica dignitate constitutum, eidemque onus imponimus ad Sacram Congregationem Consistorialem quamprimum transmittendi authenticum peractae executionis actorum exemplar. Praesentes autem Litteras et in eis contenta quaecumque nullo unquam tempore de subreptionis aut nullitatis vicio seu intentionis Nostrae, vel quolibet alio, licet substantiali et inexcogitato, defectu notari, impugnari vel in controversiam vocari posse; sed eas, tanquam ex certa scientia ac potestatis plenitudine factas et emanatas perpetuo validas existere et fore, suosque plenarios et integros effectus sortiri et obmere, atque ab omnibus ad quos spectat inviolabiliter observare debere; si, secus super his a quocumque, quavis auctoritate scienter vel ignoranter contigerit attentari, irritum prorsus et inane esse et fore volumus et decernimus. Statuimus denique ut harum Litterarum transumptis etiam impressis, manu tamen alicujus notarii publici subscriptis, ac sigillo alicujus viri in ecclesiastica dignitate vel officio constituti munitis, eadem prorsus tribuatur fides,



quae hisce Litteris tribueretur, si ipsae exhibitae vel ostensae forent; non obstantibus, quatenus opus sit, regulis in synodalibus, provincialibus, generalibus universalibusque Conciliis editis, specialibus vel generalibus Constitutionibus et Ordinationibus Apostolicis et quibusvis aliis Romanorum Pontificum, Praedecessorum Nostrorum, dispositionibus ceterisque quibus libet, etiam speciali mentione dignis. Nemini autem hanc paginam restitutionis, erectionis, constitutionis, dismembrationis, concessionis, statuti, electionis, derogationis, mandati et voluntatis Nostrae infringere vel ei contrarie liceat. Si quis vero ausu temerario hoc attentare praesumpserit, indignationem omnipotentis Dei ad Beatorum Apostolorum Petri et Pauli, se noverit incursum. Datum ex arce Gandulphi anno Domini Millesimo nonagesimo trigésimo octavo, die quarta vicesima mensis Augusti, Pontificatus Nostri anno septimo decimo. A. L.

(S) FR. THOMAS PIUS O. P. CARD. BOGGIANI CANCELLARIUS S. R. E.

(S) CAR. ALFRIDUS LIBERATI CANG. *Apost. Adjutor a Studiis.*

(S) FR. R. C. CARD. ROSSI S. Congregationis Consistorialis a Secretis

(S) LUDOVICI KAAS *Prof. Ap.*

(S) VINCENTIUS BIANCHI CAGLIESI *Prof. Apost.*

(Tradução portuguesa)

Entre a solicitude de tôdas as Igrejas, temos sempre grande alegria quando, por mudança propicia das circunstâncias, se pode restaurar qualquer Diocese que a Santa Se outrora, por justos motivos, julgou oportuno extinguir. Por isso, como os fieis do territorio da extinta Diocese de Aveiro que, tendo sido erecta e sujeita como sufraganea da Metropole de Braga pelo Nosso Predecessor Clemente XIV, a pedido de D. Jose I, Rei fidelissimo de Portugal, em Carta Apostolica de 12 de Abril de 1774, foi depois abolida pelo tambem Nosso Predecessor Leão XIII na Carta Apostolica *Gravissimum Christi*, de 13 de Setembro de 1881. Nos pedissem instantemente a restauração dessa Diocese: Nós, attendendo ao proveito que daí pode advir para o robustecimento da fé e progresso da religião, tendo consultado a Sagrada Congregação dos Negócios Eclesiásticos Extraordinários e obtido parecer favoravel do veneravel irmão Pedro Ciriaci, Arcebispo titular de Tarso e Nuncio Apostolico em Portugal, decidimos anuir ao pedido que Nos fizeram.

Suprindo, pois, quanto seja necessario, o consentimento daqueles a quem interesse ou se presume interessar, pela plenitude do Nosso poder apostolico, de novo erigimos e constituimos em diocese a referida igreja de Aveiro.

Entendemos, no entanto, modificar um pouco os antigos limites da diocese, para que melhor correspondam às circunstâncias actuais. Assim, attribuímos à restaurada Igreja Catedral de Aveiro tôdas e cada uma das paróquias ecclesiasticas que ao presente existem nos seguintes concelhos: *Ageda, Amdin, Aveiro, Ilhavo, Oliveira do Bairro, Vagos, Albergaria-a-Velha, Estarreja, Murtosa e Sever do Vouga*; separamos, por conseguinte, essas paróquias das dioceses de Coimbra, Porto e Viseu, a que pertencem agora.

Reintegramos, pois, a cidade de Aveiro como sede episcopal; elevamos a catedral a igreja paroquial de *Nossa Senhora da Gloria* e concedemos-lhe, bem como aos Bispos que forem da mesma diocese, todos os direitos, honras, insignias e privilegios de que, por direito comum, gozam as outras igrejas catedrais do mundo e os seus Bispos. Essa restaurada diocese de Aveiro, constituimo-la, como dantes, sufraganea da Igreja Metropolitana de Braga e sujeitamos os seus Bispos ao direito metropolitico do Arcebispo Bracarense.

Como não pode agora constituir-se Cabido, concedemos que, emquanto se não constituir, se escolham segundo as normas do direito, em vez de cônegos, consultores diocesanos.

Desejamos, além disso, que, logo que seja possivel, se funde o seminário diocesano, segundo as prescrições do Código de Direito Canónico e

## ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

as normas emanadas da Sagrada Congregação dos Seminários e das Universidades de Estudos; entretanto, proveja-se aos candidatos ao sacerdócio segundo o que para o caso determinar a mesma Sagrada Congregação.

Pelo que respeita ao regime e administração da diocese, à eleição do Vigário Capitular « sede vacante » aos direitos, deveres, etc. dos clérigos e fiéis, observe-se o que prescrevem os sagrados cânones. Pelo que particularmente se refere ao clero, determinamos que, logo que se execute esta Nossa Carta de restauração da diocese, se lhe considere por isso mesmo adscrito todo o que legitimamente estiver no seu território.

Constituirão a mesa episcopal os réditos pecuniários oferecidos pela Comissão de restauração da diocese, os proventos dos Indultos que substituem a antiga Bula da Cruzada, as taxas e emolumentos da Curia episcopal e as oblatas dos fiéis.

Finalmente, ate que a restaurada diocese seja por Nós provida de Bispo próprio, escolhemos para seu Administrador Apostólico o venerável Irmão João Evangelista de Lima Vidal, Arcebispo titular de Ossirineo, e como tal o constituímos com todos os direitos e faculdades que competem aos Bispos residenciais, e com os deveres e obrigações que lhes incumbem.

Para execução de tudo o que fica disposto e constituído, delegamos no Nosso venerável Irmão Pedro Ciriaci, Nosso Nuncio na Republica Portuguesa, e attribuímos-lhe as faculdades necessárias e oportunas, mesmo a de subdelegar, para tal efeito, em qualquer dignitário ecclesiastico, e impomos-lhe a obrigação de enviar o mais cedo possível à Sagrada Congregação Consistorial um exemplar autêntico dos autos de execução.

Que as Presentes Cartas se não possa attribuir, em tempo algum, vício, ainda que substancial, de subrepção ou nulidade, ou de falta de intenção Nossa. Mas Queremos e Determinamos que elas sejam tidas, perpetuamente, válidas e como feitas em ciência certa e em plenitude de poder; que sejam atingidos, plenamente e integralmente, os seus efeitos; que sejam observadas e inviolavelmente cumpridas por todos a que digam respeito; que seja considerado nulo tudo o que, ciente ou inconscientemente, se levante contra Elas. Estabelecemos, finalmente, que as cópias destas Cartas, mesmo impressas, (subscritas, contudo, por notario publico e com o selo da autoridade ecclesiastica) se de tanta te como a Elas proprias. Não obstante quaisquer regras de Sinodos ou Concílios provinciais, gerais ou universais; não obstante as Constituições ou Ordenações Apostolicas especiaes ou gerais; ou outras disposições, mesmo dignas de menção, dos Nossos Predecessores, Romanos Pontífices. A ninguém seja permitido infringir ou contrariar este documento de restituição, criação, constituição, desmembramento, concessão, estatuto, eleição, derogação ou mandado, de Nossa Vontade. Se alguém, porventura, temerariamente, ousar atentar contra isto, que se tenha como incurso na indignação de Deus Omnipotente e dos Bemaventurados Apóstolos Pedro e Paulo.

Dada em Castello Gandolfo, a 24 de Agosto de 1938, 17. anno do Nosso Pontificado.

### SENTENÇA DE EXECUÇÃO DAS LETRAS APOSTÓLICAS « OMNIUM ECCLESiarUM »

Vistos estes autos:

1) Bula do Santo Padre Pio XI, que começa *Omniium Ecclesiarum*, com data de vinte e quatro de Agosto do anno do Senhor de mil novecentos e trinta oito, para a restauração da diocese de Aveiro, criada por Clemente XIV, de feliz memoria, em suas Cartas Apostolicas de doze de Abril de mil setecentos e setenta e quatro, e extinta por Leão XIII, tambem de feliz memoria, em sua Bula *Gracissimum Christi*, de trinta de Setembro de mil oitocentos e oitenta e um;

## DOCUMENTOS DA DIOCESE DE AVEIRO

b) Decreto, com data de vinte e oito de Outubro de mil novecentos e trinta e oito pelo qual o Excelentíssimo e Reverendíssimo Monsenhor Pedro Ciriaci, Arcebispo de Tarso e Nuncio Apostólico em Lisboa, subdelega em Nos as necessárias faculdades para a execução da referida Bula Apostólica;

c) Offício da mesma data, pelo qual o mesmo Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Nuncio Apostólico nos remete os dois sobreditos diplomas;

d) Offício de vinte e nove de Outubro de mil novecentos e trinta e oito para a Nunciatura Apostólica de Lisboa, no qual declaramos aceitar com júbilo o reconhecimento a subdelegação que nos foi confiada;

*Mostra-se.*

a) que o Santo Padre Pio XI, gloriosamente reinante, empenhado, como os seus Venerandos Predecessores, em que a circumscrição ecclesiastica do orbe católico corresponda com precisão às condições e circumstancias dos tempos, e reconhecendo que a restauração da antiga diocese de Aveiro muito podera contribuir e aproveitar aos interesses da fé e ao incremento da religião católica, acolheu benignamente as supplicas que lhe foram dirigidas para a reconstituição da diocese;

b) que o Santo Padre Pio XI ouvido o conselho dos Eminentíssimos Cardiaes que fazem parte da Sagrada Congregação dos Negocios Ecclesiasticos Extraordinários, ouvido também o parecer, que foi favorável, do Veneravel Irmão Pedro Ciriaci, Arcebispo titular de Tarso e Nuncio Apostólico em Portugal, sapido, enquanto necessario, o consentimento de todos os demais que foram ou se presumam interessados, determinou de facto annuir às referidas supplicas, restaurando a antiga diocese de Aveiro, que do nome da sua Sede, se chamará Aveirense;

c) que Sua Santidade, em mais perfeita conformidade com as circumstancias actuaes e as necessidades dos tempos, julgou dever modificar um pouco os antigos limites da diocese, constando a com todas as freguesias ecclesiasticas dos dez concelhos: Agueda, Anadia, Aveiro, Ilhavo, Olveira do Bairro, Vagos, Albergaria a Velha, Estarreja, Murtosa, e Sever do Vouga;

d) que Sua Santidade determina que, como as circumstancias não permitem que seja constituído por enquanto o edificio da Sé Catedral, sejam nomeados ate la conselheiros diocesanos, em perfeita conformidade com o que estabelece a tal respeito o Código de Direito Canónico;

e) que o Santo Padre constitua Aveiro como Sede e Catedral episcopal com todos os direitos, privilegios e honras de que gozam as Sedes episcopais, e que elvya a Igreja parochial de Nossa Senhora da Glória o grau e dignidade de Catedral com os direitos, honras, insignias e privilegios que usufruem por direito ou legitimo costume as outras Catedraes;

f) que o Santo Padre determinou que a dotação da nova diocese seja constituida pelo patrimonio organizado pela commissão pro-restauração da diocese, pelo rendimento dos Indultos Pontificios, pelos emolumentos da Camara Ecclesiastica e pelas ofertas espontaneas do povo, em cuja generosidade o Sumo Pontifice muito confia;

g) que o Santo Padre ordena que, logo que seja possivel se estabeleça na nova diocese o seu seminario, e que, enquanto o não boaver, o Ordinário cumpra com relação à admissão de alunos e outros assuntos correlativos, o que for determinada pela Sagrada Congregação dos Seminarios e Universidades dos Estudos;

h) que Sua Santidade ordena e prescreve que, immediatamente à execução da Bula, fiquem incardinados *ipso facto* na nova diocese todos os clérigos que no territorio da mesma diocese se encontrem legitimamente existentes;

i) que o Santo Padre determina que a nova diocese de Aveiro fique sendo sufraganica, como era antigamente, da Arquidiocese de Braga;

j) que o Santo Padre, enquanto a nova diocese não fôr provida de Pastor proprio, nos comete o seu regim, na qualidade de Administrador Apostólico, com todas as faculdades, direitos e encargos que a tal officio andam anexos;

l) que Sua Santidade quer e dispõe que as suas letras Apostólicas,

## ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

acima mencionadas, em tempo algum, por nenhum motivo ou pretexto, nem mesmo o de não terem sido ouvidos os interessados, possam ser contestadas, declarando irritó e nulo quanto fôr, ciente ou inconscientemente, atentado contra ellas, não obstante quaisquer regras, constituições ou disposições em contrário dos Concêlhos ou dos Romanos Pontífices seus Predecessores, ou outras quaisquer;

m) que Sua Santidade nomeie executor destas Letras Apostólicas o Excelentíssimo e Reverendíssimo Monsenhor Pedro Ciriaci, Arcebispo de Tarso e Nuncio Apostólico em Lisboa, concedendo-lhe as faculdades necessárias e oportunas, para o efeito de que se trata inclusivamente a de subdelegar em pessoa constituída em dignidade eclesiastica com encargo de transmitir à Sagrada Congregação Consistorial no mais curto espaço possível, um exemplar autêntico da sentença executorial;

n) que o mesmo Excelentíssimo Senhor houve por bem subdelegar em nós, D. João Evangelista de Lima Vidal, Arcebispo titular de Ossirinico e Superior Geral da Sociedade Portuguesa das Missões Católicas Ultramarinas, o encargo, com as respectivas faculdades, de executor destas Letras Apostólicas;

o) que o mesmo Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor, no seu decreto de subdelegação, determina que, após a sentença que, como seu delegado, promulgarmos, imediatamente entremos no regime da nova diocese;

Q) que tudo visto e o mais que dos autos consta, disposições do direito e cláusulas da Bula Apostólica, usando das faculdades que nos são cometidas;

### DECRETAMOS E MANDAMOS:

a) que a Bula do Santo Padre Pio XI, *Omnium Ecclesiarum*, de vinte e quatro de Agôsto de mil novecentos e trinta e oito, se dê inteira execução e se observe pontualmente tudo quanto nela se contém;

b) declaramos constituída por autoridade Apostólica a diocese de Aveiro que abrangerá a extensão territorial dos dez concêlhos acima mencionados: Agueda, Anadia, Aveiro, Ílhavo, Oliveira do Bairro, Vagos, Albergaria-a-Velha, Estarreja, Murtosa, e Sever do Vouga, com as oitenta e duas freguesias seguintes:

#### *No Concelho de Agueda:*

Agadão, Aguada de Baixo, Aguada de Cima, Águeda, Barrô, Belasama, Castanheira do Vouga, Espinhal, Fermentelos, Lamas do Vouga, Macieira de Alcoba, Macinhata do Vouga, Ois da Ribeira, Préstimo, Segadães, Recardães, Travassô, Trofa e Valongo.

#### *No Concelho de Albergaria-a-Velha:*

Albergaria-a-Velha, Alquerubim, Angeja, Branca, Frossos, Ribeira de Fráguas, S. João de Loure e Vale Maior.

#### *No Concelho de Anadia:*

Amoreira da Gândara, Ancas, Arcos (Anadia), Avelãs do Caminho, Avelãs de Cima, Mogofores, Montã, Ois do Bairro, Sangalhos, S. Lourenço do Bairro, Tamengos, Vila Nova de Monsarros e Vilarinho do Bairro.

#### *No Concelho de Aveiro:*

Aradas, Aveiro (N. Senhora da Glória), Aveiro (Vera-Cruz), Cacia, Eirol, Eixo, Esgueira, Nariz, Oliveirinha e Requeixo.

#### *No Concelho de Estarreja:*

Avanca, Canelas, Estarreja (Beduido), Fermelã, Pardilhó, Salreu e Veiros.

#### *No Concelho de Ílhavo:*

Gafanha da Nazaré, Gafanha da Encarnação e Ílhavo.

#### *No Concelho da Murtosa:*

Bunheiro, Monte da Murtosa, Murtosa e Torreira.

#### *No Concelho de Oliveira do Bairro:*

Bustos, Mamarrosa, Oliveira do Bairro, Oitã, Pallaça, Troviscal.

#### *No Concelho de Sever do Vouga:*

## DOCUMENTOS DA DIOCESE DE AVEIRO

Cedrim, Couto de Estêves, Paradela, Pessegueiro, Rocas do Vouga, Sever do Vouga, Silva Escura e Talhadas.

*No Concelho de Vagos:*

Calvão, Covão do Lobo, Sôsa e Vagos.

e) declaramos desmembradas das dioceses do Porto, Coimbra e Viseu, as oitenta e duas freguesias que ficam a constituir a nova diocese de Aveiro — cinquenta e cinco de Coimbra, dezanove do Porto e oito de Viseu — cessando desde esta data a jurisdição dos respectivos Ordinários e começando a do Administrador Apostólico nomeado pela Santa Sé;

f) declaramos consignados à nova diocese como dotação, o património organizado pela Comissão pro restauração da diocese, o produto dos Indultos Pontifícios, os emolumentos e taxas da Curia Episcopal e as ofertas voluntárias dos fiéis;

g) declaramos sufragânea da Arquidiocese de Braga a nova diocese de Aveiro;

h) declaramos que os eclesiásticos que à data da execução da Bula Apostólica residirem legitimamente em território da nova diocese, devem considerar-se incardinaados na mesma diocese; como devem para ela ser transferidos os bens móveis e imóveis com quaisquer rendimentos, os processos, documentos e papéis pertencentes ao tombo ou arquivo das ditas paróquias (e bem assim das instituições ou corporações eclesiásticas nelas fundadas) e porventura existentes nas dioceses de cuja jurisdição são desligadas, salva contudo a vontade dos pios fundadores ou oferentes.

Em nome de Sua Santidade o Papa Pio XI, exortamos a todos, assim eclesiásticos como seculares, que em virtude desta nossa sentença executória transitam das dioceses do Porto, Coimbra e Viseu para a nova diocese de Aveiro, a que prestem a devida obediência ao Ordinário a cuja pastoreação ficam de futuro confiados e o venerem por única legítima e canónica autoridade.

Assim o julgamos e declaramos por esta nossa sentença que será firme e valiosa, não obstante quaisquer regras ou disposições, tanto gerais como especiais, estatutos ou privilégios em contrário.

Dada em Aveiro, 11 de Dezembro de 1938.

† JOÃO EVANGELISTA, *Arcebispo de Ossirinco*

Administrador Apostólico da Diocese de Aveiro

### ALGUMAS NOTAS BIOGRÁFICAS DE D. JOÃO EVANGELISTA DE LIMA VIDAL

D. João Evangelista de Lima Vidal, arcebispo titular de Ossirinco e administrador apostólico da Diocese de Aveiro, nasceu na cidade de Aveiro, freguesia da Vera Cruz, na rua dos Mercadores, n. 20, a 2 de Abril de 1874. Foram seus pais Norberto Ferreira Vidal, natural de Vagos e D. Umbelina Elisa de Lima Vidal, natural de Eixo.

Neto paterno de José Ferreira Vidal e de D. Maria Ludovina; e materno de João Germano de Lima e de D. Maria Isabel de Lima.

Foi baptizado na igreja paróquial da Vera-Cruz, tendo sido padrinho João Evangelista de Lima Vidal, tio materno, e madrinha D. Zulmira de Magalhães Lima.

(1) de notar que o assento do baptismo de D. João Evangelista de Lima Vidal se encontra no livro de baptismos do ano 1886, a fl. 34, em vir-

## ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

tude « de rectificação d'assento de baptismo proferida pelo Excellentissimo Prelado Diocesano, em trinta e um do mez de Julho do anno de mil oitocentos e oitenta e seis » ).

Fez exame de instrução primária, de português, e de francês no Liceu de Aveiro, com boas classificações. Entrou depois, aos doze anos, para o Seminário de Coimbra, debaixo da protecção do Bispo-Conde D. Manuel Correia de Bastos Pina, onde, com a maior distinção, fez os seus estudos preparatórios. Em 1889 foi para Roma, frequentar a Universidade Gregoriana, onde se bacharelou em Direito Canónico e doutorou em Filosofia e Teologia, em 1896.

Nesse mesmo anno, a 19 de Dezembro, se ordenou de Presbítero, em Coimbra, tendo celebrado a sua primeira missa na Igreja de Jesus, em Aveiro, no dia de Natal seguinte.

Tendo regressado a Portugal foi nomeado professor de Filosofia e Dogmática Especial, no Semmario de Coimbra, e director espiritual d'este mesmo estabelecimento.

Em 1901, foi nomeado Cônego honorário da Sé de Coimbra, e efectivo em 1907.

Em 30 de Abril de 1907, foi eleito Bispo de Angola e Congo por Sua Santidade Pio X, e sagrado solenemente na Sé de Coimbra em 29 de Junho d'este mesmo anno por mons. Fonti, núncio apostólico em Lisboa, e Bispos assistentes D. Manuel Correia de Bastos Pina, Bispo conde de Coimbra, e D. José Alves Mariz, Bispo de Bragança.

Em 1 de Agosto de 1909 foi para Loanda, onde chegou em 17 do mesmo mês. Regressou a Lisboa em Maio de 1914.

Em 1915 foi eleito Arcebispo de Mitilene, e nomeado depois Vigário geral do Patriarcado.

Em 1922 foi eleito Bispo de Vila Real (o primeiro desta cidade), resignando depois este cargo por ter sido nomeado Superior Geral das Missões Ultramarinas em 1931, por escolha directa de Sua Santidade Pio XI.

Nesta situação se encontrava quando foi nomeado Administrador Apostólico da restaurada diocese de Aveiro, em 24 de Agosto de 1938, de cujo cargo tomou posse em 11 de Dezembro do mesmo anno.

Das suas publicações destacam-se principalmente: *Opúsculos teológicos*; *Sinopse da Teologia moral*; *Ciência divina* — *Controvérsia dos futurais*; *Esplendores do sacerdócio*; *Teologia para todos*; *Visitas pastorais*; *Por terras de Angola*; *Teresa de Saldanha e as suas Dominicanas* (1938).

Publicou ainda diversos opúsculos e discursos.

(da Redacção)

# CASTELO DA FEIRA

o Castelo... deve ser a acrópole  
sagrada, o lugar eleito das peregrinações  
patrióticas.

Dr. OLIVEIRA SALAZAR — *Mensagem*  
de 26 de Março de 1938.

**A**O poente da Vila da Feira, mesmo em face da parte da rua que desce do edificio municipal para a ponte, para o começo da estrada que vai à estação, e para o escadorio da igreja matriz, eleva-se no alto dum cabêço o perfil tipico e imponente do vetusto monumento.

Publicou este *Arquivo*, no seu volume 1.º, a página 140, a vista geral do Castelo da Feira em todo o seu comprimento voltado ao poente.

É por êsse lado a entrada para a barbacã composta de dois paredões ameados com os seus adarves e um pequeno cubelo no ângulo e outro ao ligar com a alta muralha. Encima a porta da barbacã um escudo de granito em alto relêvo, com a cruz floreada e aberta no campo das armas dos Pereiras e o coronel de conde, e que foi colocado num vão rectangular, muito maior, onde esteve uma pedra de calcáreo com as mesmas armas em baixo relêvo, mas sobpostas a um elmo. Na base desta pedra lê-se

O QVARTO CÔDE DA FR.<sup>A</sup>  
DÔ DI.º FROIAZ P.<sup>A</sup> MÂDOV FA  
ZER ESTA E O RELOGIO DA  
QVELA TORE NA ERA DE 1567

Ao nivel do patio de entrada tem os paredões quatro reentrâncias abobadadas em arco de circulo, servindo besteiros cruciformes com troneiras redondas.

Com a face alinhando pelo pano do paredão da entrada e à esquerda de quem a transpõe, ergue-se um cubelo quadrado, no sope do qual abre a *porta da vila*, em ogiva e dando acesso à ingreme poterna curva que sobe sob elevada abóbada em tijolo.

Galgada essa subida que torce a direita, depara-se-nos a vasta esplanada ou praça de armas e, em frente, a alterosa torre de menagem, quadrangular e guarnecida por quatro torreões que se lhe encostam, sobem mais alto que o cirado e são cobertos



Castelo da Feira — Barbacã e capela

por corucheus cônicos de tijolo, tendo em roda nas quatro esquinas outros pequenos cones semelhantes. Êsses vinte bicos rematados todos por florões de granito dão ao perfil do Castelo da Feira um aspecto característico e pitoresco.

A entrada da torre é de arco redondo no estilo romano e as suas pedras denotam grande velhice.



## CASTELO DA FEIRA

Perto está uma fonte com o tanque ao rez do terreno e um espaldar que foi revestido a azulejo e é sobreposto por um escudo em granito das armas dos Pereiras com o seu coronel de conde, muito parecido com o da porta da barbacã e com



*Castelo da Feira, visto de avião*

outro que encimava a entrada do paço dos condes. Alguem chamou manuelina a esta fonte e o dislate tem sido muito repetido. Tudo leva a crer que seja do século xvii e os azulejos dela eram iguais aos da capela mór do templo de S. Nicolau feita a expensas de D. Joana de Castro, neta do 4.º conde D. Diogo, por começos dêsse século.

Os quatro torreões ligam-se à torre de maneira diversa. O da esquerda, ao nordeste, faz saliência na frontaria a alguma distância da esquina e contém na sua espessura a escada de caracol de 34 degraus que sobe do andar nobre para o eirado, seguindo em mais 8 até ao mirante desse torreão. O da direita, ao noroeste, salienta-se também da fachada, mas no extremo desta segue a linha da parede do poente, e contém, quatro degraus acima do andar nobre, um grande forno com ampla recâmara. Os outros dois torreões saem fora de ambas as paredes a que encostam e são maciços até ao nível do eirado.

A meio da parede sul da torre aposeram, só até à altura desta, um gigante que parece um quinto torreão. Foi feito por terem quebrado todas as pedras que formavam padieira ao vão dum postigo sobre que assentava uma das nervuras da abóbada que existe no interior da torre e é toda construída de granito, em ogiva, correndo de nascente a poente e com quatro nervuras de arestas cortadas, nascendo em misulas ponteagudas.

Vêem-se os buracos e cachorros das traves dos pavimentos, um dos quais o andar nobre - assentava ao norte sobre sapata formada pela maior grossura da parede. Há vestígios duma sobreloja para servir seteiras.

Sobe do pavimento terreo para o andar nobre uma escada direita de 18 degraus cavada na parede ao leste, perto do *postigo* ou porta lateral da torre. Dentro e em frente desta há outra porta a isolar o pavimento térreo. Ambas são em ogiva aguda, mas a do fundo dos degraus é lanciolada e a do alto déles de verga recta. Todas as ombreiras teem os ângulos chanfrados. Por cima desta escada há um nicho, altar, oratório ou armário, com degraus e guarnecido por delgadas colunas de granito com capiteis lavrados em calcário branco e mole. Perto deste nicho abre uma portinha a dar acesso a outra escada, mas de caracol, com 23 degraus e que sobe do andar nobre ao superior.

Ha no andar nobre três chaminés, ao norte, ao poente e ao sul, e quatro janelas, duas ao cimo da escada abertas ao norte e ao leste, outra ao leste perto do outro canto e uma ao sul. O pavimento superior tinha duas janelas, ao leste e ao poente e uma chamine ao leste. Todas as chaminés teem as lareiras cavadas na parede e vão abrir no eirado rodeadas de parapeitos de palmo.

O pavimento superior interceptou as nervuras da abóbada que estão escalavradas para dar passagem as traves desse soalho. As pedras das fiadas, em que se meteram estas traves, foram desviadas, coincidindo o seu corte com o das de baixo ou de cima, em vez de contrafiarem. Prova isto que os construtores da abóbada não previram esse segundo andar. Mas deve ter sido feito ao mesmo tempo que o resto da torre; porque, tanto na chamine dele como nos degraus da escada de caracol entre

os dois pavimentos, existem siglas iguais às que se vêem nas paredes, abaixo do nascimento da abóbada, no cirado e em outras partes das construções coevas em redor da torre.

Encostam ao torreão do nordeste uns muros com seteiras sobrepostas, uma porta ogival e uns merlões cortados obliquamente para diante e servidos por um adarve sobre abobadilhas de tijolo e por uma escada encostando à saliência do torreão. Tudo isto mostra ser postíço, sem préstimo nem motivo militar, aproveitando porta e seteiras de partes demolidas e arranjado para embelezar a frente da porta principal do paço dos condes. Liga este muro de enfeite, em ângulo, com as paredes arruinadas da antiga alcáçova coeva da torre de menagem, às quais sobrepuseram um fingimento dos mesmos merlões de tijolo, mas só a meia espessura. Forma este recanto um largo patim para que sobem compridos degraus de granito com bucel e pouco altos, a evidenciar serem muito posteriores à construção ogival.

Encostada à face do outro torreão do noroeste sobe unia larga escada direita ao patamar que se prolonga rente à parede, com portas para o terreiro ao poente da torre e para uma saliência assente em cachorrada contendo as sentinas e, por cima, um cubelo com o seu adarve pela banda do sul. Deste patamar descem dois degraus para o largo adarve que limita a esplanada ou praça de armas ao poente, tem cavadas quatro besteiras cruciformes abrindo sobre troneiras redondas e serve a alta muralha amerloada onde encosta um dos lanços da barbacã. Ao principio deste adarve ergue-se um cubelo saído e pousado no declive que cobre a casamata destinada à defesa da *porta da vila*, antes da existência da barbacã.

Fronteiro, ao leste da praça de armas, há um parapeito posto só para resguardo no sitio onde corria grossa muralha com o seu adarve e besteiras cavadas sob este, conforme se viu nas escavações aí praticadas para pesquisas.

Por fora, a uns quatro metros desta, existem restos de outra muralha quasi paralela que devia subir a meia altura da interior. Não se encontraram ainda vestígios da comunicação para serventia do adarve da muralha exterior.

Ao norte, sobre a poterna, seguem os parapeitos amerloados, depois de um terraço cubrindo o cubelo da *porta da vila* que foi decapitado, substituindo os seus merlões um parapeito assente num rebordo inexplicavel em fortaleza daquelas épocas. Dêsse terraço até à saída da poterna prolonga-se o chão empedrado a findar no patim por cima do arco da poterna, donde descem, por ambos os lados, escadas desiguais para a praça de armas.

Enfrentando com a linda torre de menagem, no outro extremo da esplanada, avança para o norte uma ponta da muralha, na qual, a 8 de Julho de 1938, se descobriu uma vélha

ameia terminada em quina aguda, como as dos castelos de Guimarães, Lanhoso, Penedono e tantos outros dos séculos x a xii existentes no nosso país. Apresenta, porém, a especiali-



*Castelo da Feira — Recanto e ameia  
anteriores à fundação de Portugal*

dade de ter ao meio uma seteira rectangular. Junto desta ameia desobstruiu-se um pedaço de adarve antigo feito a pedras mais miudas e três degraus toscos e altos, subindo da esplanada. São restos evidentes dum castelejo amoiriscado, que estavam

## CASTELO DA FEIRA

envoltos num maciço feito para amparar o extremo dos paços dos condes. Logo ao pé erguia-se um miradoiro sôbre três cachorradadas aterrado para servir de minúsculo jardimzito, que se esboroara como tôda essa parte da muralha.



Castelo da Feira — muralha

Para o sul da praça de armas, prolongam-se aos lados da torre de menagem estreitos terreiros que foram ambos alpendrados. O do poente tem a meio a entrada da rampa para a casamata e corre a par do parapeito da muralha coroado de merlões onde vinha assentar o telheiro. O do nascente tem ao fundo a porta ogivada do caminho coberto, que desce para o

pátio da traição, e junto dela o postigo lateral da tórre já referido. O telheiro pendia duma ranhura cavada na parede da tórre a pousar em pilares assentes num pequeno muro paralelo ao cubelo saliente para leste, onde existe um profundo pôço servido por escada de caracol de 141 degraus. Abrem da escada para o pôço oito altas janelas de arco redondo sobrepostas umas às outras. A escada e a parede das janelas pesam sobre um arco abatido, de granito, firme na rocha nativa a mais de trinta e três metros do nível do cubelo, escavando-se, portanto, mais de vinte metros abaixo do solo adjacente. Entre dois dos pilares do alpendre começa o patim da escada que comunica com o adarve vindo do sul pelo nascente e com o cubelo do pôço, subindo para o terraplano ao leste e sul da tórre, que vai ligar ao terreiro do poente e é fechado em toda a volta pelo adarve, recto ao leste e curvo ao sul, que, em dez socalcos, sobe e desce sempre coroado de merlões com besteiras cruciformes e respectivas troneiras circulares.

O caminho coberto desce em escada com sucessivas besteiras cavadas no paredão do nascente em diversas direcções e por fim em rampa com as besteiras abertas na parede do pátio da traição até à porta para este, no baixo de cujas ombreiras ficaram gravadas as duas firmas dos mestres da obra.

O pátio tem três saídas: a *porta da traição* ao leste, outra ao poente ainda entulhada, onde há terceira firma, e a última em frente da do caminho coberto, ao fim duma poterna baixa perfurada sob o primeiro terraço da tenalha, no qual existe outra pequena porta entaipada. Trepá uma estreita escada, assente na rocha nativa, do pátio para este terraço e outras sobem para o segundo e para os adarves em anêiteatro. Ladeiam estes os paredões amerloados, circundantes de todas as bandas até à muralha curva que limita, la no alto, o terraplano ao sul da tórre de menagem, na base da qual liga os adarves um estreito passadiço lajeado e tendo a meio o portal da mina que vai abrir no interior da tórre. Deste passadiço até ao pátio da traição um rude rampeado tapa o caminho coberto.

---

A via militar romana de Lisboa a Braga, segundo o itinerário de Antonino, passava em Lancobriga que uns dizem ter sido na Feira, outros em Fiães (freguesia proxima), como ha quem a localize em Ovil (Esmoriz) e até em Lações (Oliveira de Azemeis). A tradição resa que a Feira e a reedificação de Lancobriga pelos condes Mem Guterres e Mem Lucidio auxiliados pelos senhores do Marnel. Ora Mem Guterres, duque, aparece, como pai de D. Enderquina Pala, num documento de 897 e o conde de Santa Maria — Mem Lucidio — figura em documentos de 1014 a 1050. Impossivel se torna que cometes-

sem juntos qualquer empreendimento. Haveria duas reedificações confundidas na tradição?

No Castelo da Feira tem aparecido três aras romanas: — a 1.<sup>a</sup>, em Junho de 1912, na muralha do nascente e é consagrada ao deus Tueracus por Arcio, filho de Epeico, brácaro de nação: — a 2.<sup>a</sup>, em 1917, no recheio do torreão do sudoeste e foi Lúcio Latrio Bleso quem voluntariamente cumpriu esse voto a Bandavelugo Toiraco; a 3.<sup>a</sup>, em 1937, no torreão ao sudoeste, mas esta por tal forma mutilada que só duas ou três letras se podem ler. Disto e do aspecto e vetustez das pedras da entrada principal da torre de menagem se deve inferir que houve ali um castro romano.

A mais antiga referencia a este castelo é da *Chronica Gothorum*, ao referir a batalha na vila de César no território do Castelo de Santa Maria, na qual Bermudo III venceu um rei moiro, a 10 de Abril de 1045. É de notar que a data está errada, porque Bermudo III morreu em 1037.

O castelo devia ser já antigo, visto datar de 773 um documento que fala nas Terras de Santa Maria das quais ele era cabeça.

Ao passo que às Terras de Santa Maria se acrescenta a designação «da Feira», passa o Castelo de Santa Maria a ser chamado *Castelo da Feira*. O mais antigo documento onde surge o nome «Feira» é a carta de couto de Osseloá, em que Portugal pela primeira vez se chama reino, e foi dada por D. Teresa, em Novembro de 1117, na Terra de Santa Maria «ubi vocant Feira».

De documentos históricos resulta que em 1093 era alcaide deste castelo Placêncio e em 1102 era seu *tenens* Venegas Joannis.

Foi um dos dois que D. Afonso Henriques, em 1128, furtou a sua mãe, sendo senhor das Terras de Santa Maria Hermigio Monis, um dos caudilhos do futuro rei de Portugal e seu primeiro mordomo mor.

Ao Castelo da Feira se refere o testamento feito por D. Sancho I, provavelmente na era de 1226, como proprio para habitação da rainha e das infantas.

Em 1300 faz parte do dote e arras da rainha Santa Isabel que o visitou.

Tomou-o o infante D. Afonso (depois IV) em 1323, sendo alcaide mor Gonçalo Rodrigues de Freitas.

D. Pedro I em 29 de Junho de 1357 deu-o a Gonçalo Garcia de Figueiredo, aio do infante D. João, seu filho e de D. Inez de Castro.

Vinte e cinco anos depois (30 de Junho de 1382) manda D. Fernando I ao alcaide Diogo Gonçalves que entregue o Castelo da Feira ao seu cunhado D. João Afonso Telo, conde de Barcelos e senhor das Terras de Santa Maria da Feira (*Arquivo*, volume 1.<sup>o</sup>, a pag. 138). Por isso em 1383, sendo alcaide

Martim Correia, este tomou voz por D. Beatriz, rainha de Castela, e em 1385 veio Gonçalo Vaz Coutinho (pai do primeiro conde de Marialva), com os homens da beetria do Pôrto, tomá-lo para o Mestre de Aviz, pelo que «recebeu mil libras de affonsys porque doutra guisa ho não quisera fazer.»

D. João I deu a alcaidaria do Castelo da Feira, separada do senhorio das Terras de Santa Maria da Feira, ao seu camareiro mor o heroico João Rodrigues de Sa, o das Galés. Ainda nesse tempo este castelo tinha, portanto, valor militar e era honroso ser seu alcaide.

Ainda em vida do filho do das Galés, Fernão de Sa, a quem a doação da alcaidaria fôra confirmada, pediu o castelo Fernão Pereira que herdava do seu pai João Álvares Pereira e do seu avô o marechal Álvaro Pereira o senhorio das Terras da Feira. Foi-lhe dado, de juro e herdade, em 19 de Novembro de 1448, obrigando-se a refazer, corregger e reparar os muros, paredes e coisas que para a sua fortaleza e boa defensão fôsssem necessárias. A Fernão Pereira succedeu em 1467 o seu filho Rui Vaz Pereira que veio a chamar-se D. Rodrigo Pereira, quando foi primeiro conde da Feira. Temos, pois, datada a reconstrução ogival do Castelo da Feira entre 1448 e 1467.

Em 25 de Outubro de 1502 D. Manuel I, o venturoso, aposentou-se no castelo, de passagem para Compostela.

Posteriormente o 4.<sup>o</sup> conde da Feira, D. Diogo, acrescenta, antes da *porta da vila*, a barbacã, em 1567, encimando a entrada com as armas da sua familia.

A 10 de Setembro de 1580 o infeliz D. António, prior do Crato, serviu-se, para o assalto a Aveiro, da artilharia que se guardava no Castelo da Feira e ele proprio cedera para defesa do Pôrto, quando fôra aclamado rei em Santarém.

Desde a reconstrução do século xv começou o Castelo da Feira a converter-se, de baluarte da defesa nacional, em padrão do poderio e valimento da familia dos Pereiras, de que passara a ser apanágio, ficando logo por cortar rochas que contrariavam objectivos militares em frente da casamata. A alcáçova ou dependências coevas da torre de menagem iam-se transformando em paço solarengo e, por fim, o ultimo conde da Feira, D. Fernando, entre 4 de Junho de 1660 e 15 de Janeiro de 1700 sacrifica a parte militar das muralhas ao embelezamento do seu palácio e dos seus jardins.

De então para diante não mais se reparou o castelo ate 1905. Dois séculos de abandono.

Aos 19 de Maio de 1708 toma posse do castelo, por seu procurador, o infante D. Francisco, irmão de D. João V, visto os bens da Casa da Feira terem sido encorporados na do Infantado.

Um incêndio, de 15 para 16 de Janeiro de 1722, arruina o palácio, diz-se que para o tornar inabitável.



## CASTELO DA FEIRA

Em 13 de Setembro de 1839 foram vendidas a um particular as casas do palácio dos condes e dos celeiros que lhe ficavam em frente e reduziam a vasta esplanada ou praça de armas a uma rua de oito metros de largo. As pedras esboraoadas serviam para obras particulares, se é que não se iam, para isso, aluindo muralhas.

Alexandre Herculano censurava na sessão da Câmara dos Deputados de 8 de Outubro de 1840 o abandono do Castelo da Feira que se estava arruinando e deitando abaixo.

Passaram em 1852 pelo Castelo da Feira D. Fernando II e os seus filhos D. Pedro V e D. Luiz I, sendo tosquiadas as eras que em tufos cobriam os muros e talvez limpos uns dez metros do pôço.

A Câmara Municipal de 1877, por proposta do dr. António Augusto de Araújo e Melo, mandou desentulhar o pôço. Foi a primeira tentativa de ressurreição do velho castelo que, em 19 de Março de 1881, foi incluído na lista dos *Monumentos Nacionais*, sendo considerado monumento militar na nova classificação do decreto de 16 de Junho de 1910.

Afonso Alfredo Teixeira Couto, dono da Hospedaria Topa (hoje Pensão Carneiro) iniciou em 1905, por subscrições entre feirenses, a limpeza e vedação do monumento. Deve-se-lhe a justiça de rememorar o seu nome como precursor dos carolas pelo lindo castelo. Quis secundá-lo e redigi os estatutos da « Sociedade Castelo da Feira » que foram votados, elegendo-se os corpos gerentes em 28 de Agosto de 1905. Mas... não consegui mais. Dos então eleitos existimos dois: D. FERNANDO DE TAVARIS E TÁVORA, autor da bela monografia *O Castelo da Feira* (Porto, 1917) e o rabiscador destes apontamentos.

Em 1907 as Obras Públicas gastaram 200.000 réis em portas e reparação da muralha do norte e ainda outro tanto em reparar a muralha do poente.

Em 1909 um benemérito feirense custeou reparações no eirado e cunhais da torre, renascendo disso a idea de se coordenarem esses esforços e assim, em 29 de Outubro de 1909, o Dr. António Augusto de Aguiar Cardoso organizou a *Comissão de Vigilância pela Guarda e Conservação do Castelo da Feira* com quinze subscritores, dando-lhe vida e efectividade durante vinte e seis anos, devotada e incansavelmente. Fui o setimo dos quinze.

**Seguiram então as reparações.**

Em 1910 concertaram-se corucheus e um grande rombo na muralha sudoeste.

Em 1912 ficou o monumento absolutamente vedado, fazendo-se muros nos sitios de muralhas aluidas; mas o torreão do sudoeste fende e ameaça ruir.

Em 1914 dedicados amigos do castelo adquirem os celeiros, que foram demolidos, e as ruínas do palácio dos condes, doadas em seguida à Câmara Municipal.

## ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Em 1915, ao fim de três anos de alarme, reclamações e pedidos, foi amarrada a torre de menagem com cabos de arame para segurar o torreão, que só em 1919 foi apeado e reconstruído pelas Obras Públicas, depois de novas instâncias e solicitações.

Em 1917 tinha a *Comissão de Vigilância* desobstruído e refeito a tenalha, com a ajuda da Inspeção da 5.<sup>a</sup> Circunscrição Militar de Coimbra, desaterrara a casamata, compusera a muralha do poente e três dos merlões ao oeste da muralha curva ao sul da torre.

Em 1920 repara-se a muralha norte perto da capela, conserta-se o largo adarve do poente da praça de armas, desentulha-se esta ao norte-nascente, repara-se o parapeito do cubelo do pôço, consolida-se dentro da torre a escada do andar nobre para o segundo pavimento e completam-se os merlões do eirado. Tudo isto é feito pela *Comissão de Vigilância* auxiliada por alguns pequenos subsídios alcançados a poder de esforços e reiteradas instâncias.

Em 1929 foram demolidos os restos do paço dos condes e com eles os vestígios de construções do século xv, ficando livre a praça de armas e quasi desafrentada a torre de menagem. As arcarias, varandas e porta ornamentais do paço estão reerguidas, a custa da *Comissão de Vigilância*, desde 1934, no outro extremo da vila, e destinam-se a fachada do corpo principal do edificio da Biblioteca e Museu Municipais.

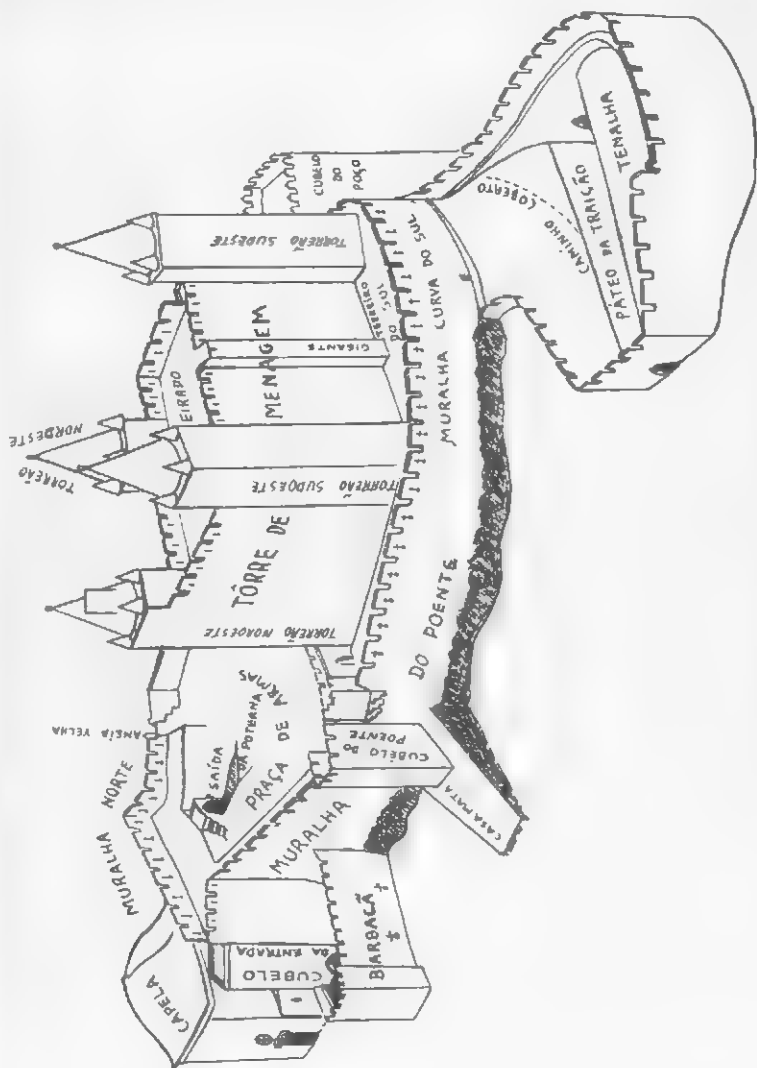
Por fim, a 28 de Julho de 1935 começaram as obras da Direcção dos Monumentos Nacionais até 19 de Janeiro de 1937, com ligeira interrupção em Outubro de 1936. Principia o restauro com a superintendência do distinto architecto Baltazar de Castro.

Refez-se a parede com adarve estreito sobre a *porta da traição* até ligar a tenalha com o alto da rampa que tapa o caminho coberto, avançaram mais cinco merlões da muralha curva coroando essa rampa ao sul da torre de menagem, levantou-se o paredão ao nascente do caminho coberto e parte da abóbada ao cimo deste e foi reconstruído o torreão do sudoeste até quasi à altura do eirado.

Em 7 de dezembro de 1937 recommençaram os trabalhos pela demolição dos feissimos muros que prolongavam a saída da poterna, para nivelar por cima da abóbada desta um jardimzinho parapeitado, entre as ultimas varandas do palácio e o miradoiro que decapitou o cubelo da *porta da vila*. Pararam as obras a 26 de Fevereiro de 1938 para recommençarem em 1 de Junho, concluindo-se a muralha curva e trazendo-a com o seu adarve pelo nascente ate ao cubelo do pôço, coroada por mais nove merlões, terraplanou-se o terreiro ao sul da torre, regularizando-se todos os adarves em redor, refez-se a escada que desce para o terreiro do leste, ficando tudo concluído para

## CASTELO DA FEIRA

o sul da tôrre de menagem. Ao norte fêz-se um merlão sobranceiro à capela e que faltava, e foram demolidos os restos do palácio engastados na muralha.



Castelo da Feira — *Planta panorâmica*

Ai surgiu a velha ameia e o seu adarve que vieram modificar e desenvolver a traça do restauro do imponente monumento. Não se trata só de refazer e compor uma obra ogival do século xv. Há trechos subsistentes de épocas anteriores cuja conservação se impõe.

## ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Tem de consolidar-se, mas mantendo-se na sua feição primitiva, esse recanto mais velho quatro ou cinco séculos que o restante.

Tudo leva a crer que pôço, escada de caracol a servi-lo e cubelo envolvente sejam anteriores ao periodo ogival. As grossas paredes são de silharia com regulares fiadas de pedras picadas, avultando de onde a onde os topos toscos dos juntouros. As oito janelas, abrindo da escada para o pôço, fecham em arco de circulo. Não há as mesmas siglas. Cortam a espessura frestas compridas, simples, rectas, uma ao sul e três ao nascente. Nenhuma aresta é chanfrada. Os degraus embutidos dum lado na parede circular, sobrepõem-se no escaparate e numa nesga, formando o seu leito a espiral do teto. Essa saliência avançada da linha das muralhas, erguida numa depressão da rocha, onde todas elas se alicerçam e que so a vai encontrar la muito em baixo onde uma veia de agua a rompe, nasceu em época posterior ao castelejo amoiriscado do norte, mas antes da invasão do estilo gótico no nosso pais pelo século xiii. Deve ter menos cem ou duzentos anos que a vélha ameia agora posta a vista e mais uns trezentos que a tórre de menagem. A boca do pôço, aberto verticalmente num quadrilatero irregular, apparecia-nos sem resguardo num piso tóseo em que o cubelo estava truncado, chão provisório, cimo de derrocada, para onde se subia por esboraamentos e por uma rampa talhada modernamente. O redondo da sauda da escada fôra alargado para a esquadria, seguindo a padieira duma fresta e recuando uma das pedras em aduela. Em redor do cubelo ajeitara-se um parapeito exíguo, evidentemente postíço, reparado em 1919 e aproveitando pedras trabalhadas por todos os lados, sem argamassa e que quasi tôdas coincidião com a espessura da parede ao poente do pôço, a qual, de certa altura para cima, estreitava paramentada em ambas as faces, deixando de ter pedregulhos salientes. Sôbre ela se puseram agora a completa-la, voltando ao seu lugar primitivo. Desde que se revestisse de qualquer guarda o pôço e o vão da escada e se refizesse o parapeito em tôrno do cubelo, para lhe dar prestimo militar e defesa conveniente, não ficava passagem para o sul do pôço nem entre este e a escada. No entanto era pelo sul a única entrada, ligando com o adarve vindo dêsse lado e com os degraus a subir para ele do terreiro do nascente da tórre. Nos outros dois lados, poente e norte, não existia vestigio algum de acesso que seria dificultado pela maior diferença de nivel. Por tudo isto e pelo que se vê em outros castelos da mesma época, deduziu-se que o pôço era estreitado em cima por meio de cachorros sobrepostos crescendo das três paredes: porque (singularidade especial do Castelo da Feira) a parede do poente os não comportava por ser estreita e facejada exteriormente a fim de deixar intervalo suficiente até aos sustentaculos do alpendre, não so para este ter

## CASTELO DA FEIRA

ar e luz, mas para seguir a comunicação entre os adarves ao sul e nascente e os que seguiam ao longo da praça de armas.

Estão já feitos êsses triplices cachorros, altea-se o cubelo, já se completou a escada de caracol e vão pôr-se as guardas no



*Castelo da Feira — Cubelo do pôço visto do eirado em 1909*

pôço e em volta da escada, para em seguida se refazer o para-peito coroado de ameias como a que se descobriu ao norte, marcando assim esse pedaço das fortificações uma época aproximada do século XII. Como este cubelo do pôço fica na parte do monumento sobranceira a vila, dar-lhe-á um aspecto inte-

ressante e característico, a marcar um estilo diferente do da torre onde se projecta, atestando logo que naquele complexo de muralhas se cumulam memórias de diversas eras e que as várias idades daquelas pedras se medem por séculos e ate por milénios.

*Castelo da Feira, visto do porto*



Cinco ciclos distintos ficarão assinalados visivelmente no Castelo da Feira, depois do seu restauro :

- os vestígios romanos (três seculos antes a três séculos depois de Cristo) na entrada da torre e nas aras encontradas,
- os restos anteriores à fundação de Portugal (séculos x ou xi) no castelejo ao norte com a velha ameia,

## CASTELO DA FEIRA

a leição ainda românica (século xii) no cubelo do pôço, — o estilo ogival (século xv) na torre de menagem e em todo o grande restauro de Fernão Pereira, e a maneira da renascença (1567) na barbacã.

Restam ainda vestígios dum sexto ciclo (século xvii) nos merlões e adarve de tijolo encimando uma porta ogivada e seteiras disparatadamente sobrepostas, trazidas de outros sítios. Ainda se encostam ao torreão da escada, prejudicando a imponência da torre e encobrindo o seu único ângulo livre e o cubelo do pôço, a quem entre na vasta praça de armas. Devem desaparecer, como aconteceu as ruínas do paço solarengo e a outras monstruosidades enxertadas dentro do formoso monumento.

Resta mencionar, embora esteja fora e destacada do castelo, a capela de Nossa Senhora da Encarnação ou Senhora de Março, como o povo lhe chama, que a condessa D. Joana Pereira fez construir proximo do cubelo da *porta da vila*, em 1656. E hexagonal, com a cimalha e os cunhais em cantaria de granito, rematados estes por esbeltas pirâmides, e está coberta com uma cúpula de cimento para vedação, que deve ser sobposta ao telhado amoiriscado, como teve. Ladeiam a porta lindas pilastras lavradas semelhantes as de talha branca e dourada que guarnecem, no interior, os altares. Desenvolvem-se em duas volutas, partindo-se entre elas o perfil com graciosa reentrância e prolongando-se na face pendente da de cima o relêvo duma folha de acanto. Parecem-se muito com as que existem na sacristia da igreja de S. Francisco em Guimarães. Sobre o entablamento da porta outras iguais pilastras, sobrepujadas por frontão curvo interrompido, enquadram o octogono da rosácea que foi, este ano, guarnecida com um vitral representando a cruz branca floreada e aberta no campo vermelho dos Pereiras, a expensas da Comissão de Vigilância, que também reparou o altar de Nossa Senhora, o pulpito e todas as balaustradas de pau preto. Os outros altares laterais são ambos devotados a Santa Luzia. Uma das imagens desta veio da antiga capela dessa invocação que existiu mais alem, pela altura da tenalha, e deve ter ruído entre 1697, em que o padre FRANCISCO DE SANTA MARIA a menciona no *Cão aberto na terra*, e 1758, em que já a não cita no seu relatório o vigário JOÃO DE S. PEDRO QUINTELA.

Eis o esboço, a rapidos e mal alinhavados traços, do Castelo da Feira, onde, em 1128, Hermigio Moniz, senhor das Terras de Santa Maria, primitivo dapifer da cúria (mordomo-mór)

do então infante D. Afonso Henriques e irmão do célebre *Aio*, ergueu o primeiro brado da rebelião contra o predomínio galego e leonês, da qual havia de resultar, onze anos depois, a fundação e independência de Portugal, cujo oitavo centenario vai em breve comemorar-se.

Nas velhas crônicas ficou registado este facto, concordes tôdas em se terem dois castelos pronunciado, nos primeiros meses de 1128, por D. Afonso Henriques contra D. Teresa, sendo um o da Feira. Como Ermigio Moniz foi o personagem mais influente dêsse movimento e foi preferido pelo infante ao irmão, o leal Egas Moniz, para o cargo de seu mordomo-mór, forçoso é deduzir que foi ele quem, no seu castello da Feira, cabeça das suas Terras de Santa Maria, iniciou a revolta que conduziu aos campos de S. Mamede o filho do conde Henrique, como instrumento do espirito autonomista dos barões portugalenses e não por instigador deles.

Em S. Mamede cortou D. Afonso Henriques o vinculo de suzerania a Leão e depois de Ourique foi solenemente baptizada a nossa nacionalidade; mas antes disso vira o vetusto castello arvorar a signa do infante na aspiração de independência, pelo que pode afirmar-se ter sido no Castello da Feira onde nasceu Portugal.

Feira, Dezembro de 1938.

VAZ FERREIRA



# SENHORES DE MIRA

Essa terra de Tavares  
Na comarca de Vizeu  
Os grandes Heroes deu  
Tam Valentes como pares  
Que tiverão o nome seu.

( Miscelanea de Fr. FRANCISCO PACHECO,  
n.º 289, da Biblioteca da Pôrto ).

F OI aproximadamente pelo venturoso ano de 1500 que radicou em Aveiro a nobilissima familia dos Tavares. Nesta formosa vila, sôbre as portas da Ribeira, edificou Gonçalo de Tavares sua morada para o que lhe deu El Rei D. Manuel, em 24 de Março de 1503, uma tôrre da muralha que a circundava. É suggestiva, para quem tenha a paciência de ler estas linhas, a gravura reproduzida neste *Arquivo* no vol. 2.º, a pág. 226. Junto a essa tôrre cresceu o edificio que em 1687 o beneficiado CRISTÓVÃO DE PINHO QUEIMADO descreveu pela forma seguinte :

*« Mas aliada melhores casas pelo sitio sobre a porta da Ribeira são as dos nobres Tavares, senhores da Villa de Mira, e n'esta moradores, pois egualando com abobadas, muros, e ladeiras sobre a rua, a qual deram o seu apellido de Tavares, se entra em côche até a primeira sala: sobre outra abobada junta da porta da Ribeira, e por cima d'esta a olhar para o estiro e praca tem um jardim com flores e plantas, onde esta tambem uma grandiosa estatua de pedra de figura humana <sup>(1)</sup> com uma serpente*

(1) MARQUES GOMES informou-me que em Aveiro chamavam a esta estatua « o menino do jardim ». Actualmente lá se encontra no Museu e no claustro, a um canto do jardim.

*enroscada em uma das pernas, a qual é antiquissima e ha quem diga que é do tempo dos romanos.... » Veja-se neste Arquivo vol. 3.º, pág. 96.*

A comparação era feita com as moradas do Marquês de Arronches, que Tavares era também, e que a tôdas se avantajavam. Eram estas e outras que a vila enobreciam, sumptuosas e quasi tôdas feitas de pedra que lhes veio por mar, pois não se achavam pedreiras tão perto pela terra. Antes da sua vinda para Aveiro, residia Gonçalo de Tavares em Portalegre onde seu pai Pedro de Tavares, um dos principais cabos de guerra que capitaneára a frota que foi a malograda empreza de Tânger no reinado de D. Duarte, fôra fronteiro-mor e alcaide-mór e bem assim de Alegrete, com obrigação de lá fazer castelo.

Altas mercês foram estas, outorgadas de juro e herdade por D. Afonso V em 13 de Abril de 1476, que lhe vinham já de seus ascendentes desde remota era. Chamou-se a mãe de Gonçalo D. Isabel de Sousa e era filha legitimada, em Agôsto de 1460 já depois de casada, de Gonçalo Rodrigues de Sousa, fidalgo do Conselho, Alcaide-mor da Idanha e Niza e capitão de ginetes de El Rei D. Afonso V.

Foi havida em Catarina Gonçalves.

Quatro bastardias não anulavam o brilho da régia ascendência desta senhora, quinta neta pela varonia de D. Afonso III de Portugal; e, por consequência, Gonçalo foi na sua epoca um grande personagem, quer pelo seu nascimento, quer pelos altos cargos e abundantes haveres em que viria a succeder. Mas teve a má sina de se malquistar com D. João II, como tantos outros fidalgos e dos melhores, cujos ânimos entraram a ter por pesado o governo de um rei feliz que a Historia mais tarde denominaria e consideraria um príncipe perfeito. Não obsta porém que para todo o sempre os espectros ensanguentados dos duques D. Fernando II de Bragança e D. Diogo de Viseu, clamem em voz alterosa e lúgubre, a qual jámais se abafara, que para o primeiro se arvorou em juiz sendo parte e para o segundo se fez carrasco sendo rei. Sem duvida, este monarca pensando que as mercês amplas de seu pai o deixaram rei quasi sem reino, que dele quasi tão sómente herdara o titulo, e da soberania o nome, cassou e revogou a muitos fidalgos, e entre eles a Pedro de Tavares as mercês feitas, talvez como medida geral como escrevem os historiadores, talvez por desgosto do filho Gonçalo, como escrevem os linhagistas. Não se conformou nem se acomodou o elevado e tenacissimo espirito de Pedro de Tavares.

Pedin, demandou, protestou e, perdida a cabeça, jogou-a com heroismo em lance teatral que passou á Historia.

Estava afrontado, estava ofendido, estava esbulhado; queria desatronta, queria satisfações, queria indemnização!

Que fez? Dêmos a palavra a Frei Luiz de Sousa, segundo

marido que foi de sua bisneta a célebre D. Madalena de Vilhena que certa ou falsamente se julgou viúva de D. João de Portugal, o lendário romeiro, o «ninguém», do insigne estilista Visconde de Almeida Garrett. Conta assim:

« Não lhe deferindo (D. João II) em meses, e anos, abalançou-se, como velho que era, e confiado em bons serviços, a hum auto de valor, e liberdade Portuguesa antiga. Estava el Rei pera commungar em hum dia solemne, chegou-se o Vassalo à sagrada Mesa, e com palavras claras, e distintas, requereo ao Capellão não admittisse a ella a el Rei, sem primeiro responder com effeito, e justiça à sua queixa. Era el Rei grande Christão, e muito valeroso: com o valor tolerou, e digerio o que parecia e era descomedimento: com a christandade, e amor de Deos, fallou sossegadamente a Pedro de Tavares, dizendo; que desistisse de tal termo; e fiasse dele lhe mandaria responder com brevidade ».

Esta foi a palavra do Rei no dizer de Frei LUIZ DE SOUSA, mas não tinha Pedro de Tavares de ser indemnizado neste mundo, nem era seu destino morrer tranqüilamente. Recusou a vila de Cadaval que lhe foi oferecida e, navegando em barca à vela em uma ribeira, nela se afogou desastrosamente sem conseguir, ao fim de tantos anos e de tantos trabalhos e serviços, a almejada reparação. Morreu afogado e foi-se a vela; não para Castela, como seu filho Gonçalo, mas para o seio de Deus, sumo bem e suma justiça, como piedosamente devemos acreditar. Mas D. João II mais temido do que amado, rei poderoso mas aborrecido, não teve também prolongada vida e faleceu em Alvôr ao pôr do sol do dia 25 de Outubro de 1495, contando pouco mais de 40 anos de idade e 14 e meio de reinado. Conhecendo a morte, solicitou insistentemente a presença do seu successor, o duque de Beja D. Manuel, que houve por bem não corresponder ao apêlo, esquivando-se como pôde, desconfiado e temeroso ainda das garras do leão que agonizava. Para o receio sobravam as razões. Ele bem sabia os entendimentos que tivera com os Reis Catolicos afim de lhe porem as ordens na fronteira, para o que desse e viesse, o maior número de tropas disponíveis sob os comandos dos duques de Alva e de Medina Sidónia. Apenas teve a certeza do trono, logo chamou a si os seus partidários, entre os quais de-certo estaria Gonçalo de Tavares, o filho do esbulhado Pedro de Tavares que fora alcaide-mor de Portalegre, de Alegrête e de Assumar. Foi então compensado, ainda que mal, com o senhorio de Mira, dizimos novos do pescado de Aveiro e Esgueira e renda do Mordomado de Coimbra. E' possível que estas doações já estivessem combinadas com seu pai, mas o certo é que foi Gonçalo de Tavares o 1.º Senhor

de Mira. Provavelmente foram os dizimos, cuja fiscalização lhe era necessária, que levaram o donatário de Mira a trocar a residência de Portalegre onde tinha morgado e capela em Santa Clara, pela de Aveiro que resolveu construir. Com o decorrer dos tempos, elevou-se a uma grossa e honrada renda a dos direitos reais do peixe que lhe foi concedida. Gonçalo de Tavares casou, e muito bem, em 3 de Novembro de 1474. Foi sua mulher D. Catarina de Castro, filha de Diogo Lopes de Sousa, fidalgo do Conselho de El rei D. Afonso V e seu Mordomo-mór, XX.<sup>a</sup>. Senhor da Casa de Sousa, ou como tal contado, e das terras de Eixo e Requeixo, alcaide-mor de Arronches, e de sua mulher D. Isabel de Noronha. D. Catarina trouxe a Casa dos Tavares uma das mais brilhantes e poderosas alianças que se poderiam ambicionar. Pelo seu pai pertencia a noiva a ilustre e opulenta Casa de Sousa que os linhagistas consideram em antiguidade a primeira e em nobreza a segunda de Portugal. Por sua mãe, filha dos 1.<sup>os</sup> Condes de Atalaia, tinha na ascendência os reis D. Fernando I de Portugal e D. Henrique II de Castela. Do seu casamento teve Gonçalo de Tavares muitos filhos, sendo conhecidos os nomes e destinos de oito. Aproximadamente por 1518 faleceu e, como se adivinhara o que depois havia de acontecer, mandou que o sepultassem na capela-mor do Mosteiro de Jesus. Assim se fez e nela foi recebido por honra de tão notável personagem, sem qualquer obrigação nem contracto. Três de seus filhos nos interessam na continuação deste tanto quanto possível escurpulososo, resumido e carinhoso estudo. Foram seus nomes: Simão de Tavares, que lhe succedeu, Francisco de Sousa Tavares «o perdiz» e Belchior de Sousa Tavares. O segundo deveu a sua alcunha ao garrido costume de trazer quasi sempre as meias encarnadas. Foi capitão valente, e mais illustrou o seu nome em Dabul, Calcut, Diu e Cananor. Do seu casamento com D. Maria da Silva de Vilhena, nasceu D. Madalena de Vilhena de quem foi segundo marido o famigerado Frei Luiz de Sousa «um dos mais perfectos modelos de bem historiar em português ou ja se atenda à viveza das descrições e mágica dos affectos, ou ja as graças e polimento da expressão» como elegantemente sentenciou o Cónego FRANCISCO FREIRE DE CARVALHO, do Conselho de Sua Magestade, a pág. 155 do seu *Ensaio sobre a Historia Litteraria de Portugal*. Belchior, o terceiro mencionado, tal como seu irmão, serviu brilhantemente na India, foi o primeiro que com navios chegou ao rio Eufrates e ali andou com seis, de remos, vigiando e protegendo a navegação de Baçorá para Ormuz, fortaleza em cujo governo succedeu por provisão do Governador Nuno da Cunha. Do seu casamento com D. Guiomar Freire, foi uma das filhas D. Maria Madalena da Silva, mulher de Vasco de Sousa. Foram estes os pais de Henrique de Sousa Tavares, 1.<sup>o</sup> Conde de Miranda do Corvo. Vai aqui mencionado por ter sido elle o portador do apelido

Tavares para a Casa de Sousa, ou seja para os seus descendentes e representantes os Marqueses de Arronches e Duques de Lafões que com o uso d'êlé, honrando-o, muito se teem honrado também. A todos representa actualmente Sua Excelência o Senhor D. Afonso de Bragança e Ligne de Sousa Tavares Mascarenhas da Silva, 5.<sup>o</sup> Duque de Lafões, 2.<sup>o</sup> de Miranda, 7.<sup>o</sup> Marquês de Arronches, 11.<sup>o</sup> Conde de Miranda do Corvo e representante da excelsa Casa dos Marqueses de Marialva. Tem a residência em Lisboa no seu palácio dos Grilos.

Voltemos porem ao senhorio de Mira que o mesmo é dizer que passemos a tratar de Simão de Tavares, fidalgo da Casa Real, e filho primeiro de Gonçalo de Tavares. Informam ter nascido na casa de seus pais, que ao tempo seria em Portalegre, em 1484 e consta ter succedido nela e no senhorio de Mira pelo ano de 1518 aproximadamente. Este senhorio foi-lhe confirmado por El rei em 6 de Julho de 1524. Serviu como Estribeiro-mor, o Cardeal Infante D. Afonso, filho do segundo casamento de El rei D. Manuel. Este Cardeal, que o foi de pouca idade e faleceu com 31 anos em 1540, teve a feliz lembrança de ordenar que nas paróquias se fizessem livros para os assentos dos que se baptisavam, casavam ou faleciam. Dizem outros que Simão serviu também o Cardeal-rei, irmão d'este D. Afonso. A ambos serviria. Casou com D. Isabel da Fonseca, filha de D. Maria de Alcaçova e de seu marido João da Fonseca, cavaleiro de D. João II, escrivão da Chancelaria e Fazenda do rei D. Manuel e senhor das ilhas de Santo Antão, Corvo e Flôres. Bem longe estava a fidalguia desta senhora de se aproximar da de sua sogra D. Catarina de Castro. É de crer que os seus dotes fisicos, morais e economicos suprissem em parte esta deficiencia. Era neta paterna de Antão Vaz da Batalha que foi um dos veadores das obras do mosteiro deste nome, homem honrado, e neta materna de Pedro de Alcaçova, cavaleiro, secretario e escrivão da Fazenda das imponentes magestades de D. Afonso V e D. João II. Este lhe deu armas novas em Évora, aos 4 de Janeiro de 1490, pelos serviços prestados em Alacer-ceguer, Tânger e Arzila, as quais ficaram sendo as do seu apelido. D. Isabel trouxe para o casal, alem de outros bens, 65\$000 reais de juro que, com o Paúl de Cadima, em Mira, (aforamento do Cardeal D. Afonso) foram anexados ao morgadio dos Tavares. Depois do nascimento e criação de varios filhos, seis lhe apontam os nobiliários, faleceu D. Isabel pelos anos de 1543. Sessenta contava seu marido. Foi então que desiludido dos prazeres e humanas grandezas, ele que vivera entre principes e roçara pela purpura cardinalicia, não obstante os seus 12\$000 cruzados de renda, resolveu professar na Ordem Seráfica e no convento de Santo Antonio de Aveiro, o que teria feito em princípios de 1544.

Diz o P.<sup>o</sup> CARVALHO DA COSTA na sua *Corografia* que nela deixou grandes louvores de sua humildade e pobreza. Testifica-o, além da tradição, uma pedra que se pôs no claustro do convento a instância de seu filho, com os seguintes dizeres: « *Lembrança aqui posta a petição e rogo de Francisco de Tavares para seus descendentes, de como seu pay Frey Simão de Tavares tomou o habito n'este convento de S. Antonio d'Aveiro, depois de viuvo, e sessenta annos de idade; e durou mais vinte e trez na Ordem aonde viveo e acabou religiosa e virtuosamente. Jaz aqui, era de 1566* ».

Neste ano faleceu em 6 de Maio, pelas seis horas da tarde, com perto de 83 anos de idade.

Francisco de Tavares, o referido na pedra do claustro do convento de Santo António, e filho mais velho do matrimonio de Simão de Tavares, teria provavelmente nascido pelos anos de 1524. Foi cavaleiro fidalgo e dos do Conselho de El Rei, a quem serviu em Safim e Azamor, e succedeu a seu pai nos haveres e mercês régias quando ele resolveu professar na Ordem Serafica como atrás ficou relatado. Teve o reguengo e direitos reais de Mira e Dizima Nova do Pescado de Aveiro e Esgueira por Cartas de 10 e 12 de Novembro de 1546. Foi pois o 3.<sup>o</sup> Senhor de Mira. Disfrutou também a comenda da Varzea de Soure na Ordem de Cristo e a renda do Mordomado de Coimbra. Hospedou na sua Casa de Aveiro, que por tal passou a denominar-se Paço dos Tavares, o infeliz príncipe D. António, Prior do Crato, rei de tão efêmero quanto popular reinado, que a escolheu para residência durante o tempo que se demorou naquela vila depois de ter estado três dias no convento de São Domingos. Este facto não impediu que Francisco de Tavares recebesse em 1585 a nomeação de Capitão-mór de Aveiro como consta de carta assinada pelo Cardeal Alberto Arquiduque da Austria e Governador de Portugal com data de 25 de Outubro daquele ano. Francisco de Tavares, tendo residido em Lisboa, onde foi vereador da Câmara, recolheu-se a vila de Aveiro no cabo da idade, trazendo consigo sua 2.<sup>a</sup> mulher e família e contratou com as freiras do Convento de Jesus darem-lhe a capela-mor da sua igreja (onde já fora sepultado seu avô Gonçalo de Tavares como atrás se referiu) para seu jazigo e de seus sucessores com missa quotidiana.

Pagou com um padrão de juro de 25\$000 reis que logo deu ao mosteiro, e demais reparou de novo o edificio da mesma capela, pôs-lhe suas armas, letreiro e carneiro em que jaz, depois de largos e pacificos anos que gozou de vida. Faleceu em 14 de Agôsto de 1595, o que se declara na Carta de Padrão de 75\$000 reis de tença de juro passada a seu filho e successor

## SENHORÊS DE MIRA

Pedro de Tavares. O letreiro na parede do lado do evangelho na capela-mór do Convento de Jesus resa assim :

FRANCISCO DE TAVARES . E . DONA JOANA  
DE TAVORA SVA MOLHER . NO . ANNO . M. D.  
LXXXXII . REDIFICARÃO ESTA CAPELA . DO  
TARÃO DE XXV . MIL RS . DE IVRO PERA HVÁ  
MISA QOTIDIANA . POLO . QVALSELHES DEV P  
ERA SVA SEPVLTVRA . E . DE SEVS DENCENDE  
NTES.

Sobre a letra, uma formosa pedra de armas de grande relêvo mostra as dos Tavares, em chefe, sem indicação de côres ou metais, armas estas que heráldicamente se descrevem pela forma seguinte : « De oiro com cinco estrêlas de vermelho, de seis raios cada uma, postas em santor. Elmo de prata aberto guarnecido de oiro e por timbre um cavalo sainte de vermelho selado e enfreado de oiro. Paquife do metal e côr das armas ». Sobre o elmo já não existe o timbre por lho tirarem quando fizeram os ornatos e pinturas. Assim o diz BRAANCAMP FREIRE no *L.<sup>o</sup> 1.<sup>o</sup> dos Brasões da Sala de Sintra* a pág. 428.

Casou Francisco de Tavares duas vezes, sendo as suas mulheres primas direitas uma da outra. Foi a primeira D. Joana da Silva, filha de Francisco de Sa e Menezes, veador da Fazenda do Pôrto e senhor de Aguiar, e de sua mulher D. Isabel da Silva, filha de Alvaro Pires de Távora, fidalgo, xii.<sup>o</sup> Senhor da Casa de Távora e das comendas de Mogadouro, Bemposta e Penarrojas e de sua mulher D. Joana da Silva. Dêste primeiro enlace teve um filho de nome Pedro que morreu criança e uma filha D. Joana de Távora que casou com Manoel Corrêa Baha-rem com nobilíssima geração.

A segunda mulher de Francisco de Tavares chamou-se D. Joana de Távora, e a esta se refere o letreiro da capela-mór do Convento de Jesus. Foram seus pais Bernardim de Távora, fidalgo do Conselho e Reposteiro-mor e sua mulher D. Luisa de Alcaçova, sendo Bernardim filho de Alvaro Pires de Távora e de D. Joana da Silva, atraz mencionados, os quais foram também os ascendentes dos condes de São João da Pesqueira e marqueses de Távora seus representantes opulentísimos.

Dêste segundo matrimónio teve Francisco de Tavares o numero bonito de dezasseis filhos: sete varões e nove fêmeas. Destas só casou D. Luisa de Távora com Pedro Guedes, 8.<sup>o</sup> Senhor de Murça; as restantes foram freiras em diferentes conventos. Dos varões não precisamos para êste estudo citar mais do que tres. São êles: Pedro de Tavares, o sucessor, Bernardim de Tavares e Távora, fronteiro em Ceuta, e o conego da Se de Lisboa, António de Tavares e Távora. Se Francisco de Tavares se não mostrou um grande entusiasta pelo Prior do

Crato que em sua casa hospedou, se transigiu com o 1.º dos Filipes, humilhando-se até ao ponto de pedir que lhe perdoasse ter hospedado o pretendente D. Antonio, aclamado rei em Santarém, se até, como escreveram FERNANDES TOMAZ e MARQUES GOMES, ele e Rui Pereira, senhor de Ílhavo, concorreram poderosissimamente « *embora tão occultamente que ninguém deu por tal* » para que a aclamação de Felipe I se realizasse, a verdade é que seu filho, o conego António de Tavares, desenhovallhou, se enxovalho bouve, o sangue nobilissimo dos Tavares que nas veias lhe corria. Encontra-se que este faleceu de provecctadade em 16 de Fevereiro de 1642 (*Historia Genealógica da Casa Real*, Tomo viii, pag. 5 das Advertências e Adições). Aceitemos como provável para seu nascimento o ano de 1562, apenas para fixar idéas. Sabe-se que foi prior das Astureiras. Por morte de El rei D. Henrique seguiu (porque naturalmente foy mui Portuguez, comenta D. ANTONIO CAETANO DE SOUSA na *Historia Genealogica da Casa Real*) o partido de D. Antonio, Prior do Crato. Acarretou-lhe esta decisão trabalhos e sofrimentos.

Emigrando para Roma, aí foi prêso por ordem papal a instâncias do Embaixador de Espanha, e enviado para São Lucar de Barrameda onde na prisão permaneceu até 1613. Neste ano foi sólto e declarado inocente por um breve pontificio. Para obter a sua libertação appareceu sua mãe D. Joana de Távora em Valladolid no ano de 1604 diante de El rei, matrona ja no cabo da vida. Durou pois o cativoiro de seu filho pelo menos nove anos; de 1604 a 1613. Depois de sólto, com boa diplomacia, lhe fez Felipe II grandes merces e lhe deu o cargo de Esmoler-mór deste Reino, que exercitou muitos anos. Pelo mesmo tempo teria a merce de conego da Se de Lisboa, na cadeira de Matra que era da apresentação da Casa de Penela da qual descendia porque sua visavo D. Joana da Silva era filha dos 1.ºs Condes de Penela, da familia Vasconcelos. Nestes elevados cargos deve ter succedido a seu tio materno Pedro Lourenço de Távora, doutor em Teologia e o primeiro Porcionista do Collegio Real de Coimbra, em que entrou em 2 de Maio de 1563, e ja havia sido colegial em um dos collegios de Salamanca. Este Pedro Lourenço, alem de conego e Esmoler-mor de Felipe II, foi deputado da Mesa da Consciencia e Ordens e Prelado de Tomar. El rei D. João IV, operada a restauração, encheu de recompensas ao conego Antonio de Tavares, veterano da independencia, que morreu eleito Bispo depois de uma vida cheia de virtudes, tendo sido homem de grandes letras, autoridade e estimacão, grande investigador de antiguidades, escrevendo, entre outras obras, uns excellentes comentarios ao Nobiliário do Conde D. Pedro.

Voltemos a D. Joana de Távora que deixamos em Valladolid. Se foram anos longos e pacificos aquêles que Francisco



de Tavares gosou de vida, não foram tais os de D. Joana sua mulher, «querendo Deus assignalar assim, diz Frei Luiz de Sousa, uma virtude moçissa com montes de trabalhos angustias e desconsolações, e em fim permittindo que acabasse seus dias por terras alheyas.» Matrinca de tão grande familia, por morte de seu marido e acomodação de seus filhos e filhas, ficou apenas acompanhada e servida pelo seu ultimo filho Antonio de Tavares, que pouco depois foi perseguido e encarcerado em Castela como atras ficou referido. Pôs-se a caminho de Valhadolid, onde fez lástima a toda a Côte esta matrona gravissima, desterrada no cabo da vida. Llam-se-lhe no rosto as dôres cruciantes motivadas pela longa viagem precedida e acompanhada de tantas lágrimas, sobressaltos e aflições. E tanto cresceram que em poucos dias lhe tiraram a vida, falecendo dentro de um mês depois da chegada. Seria pois pelo ano de 1604 ou principio de 1605. Amortalhada no habito franciscano, puseram-na em um grande caixão que atestaram de terra, porque acertou de faltar cal, pois tudo falta a um desterrado como filosoficamente observa o mesmo Frei Luiz de Sousa que tudo suggestivamente nos relata. Foi depositada no Capitulo dos frades de S. Francisco de Valhadolid, pertencente aos Duques de Sessa.

E continua assim: «*Foi grão cazo que acabou Dona Joana morta o que porventura não acabaria viva.... Isto experimentou bem Antonio de Tavares na morte de sua mãe, tendo na terra tudo contra si em fim sahiu com honrada sentença, solto, e livre.*» Foi isto em 1613, como atras ficou indicado, e logo por 1614 tratou o bom filho de se mostrar agradecido a tal mãe, ordenando que viessem seus ossos descansar em terra de Portugal. Não alteremos porem uma so palavra, ou uma so virgula, do relato que segue copiado da «Segunda parte da Historia de S. Domingos reformada em estilo e ordem, e amplificada por Fr. Luiz de Souza».

Entendamos reverentemente e comovidamente:

«*Martou criatos, deenterrou-se o caixão com hum solenne officio de defunctos. Descuberto, onde esperavão achar ossos secos, e minados de dez annos, achouse hum corpo inteiro, não gastado, nem comido em parte nenhuma: sem apparecer rosto, nem sinal do habito, e mortallas em que fora enterrada, que tudo estava consumido. Chamariouse por honestidade duas Ireiras terceiras, que a portas fechadas alimparão da terra, e vestirão de camiza, e habito, e o passarão a hum Paul, em que havia de caminhar. Neste estado o rio Communitadade dos Frades, dando graças ao Senhor por tão grande maravilha. Nota-se, que palpado por cima do habito, se sentia a carne mu' cheya, e solida, e dura e da mesma sorte estava a que se descobria em mãos, e pés, e não espantava menos, que estava tão moçisso, e forte, que se mudava, como se fosse de madeira, e de hum só peça: e juntamente tão leve, que não derivava fazer juizo se havia alli carne, e osso: porque totalmente parecia de pena, ou de cana, e*

com estas qualidades lançava de si hum agradável cheiro. Estava nesta conjunção o Conego seu filho em Madrid: e alegre de se ver filho de mãe sancta, mas temeroso de algum vento de van gloria fez segredo do que fora rezão se publicara, e authorizara com escrituras, e testemunhos de muitos olhos: contentouse com lhe fazer novo caixão, forrado por dentro de setim branco, e cuberto de veludo azul, atravessado de cruz branca, cravado, e fechaduras douradas, para o trazer á sua Capella com toda a veneração devida. Ao trocar dos caivoens, quiz o Senhor mostrar nova maravilha: permittio que ouvesse engano na medida do ultimo; de que nasceo, que ao recolher do corpo se lhe quebrarão alguns dedos dos pés, nos quaes se enxergava hum cor vermelha de carne, ou sangue descorado. Mas porque não ouvesse duvida, em ser sangue puro, e liquido, succedendo com as mudanças dizidirse a cabeça do corpo, ficou junto do peito tinta a camisa de muitas manchas de hum sangue deslavado, mas claro, e com hum viveza de grande espanto. Nesta fórma, e estado, foi levado a Aveiro por seu filho, que de caminho o mostrou em Cabeceira de Vite a Dona Joanna de Tavora, neta da Sancta, e mulher de Luiz de Miranda Henriques Iribeyro mór d'elRey em Portugal, e a toda sua familia, e em Coimbra a muitas parentas que tinha no Mosteiro de Cellas. E ultimamente foi visto, e considerado com muito vagar, e admiração, por toda a Communidade das Religiosas de Jesu de Aveiro, e muitas pessoas seculares, que se juntarão. E porque não era rezão juntar-se com outros corpos hum, em que Deos tinha feito tamanha differença, ficou com bom conselho collocado dentro do presbiterio na parte do Evangelho. Quando o Ceo testemunha, offensa fará a terra em querer tambem dar seu voto. Muito poderamos dizer da rara bondade, e vida inculpavel d'esta Matrona. De tudo nos desobriga o prodigio referido ».

¿Repousará ainda esta nobilissima senhora, fidalga e santa, no seu caixão de veludo azul forrado a setim branco, mantendo perene o milagre do sangue vivo e o corpo inteiro, leve como pena, com essa leveza, integridade e viveza que assombrou os fidalgos, os religiosos, e o povo de ha mais de três seculos? Velariam os anjos ate hoje por essas fechaduras douradas com que a piedade filial de Antonio de Tavares quiz proteger o tesoiro do cadaver de sua mãe sob a cruz branca com que de-certo quiz simbolizar a sua vida de pureza, de bondade extrema, e de sacrificio? Assunto e para averiguar.

Tratei do conego Antonio de Tavares; agora escreverei acerca de Pedro de Tavares, seu irmão mais velho. Pelos dados conhecidos das vidas de seus pais e da sua propria, pode colocar-se a época do seu nascimento, sem receio de grande erro, no anno de 1558. Na lista dos Moços Fidalgos de El rei D. Sebastião referente ao anno de 1576, figura como tal Pedro de Tavares com 18000 reis de moradia por mês e

## SENHORES DE MIRA

um alqueire de cevada por dia, como pode vêr-se no « Tomo vi das *Provas da Historia Genealogica da Casa Real*, a pág. 141 ».

Ainda em vida de seu pai, houve este fidalgo illustrissimo o senhorio de Mira que o mesmo lhe dispensou. Teve dêle confirmação por carta de 4 de Dezembro de 1596. Foi assim o 4.º Senhor de Mira e herdeiro da casa de seus antepassados, a excepção do Mordomado de Coimbra, que se deu a Casa ducal de Aveiro. Passou a India em 1576 com seu tio Rui Lourenço de Tavora, irmão de sua mãe, quando este para lá foi nomeado Vice-rei, elevadissimo cargo que não desempenhou por ter falecido em viagem junto a Moçambique, onde teve sepultura. Pedro de Tavares casou na India, e teria sido por este tempo, com D. Adriana de Sousa já viúva de Jorge da Silva Pereira, filha de Francisco da Silva e Sousa Corte-Real e de sua mulher D. Maria de Abreu. Sem duvida com sua esposa viveu, pelo menos temporariamente, em Mira, como se depreende de um manuscrito coevo existente na Biblioteca do Porto (Ms. n.º 262, 2.ª parte, fl. 205). No ano de 1608 soffreram Pedro de Tavares e sua espôsa uma importante quebra nos seus rendimentos com uma sentença lavrada a favor de El Rei em 20 de Junho daquele ano, julgando-lhe a dizima do bacalhau que entrasse na vila de Aveiro e em Esgueira. Seria interessante o estudo dêste documento existente no Arquivo da Torre do Tombo, pelo qual ficou excluida a dizima do bacalhau do dizimo do pescado pertencente aos de Tavares como atrás ficou declarado.

Pedro de Tavares que como o seu irmão o conego António de Tavares devia ter sido applicado a Genealogia (assim o entende D. ANTÓNIO CARLÃO DE SOUSA, no *Aparato da sua Historia Genealogica da Casa Real*) teve do seu casamento duas filhas que se chamaram D. Leonarda e D. Joana. Já devia tê-las quando em 1596 se lhe confirmou o senhorio de Mira, e já deveria pensar que do matrimonio não teria mais descendência, porque, de-certo a seu pedido, a mereo lhe foi feita de juro e herdade com duas vidas fora da Lei Mental. Em Arões, do concelho de Cambra, de uma sua parente afastada, teve um filho bastardo, Pedro também, que foi Moço da Câmara Real e dos 40 do serviço do Paço, e depois Escudeiro e Cavaleiro Fidalgo com 11000 reis de moradia e um alqueire de cevada por dia, o qual prestou em Angola valiosos serviços e foi o chefe dos Tavares de Arões com nobilissima descendencia. Encontro a noticia de que Pedro de Tavares, 4.º Senhor de Mira, faleceu em Março de 1626. Sua filha D. Leonarda casou duas vezes: a 1.ª com seu primo direito Antonio de Tavares, filho de seu tio Bernardim de Tavares e Tavora, o fronteiro em Ceuta que atrás ficou memorado e de sua mulher D. Mecia de Mascarenhas. Creio que D. Leonarda e marido foram os 5.ºs Senhores de Mira, e este casamento de-certo visaria a manter na Casa

## ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

de Mira a varonia dos Tavares. Viuvando D. Leonarda sem descendência, teve a má sorte de casar segunda vez com D. Jorge de Meneses, 6.º filho de D. Diogo de Meneses, morgado da Fonte Santa e comendador de Santa Maria de Valada, Governador e Capitão General do Brasil. Também não ficou descendência deste matrimónio, tão infeliz que D. Jorge matou sua mulher sem causa, fugindo para Castela onde morreu frade de S. Francisco. Assim o conta MANSO DE LIMA no seu *Nobiliário*, Titulo de Meneses.

Sucedeu sua irmã D. Joana de Távora que não casou. Teria sido esta a 6.ª donataria do Senhorio de Mira, e assim se teria verificado a 2.ª vida mencionada na dispensa da Lei Mental. Por sua morte, tenho por certo que o senhorio reverteu para a Coroa.

Aqui termina a 1.ª dinastia dos Senhores de Mira que prendeu a minha atenção e o meu tão demorado como acurado estudo, para a organização deste trabalho.

A 2.ª dinastia, de-certo por nova doação régia, teve inicio em Bernardim de Sousa Tavares, filho de Luis Freire de Sousa e de sua mulher D. Joana de Távora, natural de Lagos, e neto por esta de Bernardim de Tavares, o fronteiro de Ceuta, e de sua mulher D. Mécia de Mascarenhas, que em Lagos viveram também. Bernardim de Sousa Tavares, que assim teve o Senhorio de Mira que tóra de seu bisavô Francisco de Tavares, residia em Lisboa no Campo Grande e foi Governador de Mazagão, e familiar do Santo Offício por carta de 6 de Junho de 1679. Nobilissima e preclarissima foi e continua sendo, a descendência dos Senhores de Mira, e especialmente a de Bernardim de Sousa Tavares, actualmente representado por Sua Excelencia o Senhor D. Duarte Bernardo Baltasar Manuel, 7.º Marques de Tancos e 13.º Conde de Atalaia. Para outra vez ficara o relatá-lo. Hoje por aqui me quedarei, lembrando satisfeito a consoladora e piedosa quadra que tanto eleva e tranquiliza o meu espirito, e da qual tirei a minha divisa:

E as estrelas scintilantes  
Dos Tavares, na terra e céus,  
Brilham sempre como d'antes  
Entregues « nas mãos de Deus! »

Casa de Ramalhe, Julho de 1938.

D. FERNANDO DL. TAVARES E TAVORA

## MUSEUS DO DISTRITO

---

### O MUSEU MUNICIPAL DE ÍLHAVO E A ESCULTURA "O HOMEM DO LEME"

**A** 8 de Agosto de 1937, e com a assistência das autoridades superiores do Distrito, inaugurava solenemente a sua vida oficial o Museu Municipal de Ílhavo.

É o mais recente dos Museus do Distrito; e não pretendendo senão documentar e estudar a vida e a história locais, oferece, não obstante — ou justamente por isso — aspectos e elementos de real interesse para a historia do povo português, que nenhum dos restantes Museus do Pais até agora proporciona ao estudioso.

A razão é simples: se excluirmos o fundo agrícola local, comum à generalidade da Nação, verificamos facilmente que toda a economia do concelho de Ílhavo é, de há muito, dominada pela vida marítima e pela indústria da porcelana.

Esta última, iniciada em 1824 na Vista-Alegre, chegou a atingir, por vezes, a perfeição das grandes fábricas europeias, de mundial renome, encontrando-se presentemente em elevado grau de prosperidade e numa fase de-veras interessante da sua história.

A vida marítima local vem de muito longe e é impossível determinar quando terá começado; a indústria da pesca e do sal praticavam-se já na região muito antes de Ílhavo constituir circumscrição administrativa e de Portugal existir como Nação independente; o concelho, depois, encontrou sempre as aguas do Atlântico na sua projecção a Ocidente.

No século XVIII a expansão demográfica da terra foi considerável; verdadeiras colónias de pescadores ilhavenses se estabeleceram no Tejo, e os vendedores de peixe nas ruas de Lisboa eram conhecidos genericamente pelos nomes de *ilhos* e de *ilha-*

ros; só muito depois o predomínio dos *varciros* e *varinos* se firmou, absorvendo, por sua vez, tôdas as outras designações e ganhando significado geral de profissão, em detrimento do toponimico original; ainda no século xix as colecções de gravuras, reproduzindo os traços pitorescos da Capital, incluem os *ilhavos pescadores de sardinha* e as *ilhavas vendedoras de sardinha* (litografias JOUBERT, PALHARES, etc.).

Mas não só para o Tejo emigraram os pescadores ilhavenses; fixaram-se igualmente em muitos outros pontos da costa; RAÚL BRANDÃO encontrou a tradição dêles na Nazaré e em Olhão; em Matozinhos, Peniche e Setúbal a conhecemos nos; e a Norte e a Sul do Mondego, na região da Figueira da Foz, fêz-se em tão grande numero essa emigração que é impressionante a quantidade de ascendentes ilhavenses acusada pelos registos paroquiais ainda no meado do século xix.

Com o desenvolvimento da navegação, o pescador tornou-se marinheiro; e como as qualidades profissionais por êle demonstradas lhe permitem facilmente conquistar as primeiras categorias, o marinheiro ilhavense encontra-se hoje, a bem dizer, em tôdas as tripulações e percorre todos os mares.

Procurando reflectir a vida local e propondo-se subsidiar a sua historia, o Museu Municipal de Ilhavo havia necessariamente de ir buscar âqueles dois aspectos regionais os seus nucleos mais importantes. Recordações locais de variado sentido e alcance preencheriam o resto.

Ora em Portugal nenhum Museu publico dispensa a vida maritima atenção e organização comparáveis ao que em Ilhavo se esboçou e se vai procurando desenvolver constantemente; nem o actual Museu marítimo de Faro nem as curiosidades, interessantissimas, alias, do Aquário Vasco da Gama, de Algés; apenas as magnificas colecções particulares do Sr. Henrique Maufroy de Seixas, em Lisboa, o excedem; pacientemente acumuladas durante grande numero de anos, com notável intelligência, e tendo ao seu serviço recursos a que o Museu de Ilhavo nunca podera aspirar, elas resgatam nobremente a negligência do Estado em arquivar as recordações e estudar a evolução do nosso contacto de muitos séculos com as aguas do Oceano.

Também em nenhum outro Museu do Pais as porcelanas e os antigos vidros da Vista-Alegre encontram a representação que até o presente nos foi ja possível alcançar; em muitos dos Museus de Portugal a evolução artistica da nossa primeira fabrica de porcelanas é inteiramente desconhecida; e recordo com tristeza a insignificância da sua representação em certos outros Museus onde, alias, a secção de cerâmica foi sempre dispensada carinhosa organização e distinto apreço.

E por estas razões que o Museu Municipal de Ilhavo, Museu dum modestissimo concelho de 3.<sup>a</sup> classe, pobre de recursos, veio

contribuir para o preenchimento dos quadros representativos da vida nacional, cotando em interesse e significado gerais utensílios e aspectos que pareciam confinados apenas a categoria de particularidades da região.

Assim o compreendi em 1933, quando — solicitado para corporizar a generosa e nobilíssima idea que, havia anos, lutava por enraizar e poder expandir-se — tive a honra de apresentar à Comissão Municipal Administrativa as bases para a organização do Museu <sup>(1)</sup>, dela recebendo, em seguida, o delicado e difficilissimo mandato, que ainda hoje perdura, de instalar e dirigir a prestimosa instituição.

Preconizei então, atendendo « à vida natural do Municipio ilhavense, passada e presente », duas secções fundamentais: a *marítima, com todo o desenvolvimento que ella é susceptivel de comportar*; e a *cerâmica, que documentasse largamente a vida histórica da fábrica da Vista-Alegre*.

A-par-destas, propunha uma secção de *vida agrícola local*, outra de *pintura e desenho*, uma sala de *Arte antiga*, outra de *indústrias locais* de pequena representação que não justificassem sala especial para cada uma, outra de *recordações locais*, miscelânea da vida historica e civil, *nucleos de comparação*, *biblioteca regional*, e sala de *arquivo*.

Vão passados seis anos sobre a apresentação desse plano de Museu, demasiadamente modesto para os loucos sonhadores de grandezas e os demolidores profissionais de todo o esforço alheio, e que a timidez de certos outros espiritos considerava impraticavel por falta de essenciaes condições do meio a que se destinava.

Os estudos de Etnografia marítima não tinham grande ambiente ainda no nosso pais e collecções desta natureza eram desconhecidas da maioria dos ilhavenses; duvidava-se das proprias forças e receava-se que o visitante procurasse apenas mostruario de preciosidades artisticas, desinteressando-se das miniaturas dos barcos da Ria, dos lugres bacalhoeiros, do poleame, dos trabalhos de marinheiro, da agulha da rede, da macola da peixeira, do bolim do moliceiro.

Com a apresentação daquelas bases, no entanto, robusteceu-se a fe e redobrou a acção dessa alma de fina tempera que é Américo Teles, o criador da idea do Museu, trabalhador infatigavel de tôdas as horas que em serviço do seu sonho soube congregar todos os estorcões aproveitaveis, dando constantemente o exemplo edificante dos mais extraordinarios sacrificios pessoais para que o Museu pudesse triumphar e constituir prometedora realidade.

---

(1) Publicadas em 1937 com o titulo *Etnografia e História — Bases para a organização do Museu Municipal de Ílhavo*; Ílhavo, Typ. da Casa Minerva; 136 págs.

O projecto teve a boa sorte de ser compreendido por alguém.

A Câmara Municipal acudiu com casa indispensável, mais tarde com um guarda e a pequenina verba que lhe foi possível consignar do seu modestíssimo orçamento; da comissão organizadora, o pintor Teodoro Craveiro e os oficiais náuticos José Cajeira e Manuel Matias prestaram de bom grado o serviço que pela Direcção lhes foi solicitado por variadíssimas ocasiões e angariaram fundos para as avultadas despesas de mobiliário e instalação geral.

Na medida das suas forças, todos acorreram e cumpriram nobremente.

E assim se criou e se tem mantido o Museu; entregue em 1937 ao Município, apresenta já uma secção de navegação organizada com certo desenvolvimento, outra de pesca, outra relativa à indústria do sal, bastante completa, uma sala de porcelanas da Vista-Alegre com magnífica documentação histórica, e tem esboçadas sub-seccões de fauna e flora da Ria, a sala do *moliceiro*, a sala do trajo, esperando em breve instalar as muitas recordações históricas locais que possui.

O aplauso alheio tem sido reconfortante; o visitante retira agradavelmente impressionado, e a população compreende o seu Museu, reconhecendo-se a si própria na exemplificação das colecções apresentadas.

Esboça-se e vai-se definindo a fisionomia colectiva deste povo.

Entre os muitos objectos de real valor e de alto e salutar significado que o Museu exhibe, impressiona o visitante, pelas suas dimensões e pelo realismo da sua execução, a escultura do artista portuense AMÉRICO GOMES, intitulada *O Homem do Leme*; é a *maquette* original do bronze que presentemente ornamenta a avenida marginal da Foz do Douro.

AMÉRICO GOMES realizara o seu trabalho para a Exposição Colonial do Porto, de 1934; aí o vimos, dominando admiravelmente o conjunto da nave do Palacio de Cristal, emprestando-lhe grandeza e dalguma maneira dando sentido e direcção a tudo o que ali se acumulava.

Impressionava, sobretudo, a vida que o escultor soubera comunicar a *maquette*; não era uma estilização a compreender e a estudar; o artista transmitia ao observador a realidade que surpreendera, sem artificios, naturalmente, com sinceridade e correcção absolutas.

Manifestado o desejo de que a expressiva obra de arte recolhesse ao Museu de Ilhavo, terminada que fôsse a Exposição, um favorável conjunto de circunstâncias e de boas vontades o permitiu; restava saber como se combinaria a escultura com as colecções do Museu, de dimensões reduzidas e em salas que



ficavam a perder de vista da grandiosidade da nave para a qual o trabalho tinha sido realizado.

Era um problema delicado, que ameaçava inutilizar a cedência que de boa mente fôra feita a Ilhavo.

Submetida assim a tão extraordinária prova, foi então que a solidez da concepção do escultor se revelou perfeita e completa.

Colocada num ambiente de exclusiva e forte evocação marítima, de absoluta e integral realidade, a escultura não destoou nem pelas dimensões nem pelo pensamento; ganhou novo sentido e integrou-se admiravelmente no conjunto, logo constituindo uma das mais impressionantes peças do incipiente Museu e causando a justa admiração de quantos a observavam.

Era o triunfo da Arte, a glorificação do Artista.

Moldada depois em bronze pela diligência duma benemerita comissão em que injustiça seria não destacar o esforço e a modelar organização que lhe imprimiu o portuense Sr. Alvaro Braga, quis ainda essa distinta comissão consagrar o artista organizando um primoroso album com palavras alusivas a obra de Arte, traçadas na quasi totalidade por eminentes escritores e artistas do nosso país, expressamente convidados.

O Director do Museu de Ilhavo recebeu a imerecida e desvanecedora honra de ser chamado a tão distinta companhia; disse, singelamente, o paradeiro ultimo da *maquette* e procurou explicar a escultura no seu novo meio. O album de autografos foi depositado no Museu Municipal do Porto; fez-se, porem, uma luxuosa edição reproduzindo os originaes recolhidos, mas de reduzida tiragem e exclusivamente destinada a ser distribuida pelos colaboradores e subscritores, componentes da lista previamente organizada.

O album ficou assim constituindo, por seu turno, uma preciosidade bibliográfica interessantissima.

Porque o artigo do Director do Museu Municipal de Ilhavo constitue, de certo modo, um elemento para a historia desta benemerita instituição, e reproduzirá, porventura, a opinião do próprio povo que sente, como ninguem, a verdade e a vida da impressionante escultura, com autorização dos distintos organizadores da merecidissima homenagem ao trabalho de AMÉRICO GOMES aqui se reproduz tal como no referido album saiu.

As gravuras que o acompanham pertencem igualmente a magnifica publicação.

Divulgando esta homenagem, pretendemos chamar a atenção para a expressiva obra de Arte, para o distinto escultor, e para o Museu que muito se honra com a preciosidade que possui.

« DA EXPOSIÇÃO COLONIAL DO PÓRTO, DE 1934,  
AO MUSEU MUNICIPAL DE ÍLHAVO

## NA ARTE COMO NA VIDA

O ulterior destino, em hora feliz proporcionado a *maquette* do « *Homem do Leme* », cujo expressivo realismo fortemente me impressionou desde que na Exposição Colonial do Pôrto tive ensejo de admirar tão equilibrada composição escultórica, veio pôr em evidencia as reais e extraordinárias qualidades de observação e a técnica apurada do seu consciencioso autor.

Na verdade, *pensado* para simbolizar o esforço consciente e tenaz das navegações portuguesas e *realizado* expressamente para a vasta nave do Palácio de Cristal, o « *Homem do Leme* », na salinha aconchegada do Museu Municipal de Ílhavo, onde veio encontrar carinhoso e seguro abrigo, nem destoia pelo inevitável contraste das suas dimensões nem corre o perigo de deixar incompreendido o pensamento que o inspirou.

Direi mais: no Museu de Ílhavo, em que a Etnografia marítima é dispensado particular acolhimento, onde cada objecto nos evoca o Oceano e o trabalho árduo e ignorado do nosso marinheiro, a realização do artista valoriza-se com o especial ambiente que a cerca; a atitude daquela figura, meramente simbólica na sua origem, humaniza-se mais e adquire maior compreensão: ganha em naturalidade o que, porventura, possa perder em valor de simbolo colocada neste meio, todo êle de evocação marítima também.

Desde a máscara enrugada pelo vento cortante de largos mares, fronte contraída dominando a emoção, atenção concentrada no horizonte distante, procurando divisar a linha da costa, ate o *alcado* e o *susle* por aquele corpo envergados, tudo se transmudou ali no marinheiro ilhavense que não receia desafiar as procelas medonhas nem as vagas alterosas dos mais longínquos mares do globo, onde a vida de tantos tem sido o preço da heroica aventura constantemente renovada.

Como a bordo dos humildes veleiros de Ílhavo, parece também que os nossos ouvidos ouvem bradar:

— « *Seja louvado e adorado Nosso Senhor Jesus Cristo! Leca acima, ó Senhores do quarto, olha a quem toca o leme e a vigia!* », que tal é o tradicional chamamento do quarto, à voz

do qual o « *Homem do Leme* » se encaminha ao seu pósto de provação e sacrifício por tôda a tripulação.

« *Seja louvado e adorado Nosso Senhor Jesus Cristo* », pronuncia êle ao chegar junto do camarada que vai render.

E logo se descobre, se o tempo o permite, faz o sinal da cruz que o verdadeiro homem do Mar jamais esquece, e recebe o leme das mãos enregeladas que o precederam, ouvindo, em resposta à sua secular saudação, a breve e sentida formula, igualmente consagrada — « *Para sempre seja bendito!* »

Na religiosidade do momento sem par, um arrepio de emoção sincera passa naqueles dois homens fortes, em pleno alto mar, em face de Deus e do misterio insondável das águas.

Tudo isto, com particular felicidade, a escultura de Américo Gomes evoca, e eu sinceramente rejubilo por ver a expressiva obra de Arte no Museu da minha terra natal — a glorificação do trabalho do Mar, para quem o souber compreender —, que organizei e que tenho a honra de dirigir.

O Artista, procurando um simbolo de ordem geral que consubstanciasse a própria vida marítima, realizou, afinal, a plasticização do marinheiro de Ílhavo, que sulca todos os mares, intemerato, e tripula todos os navios.

## NA ARTE COMO NA VIDA!

Ílhavo, Dezembro de 1937.

ANTONIO GOMES DA ROCHA MADAHIL.

Director do Museu Municipal de Ílhavo »

Esta em organização o catalogo do Museu. O Publico que não tiver ensejo de visitar directamente as collecções representativas da actividade do concelho e de seguir êste colorido e animado cortejo que nos permite a compreensão da vida local, podera com os elementos do catalogo integrar o ilhavense no quadro geral do povo português e situa-lo na história da Humanidade; ali encontra os seus barcos de pesca de tipo normando, reminiscência viva das incursões dos Vikings no Ocidente da Península, suficientemente documentadas já; o tipo mediterrânico dos moliceiros da Ria evoca-lhe as passadas civilizações que por aqui se cruzaram; a epopeia portuguesa do Oceano revive na evolução das nossas embarcações do alto mar, lembra em algumas dezenas de miniaturas que o próprio mari-

nheiro de Ihavo amorosamente construiu, *ex-votos* da sua Fé imorredoura e da sempre viva confiança na protecção incomparavel do Senhor Jesus dos Navegantes da sua terra.

O estudioso encontrará no catálogo relacionados todos os variadissimos elementos de estudo que foi possível archivar: trajos, utensilios, indústrias, Religião, actividade artistica, actividade literária, a História, a Vida.

Percorrendo, contudo, essas paginas de descriptivo e de evocação — que assim as projecto — ha-de certamente no seu espirito, e talvez tambem no seu coração, desejar architectar o tipo do marinheiro ilhavense; e então que a escultura de AMÉRICO GOMES lhe surgira com todo o seu luminoso valor de synthese; compreenderá então verdadeiramente o que é e o que significa « *O Homem do Leme* ».

A. G. DA ROCHA MADAILL

# OUTRA CARTA DE OLIVEIRA MARTINS

SÔBRE AS « LUTAS CASEIRAS »  
DE MARQUES GOMES

A páginas 137 e 138 d'este volume do *Arquivo*, publicamos uma carta de OLIVEIRA MARTINS sobre o merecimento da obra que MARQUES GOMES, ilustre investigador aveirense, tencionava publicar com o titulo de *Lutas Caseiras*. Foi essa carta escrita no Porto, com data de 15 de Fefereiro; mas não nos foi possível determinar o ano respectivo.

Esta obra de MARQUES GOMES foi publicada em Lisboa em 1894, com o titulo de *Lutas Caseiras* e o sub-titulo de *Portugal de 1834 a 1851*. Constaría ella de dois volumes; mas afinal só se publicou um, que abrange os acontecimentos compreendidos entre 1834 e 1837.

O nosso amigo, colega e confrade, Dr. Ferreira Neves, possui e facultou-nos um opusculo de dezasseis paginas, impresso em Aveiro, em 1886, da autoria de MARQUES GOMES e intitulado — *Lutas Caseiras — Subsídios dos acontecimentos politicos em Portugal, de 1836 a 1851* —, o qual é o sumario da obra que o escritor aveirense tencionava publicar. Nêle indica uma *Introdução* e uma *Primeira Parte*, que comprehenderia os seguintes capitulos: I — *Revolução de Setembro*; II — *A Belemzada*; III — *A revolta dos marçhaes*. IV — *A arsenalada. Os tumultos de 14 de junho de 1838*; V — *Revoltas de 11 de Agosto de 1840 e do tenente-coronel Miguel Augusto*; VI — *Restauração da Carta Constitucional*; VII — *Revolta de Torres Novas e Alameda*; VIII — *Miguelistas*.

Tanto a *Introdução* como os capitulos indicam os numerosos pontos a tratar na obra e que nos é impossivel reproduzir aqui.

O opusculo termina com uma « nota », que diz: — « A primeira parte da obra, alem dos capitulos cujo sumário é o que se acaba de ler, conterá ainda um outro sobre o scisma religioso que houve em Portugal desde 1834 a 1842 ».

## ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Ora e este opúsculo que nos vai desvendar, parece-nos, o ano da carta a que acima nos referimos. Publicando-o, teve o autor em vista dar conhecimento da obra á imprensa, como se lê numa especie de prólogo, constituído, quasi exclusivamente, pelas seguintes palavras: — « Á imprensa. Depois de cinco anos de demoradas investigações, logramos concluir finalmente a obra por nós ha muito planeada sobre a historia das revoluções politicas que houve em Portugal apoz a ultima victoria da causa da liberdade.

« Prestes a manda-la para o prelo, julgamos dever nosso submeter á apreciação da imprensa o plano d'ella, ou antes o summario dos capitulos correspondentes ao primeiro dos dois volumes que a compõem. O nosso maior desejo é que o livro prebença inteiramente o seu fim; por isso, pedindo a opinião dos nossos collegas sobre a sua oportunidade, agradecemos reconhecido toda e qualquer indicação que se nos faça e que vise ao aperfeiçoamento do nosso humilde trabalho.

« E pedindo a opinião da imprensa, seja-nos permitido citar aqui, de permeio com o nosso aluissimo reconhecimento, algumas linhas que, a propósito das *Lutas Casciras*, se dignaram escrever dois dos mais notaveis jornalistas, os Srs. Oliveira Martins, e Joaquim Martins de Carvalho que com tão proficientes e conspícuos estudos, teem ultimamente enriquecido o escasso catalogo dos livros portuguezes sobre a sciencia historica. »

Seguem-se alguns trechos da carta de OLIVEIRA MARTINS, a que nos vimos referindo, e palavras de louvor de MARTINS DE CARVALHO.

Parece-nos poder concluir de tudo isto que o sumário que M. GOMES enviou a OLIVEIRA MARTINS e o que consta do opúsculo publicado em 1886 e que, transcrevendo-se nesta parte da carta de OLIVEIRA MARTINS, datada de 15 de Fevereiro, o ano correspondente será o de 1885 ou 1886.

O autor deve ter começado a preparar a obra em 1881. Já em 1884 tinha escrito alguns capitulos, de que deu vista a OLIVEIRA MARTINS, como se prova com a carta, datada de 4 de Fevereiro de 1884, que a seguir se transcreve integralmente.

Antes disso, cumpre-nos agradecer ao nosso amigo, Dr. Ferreira Neves, os preciosos esclarecimentos que nos forneceu para a resolução deste assunto.

A citada carta de OLIVEIRA MARTINS reza assim:

Ex.<sup>mo</sup> Sr.

Não quiz escrever-lhe antes em resposta a sua carta do dia 19 de Janeiro e accusando a recepção dos seus mss., pois entendi do meu dever mandar-lhe desde logo o meu parecer acerca do seu trabalho.

É isso o que hoje faço.

## OUTRA CARTA DE OLIVEIRA MARTINS

Li os capitulos que me mandou e acho que a sua obra é muitissimo interessante. O periodo das nossas guerras civis contemporaneas é uma vasta ceara em que ha e haverá por muito ainda fartas cearas a colher. Quando eu proprio me occupei d'esses assumptos, publicou-se aqui no Porto uma obra até certo ponto analoga á sua; aconselhei ao seu author o Sr. Antonio Teixeira de Macedo que a imprimissem e não tive razão de me arrepender porque o livro vendeu-se logo e muito bem. Isto mostra o interesse do publico por esta ordem de estudos. Com effeito ha ainda muita gente que foi directa ou indirectamente actor n'essas campanhas que de 36 a 51 e mais particularmente de 46 a 48 tornam a nossa historia contemporanea eminentemente interessante. V. Ex.<sup>a</sup> collige documentos que andam dispersos; e por este lado o seu trabalho é nimiamente suggestivo; do estylo (embora me não considere com authoridade em tal assumpto) direi que é claro, correcto e adequado á narrativa.

Creio, pois, que a publicação do seu livro, sendo um bom serviço á historia contemporanea, hade encontrar da parte do publico a acceitação condigna.

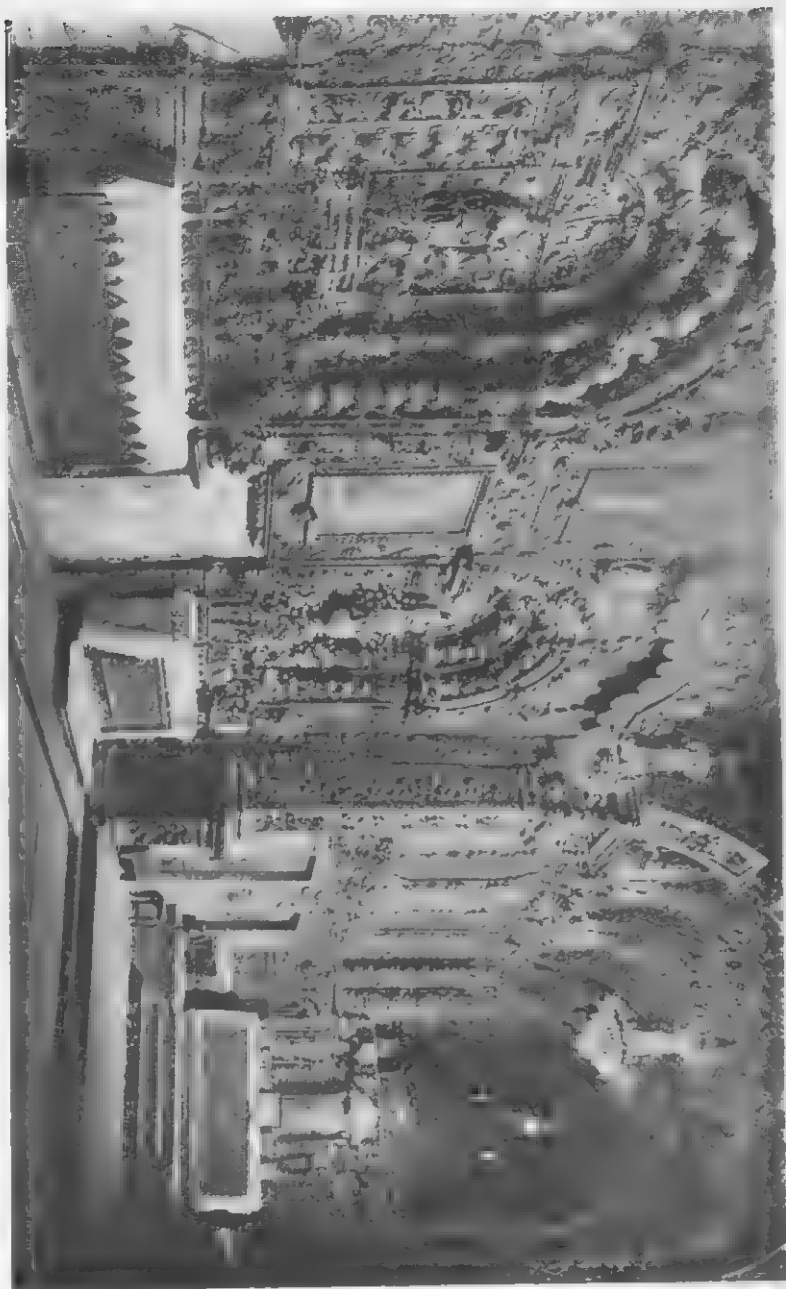
Desejando restituir-lhe os mss. aproveito a circumstancia de ter de ir agora a Lisboa para os levar. Passarei em Aveiro no correio da noute do dia 6, e se V. Ex.<sup>a</sup> quizer ter a bondade de ir a estação terei o prazer de lhe restituir o seu trabalho em mão propria, cabendo-me a vantagem de o conhecer.

(Sera facil reconhecer-me pois levarei na mão o rollo dos papeis).

Porto  
4'2 84

De V. Ex.<sup>a</sup>  
Mt.<sup>o</sup> At.<sup>o</sup> V.<sup>or</sup> e Ob.<sup>o</sup>  
*Oliveira Martins*

J. T.



*Igreja do Mosteiro de Jesus — aspecto actual*

*Na capela-mor foi sepultado Gonçalo de Tavares no século XVI; e na parede do lado do Evangelho está o busto dos Tavares e a lápide alusiva à redificação da capela por Francisco de Tavares e D. Joana de Távora*



# FARRAPOS DE MEMÓRIA, E DE HISTÓRIA

## II

**F**ALANDO ou escrevendo de pessoas e coisas de Aveiro, mais ou menos antigas, com intuito de encadeá-las por ordem logica ou cronologica, mal parecia que não se desse o devido lugar ao edificio dos Paços do Concelho. -- Com effeito, se não é esse -- um edificio grandioso e imponente de architectura e arte arrebicada, é, todavia, uma obra de certa marca e categoria, e assim se pode considerar: -- Situado na parte alta e central da cidade, da logo na vista; domina sobre o casario e arredores; atrai as atenções logo, pelo seu vulto regular e harmonico, e pelas funções que á sua beira se têm desenrolado; o seu aspecto definido; a sua torre senhorial; o dobre symbolico; as badaladas do sino da ronda; os repiques hilariantes dos dias festivos e de tôdas as situações politicas, que induziram a critica popular a dizer daqueles que não têm fixidez de sentimentos e de opiniões: «são como os sinos da Câmara, que tocam com todos os ventos e com todos os partidos...» Tudo isto é curioso e interessante, tudo desperta a atenção, curiosidade aos menos avisados. Não desço a mais minucias e particularidades: deixo esse cargo ou encargo á conta dos eruditos e especialistas; e fica naturalmente bem entregue e confiado.

Desde rapazinho, pois, me anda impresso na mente, *grasso modo*, -- o edificio dos Paços do Concelho.

Vejamos: Dantes designava-se so pelo nome de Cadeia, ou Cadeias, e ja então se applicava a varias funções da vida social e colectiva.

É uma construção quadrangular, maciça; de paredes sólidas, de quina a quina, ou de cunhal a cunhal, sem anexos ou contralortes enxertados; quatro faces desafogadas, livres; janelas de vario teor e amplitão, franqueadas á luz e ao ar; e o portão

de entrada rasgado através dos encontros da tôrre de menagem, encimada pelo escudo nobiliárquico estilizado, dando para a escadaria primeira, e dali para o interior da casa: — três pavimentos; o 1.º, baixo, térreo, com prisões, e grades, enxovias, portas e janelas defendidas por fortes gradeamentos de ferro forjado, à prova de toda a suspeita e de toda a ganância antiga; o 2.º andar, o médio, com as salas chamadas livres, compartimentos burocráticos, administração, fiscalização, guarda; e a residência qualificada do carcereiro-mor, etc.; e o 3.º pavimento, o andar nobre, de altas janelas e sacadas, dando vista ao longe e ao largo, para campos, salinas, ria, Gafanha, mar; — e daí às salas e gabinetes privativos do tribunal judicial; e da Câmara Municipal, do povo e dos seus eleitos, com o seu mobiliário de aparato, e de luxo, gabinetes, etc.; e defronte, a sala do tribunal judicial, advogados, escrivães, e sub-dependências.

Dantes, toda a obra se designava severa e lúgubremente por *Cadeia*, ou *Cadeias*, sem sub-distinções ou categorias.

Longos tempos assim foi, e ali figuraram e passaram presidentes da Câmara, e seus vereadores; magistrados, juizes, escrivães, moirinhos e oficiais de diligências; todo o regimento de *yária ordem e categoria*.

Considerando agora, hoje em dia, essa obra em globo e por partes e comparando-a com a que está na actualidade e em movimento, não se pode deixar de notar a diferença: o balanço é considerável para melhor; e de justiça e verdade se há-de notar e anotar.

De justiça, também, e de verdade, é de notar que, agora, em vez da designação mais ou menos deprimente e obnoxia de *Cadeia*, ou *Cadeias*, se tem de aplicar ao caso uma qualificação superior, sub-apropriada e distinta, como já se lhe vai dando: — *Casa da Câmara*; *Domus municipalis*; *Palácio da Justiça*, etc.

BRITO CAMACHO, escritor e critico de renome do seu tempo, disse, a respeito do novo regimen, em contraposição ao antigo e à sua insuficiência, e a proficiência do novo: — « Isto agora e outra cousa ».

Com efeito, isto agora e outra cousa; outra louça; *mutatis mutandis*, ou *servatis servandis*, para temperar a prosa com alguma dose de sal ático, ou sal de outra composição. — Outra cousa, sem dúvida, em relação à forma, ao recheio e ao saber: é preciso sermos do nosso tempo, e prestar a devota homenagem às luzes do progresso e as maravilhas da civilização hodierna: uma cousa era a casa da Câmara, *scilicet* os Paços do Concelho, *Cadeia*, *grasso modo*, de antes; e outra coisa é hoje: o conjunto e o recheio da obra em referência: as mesmas paredes grossas, sim, ligadas, em esquadria; as mesmas janelas, em número, com novos detalhes de ornamentação, talvez mais de harmonia, diz-se, com a planta primitiva da obra; — e em suma a tôrre senhorial, que continua a campear, com a ponta esguia

do para-raios das modernas instalações: sim; mas, no interior, a diferença é sensível, é grandiosa.

Não é meu intento, como já disse, descer a mais minúcias e particularidades: basta dizer, ampliando a frase conceituosa e histórica de BRITO CAMACHO, — que na realidade, isto agora é outra cousa: felizmente. Se os Paços do Concelho dantes encerravam, em globo, destinos vários e mal definidos, mal enquadrados, hoje, com a transformação operada, parecem arremediar um palácio das Mil e Uma Noites; lavados são como novos; — é uma obra, que de sólida e simples, de paredes grossas, hoje está embelezada, embonecada, modernizada.

A mudança, os melhoramentos têm sido operados sob a inspiração, influência e requinte do Sr. Dr. Lourenço Peixinho, — que há mais de dezóito anos esta a testa dos negócios municipais, — e bem haja; nós que o vejamos e vamos aplaudindo; — não se tem perdido o tempo.

De passagem, porém, e mais ou menos a propósito, seja-me permitido notar agora estes pormenores, mais ou menos pitorescos:

Em tempos idos, e agora ainda, chega à nossa memoria, e à dalguns contemporâneos: no ângulo noroeste dos Paços do Concelho tinha a sua instalação permanente, e honorífica, o carcereiro-mor; o sr. Carvalho e sua família.

O sr. Carvalho era um homem baixo, grosso, atarracado; barba crespa e russa, curta; homem delicado, bem falante, amoravel, apesar da gravidade e rigidez das suas funções difíceis e nem sempre simpáticas. Tinha também uma filha esbelta, já a estremar, que cantava muito e bem, a ouvir-se e apreciar-se na rua; e a janela que dava para a entrada do Largo do Caneiro — *quantum mutatis ab illo!* — e para a Rua de Santa Catarina, ali figurou, durante muito tempo, do lado peitoril, uma bonita e consideravel gaiola artistica, engenhosa, de vimes descascados, branca e basta, de varios compartimentos e alçapões. Era uma prisão, mas podia lembrar um palácio, o palácio encantado, e la dominava um melro de bico amarelo, esperto e buliçoso, negro, vibrante e luzidio, talvez inspirador dos versos de GUERRA JUNQUEIRO: — «*O melro, eu conheço; era negro, vibrante, luzidio...*»; versos que tiveram grande fama e nomeada nesse tempo.

O melro acostumou-se tanto à sua prisão, que cantava, assoviava, livremente, ao desafio com a filha do carcereiro; e fazia as delicias do rapazio e do público, que lhe falava alegremente e o ia desafiando a assobiar e a cantar. Salvo o devido respeito, era uma das maravilhas da cidade; um dos seus melhores atractivos. Nos domingos e dias de festa, sobretudo nos dias de grande festa, de Santa Joana e da procissão de Corpus Christi, Corpo de Deus Real, que tanta concorrência e animação dava a cidade, com suas danças, descantes e correrias, — o melro do Sr. Carvalho empolgava grande parte do entusiasmo popular.

Até se dizia que a famosa avezinha, apesar de encarcerada, mas de muita nomeada, se tinha acostumado, na convivência familiar, a cantar o *Prim* e a *Maria Cachucha*, cantigas muito em voga nesse tempo.

Da minha parte, mal posso dar testemunha da figura, cantadoria e mais partes que tinha o melro do Sr. Carvalho carcereiro, e dos mimos que lhe prestava a família e de que cantava à desgarrada; sim, é possível que cantasse o *Prim* e a *Maria Cachucha*; com certo refôrço de imaginação e bom gosto, é possível; mas de tanto não posso dar testemunho.

Mas... *abissus abissum invocat*: este episódio traz outros a colecção; e se *jam satis prata biberunt, dicant paduani...* debruados de enfado ou tolerância dos leitores: e depois se verá.

P. RODRIGUES VIEIRA

# INFORMAÇÕES PAROQUIAIS DO DISTRITO DE AVEIRO DE 1721

(Continuação)

## ARCOS E MOGOFORES

Relação das notícias q' achey Nesta freg.<sup>a</sup> de S. Payo de Arcos. Segundo os interrogatorios q' recebi do Ill.<sup>mo</sup> Cabbido Sede Eppis.<sup>co</sup> Chopalli Vacante da Cidade de Coimbra a q' vay tambem m<sup>te</sup>serta a da minha Anexa do Lugar de Mogofolles.

Em os quatro dias do mez de Mayo deste prez.<sup>te</sup> anno de 1721 me foy apresentada huã ordem do Ill.<sup>mo</sup> e Rev.<sup>to</sup> Cabbido Sede Vacante desta Cid.<sup>e</sup> e Bispo do de Coimbra p.<sup>re</sup>to de dar Comprim.<sup>to</sup> a huns interrogatorios nella insertos o q' faço na forma Seguinte.

Nesta freg.<sup>a</sup> de S. Payo de Arcos hã tres Cappellas, huã no Lugar de Altelas Com a invocassã de N. S. da Paz, eregida p.<sup>os</sup> moradores do d.<sup>to</sup> Lugar p.<sup>a</sup> administração dos Sacram.<sup>to</sup> Sem rendim.<sup>to</sup> algum.

No Lugar de Fanelicão desta freg.<sup>a</sup> ha outra Hermida, ou Cappella, de S. Manede tambem p.<sup>a</sup> administração dos Sacram.<sup>to</sup> eregida p.<sup>os</sup> moradores do sobred.<sup>o</sup> Lugar Sem rendim.<sup>to</sup> algũ.

Ha outra Cappella de N. S. de Penha de França em hum monte elevado junto deste Lugar de Arcos, q' Se diz Ser eregida p.<sup>a</sup> administração dos Sacram.<sup>to</sup> da quinta da Pedreira desta freg.<sup>a</sup> e esta me Consta ser de rendim.<sup>to</sup> de cous. em dois annos, de azeyte de duas Carreyras de olive.<sup>ira</sup> q' tem junto da sobred.<sup>a</sup> Cappella dois mil e quat.<sup>ros</sup> reis pouco mais, ou menos, p.<sup>a</sup> a Sua fabriCa.

Ha mais outra hermidã particular enn huã quinta a q' Chamaõ da Graças, q' humo Francisco de Mello de S. Payo desta freg.<sup>a</sup> Com a invocassã de N. S. do Deserto, e S. Joseph e hoje he administrador della Seu f.<sup>o</sup> Antonio Luis de Mello, e S. Payo

Ha na V.<sup>ta</sup> de Anna ha outra Cappella com a invocassã de S. Sebastião, meyra Com esta freg.<sup>a</sup> de S. Payo, e a de S. Tiago da Moutta, tambem eregida p.<sup>o</sup> povo, e sem rendim.<sup>to</sup> algum.

No Lugar de Val do Azar, tambem meyra desta freg.<sup>a</sup> e S. Tiago da Moutta ha outra Cappella de S. Thom.<sup>as</sup> tambem eregida p.<sup>o</sup> povo p.<sup>a</sup> administração dos Sacram.<sup>to</sup> Não ha mais Cappellas, e estas não teem Imagens milagrosas, pellas quais Sejaõ frequentadaz.

Ha nesta freg.<sup>a</sup> huã reliquia do S. Lenho em duas Lasquinhas, a Semelhança de duas meyas Cascas de hum Grão de trigo, a qual dizem deu

## ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

hum prior q. foy desta freg. por nome Pedro de Maria Madal, havya prinq. mo maiz ou menos quarenta e oito annos, não tem authentic.ª Certidão

Consta esta freg. de quatrocentos e Setenta freguezes intezyros, e trzentos Sacenta e nove meezyros Com a sobred. freg. de S. Tiago da Moutta; não ha nesta freg. mosteyros, nem Casa da Misericordia, hospital, ou reColhim.<sup>tes</sup>.

Não ha nesta freg. Sepulturas, ou Armas, ou Letrezyros alguns

Não ha nesta Igreja memorias Antigas nem Cartho.º de prerrogativas, q. lhe fossem ConCedidas, ou SuCedidas.

Há nesta Igreja os Livros seg.<sup>tes</sup>

- 1 Hum m. velho q. Consta de Assentos de baptizados, Defuntos, e Noyvos; e este dezentadernado, Sem principio, nem fim, e p.<sup>o</sup> meyo tambem demuto de folhas, Do numero 12, athe 99, estão assentoz de baptizados, e dahi athe folhas 120 assentos de defuntos, e do sobred.<sup>o</sup> numero athe o fim, assentos de Cazados.
- 2 Ha outro, tambem velho, q. Consta de Assentos de baptizados e defuntos, tem principio a folhas 3 era de 1633. Fundaõ os baptizados a folhas 96 verso, e principio os assentos dos defuntos a folhas 97 do mesmo Liuro do anno de 1633 e aCabaõ na era de 1671.
- 3 Ha outro liuro em melhor uzo de assentos de Cazados, q. teve Seu principio em 8. de Jan.<sup>o</sup> de 1624. e aCabaõ em 26 de Março de 1689.
- 4 Ha outro Livro de Assentos de Cazados, q. teve Seu principio em 12 de Abril de 1689. e scrue athe o prez.<sup>o</sup> tempo.
- 5 Ha outro Livro de baptizados, e defuntos, q. teve Seu principio a Saber os baptizados em 23 de Agosto de 1670, e aCabaõ em 9 de Dezembro de 1703 Os assentos dos defuntos principio em 12 de Março de 1671 e aCabaõ em 16 de Agosto de 1705.
- 6 Ha outro Livro q. de principio scrue os assentos de defuntos, e baptizados e este teve Seu principio em 5 de Setembro de 1705. Comessaõ os assentos de baptizados em 7 de Setembro do sobred. anno e aCabaõ em 28 de Mayo de 1713 a folhas 7 verso. Seg.<sup>o</sup> meyo os assentos dos defuntos que Comessaõ a folhas 38 e aCabaõ a folhas 72 verso do mesmo Livro, e a folhas 74 tornaõ a continuar assentos de baptizados, e aCabaõ em 13 de Mayo de 1721 folhas 128.

Não ha memoria nesta freg. de Varão insign. asimulado em Letras, ou virtudes.

Tenho huã anexa nesta freg. do N. S. da Contexção de Mozollos, a q. o P.<sup>o</sup> Cura della da satisfação, por ordem, q. tambem teve, e a remetto Com esta.

O L.<sup>o</sup> João Martins Preto Frey e Professo do habito de S. Tiago, e Prior nesta freg. de S. Pavo de Artos deste bispado de Coimbra Certifico que nesta minha freg. Segundo os interrogatorios da ordem, q. reCbi do Ill.<sup>o</sup> Cabido Sede Episcopali VaCante não ha mais noticias, q. as q. neste extracto deClaro, e por tudo o refer.<sup>o</sup> do aSim passar na verd.<sup>de</sup> o juro e afirmo in verbo SaCerdotis. Arcs 15 de Mayo de 1721.

O P.<sup>o</sup> João Miz Preto

## INFORMAÇÕES PAROQUIAIS

Relação do que tem esta Ig.<sup>ia</sup> de N. S.<sup>a</sup> da Conceição de Mogoforos, anexa à de S. Payo de Arcos:

Esta freg.<sup>ia</sup> ha so huã Irmida de S. Seb.<sup>o</sup> h.<sup>o</sup> dos Freguezes, e não he frequentada de Concurso de gente, nem Consta fazer o d. S. Milagres:

Ha mais tres Cappellas na Ig.<sup>ia</sup> huã, q.<sup>ue</sup> instituiu o D. Dezemb.<sup>o</sup> Christovão Pynto de Payva por Sua alma, e Sua Pay, e May com huã Missa quotidiana e nesta freg.<sup>ia</sup> instituiu h.<sup>o</sup> Morgado em toda a Sua fazenda p.<sup>or</sup> Satisfação das missas, e para manter a Cappella q.<sup>ue</sup> he Sua particular; esta Cappella he possuidora della, e administradora D. Francisco de Napoles, m.<sup>o</sup> no Lugar de Aguada, este instituidor tem a Sua Sepultura nesta Cappella de Nossa S.<sup>a</sup> da Piedade; e Sobre a d.<sup>a</sup> Sepultura tem o Letr.<sup>o</sup> Seguinte:

Aqui jaz nesta Cappella Christovão Pynto de Payva, Fidalgo da Casa de Sua Mage.<sup>dade</sup> Cavalcyro Professo da Ordem de Christo, deputado da Moza da Conciência, e ordens, o qual de todos seus bens instituiu hum Morgado com obrigação de Missa quotidiana pela Sua Alma faleceo em Lix.<sup>o</sup> a 10 de Agosto de 1672 annos, e não contem mais o d.<sup>o</sup> Letr.<sup>o</sup>

Esta Imagem de N. S.<sup>a</sup> da Piedade nam he milagrosa, nem a ella Vem Concurso De Gente

Ha mais nesta Ig.<sup>ia</sup> huã Cappella, que instituiu D. Dias Vilhalobos m.<sup>o</sup> que foy nesta freg.<sup>ia</sup> com a obrigação de lhe mandarem dizer duas missas cada Semana p.<sup>or</sup> Sempre em o altar do Nome de Iezu desta Ig.<sup>ia</sup> a honra do mesmo Jezu, a custa dos rendim.<sup>tos</sup> de todos os seus bens; he administrador desta Cappella Manoel Conceiro da Costa, m.<sup>o</sup> em Veleirinho de Cacia:

Ha mais nesta Ig.<sup>ia</sup> outra Cappella de duas missas cada Semana q.<sup>ue</sup> instituiu o L.<sup>o</sup> Pedro Marques desta freg.<sup>ia</sup> por Sua alma e de Sua May, e p.<sup>or</sup> Satisfação das d.<sup>as</sup> duas missas deixou o d. L.<sup>o</sup> e Sua May obrigados todos os seus bens; he administrador delles Jzabel Correa Veúva deste Couto, e freg.<sup>ia</sup>

Não tem esta Ig.<sup>ia</sup> Reliquia algũa de Santo, ou Santa.

Tem esta freg.<sup>ia</sup> d.<sup>os</sup> catos e quarenta freguezes, e fogos noventa, e Seis. Não tem esta freg.<sup>ia</sup> Mosteiro algum, nem Casa de Misericordia, Hospitaes, nem Recolhim.<sup>to</sup>

Não tem esta freg.<sup>ia</sup> memorias antiguas, nem Cartr.<sup>o</sup>

Esta Ig.<sup>ia</sup> não he Collegiada, nem tem Benefícios, nem Coadjuutores.

Tem esta Ig.<sup>ia</sup> Seis Livros com o d.<sup>o</sup> q.<sup>ue</sup> prez.<sup>o</sup> Serve; e en cada hun destes livros estão prestos os baptizados, Cazados, e defuntos. O mais antigo não tem principio, nem hera So tem na p.<sup>rim</sup> folha hum assento de baptizados, que diz: Foy baptizado João L. de Juliao Fernandes, e de Sua mulher a treze de Marco de noventa e Sette Antonio Pynto, e Sua Cinhada Ioanna Pynta.

O Segundo Livro principiou na hera de mil, e SeisCentos, e quarenta, e quatro.

O Terceiro Livro principiou na hera de mil, e SeisCentos e quarenta, e Sinco.

O Quarto Livro principiou na hera de mil e Seiscentos, e Setenta, e trez.

## ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

O Quinto Livro principiou na hera de mil, e Seiscentos, e noventa, e hum.

O Sexto Livro, que de prezente Serve principiou na hera de mil, e Setecentos, e quatro.

Não ha nesta freg.ª memoria, de que ouvesse nella Veraõ Insigne, que fosse asignalado em Vertude, ou Letras . &."

Miguel Dias Lextão Cura nesta freg.ª de N. Sr.ª da Compeçissão de Mogolores Certifico não aver Mais noticias nesta Jgr.ª e freg.ª do que as aSua deClaradas Nos interrogatorios a que tudo affirmo n. deibo Sacerdotas Mogolores treze de Mayo de mil, e Setecentos, e umto e hũ annos

O P.ª Cura Miguel Dias Lextão

Cópia de A. G. DA ROCHA MADAHIL



# ÁGUEDA

(UMA TRANSCRIÇÃO NECESSÁRIA)

OS trabalhos que aqui temos publicado sob a designação de Agueda, abrangendo, por vezes, mais do que a região de Riba de Agueda — pois temos para nós, que as monografias desde que não tragam consigo as rédes que as prendem a historia geral não passam de curiosidades de almanaque — têm por objectivo fornecer elementos de estudo a quem queira fazer obra definitiva.

Antes de continuar a fornecer outros elementos e por acharmos vantajoso reuni-los todos nesta revista da especialidade, vamos para aqui transcrever do numero unico da *Shell News* o primeiro estudo que sobre Agueda publicamos e ao qual fizemos referência no numero 1 do *Arquivo do Distrito de Aveiro*, pág. 49.

## ÁGUEDA

SUBSÍDIOS PARA A SUA HISTÓRIA

Os pergaminhos de sucessora da cidade romana de Aeminiun, que a imaginação dos classicos quinhentistas emprestou a Agueda, desde 1888 que, pela descoberta da lapide do Collegio Novo, se sabe que pertencem a Coimbra, embora do alto da fachada dos paços do concelho se continue a bradar, heralδικamente, o contrário.

Ha quem suponha, num arranco de fantasia bairrista, e como que para se agarrar a tabua do naufrago, que a lapide descoberta em Coimbra podia ate ter sido levada de Agueda.

Tudo neste mundo se pode supôr. . . mas a verdade, porem, e que em Coimbra ha vestigios de existência duma povoação importante do tempo dos romanos e em Agueda, ou mesmo nas suas proximidades, não existe coisa alguma que nos leve a admitir essa existência. A lapide não appareceu num deserto,

mas enquadrada dentro do cenário de que ela não é mais do que a confirmação.

Além disso, outro argumento há para convencer os mais incrédulos e contra o qual não há poder de imaginação que resista. É sabido que, segundo a Carta do Estado Maior, a distância de Gaia a Coimbra são: 105.100 metros; pois, pelo Itinerário Romano, a distância que separa Aeminium de Cale corresponde a um certo numero de milhas cuja soma dá 105.151 metros. E devo dizer que a identidade destes números não foi procurada com o prévio fim de demonstrar que Aeminium e Coimbra eram a mesma povoação, mas exclusivamente para determinar a situação conjectural de Talabrica, em um interessante estudo de geografia protohistorica de F. ALVES PEREIRA (Vide *Arqueologo Portuguez*, vol. XII, pag. 133), feito em Março de 1907.

Liquidado este assunto, entremos na verdade historica que a documentação autoriza e cuja amplitude é sufficiente para cabalmente nos elucidar sobre a gestação e desenvolvimento do phenomeno social que Agueda representa; mas, considerando que dentro do curto limite que nos é dado, tanto de tempo como de espaço, não nos é permitido sequer enunciar a profusão de documentos dos *Monumenta Historica* que directa ou indirectamente esclarecem a vida da região na epoca em que Agueda surgiu, circunscrever-nos-emos, sumariamente, apenas a indicar as origens e o valor social de Agueda no seculo mais expressivo da nossa civilização.

\*

Desde a alta idade media (883) que Agueda nos apparece na documentação como um nome pelo qual se designa uma determinada região (ripa de Agata), fazendo-se o mais absoluto silencio sobre a existencia do lugar que entre os seculos XI e XII se deveria ter formado, para nos primordios deste ultimo seculo nos apparecer, nas inquirições de D. Afonso II e num fragmento dessa inquirição que João Pedro Ribeiro attribue ao anno de 1220, com aquêlê relativo desenvolvimento que nos deixa entrever o facto de figurarem 10 homens na Terra a depor, quando costumavam sempre ser menos os que appareciam nos outros povoados para esse fim. E diziam elles: que a igreja de Agueda era ainda de padroado real, e que o rei tinha na vila de Assequins 18 casais e meio, que trazia em prestimo Monio Garcias; na vila de Bolfiar, 7, que trazia Pedro Rodrigues; na Borralha, 5, que pertenciam à Chancelaria e, finalmente, em Paredes, 4, que trazia Domingos Egee, e que no Reguengo todo só havia sonegadas 3 leiras que estavam na mão dos cavaleiros (milites) da Borralha e, bem assim, que o rei havia dado a Martin Vivas as vilas da Castanheira, Alcafaz, Mendo, Joanino, e 2 Balsamias (Belazaimas).

Para pagamento de tributos era indicado Ois, como regra.

O facto de se não designarem casais propriamente em Agueda, não quiere dizer que ali já não houvesse ao tempo maior numero de moradores do que nas outras povoações de cuja freguesia era sede. Examinando o inventario de PAIO GONÇALVES do anno de 1017, inserto num documento dos *Diplomata et Chartae* de 1077, vese que corresponde a um unico casal (casal de lausato) o sitio onde hoje assenta a vila de Agueda e onde, naquele tempo, já existia a igreja, ou pelo menos qualquer capela ou ermitério, o que nos é denunciado pela designação de pórtio de S. Eulalia dada ao sitio proximo da foz do Ribeirinho (Chão do rio) que ainda na primeira metade do século xvi se chamava pórtio do Grajal, ou igrejal, segundo consta do Tombo da igreja dêsse tempo.

A igreja de Agueda estava, pois, erecta em cabeça do antigo casal de Lousado e era o unico responsavel, pelos foros e rações que pagavam os habitantes de cujas casas era senhoria, o seu prior.

Ao pequeno lugar que a roda da igreja se iria formando, a princípio com o nome de S. Eulalia, em breve se começou chamando S. Eulalia de Agada, para o distinguir doutros lugares do mesmo nome, entre os quais o da vila de S. Eulalia (Aguada de Cima) de cuja existência já temos conhecimento no anno de 957, e lhe ficava perto.

Assim se começou, ou, mais rigorosamente, se deve ter começado, a concretizar numa povoação o nome que do rio adviera à região.

A circunstância de Águeda ainda apparecer denominada como burgo em mais do que um documento de origem ditterente (Arquivo da T. T. e no meu Arquivo) da primeira metade do século xv, e a existência, para o caso preciosa, dos Tombos da igreja e do hospital de Agueda já por si nos dão uma visão retrospectiva que autoriza a supor que a origem de Agueda era aquella que lhe assegura o inventario de Paio Gonçalves.

No século xv, o mais brilhante e erador da nossa história, Agueda, que acompanhava as vicissitudes de Aveiro (emporio comercial e grande vila com 894 fogos) de que era termo, e dada a sua posição geografica, marcava o seu lugar como centro do tráfego entre as Beiras e a Costa e como praça largamente frequentada.

A sua população, pelo recenseamento de 1527, (Vide *I. II. P.*, vol. vi, pag. 278) juntamente com a do Cazaúinho, era de 80 fogos, o que, atendendo ao excedente da população flutuante, representava sensivelmente mais do que o mesmo numero de fogos em outro lugar, e era constituída por mesteirais, merca-

dores, industriais, e funcionários dos lugares vizinhos que ali residiam, em cuja classe as próprias famílias nobres da terra dos séculos subsequentes encontraram a sua origem.

¿Estranho poderá parecer que, nesta altura, e cercada de terras insignificantes com foral privativo, Águeda, onde tôdas essas terras se abasteciam, não o tivesse também? Mas não é.

O foral do municipio não era mais que um conjunto de disposições, sancionadas pelo rei, que regulavam a conduta entre o senhorio e o foraleiro e resultava da necessidade que a humildade do colono tinha de se defender da tirania do donatário.

Dentro do actual concelho de Águeda os vizinhos lugares de Casal de Alvaro e Bolfiar podem fornecer-nos um claro exemplo do que isso era.

Nos fins do seculo xv era senhor destes lugares João Álvares da Cunha, senhor de Pombeiro, descendente de João Lourenço da Cunha e de D. Leonor Teles, a que foi rainha. Era um grande e poderoso fidalgo, portador de tôda a altivez e dureza dos temperamentos medievos. Aquêles povos, pela boca de Braz de Ferreira, (*Corpo Cronologico*, parte II, maço VIII, doc. 8o da T. T.) seu procurador, diziam que João Álvares «levava portagem e passagem dos moradores dos ditos concelhos e dos mercadores e estrangeiros que passavam pelos ditos concelhos ora vendam e comprem ora nam sem teer forall» e, além disso, cobrava «maiores comthias em trez dobros do que se levava nos lugares honde avia forall» e «lhes tomava as roupas e palhas e ervas» e «os fazia servir com os corpos e bestas e carros e os fazia a elles e as mulheres e filhos tusquinhar e maçar os seus linhos sem lhes pagar dinheiro algum e se lhes nam faziam os ditos serviços os prendia e penhorava e lhes levava aquelas penas que queria e lhes fazia acarretar e levar os foros e rendas que lhe aviam de pagar ao paço onde morava...» e mais que «deviam pagar quatro alqueires de trigo de fogasa cada lavrador pela medida velha e o dito reu lhe os levava... pela medida nova que eram cinco alqueires e meio» que os moradores de Bolfiar «tinham seus casais patrimoniais com seus soutos e salgueiraes que ele lhes tomara os ditos soutos e salgueiraes e lhe tornara a alorar»; que deviam pagar 16 reis por uma espadua de porco e agora pagavam 50; que, pelos forais dos lugares próximos, em caso de haver cheias que levassem as sementeiras se não pagavam logaças e êle os obrigava a pagar. E por essas e outras razões, os possuidores de 9 casais de Casal de Alvaro e mais 7 no seu limite que era Bolfiar, alcançaram, apesar da detesa apresentada pelo donatario, sentença favoravel de D. Manuel, em Lisboa, a 11 de Julho de 1503, que havia de servir de base ao futuro foral.

Se o pequeno Casal de Alvaro assim procedia, Águeda não

podia fazer o mesmo se, porventura, não se sentisse comodamente instalada dentro do seu papel de termo da vila de Aveiro?

**Certamente que sim.**

Mas Águeda não devia a sua prosperidade à agricultura, mas sim ao comércio e à indústria, como atrás se vê e ressalta da qualidade dos seus moradores, que, por isso, despresavam a condição de munícipes, que os não isentava de pagar a finta e dos outros encargos do concelho, para se acostarem ao privilégio real, que lhes oferecia essa garantia com tal facilidade e abundância, que se tornava impossível encontrar em Águeda quem servisse cargos publicos, como consta das queixas feitas nos capitulos de Aveiro, nas côrtes de Évora em 1451. (*Historia da Sociedade em Portugal no século XI*, por A. S. S. Costa Lobo, pag. 560 e 164 a 166). E eis a razão porque Águeda, desde tão remota data a mais importante e populosa terra da sua região, nunca foi concelho enquanto os valores sociais se não mudaram.

Novembro de 1932.

CONDE DA BORRALHA

## EFEMÉRIDES AVEIRENSES

*1 de Dezembro de 1887.* — Ruidosos festejos comemorando a gloriosa restauração de Portugal em 1640, promovidos pelos estudantes do Liceu, em cujo edificio se realizava à noite um sarau literário presidido pelo reitor Conego Jose Cândido Gomes de Oliveira Vidal.

*2 de Dezembro de 1893.* — É assinado em Lisboa o contracto para a construção de uma draga para a ria, melhoramento devido à iniciativa do Ministro das Obras Publicas, Conselheiro Bernardino Machado.

*3 de Dezembro de 1884.* — É concedido a Câmara Municipal, presidida por Manuel Firmino, o edificio do convento de Nossa Senhora da Madre de Deus, situado em Sá, para nele se edificar o quartel de cavalaria.

*5 de Dezembro de 1843.* — Jose Estêvão defende brilhantemente num dos tribunais criminaes de Lisboa o jornal legitimista «O Portugal Velho», acusado de crime de liberdade de imprensa. O tribuno concluiu por esta forma o seu discurso: «Respeitai, sim, respeitai as inocentes crenças do «Portugal Velho», consenti que elle lance uma saudade sobre a campá que lhe esconderá para sempre o idolo que adorava!

«Nesta hora extrema, neste momento final, sede o que deveis ser; sereis assim justos e respeitaveis.

«Entrego em vossas mãos o processo e espero cheio de confiança que a vossa deliberação corresponderá a idea que de vós forma o pais».

*7 de Dezembro de 1852.* — Jose Estêvão publica na «Revolução de Setembro» uma eloquente carta politica aos electores do circulo de Lisboa, que occupa quinze columnas daquelle jornal e que traz esta nota final: — «Escrita em Aveiro nos fins de Outubro de 1852.

*7 de Dezembro de 1893.* — Instala-se a Commissão regional de agricultura do distrito de Aveiro.

## EFFEMÉRIDES AVEIRENSES

*10 de Dezembro de 1862.* Morre o pároco da freguesia de Nossa Senhora da Glória da cidade de Aveiro, João José dos Santos, com oitenta anos de idade. Era natural daqui.

*11 de Dezembro de 1519.* — El-rei D. Manuel I concede Com-promisso especial a Santa Casa da Misericórdia de Aveiro.

*12 de Dezembro de 1855.* — Faz-se o primeiro enterramento no cemitério público de Aveiro.

*12 de Dezembro de 1852.* São eleitos deputados pelo círculo de Aveiro, João Carlos do Amaral Osório e Sousa, José António Pereira Billiano e Francisco Antonio de Resende.

*12 de Dezembro de 1893.* Reunião no Teatro Aveirense para se resolver sobre a fundação de um Gimmasio-Club.

*13 de Dezembro de 1872.* Morre José Maria de Magalhães, natural de Lamego, e pai dos aveirenses Dr. José Maria de Barbosa de Magalhães, Francisco Vitorino Barbosa de Magalhães e Silverio Augusto Barbosa de Magalhães.

*14 de Dezembro de 1834.* Nasce no antigo solar da Oliveirinha, concelho de Aveiro, o prestigioso chefe do partido progressista, Conselheiro José Luciano de Castro.

*14 de Dezembro de 1857.* — José Estêvão pronuncia na Câmara dos Deputados o seu notabilíssimo discurso sobre a questão « Charles et George ».

*15 de Dezembro de 1699.* Por uma provisão do Desembargo do Paço é concedido a Misericórdia de Aveiro que seja seu Juiz privativo o provedor da Comarca de Esgueira.

*16 de Dezembro de 1861.* Grande reunião nos Paços do Concelho para se tratar da abertura dum canal que ligasse o Caminho de Ferro com a ria.

*17 de Dezembro de 1849.* — Morre, em Aveiro, João Agostinho de Barbosa Bacelar Rangel, senhor da Casa do Carril, e administrador dum vínculo em Ançã.

*18 de Dezembro de 1870.* — É mandado organizar em Aveiro um batalhão nacional, e nomeado seu comandante João Carlos do Amaral Osório e Sousa, mais tarde visconde de Almeida.

*20 de Dezembro de 1899.* — Reunião extraordinária da Associação Comercial, com representação da Câmara Municipal

## ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

e imprensa local, para se tratar de assuntos relativos ao projectado Caminho de Ferro de Vale do Vouga.

*21 de Dezembro de 1841.* José Estêvão lê no Real Conservatório de Lisboa o elogio historico do fundador da fabrica de porcelana da Vista Alegre, José Ferreira Pinto Basto.

*23 de Dezembro de 1865.* Reunião dos estudantes do Liceu em que se resolve mandar colocar numa das salas do mesmo estabelecimento o retrato a oleo de José Estêvão, a quem se deve a construção do Liceu.

*24 de Dezembro de 1734.* Toma o habito de religiosa no recolhimento de S. Bernardino, de Aveiro, D. Josefa Maria de Castro, mulher do Dr. Brás Luiz de Abreu, o celebrado *Olho de Vidro*.

*25 de Dezembro de 1893.* Morre em Lisboa o medico da real câmara e illustre aveirense Artur Ravara. Nasceu aos 21 dias de Março de 1848. O enterro do cadaver foi feito em Aveiro, no dia 28 de Dezembro.

*26 de Dezembro de 1809.* Nasce o grande tribuno José Estêvão Coelho de Magalhães.

*26 de Dezembro de 1876.* A igreja de Nossa Senhora da Apresentação começa a servir de igreja paroquial da freguesia de Vera-Cruz, em virtude de ameaçar ruina immediata a igreja da dita freguesia.

*27 de Dezembro de 1873.* Grande reunião nos Paços do Concelho para se pedirem ao Governo providencias para melhorar a barra, quasi obstruida pelas areias.

*30 de Dezembro de 1855.* Grande solenidade religiosa na igreja de Nossa Senhora da Gloria por haver cessado a epidemia do *Cólera morbus*.

*30 de Dezembro de 1869.* - É nomeado vigario geral da Diocese de Aveiro, depois extinta, o Dr. Manuel Augusto de Sousa Pires de Lima.



## BIBLIOGRAFIA

O *ARQUIVO DO DISCRITO DE ALTIRO* dará sempre notícia das obras a sua Redacção enviadas quer por autores quer por editores.

De harmonia com a pratica seguida pelas publicações suas congêneres, fará também algum comentario critico aos livros de que receba dois exemplares.

*IRATO D. J. FERRA* (*Crônicas e contos humorísticos*), por Luiz BARRADAS; **Pôrto, 1939; Volume de 55 páginas.**

Com um preloquio de D. ALBERTO BRAVO, publicou em volume o Sr. Luiz BARRADAS uma serie de narrativas e anedotas da sua autoria, algumas das quaes vieram primeiramente a luz dos prelos em jornais fluminenses e foram de novo lançadas a estampa em periodicos portugueses. Os seus titulos são: *Se isto é o original* —, que nos faz lembrar certas anedotas de D. FRANCISCO MANUEL DE MELO ou do Cavalheiro de Oliveira; *Uma sessão agitada no Palácio de S. Bento*, em que figuram, como protagonistas, HOMEN CRISTO e LEONARDO COIMBRA; *O dia de dons Barradas no tempo de D. João I*; *Um banho em banho*; *Viagem de Portugal* (D. AMELIA) *em Madrid*; *A obra de Goutholin* — a cronica mais faceta do volume e a mais conforme com o sub-titulo; *Batalhas e Caminhos*; *A lenda de Basto*; *Esprito de Herediano* — varias anedotas, 1.º conhecidas, do nosso grande historador; *Um combate à tripa*; *Humorismo do Cego de Maio* (Não sera antes — *Cego do Maio?*); *Como o Pôrto recebeu o embaixador da Santa Sé, ha 300 anos*; e, finalmente *Que caminho antiquissimo tinha D. Manuel?* (D. MANUEL II).

O trabalho lê-se com agrado, porque o autor escreve com leveza, e com graça, sempre que o assumpto a isso se presta. A revisão, porém, deu xon passar bastantes erros da orthographia e pontuação.

J. T.

### Outras obras recebidas na Redacção do *Arquivo*:

*Lamentos de Coimbra*, por, o reitor, e alunos dos Libens; por FRANCISCO FERREIRA N. — Obra approvada oficialmente. — Livraria Sá da Costa — Editora. Lisboa. 1938. -

*Contos da Casa das Barras* — Lisboa — N.º 7 a 9, ano iv (a serie)

*Relatório do Taboão Historicos* - Arquivo Municipal de Guimarães — N.º 3, vol. III.

*Boletim del Centro de Investigaciónes Historicas* — Guayaquil, Equador 1937. Tomo v, n.º 7.

*Clinica, Higiene e Hidrologia* — Lisboa — N.º 9 a 12, ano iv.

*Estudos* - Revista de cultura e formação catolica — Coimbra — N.º 170 a 172.

*Labor* — Revista de ensino liceal — Aveiro — N.º 98.

*Portucale* — Revista de cultura — Pôrto — N.º 64 a 66.

*Volkstum und Kultur da Ramanen Sprache, Dichting* - Site -- XI Hamburgo — 1938.

# INDICE ALFABETICO POR AUTORES

	Págs.
AREDE (P. <sup>o</sup> João Domingues)	
— <i>Estradas romanas do distrito de Aveiro</i> . . . . .	25
BORRALHA (Conde da)	
— <i>Agueda (Uma transcrição necessária)</i> . . . . .	309
COSTA (Celeste)	
— <i>D. Brites de Lara e Meneses</i> . . . . .	53
KENNEDY-FALCÃO (Alfredo de)	
— <i>D. José Xavier Cerqueira e Sousa</i> . . . . .	49
LÓBO (Abade José Luciano)	
— <i>A restauração da Diocese de Aveiro</i> . . . . .	241
MADAHIL (A. G. da Rocha)	
<i>Informações parquiais do distrito de Aveiro e Arcos de Cima</i> . . . . .	21
— <i>Idem, (Arcos e Mogosfores)</i> . . . . .	305
<i>Relíquias paleo-geográficas do distrito</i> . . . . . (A carta de doação de	
<i>Alquerubim em 1090)</i> . . . . .	71
— <i>Fóral de Vilarinho do Bairro</i> . . . . .	91
<i>Dados geológicos e topográficos da freguesia de Moimenta da Beira</i> . . . . .	121
<i>Alguns aspectos do tipo populacional da Beira Litoral</i> . . . . .	145, 213
— <i>Fóral de Ilhavo</i> . . . . .	179
— <i>O Museu Municipal de Ílhavo e a escultura: O Homem do Leme</i> . . . . .	289
NEVES (Francisco Ferreira)	
— <i>Documentos para a historia politica do distrito de Aveiro</i>	
<i>de 1847-1862</i> . . . . .	37
<i>O túmulo de João de Albuquerque em Aveiro</i> . . . . .	101
<i>Como se formou e transmitiu a lenda da fundação de Aveiro</i>	
<i>pelos gregos</i> . . . . .	200
OLIVEIRA (P. <sup>o</sup> Miguel de)	
<i>A vida de Ovar</i> . . . . . (Subsídios para a sua historia até o século XVI)	61
<i>Talábriga</i> . . . . .	117
<i>Pinhas argelinas na praia de Esmoriz há 200 anos</i> . . . . .	139
PINTO (A. Ferreira)	
<i>Colegiada ou Colégio do Espírito Santo na Vila da Feira</i> . . . . .	81
— <i>S. Pedro de Canêdo, no concelho da Feira</i> . . . . .	161
SILVA (P. Manuel F. de)	
— <i>A Vila da Feira e o seu termo há 450 anos</i> . . . . .	141

# ÍNDICE

SANTOS (Zagalo dos)	
<i>O brasão e carta de armas dos Brandões</i>	111
SOUTO (Alberto)	
<i>A arte Rupestre e Arqueologia prehistorica do Distrito de Aveiro</i>	5
TAVARES (José)	
<i>Uma carta de Oliveira Martins</i>	137
<i>— Outra carta de Oliveira Martins</i>	297
TÁVORA (D. Fernando de Tavares e)	
<i>Senhores de Mira</i>	277
VAZ FERREIRA	
<i>— Castelo da Feira</i>	259
VIEIRA (P. Rodrigues)	
<i>Pessoas e cousas velhas, ou doutro tempo</i>	75
<i>Migalhas para a História</i>	131
<i>Paraphrase de memoria e de história</i>	209, 301

## NOTAS, ARTIGOS DA REDACÇÃO, E OUTROS NÃO ASSINADOS

<i>No terceiro aniversário do « Arquivo »</i>	3
<i>Bibliografia</i>	79, 159, 239, 317
<i>Documentos para a história da Diocese de Aveiro</i>	249
<i>Efemérides Aveirenses</i>	314

## GRAVURAS INDEPENDENTES DO TEXTO

<i>AVIRO antigo</i>	20
<i>Estatua de José Estêvão</i>	36
<i>OVAR — Habitações de pescadores</i>	60
<i>RIA DE AVEIRO — Painel da ré dunn moliceiro</i>	70
<i>Atravessando o Vouga</i>	90
<i>Palheiro madeiro, para habitação, na Costa Nova</i>	110
<i>Restos da ronca da Barra de Aveiro</i>	135
<i>AVIRO — Ilhamo de pedra do Vale do Covo</i>	136
<i>AVEIRO — Interior da Igreja do Mosteiro de Jesus — aspecto actual</i>	300

## CORRIGENDA

*Na pag. 247, linhas 14 e 15, onde se lê: « Todos estes Prelados foram sepultados na Sé, que era a Igreja da Misericórdia », deve ler-se: Os dois primeiros Prelados foram sepultados na primeira Sé, que era a Igreja da Misericórdia, e o terceiro foi sepultado na segunda Sé, que era a Igreja do Recollimento de S. Bernardino.*

Na pág. 250, o nome do 3.º Bispo de Aveiro deve ler-se D. Manuel Pacheco de Resende e não D. José como lá se encontra, por lapso.

FIM DO 4.º VOLUME

957

J. 1105. 1212





## SENHORES DE MIRA

Francisco de Tavares, 3.º Senhor de Mira. Faleceu em 14 de Agosto de 1595. O reguengo e direitos reais de Mira, com a jurisdição e a dzima nova do pescado das vilas de Aveiro e Esgueira, tudo lhe foi confirmado por Cartas de 10 e 12 de Novembro de 1546, por seu pai ter professado na Ordem de S. Francisco.

Pedro de Tavares, 4.º Senhor de Mira, confirmado por Carta de 4 de Dezembro de 1596. Passou à Índia em 1576 e faleceu em Março de 1626. Do seu matrimónio com D. Adriana de Sousa Corte Real teve mas não continuou geração. A sua varonia subsiste na descendência de seu filho bastardo Pedro de Tavares «o de Arões».

D. Joana de Távora, 2.ª mulher. Faleceu em Valhadolid em 1604, vindo inteira e com sangue no ano de 1614 para a sua capela do Convento de Jesus em Aveiro. Ela e seu marido reedificaram em 1592 a capela-mór do dito Convento que lhe foi dada para sua sepultura e de seus descendentes.

Simão de Tavares, 2.º Senhor de Mira, em que succedeu por 1518. Faleceu com perto de 83 anos, aos 6 de Maio de 1566, e foi sepultado no claustro do convento de Santo António de Aveiro, com epítáfio.

D. Isabel da Fonseca. Faleceu pelos anos de 1543.

Bernardim de Távora, fidalgo do Conselho de El rei e seu Reposteiro-mór (17-1-1548) cargo em que succedeu a D. Jorge Henriques e que renunciou em seu filho Francisco de Távora, em 13-7-1575.

D. Luíza de Alcáçova.

Gonçalo de Tavares, 1.º Senhor de Mira. Faleceria por 1518 e foi sepultado na capela-mór do Convento de Jesus, em Aveiro, pela dignidade da sua pessoa.

D. Catarina de Castro. Casaram em 3-11-1474.

João da Fonseca, cavaleiro de D. João II, escrivão da Chancelaria e Fazenda de D. Manuel, Senhor das Ilhas de Santo Antão, Córvo e Flóres.

D. Margarida de Alcáçova.

Alvaro Pires de Távora, alcaide-mór de Miranda, Senhor da Casa de Távora, Moço Fidalgo, do Conselho de D. João III, etc.

D. Joana da Silva, filha terceira.

António Carneiro, secretário dos reis D. Manuel e D. João III, Senhor e capitão-mór da Ilha do Príncipe. Fez testamento em 14 de Abril de 1545.

D. Brites de Alcáçova, dama do serviço da rainha D. Leonor.

Pedro de Tavares, alcaide-mór de Portalegre, Alegrete e Assumar.

D. Isabel de Sousa, legitimada por D. Afonso V, em Agosto de 1460.

Diogo Lopes de Sousa, alcaide-mór de Arronches, Mordomo-mór do Conselho de El rei.

D. Isabel de Noronha, 1.ª mulher.

Antão Vaz da Batalha, um dos viadores das obras do Mosteiro da Batalha.

D. Isabel da Fonseca.

Pedro de Alcáçova, cavaleiro, secretário e escrivão da Fazenda de D. Afonso V e D. João II que lhe deu armas novas em Évora, aos 4-1-1490. Abaixo.

D. Maria Fernandes de Sotomaior, 2.ª mulher.

Pedro Lourenço de Távora, alcaide-mór de Miranda, Senhor da Casa de Távora.

D. Inês de Sousa.

D. Afonso de Vasconcelos e Meneses, 1.º conde de Penela, por mercê de D. Afonso V.

A condessa D. Isabel da Silva.

Francisco Carneiro, cidadão do Porto onde viveu nas suas casas da rua Nova, pegadas ao chafariz.

D. Maria da Mota, já viúva de João da França.

Pedro de Alcáçova, supra.

D. Maria Fernandes de Sotomaior, 2.ª mulher, que foi sepultada com seu marido no Convento dos Capuchos, junto de Alverca.

Gonçalo de Tavares, alcaide-mór de Portalegre, Alegrete e Assumar, tes.º da Casa de Ceuta. D. Ana Diniz Malafaia.

Gonçalo Rodrigues de Sousa, capitão de ginetes de D. Afonso V. Catarina Gonçalves.

Alvaro de Sousa, alcaide-mór de Arronches, Mordomo-mór. D. Maria de Castro.

D. Pedro Vaz de Melo, 1.º conde de Atalaia. A condessa D. Maria de Noronha.

Vicente Fernandes Saraiva. Leonor Vaz da Fonseca.

Fernão de Alcáçova.

Mestre Fernando, físico do rei D. Afonso V.

Alvaro Pires de Távora, sucessor da Casa de Távora e das vilas de Mogadouro, S. João da Pesqueira, etc. D. Leonor da Cunha, 2.ª mulher.

Fernão de Sousa Camelo, Senhor de Rossas. Morreu no assalto de Tanger, em 1437. D. Joana de Alvim.

D. Fernando de Vasconcelos, succedeu no Morgado de Soalhães. D. Isabel de Meneses Cout.º

D. Lopo de Almeida, 1.º conde de Abrantes. A condessa D. Brites da Silva, dama da rainha D. Leonor.

João Carneiro, cidadão do Porto, vereador e juiz ordinário, em 1472. Catarina Fernandes de Sotomaior.

Fernão da Mota, filho de Gonçalo Anes da Mota, vereador no Porto. Ana Monteiro, filha de Fernão Monteiro, criado do rei D. Duarte.

Fernão de Alcáçova.

Mestre Fernando, físico do rei D. Afonso V.



Aspecto do HOMEM DO LEME





Outro aspecto do HOMEM DO LEME